

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
LUIZ EDUARDO PRADO DA FONSECA

OS (DES)CAMINHOS DA PSICOLOGIA NO SÉCULO XX: UM ESTUDO
SOBRE A HISTÓRIA DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UFRJ

RIO DE JANEIRO

2020

Luiz Eduardo Prado da Fonseca

Os (Des)caminhos da Psicologia no século XX: Um estudo sobre a história do
Instituto de Psicologia da UFRJ

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Doutor em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia.

Orientador: Arthur Arruda Leal Ferreira

Rio de Janeiro

2020

CIP - Catalogação na Publicação

FF676(Fonseca, Luiz Eduardo Prado da
OS (DES)CAMINHOS DA PSICOLOGIA NO SÉCULO XX: Um
estudo sobre a história de Instituto de Psicologia
da UFRJ / Luiz Eduardo Prado da Fonseca. -- Rio de
Janeiro, 2020.
321 f.

Orientador: Arthur Arruda Leal Ferreira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Decania do Centro de Ciências
Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação
em História das Ciências e das Técnicas e
Epistemologia, 2020.

1. Instituto de Psicologia. 2. História da
Psicologia. 3. Universidade Federal do Rio de
Janeiro. I. Ferreira, Arthur Arruda Leal , orient.
II. Título.

Luiz Eduardo Prado da Fonseca
Os (Des)caminhos da Psicologia no século XX: Um estudo sobre a história do
Instituto de Psicologia da UFRJ

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História das Ciências, das Técnicas e
Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito à obtenção do título de Doutor em História
das Ciências, das Técnicas e Epistemologia.

Aprovada em: 17 de abril de 2020

Prof. Dr. Arthur Arruda Leal Ferreira (Instituto de Psicologia – UFRJ)

Prof. Dr. Henrique Luiz Cukierman (COPPE – UFRJ)

Prof. Dra. Heliana de Barros Conde Rodrigues (Instituto de Psicologia – UERJ)

Prof. Dr. André Elias Morelli Ribeiro (Instituto de Humanidades e Saúde – UFF)

Prof. Dr. Eduardo Nazareth Paiva (COPPE-UFRJ) (Suplente)

Suplente:

Prof. Dr. Fabiano dos Santos Castro (Centro Universitário Celso Lisboa)

À Leticia.

FONSECA, Luiz Eduardo Prado. Os (Des)caminhos da Psicologia no século XX: Um estudo sobre a história do Instituto de Psicologia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2020. Tese de Doutorado (História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Resumo: Esta tese se dedica a retrair a história do Instituto de Psicologia da UFRJ ao longo de um período de 80 anos (1923 – 2003). O objetivo do estudo é demonstrar como a história do IP-UFRJ pode ser utilizada para se pensar a própria história da psicologia do Brasil, propondo distanciar-se de uma periodização mais rígida envolvendo períodos de autonomia e consolidação da profissão, e buscando retomar problemas circunscritos em determinados extratos de tempo próprios de cada fase da história do Instituto. Ao propor que o IP-UFRJ passa por três grandes fases de desenvolvimento (uma ligada a uma psicologia de cunho técnico, uma ligada a um meio-termo entre técnica e profissão e outra ligada ao surgimento da profissão de psicólogo) cada qual com suas características próprias, se sugere que a linearidade das narrativas sobre a psicologia no Brasil pode ser repensada ao se buscar os desvios e descaminhos que os objetos históricos apresentam, distanciando-se da periodização comumente aceita e indicando outros caminhos de análise historiográfica.

Palavras-chave: História da Psicologia no Brasil, Instituto de Psicologia, História da UFRJ

FONSECA, Luiz Eduardo Prado. Os (Des)caminhos da Psicologia no século XX: Um estudo sobre a história do Instituto de Psicologia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2020. Tese de Doutorado (História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Abstract: This thesis aims to retrace the history of the Institute of Psychology of Universidade Federal do Rio de Janeiro along 80 years (1923-2003). The objective of this study is to evidence how the history of IP-UFRJ can be used to reflect upon psychology's own history in Brazil by proposing a distance between a rigid way of periodization that claims periods of autonomization and consolidation of the profession of psychologist, and trying to resume some problems in certain excerpts of time that are typical of each phase of the history of IP-UFRJ. By proposing that the Institute of Psychology have three distinct phases (one that is more technical, one that is in between technique and profession, and one that focus on the professionalization of the psychologist), each having its own characteristics, it is suggested that the linearity of narratives about psychology in Brazil can be rethought by searching the deviations of historical objects, moving away from common periodizations and pointing out other ways of historical analysis.

Keywords: History of Psychology in Brazil, Institute of Psychology, History of UFRJ

Sumário

Uma história da psicologia no Brasil	11
Construindo um novo ponto de partida: Uma história possível do IP-UFRJ	28
Estrutura da Tese	38
Capítulo 1 – 1923 a 1937: A Psicologia como Técnica Psicológica	40
Antecedentes: Psiquiatria no Brasil (1500 – 1900)	42
O Hospital Nacional de Alienados, as Colônias e o Alienismo.....	45
Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro: Eugenia, Higienismo e Prevenção.....	49
O Laboratório de Psicologia da Colônia de Alienadas: Psicologia como técnica auxiliar da psiquiatria.....	53
Para além da Colônia: apropriações e tensões	60
De Laboratório a Instituto: O longo ano de 1932	74
A continuidade do Instituto de Psicologia: de 1933 a 1936.....	92
1923 a 1937: A Psicologia como Técnica Psicológica	97
Capítulo 2 – De 1937 a 1965: A Psicologia entre a Técnica e a Profissão	107
Entre a técnica e a teoria: Instituto e Cátedra de Psicologia da UB.....	111
Crise no Instituto e unificação com a Cátedra	131
A unificação instituto-cátedra e a gestão Nilton Campos.....	137
Profissionalização da psicologia no Brasil: O surgimento do Curso de Psicologia	147
De 1937 a 1965: A Psicologia entre a Técnica e a Profissão.....	153
Capítulo 3- De 1965 a 2003: A Psicologia como Profissão	157
Fim da FNF, criação da UFRJ e posição do IP	162
Instituto de Psicologia e Ditadura Militar: Os anos de chumbo no IP.....	173
O (breve) desenvolvimento institucional do IP-UFRJ.....	185
Os currículos de Psicologia da UFRJ: 1967, 1985, 2002	196
Considerações finais	203
Referências Bibliográficas.....	208
APÊNDICE I – Lista de Instituições de Psicologia Brasileiras anteriores a 1923.....	228
APÊNDICE II – LISTA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA LIGADOS AO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	231
APÊNDICE III – Lista de publicações dos Boletins do Instituto de Psicologia (1951 – 1973).	232
APÊNDICE IV – Lista de publicações das Monografias Psicológicas (1948 – 1958).....	256
APÊNDICE V – Entrevista à Professora Marion Merlone dos Santos Penna	257
ANEXO I – Lista de Instrumentos do Laboratório de Psicologia (1928)	272

ANEXO II – Ficha Psicológica do Laboratório de Psicologia (1928)	281
ANEXO III – Curso de Psicotécnica de Jayme Grabois (1940).....	284
ANEXO IV – Programa da Cátedra de Psicologia Social e Econômica da FNCE	286
ANEXO V – Programa da Cátedra de Psicologia da FNF	288
ANEXO VI – Currículo do Curso de Psicologia de 1964.....	296
ANEXO VII – Currículo do Curso de Psicologia de 1967.....	298
ANEXO VIII – Currículo de Psicologia de 1985-1986.	300
ANEXO IX – Currículo do Curso de Psicologia de 2002.....	312

Introdução

O objetivo desta tese é traçar uma história possível do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tal instituição, ativa até os dias de hoje, teve seu início no contexto de um projeto médico-asilar da virada do século XIX para o século XX, iniciando-se com um laboratório de psicologia numa colônia para mulheres alienadas em 1923, a *Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro*. Posteriormente, tal laboratório viria a ser convertido, via decreto-lei, em um instituto de psicologia em 1932, permanecendo na Colônia e ligando-se também por decreto à uma universidade.

Desde então, da sua primeira ligação com uma instituição de ensino superior, a antiga *Universidade do Rio de Janeiro* (URJ), o instituto atravessaria o século XX como instituição de pesquisa, especialmente quando a URJ se transforma em *Universidade do Brasil* (UB) no final da década de 1930, e posteriormente de ensino, quando a UB se transforma na *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ) e o instituto ganha os ares mais próximos de sua versão atual em meados da década de 1960.

Com esta breve descrição é possível constatar que uma mesma coisa – o objeto histórico “instituto de psicologia” – possui pelo menos quatro versões distintas. Primeira versão, uma “pré-história” como laboratório de psicologia utilizado amplamente pelos psiquiatras da colônia no qual estava instalado. Segunda, como um instituto de formação de especialistas em psicologia e auxílio à formação de outras áreas (pedagogia, enfermagem, psiquiatria etc.). Terceira versão como instituição auxiliar de ensino e pesquisa, sem formação de profissionais, cuja principal função foi prestar, num âmbito universitário, auxílio a outras unidades da instituição através de uma cátedra na universidade. Quarta e última versão, e a que se manteve até hoje, instituição de formação de profissionais de psicologia, fase mais recente da instituição e que foi perpassada por disputas, desafios e dispositivos legais distintos.

Dar conta da multiplicidade de facetas deste objeto de estudo é um desafio complexo. A questão da datação é uma das primeiras que salta aos olhos. Sendo uma instituição de duração tão longa, não se torna possível cobrir com facilidade seus quase cem anos de história. À época da defesa desta tese, o instituto completará 97 anos e a UFRJ, instituição universitária que acompanhou em quase toda sua existência, completará seus 100 anos.

Além da datação, há a já exposta questão da função do instituto. Em diferentes épocas o instituto serviu a diferentes funções. Como mero auxiliar da psiquiatria asilar do início do século XX até se transformar num centro de formação de profissionais de psicologia, passando por um projeto breve de formação de especialistas na década de 1930 e instituição de pesquisa

da década de 1940 até o fim da década de 1960, temos funções tão distintas que supor entre elas uma continuidade perfeita é algo perigoso do ponto de vista histórico. Seria fácil assumir uma perspectiva evolutiva ao longo do século XX, mas a pesquisa mostra que o instituto foi mais composto de idas e vindas, disputas e mudanças, do que de estabilidade e funções cumulativas.

Esta tese, portanto, focará em dar conta desta multiplicidade de funções, versões e instabilidades do instituto. Ao invés de contar uma história célebre e estável desta instituição tão antiga, irei optar por inserir o leitor, na medida do possível, nas diversas redes de associação na qual o instituto estava inserido. Especialmente, tentarei focar em como uma instituição, em sua maior parte do tempo auxiliar a outras instituições, se transformou numa unidade universitária com autonomia e função próprias, característica que se revela longe de ser gradual, mas sim mudança súbita que mostra muito da história do instituto e da psicologia como profissão no país.

Sendo este um trabalho que se propõe a tecer uma narrativa histórica sobre um mesmo objeto, o esforço principal será de se aproximar do discurso dos historiadores sempre que possível, me distanciando de questões filosóficas maiores (o que é a psicologia, se esta é ciência etc.). Há também aqui um cuidado de se evitar a mera narrativa de eventos sequenciais, como se estes fossem o principal de uma narrativa histórica (datas, nomes importantes, lugares etc.). Tais distanciamentos surgem da necessidade de se descrever o objeto histórico de uma forma material, mas sem recair numa ingenuidade histórica positivista ao supor uma identidade entre a descrição e o objeto. Este é um cuidado que faz parte de uma escolha também política, pois objetos históricos de duração tão longa facilmente são alvos de narrativas épicas sobre seu surgimento, o que pouco faz jus às idas e vindas da história do instituto de psicologia. Seus descaminhos são mais interessantes aos psicólogos e sua história do que suas conquistas, e espero que sirvam de reflexão para os colegas de profissão.

Se faz importante, portanto, discorrer sobre como a psicologia, enquanto saber e profissão, se estabeleceu no Brasil. Dissertarei brevemente nas próximas páginas sobre como a literatura corrente atual dispõe a psicologia historicamente em nosso país. Em seguida, partirei deste panorama fornecido pela literatura para estabelecer os problemas metodológicos que surgem no esforço de descrever historicamente o instituto de psicologia e terminarei esta seção indicando as principais fontes, metodologia e ferramentas teóricas a serem utilizadas. Também aproveitarei o espaço final desta longa introdução para apresentar a estrutura geral da tese.

Uma história da psicologia no Brasil

Não é possível demarcar com precisão um campo claro ou mesmo uma narrativa única sobre o desenvolvimento histórico da psicologia em solo brasileiro. Inúmeros grupos se espalham pelo país tendo distintas inspirações, assim como pesquisadores que publicam junto a seus grupos de pesquisa e programas de pós-graduação. Portanto, a escolha que farei aqui se propõe menos que um panorama e mais uma coleção de importantes referências neste vasto campo de pesquisa ainda em desenvolvimento. Focarei em duas autoras-chave para uma sistematização possível do saber psicológico no Brasil por conta de suas pesquisas, que aparecem como literatura básica para este assunto.

O primeiro nome de importância é o de Marina Massimi, que publicou seu *História da Psicologia Brasileira: da Época Colonial até 1934*¹ em 1990. Duas análises se destacam neste livro: a de material do período colonial do Brasil e um foco grande na produção do século XIX em diante, discutindo implicações dos períodos de reinado, Império e República. Especificamente, o primeiro capítulo cobre os séculos XVI, XVII e XVIII, enquanto o segundo capítulo dá um foco especial no século XIX e o terceiro capítulo trata da virada do século XIX para o XX, onde a autora trata do que chama de “fundação da psicologia científica”

Massimi elenca uma série de indícios de “ideias psicológicas”, pré-condições para a fundação da disciplina como tal nos dias de hoje. Este será o principal mote de seus estudos e suas narrativas sobre a história da psicologia no Brasil, e, ao defender a importância do estudo histórico, alega:

“[...] O desconhecimento da psicologia brasileira com relação às próprias origens tem razões em uma abordagem metodológica característica do positivismo radical, que inspirou a historiografia da psicologia tradicional, pelo menos até os anos 60. Ao desvalorizar a contribuição da cultura pré-científica à evolução do conhecimento humano, essa corrente restringe a história da psicologia ao desenvolvimento da psicologia científica dos últimos séculos. A exclusão do domínio historiográfico dos conhecimentos psicológicos difundidos no seio das diferentes tradições culturais e julgados não relevantes implica a renúncia à memória das raízes dessa disciplina presente em tais tradições e o esquecimento das questões originais que determinaram seu surgimento, ou favoreceram a sua influência e seu desenvolvimento em específicos ambientes culturais. Outra consequência é a redução da psicologia à apenas a psicologia europeia e norte-americana, revestidas de uma pretensa universalidade.”²

A análise do período Colonial dos séculos XVI, XVII e XVIII (composta especialmente por missivas de jesuítas, sermões, cartas e textos de padres e demais tratados sobre moral e

¹ MASSIMI, Marina. *História da Psicologia Brasileira: Da Época Colonial até 1934*. São Paulo: EPU, 1990. A partir de agora, citado apenas como *História da Psicologia Brasileira* para facilitar a escrita e leitura.

² *Ibidem*, pp. 2-3.

educação) leva a conclusão de que “desde então estão colocadas as raízes da psicologia brasileira, pelo menos quanto à definição dos objetos e dos fundamentos teóricos e metodológicos necessários para a constituição de um saber sobre o sujeito”³ através do que a autora chama de “ideias psicológicas”.

Já a análise do século XIX e a posterior “fundação da psicologia científica” foca mais no aspecto de institucionalização dos *conhecimentos psicológicos*. Por conhecimentos psicológicos, destaque-se que a autora encara como sendo “toda e qualquer colocação sob forma discursiva de assuntos psicológicos”, de modo que, espalhados em diferentes tipos de publicações e textos, “as elaborações conceituais e discursivas dos temas dessa natureza serão chamados de ‘discursos psicológicos’”, e podem incluir tópicos como categorias mentais, comportamentais, antropológicas e psicológicas⁴. Concernente às relações entre o período em questão e suas publicações, a autora nos diz:

“Concluindo esta análise dos discursos psicológicos emergentes no saber produzido ou transmitido no Brasil do século XIX, pode-se finalizar observando que, anteriormente ao advento do positivismo e da psicologia científica [virada do século XIX para o XX], no solo da intelectualidade brasileira, a psicologia ocupava um espaço próprio; não, porém, como disciplina autônoma, e, sim, como aspecto peculiar de diferentes áreas do saber, assumindo, em cada uma delas, conotações diferentes. Por isso, talvez seja oportuno falar em *conhecimentos psicológicos*, mais do que em psicologia propriamente dita.”⁵

Desta forma, alega, no final do segundo capítulo de seu livro, que a intenção de modernização do país, do seu povo e da sua cultura, movimento típico do século XIX, levam a mudanças estruturais profundas e a reformas de vários tipos. Cita como exemplo as Reformas Pombalinas no âmbito da educação no fim do século XVIII como indício desta mobilização, iniciada já no século anterior. Massimi parte deste quadro, no contexto do movimento de renovação e modernização do Brasil no século seguinte, para alegar que “este fato constitui, sem dúvida, uma das razões pela falta de continuidade que se evidencia entre as ‘ideias psicológicas’ da época colonial e a ‘psychologia’ ensinada e elaborada nas escolas do século XIX.”⁶

Ou seja: temos uma ruptura com um passado colonial sob pretexto de renovação e modernização, ainda que a própria noção de uma só “psicologia” seja impossível devido à pluralidade de discursos existentes, “de modo que sua unificação pode ser apenas o produto de

³ MASSIMI, Marina. História da Psicologia Brasileira: Da Época Colonial até 1934. São Paulo: EPU, 1990, p. 27.

⁴ *Ibidem*, p. 44.

⁵ *Ibidem*, p. 58.

⁶ *Ibidem*, p. 59.

uma reconstrução histórica *a posteriori*⁷. Esta característica da “psychologia” do século XIX se agrava quando compreendemos seu caráter institucional, pois há de se lembrar que, com a vinda da Coroa portuguesa para o país e a posterior independência do Brasil, instituições que antes não existiam no período colonial passaram a gerir a vida do cidadão brasileiro. Universidades, hospitais, escolas, todos estes tiveram participação numa produção e profusão da “psychologia” que constitui discursos tomados por Massimi como psicológicos e antecessores diretos da prática atual.

Por fim, para “fundamentação da psicologia científica”, a autora marca tal evento especialmente na virada do século XIX para o XX. Entretanto, nos indica que “[...] os pressupostos teóricos que permitem a reformulação dos conhecimentos psicológicos como ciência experimental autônoma em relação à filosofia encontram-se, ainda na metade do século XIX, no pensamento dos filósofos positivistas brasileiros”⁸. Vemos uma argumentação em torno da ideia de que o positivismo no pensamento das elites intelectuais afastou da “psychologia” a metafísica típica da filosofia e da teologia e a aproximou de uma prática experimental, que se viu vicejar em laboratórios de psicologia em escolas normais e instituições asilares. A autora indica, já no limite da datação que trata (o ano de 1934), que as três primeiras décadas do século XX testemunhariam uma “era universitária”, e encerra seu livro indicando bibliografias que cobrirão este período.

Como característica geral, vemos uma tentativa muito forte e particularmente bem documentada de traçar uma origem da psicologia brasileira desde “ideias psicológicas” até uma institucionalização da “psychologia” do século XIX, que por fim afastou-se de suas raízes ao adentrar numa época de laboratórios e experimentação, a tal “fundamentação da psicologia científica”. O que chama mais atenção deste trabalho é a noção de que tais ideias psicológicas⁹ persistem, a-historicamente, presentes, e que sua longevidade é tão antiga quanto o próprio país. Mesmo quando a autora assume uma diversidade profunda de discursos (o que outros chamariam talvez de uma cacofonia mais do que meras diferenças), há ainda uma esperança de unificação, como vimos, pela via da história da psicologia como discurso organizador *a posteriori*.

⁷ MASSIMI, Marina. História da Psicologia Brasileira: Da Época Colonial até 1934. São Paulo: EPU, 1990, p. 59.

⁸ *Ibidem*, p. 61.

⁹ Cabe mencionar que o volume analisado é antigo e a autora continuou seus trabalhos. Considerado por ela uma continuação do *História da Psicologia Brasileira*, o livro *História da Psicologia no Brasil do Século XX* (2004) trata das diversas abordagens e linhas da psicologia em solo brasileiro (entre behavioristas, gestaltistas, funcionalistas, psicanalistas e afins). Este volume se destaca, entretanto, por ser uma coleção de textos organizados pela autora com autores e professores de cada área convidados, e não há maiores mudanças neste volume em relação às proposições do livro de 1990.

O diagnóstico geral é de uma tomada da história e da psicologia no Brasil de uma maneira tipicamente centrada no presente. O hoje se explica pelo passado, em especial no esforço de Massimi em resgatar aquele passado injustamente sepultado pelos positivistas, onde a tradição e cultura coloniais são deixadas em lado. A autora vê ainda neste distanciamento uma característica moderna de nós, psicólogos: “Em suma, pode-se afirmar que o esquecimento praticado no século XIX a respeito da tradição cultural anterior é uma das causas não-secundárias da falta de memória que sofre a psicologia brasileira contemporânea”¹⁰. É a história resgatando heroicamente o passado esquecido e fazendo justiça no presente.

Para fins de apresentação, é o suficiente. Tentarei mostrar adiante a influência destas ideias de Marina Massimi no campo da história da psicologia brasileira, especialmente com a noção de que a psicologia neste país remonta, se não pelo menos de instituições onde a “psychologia” era ensinada no século XIX, até o longínquo século XVI em plena colonização. Entretanto, a autora continuou desenvolvendo seus trabalhos, apresentando uma virada importante ao abandonar o termo “ideias psicológicas” em prol da expressão “saberes e práticas psicológicas”.

Em texto mais recente, Massimi trata de uma conceituação mais aprofundada do tema. Intitulado *A construção da psicologia (saberes e ciências psicológicas) na cultura brasileira: Uma perspectiva histórica*, Massimi tenta definir a linha de pesquisa “história dos saberes psicológicos na cultura brasileira”. A ideia geral é, a partir de diversas fontes historiográficas e de diversos gêneros, reconstruir os saberes e conhecimentos psicológicos no Brasil que foram responsáveis pela construção do espaço que viria a ser ocupado pela psicologia atualmente. Seguem as palavras da autora:

“Nesse domínio, coloca-se a história dos saberes psicológicos, tendo por objeto aspectos de visão de mundo de uma cultura, relacionados a conceitos e práticas psicológicas. A definição de psicológico deve ser tomada como uma categoria convencional e provisória, a ser substituída no decorrer da pesquisa pela terminologia e pela demarcação de campo, próprias dos específicos universos socioculturais abordados. Na cultura brasileira, destacam-se, como vimos, diferentes sujeitos culturais protagonistas da história dos saberes psicológicos, nos diferentes períodos históricos.”¹¹.

Seus dois livros posteriores que exemplificam tal linha de pesquisa são *História dos Sabres Psicológicos* e *Saberes Psicológicos no Brasil* (ambos de 2016). No primeiro, a autora

¹⁰ MASSIMI, Marina. *História da Psicologia Brasileira: Da Época Colonial até 1934*. São Paulo: EPU, 1990, p. 59.

¹¹ MASSIMI, Marina. *A construção da Psicologia na cultura brasileira: uma perspectiva histórica*. In: LOURENÇO, Érika; ASSIS, Raquel Martins; CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Orgs.). *História da psicologia e contexto sociocultural: Pesquisas contemporâneas, novas abordagens*. Belo Horizonte: PUC Minas. 2012, p. 58.

continua com o projeto acima citado, propondo que existem termos e conceitos próprios à psicologia com raízes tão longínquas como a Grécia e Roma antigas, ou advindas das primeiras tradições judaico-cristãs. Trata-se do argumento geral do *História da Psicologia Brasileira* aplicado para a psicologia como um todo, em qualquer parte do mundo. Segue o argumento de Massimi:

“A história dos saberes psicológicos acompanha o processo de desenvolvimento de alguns desses conceitos fundamentais da psicologia, como psique e psicologia, pessoa, indivíduo, mente comportamento, emoções, memória, cognição, vontade, psicossomática etc. Tal desenvolvimento ocorreu inicialmente em domínios outros da psicologia, quais são especialmente a filosofia, a medicina, a literatura e a teologia.”¹².

Já no volume *Saberes Psicológicos no Brasil*, Massimi amplia tanto a pesquisa como os argumentos do volume *História da Psicologia Brasileira*. Essencialmente não há mudança nos pressupostos ou nas conclusões, mas se alteram certas categorias. A mudança para “saberes e práticas psicológicas” é referenciada diretamente¹³ e a pesquisa se avoluma: enquanto o texto de 1990 tinha menos de cem páginas, o de 2016 passa facilmente a marca de trezentas páginas.

Como um balanço possível, é possível notar uma noção presentista de história ao longo das obras da autora, em especial quando amplia o analisador “saberes psicológicos” para o mundo. Em alguns momentos, nota-se uma tendência eurocêntrica de análise, em especial nos trabalhos mais recentes onde a Grécia Antiga é evocada como berço de todo um pensamento psicológico. Irei suspender as críticas possíveis por enquanto, mas elas surgirão tão logo quando começar a discussão das implicações destes trabalhos no campo da história da psicologia no Brasil.

É preciso antes indicar mais uma autora de peso, também responsável por sistematizar, através de anos de pesquisas, um quadro geral da psicologia no Brasil. Trata-se de Mitsuko Antunes, responsável pelo livro intitulado *A Psicologia no Brasil: Leitura Histórica de sua Constituição*¹⁴, de 1998, fruto de sua tese de doutorado intitulada *O Processo de Autonomização da Psicologia no Brasil - 1890/1930: uma contribuição aos estudos em História da Psicologia*,

¹² MASSIMI, Marina. *História dos Saberes Psicológicos*. São Paulo: Paulus, 2016a, pp. 9-10.

¹³Ao mencionar sua trajetória acadêmica e as diferentes fases de seu trabalho, a autora comenta sobre sua dissertação de mestrado, que cobre a parte de sua pesquisa sobre o período colonial. Em seguida, nos diz: “Embora, evidentemente, na época colonial não houvesse uma Psicologia no sentido atual do termo, seria possível reconstruir uma História dos Saberes (ou então como dizíamos das Ideias Psicológicas) características da cultura luso-brasileira (ou uma Pré-História da Psicologia) por meio da leitura de alguns textos representativos da mesma.” (MASSIMI, 2016b, p. 27).

¹⁴ ANTUNES, Mitsuko. *A Psicologia no Brasil: Leitura Histórica de sua Constituição*. São Paulo: Unimarco, 2001, 2ª Ed. A partir de agora, apenas citado como *A Psicologia no Brasil*.

defendida em 1991. Pelo título, já detectamos o caminho que a autora pretende trilhar, como visto na passagem a seguir:

“Buscou-se compreender como a psicologia conquistou seu espaço próprio como área de conhecimento e campo de práticas no Brasil, atingindo sua autonomia e reconhecimento como ciência específica, em consequência da produção de ideias e práticas psicológicas no interior de outras áreas do saber. Assim, o foco dessa obra incide de maneira mais privilegiada no período que vai da última década do século XIX à terceira década do século XX, período de grandes transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil e, particularmente, de significativa produção cultural.”¹⁵(ANTUNES, 2001, p. 10).

Partindo de três grandes eixos simultâneos para explicar a autonomização da psicologia no Brasil, teremos as práticas da psicologia nas instituições médicas, instituições educacionais e na organização do trabalho no mesmo extrato de tempo que a tese de Antunes cobriu (1890 – 1930). O foco nas instituições não é à toa, pois, com elas, a autora enxerga um aumento nas práticas psicológicas, o que aos poucos levou à autonomização da psicologia no Brasil, lentamente desvinculando-se das áreas onde outrora habitava como disciplina “auxiliar”. Sobre o pensamento psicológico em outras áreas do saber:

“Por outro lado, embora dependente [das áreas de saberes médicos e educacionais], foi essa produção que se constituiu na base sobre a qual foi possível a psicologia desenvolver-se no período subsequente. Tendo sido por esse meio que a preocupação com os fenômenos psicológicos obteve tal grau de desenvolvimento que preparou o terreno, a partir do incremento de seus estudos, para que a psicologia conquistasse as condições para se tornar autônoma e com um grau de desenvolvimento que a tornava preparada para aqui ser incorporada na condição de ciência, tal como vinha ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos, principalmente.”¹⁶

Aqui salta aos olhos a datação que Antunes utiliza. Inicia na virada do século XIX para o XX e divide seu livro em três partes: a primeira, tratando dos antecedentes da psicologia no Brasil desde a Colônia e até o século XIX; a segunda, tratando dos eixos já citados (medicina, educação, trabalho) e como a psicologia relacionou-se com estes; terceiro, e por fim, uma conclusão geral. Vemos uma quantidade grande de recursos à obra de Massimi (à época ainda citando a dissertação de mestrado e tese de doutorado que, unidas, transformaram-se no *História da Psicologia Brasileira*) e percebemos que sua contribuição, de certa forma, continua a da outra autora. Não posso alegar, aqui, que houve intenção neste sentido, mas é evidente que se pode estabelecer uma continuidade narrativa entre o volume *História da Psicologia*

¹⁵ ANTUNES, Mitsuko. *A Psicologia no Brasil: Leitura História de sua Constituição*. São Paulo: Unimarco, 2001, 2ª Ed, p. 10.

¹⁶ *Ibidem*, p. 104.

Brasileira e o volume *A Psicologia no Brasil*. Um texto continua de onde o outro parou, mesmo que de modo não intencional.

Desta forma, Antunes trata da autonomização da psicologia em cada eixo de modos distintos. Enquanto nas instituições médicas a psicologia lá foi produzida “sob enfoque essencialmente auxiliar” e posteriormente se separando da psiquiatria¹⁷, nas instituições educacionais a psicologia “tornou-se necessária como ciência básica e instrumental para a Pedagogia”¹⁸ e na organização do trabalho participou “na condição de ciência ampla para colaborar num projeto amplo”¹⁹, por ter as práticas de psicotécnicas incorporadas na seleção de trabalhadores nas indústrias e fábricas.

Apesar do foco nas práticas ser declarado pela autora, em certos sentidos a descrição destas práticas é feita em termos puramente teóricos. Há muita menção a laboratórios de psicologia como pedras de toque de práticas psicológicas (especialmente os existentes em hospitais, asilos e escolas), mas não se entra em detalhes sobre a função exata de tais laboratórios. A noção de “prática”, aqui, fica vaga, pois se alega uma função crucial da psicologia, mas sem se determinar como esta função era delineada no dia a dia das instituições. Em seu lugar, a autora tece longos comentários sobre as instituições e como estas teriam influência no incremento das práticas psicológicas, muitas vezes sem dar um veredito muito claro sobre a influência ou a real extensão da psicologia nestes campos²⁰.

No volume *A Psicologia no Brasil*, a importância do contexto social sempre é trazida pela autora, mas sempre amparado numa ideia de contexto social que “influencia” a prática psicológica. Não há um aprofundamento em como este poderia vir a moldar uma determinada prática psicológica de forma mais elaborada: a psicologia encontrou seu lugar nos asilos e ali foi praticada até sua importância fazê-la separar-se naturalmente; ao mesmo tempo, na

¹⁷ ANTUNES, Mitsuko. *A Psicologia no Brasil: Leitura História de sua Constituição*. São Paulo: Unimarco, 2001, 2ª Ed., p. 61.

¹⁸ *Ibidem*, p. 63.

¹⁹ *Ibidem*, p. 98.

²⁰ Aqui, destaco algumas passagens que ilustram meu ponto. No capítulo 1 da parte II, sobre as instituições médicas, a autora cita o Hospício de Juquery (*Ibidem*, pp. 43 – 45), que funcionou em São Paulo no início do século XX, apenas para concluir que “A produção do Juquery circunscreve-se especificamente no âmbito da Psiquiatria, não trazendo contribuição direta para o conhecimento e a prática da Psicologia” (*Loc. cit.*, p. 45). Ao citar o Hospital Nacional de Alienados (*Ibidem*, pp. 45 – 47), que funcionou no mesmo período no Rio de Janeiro, a autora cita uma enorme importância desta instituição por conta de um laboratório que lá existiu, mas indica logo após que a impossibilidade de acesso aos documentos deste “compromete sobremaneira a avaliação mais profunda da participação desse hospício na história da Psicologia no Brasil” (*Ibidem*, pp. 46 – 47). Passagens parecidas se encontram nos capítulos 2 (instituições de ensino) e 3 (organização do trabalho) da parte II: vide a falta de registros sistemáticos sobre o *Pedagogium*, lendário laboratório de psicologia que teria funcionado nas primeiras duas décadas do século XX no Rio de Janeiro (*Ibidem*, p. 70), ou uma colocação ampla e vaga sobre a utilização de testes psicológicos no contexto industrial onde a psicologia entra como “fundamentação teórica” e “produtora de técnicas auxiliares” (*Ibidem*, p. 92) sem maiores detalhes.

educação, a mera prática da psicologia a fez expandir suas aplicações para áreas que antes mal existiam como campo de atuação. Tais práticas amparadas na figura de pioneiros, em instituições que propagavam suas ideias inovadoras a um país que clamava por progresso. Segundo a autora:

“Esse é, em síntese, o quadro histórico hoje possível da psicologia no Brasil, nesse período em que por caminhos diversos e processos diferentes, esta ciência conquistou espaço próprio como área de conhecimento e área de ação, concomitantemente e diretamente relacionado à penetração de teorias, modelos de atuação e técnicas da psicologia, já na condição de ciência autônoma tal como concebida na Europa e nos Estados Unidos. Esse processo foi determinado por fatores presentes na sociedade brasileira, os quais constituíram-se como condições necessárias para que tal desenvolvimento pudesse ocorrer. Entretanto, esse conjunto de determinantes não foi o único, nem ocorreu de forma isolada, pois a evolução geral da psicologia na Europa e nos Estados Unidos constituiu-se como elemento fundamental para que, integrando-se aos fatores locais, pudessem orgânica e conjuntamente gerar as condições que possibilitaram à psicologia efetivar-se como ciência e prática no cenário social brasileiro.”²¹.

Muito parecidas com as conclusões de Massimi, as de Antunes também soam um pouco presentistas. Praticamente temos justificada a trajetória da psicologia como ciência, sem nenhuma menção maior a descaminhos ou mesmo a contextos que poderiam ter impedido a fundamentação da psicologia como é hoje em dia. O problema não reside necessariamente na falta de descaminhos apresentados, mas na aparente tranquilidade com a qual a história da psicologia fluiu – dentro das instituições, pelas mãos dos pioneiros e através das ideias psicológicas a-históricas – desde uma prática auxiliar até os dias de hoje. Salta também aos olhos a falta de maiores descrições desta psicologia científica emergente que daria corpo a uma vindoura categoria profissional regulamentada em 1962 através da Lei 4.119 de 27 de agosto.

Essa narrativa não invalida as contribuições da autora, claramente interessantes no que tange as condições sociais do país e a psicologia na virada do século XIX para o XX, mas faz parecer que o caminho, de certa forma, já estava estabelecido. Há uma visão do presente retroagindo no passado de modo que as narrativas de Antunes e Massimi por vezes fazem parecer que os pioneiros de tempos idos anteciparam de modo quase divinatório a regulamentação da profissão no século XX.

Talvez a maior contribuição de Mitsuko Antunes para a história da psicologia no Brasil seja sua pesquisa sobre os períodos de desenvolvimento da psicologia no país. Como fruto de pesquisas da época de sua tese de doutorado, a autora vem delineando desde o final da década

²¹ ANTUNES, Mitsuko. A Psicologia no Brasil: Leitura História de sua Constituição. São Paulo: Unimarco, 2001, 2ª Ed, pp. 112-113.

de 1980 uma proposta de periodização da história da psicologia no Brasil através de alguns trabalhos.

O primeiro deles, publicado em 1989, intitulado *Psicologia e História: Uma Relação Possível? Ou Psicologia e História: Uma Relação Necessária*, foi uma comunicação para o *IV Encontro Nacional de Psicologia Social*, e trata da função da história da psicologia para os psicólogos. Alegando que o psicólogo brasileiro não conhece a fundo a história de sua profissão, a autora nos diz:

“Pouco sabem os psicólogos sobre a preocupação com o psicológico que tinham alguns religiosos brasileiros durante a colônia, o império, como estes percebiam a mulher e a criança, por exemplo. Tampouco temos conhecimento da passagem gradual de uma psicologia pré-científica para uma psicologia científica, que se revela em teses de doutorado em Medicina, que são produzidas desde os tempos imperiais até o início desse século. Mas quando houve realmente uma explosão da preocupação com a Psicologia? Quando e como são realizadas as primeiras pesquisas psicológicas; sobre que temas elas são elaboradas? Tais fatos ligam-se diretamente a fatores de ordem social, econômica e política, num Brasil que se modernizava e passava de agrário-rural para industrial urbano, em que a Educação e os educadores eram os principais interessados nos avanços recentes da Psicologia no mundo, pois estes no afã de modernizar o processo educacional, viam na Psicologia o pilar de sustentação para uma Pedagogia científica. Não somente isso, mas as instituições “psiquiátricas” se desenvolviam e articulavam-se com escolas de pensamento e exerciam papel social determinado no país...”²².

Não há surpresa em imaginar que, no final da década de 1980, a autora já tinha em mente certas ideias que levaria para sua tese de doutorado e, posteriormente para seu livro. Este texto evoca uma semelhança com a estrutura geral do *A Psicologia no Brasil*, ainda mais quando se leva em consideração que a única citação na breve comunicação de sete páginas é a um artigo de Marina Massimi sobre a psicologia no período colonial do Brasil.

O segundo texto que trago para análise é posterior à publicação do *A Psicologia no Brasil*, e foi publicado como artigo na revista *Psicologia da Educação* em 2006. Intitulado *A consolidação da psicologia no Brasil (1930 – 1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas*, trata dos resultados de uma pesquisa que se propõe como base para outras investigações, “seja para fornecer um quadro sintético sobre o desenvolvimento dessa área de conhecimento [a psicologia], seja para fornecer pistas e referências para possíveis investigações e suas respectivas fontes”²³.

²² ANTUNES, Mitsuko. *Psicologia e História: Uma relação possível?: Ou Psicologia e história: Uma relação Necessária*. *Psicologia e Sociedade: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social*, [S. l.], v. IV, n. 7. 1988, p. 35.

²³ ANTUNES, Mitsuko. *A Consolidação da Psicologia do Brasil (1930 – 1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas*. *Psicol. Educ.*, N° 22, São Paulo: Jun. 2006, p. 79.

Trata-se de uma compilação de obras e demais fontes em psicologia e história da psicologia no período de 1930 a 1962, o que a autora chama de “período de consolidação”. O resto do artigo trata do levantamento de tais fontes deste período em recortes de onze anos, totalizando três extratos de tempo (1930 – 1940, 1941 – 1951, 1952 – 1962). O que importa dele, tanto para minha análise aqui como para o quadro de referências proposto no artigo, é a alegação de que se pode justificar a existência de períodos demarcados, com características próprias, na psicologia brasileira. Segue a autora:

“Os dados demonstram que, à guisa de periodização, algumas características, tomadas como um todo coerente, podem justificar os seguintes períodos na História das Ideias Psicológicas e da Psicologia no Brasil: 1. *pré-institucional*, caracterizado pela produção de ideias psicológicas em obras escritas durante o período colonial; 2. *institucional*, referente à produção de ideias psicológicas em instituições criadas ao longo do século XIX; 3. de *autonomização*, relativo ao momento em que se processa a conquista e o reconhecimento da autonomia da Psicologia como ciência independente, que se dá entre a última década do século passado e as três primeiras décadas do século XX; 4. de *consolidação*, caracterizado pela efetivação e desenvolvimento do ensino, da produção de estudos e pesquisa dos campos de aplicação, assim como o incremento da publicação de obras na área, criação dos primeiros periódicos especializados, promoção de congressos e encontros científicos e criação de associações profissionais; 5. de *profissionalização*, a partir da lei 4119/62, que reconhece a profissão de psicólogo e estabelece os cursos para a sua formação e 6. de *ampliação dos campos de atuação do psicólogo e explicitação dos campos de atuação profissional*.”²⁴.

Os dois primeiros períodos são, afora os nomes, descrições fieis à narrativa proposta por Marina Massimi, de quem Antunes partiu para tratar destes períodos. Os períodos de *autonomização* e *consolidação* são propostas da autora, sendo a *autonomização* coberta pelo *A Psicologia no Brasil* e a *consolidação* pelo próprio artigo em questão. Os últimos dois períodos são também propostos pelo artigo, mas não são delineados com precisão e descrições mais profundas nele.

Por fim, em 2012, Antunes publica um artigo intitulado *A Psicologia no Brasil: Um Ensaio sobre suas Contradições*²⁵ na revista *Psicologia: Ciência e Profissão*. Trata-se de um ensaio celebrando o aniversário de cinquenta anos de regulamentação da profissão. As quatro seções principais do artigo emulam diretamente a periodização que a autora defende: “A produção de saberes psicológicos no período colonial e no século XIX”, que comprime os períodos 1 e 2 do artigo de 2006; “O processo de autonomização da psicologia” e “O processo

²⁴ ANTUNES, Mitsuko. A Consolidação da Psicologia do Brasil (1930 – 1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. *Psicol. Educ.*, N° 22, São Paulo: Jun. 2006, pp 79-80.

²⁵ ANTUNES, Mitsuko. A Psicologia no Brasil: Um Ensaio Sobre Suas Contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [S. l.], n. 32, Número Especial. 2012.

de consolidação da psicologia”, referentes aos períodos 3 e 4; e “A psicologia como profissão regulamentada, ampliação dos campos de atuação profissional e compromisso social”, também comprimindo os períodos 5 e 6 do artigo citado anteriormente.

Vemos aqui uma tentativa de organizar toda a psicologia produzida no Brasil em um enquadramento único, que revela uma marcha direta do passado até o presente. Não há rupturas ou desvios indicados diretamente, mas a presunção de que tal descrição dá conta de toda a produção da psicologia em solo brasileiro sem maiores dificuldades. O único problema seriam as “contradições inerentes” em cada época, que, segundo a autora, fazem parte do processo. Segundo Antunes:

“É possível perceber que ideias e práticas foram hegemônicas em determinados momentos históricos, mas nunca constituíram blocos monolíticos, estáticos e homogêneos. Posições e concepções diferentes, divergentes e opostas coexistiram e foram elas que, na contraposição, provocaram mudanças e saltos de qualidade. Este processo, aqui pontualmente exemplificado por alguns fatos na história da Psicologia no Brasil, *é inerente à realidade em geral.*”²⁶.

Talvez a periodização e a apresentação traíam a autora na intenção de não expor os fatos de modo não monolítico, mas as contradições não ficam tão evidentes quando o quadro geral se apresenta de modo tão amplo e abrangente, quando este não é proposto inerente à realidade. São capturas de fenômenos e realidades possivelmente tão distintos entre si que as divergências não se fazem sentir do modo que a autora provavelmente gostaria. Se minha análise está adequada, fica difícil para qualquer leitor detectar qualquer nuance nos discursos levantados. De antemão, o problema não são as práticas serem ou não monolíticas, mas a própria periodização o é de modo contundente. A intenção de fazer surgir tal ou qual contradição fica em segundo plano frente a uma periodização que dificulta a detecção destes fenômenos. O que fazer com o que não cabe na periodização?

Proponho que, a começar pela marcação do século XX e, especialmente, pela regulamentação da profissão, observa-se uma marca indelével do presente dos historiadores nesta narrativa: a necessidade de justificar a regulamentação da profissão em 1962 como um evento que foi antecipado em muitas décadas, cujas raízes remontam do século XIX que, por sua vez, é fruto de complexificações inúmeras desde a colonização do território brasileiro. Esta é uma periodização que torna frágeis objetos históricos que não se encaixem num modo tão rígido de conceber a história da psicologia no Brasil. Mais ainda, em alguns momentos este

²⁶ ANTUNES, Mtsuko. A Psicologia no Brasil: Um Ensaio Sobre Suas Contradições. Psicologia: Ciência e Profissão, [S. l.], n. 32, Número Especial. 2012, pp. 62-63, grifo meu.

objetos ou somem ou se transformam em funções para a narrativa geral proposta nesta periodização.

Os efeitos deste tipo de periodização são mais interessantes. Assumindo que esta divisão em períodos surge em 2006, e bebendo de outras fontes que propuseram uma divisão semelhante²⁷, vemos sua cristalização através de documentos e publicações oficiais, especialmente as canceladas e financiadas pelo *Conselho Federal de Psicologia* (CFP), autarquia reguladora da profissão de psicologia no Brasil. Em outras palavras, esta periodização transforma-se em um molde reconhecido pelos profissionais através do CFP. Tratarei aqui brevemente de três documentos que cristalizam, de uma forma ou outra, esta forma de conceber o surgimento e desenvolvimento histórico da psicologia no Brasil.

A começar pela *Linha do Tempo da Psicologia Brasileira*, esta tem duas versões de interesse: a de 2012²⁸ e a de 2016²⁹. O projeto da Linha do Tempo data de 2001, quando sua primeira versão acompanhou a publicação do volume do mesmo ano intitulado *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros*³⁰, organizado por Regina Helena de Freitas Campos e possível graças a um esforço do “... grupo de trabalho interinstitucional de pesquisa em História da Psicologia, que se formou na *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia* (ANPEPP) em 1996”³¹. Tal projeto teve uma segunda versão em 2007, mas nenhuma destas se encontra disponível para consulta.

Partindo da versão de 2012, esta é atualizada com a publicação do volume *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*³², organizada por Ana Maria Jacó-Vilela e publicado em 2011. Tal volume começou a ser organizado após a publicação do *Dicionário: Pioneiros* e tem apresentação assinada por Humberto Verona, presidente do CFP na época, que nos conta que “O apoio do Conselho Federal de Psicologia (CFP) aos dicionários insere-se em um projeto do Conselho chamado Memória da Psicologia Brasileira, que tem por finalidade contribuir para resgatar e ampliar o conhecimento sobre a evolução histórica da área da

²⁷ A autora se baseia bastante em Isaías Pessoti, autor de dois importantes relatos sobre história da psicologia no Brasil: *Dados para uma história da psicologia no Brasil* (1975) e *Notas para uma história da psicologia no Brasil* (1988). Ambos os escritos podem ser encontrados num volume intitulado *História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaios* (2004), organizado por ela e que contém oito textos sobre história da psicologia de 1944 a 1988. A autora os considera básicos e essenciais em suas primeiras pesquisas. (ANTUNES, 2004, p. 9).

²⁸ <http://www.crpsp.org.br/linha/default.aspx>

²⁹ <http://linha.crpsp.org.br/>

³⁰ CAMPOS, Regina (Org.). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros*. Rio de Janeiro: Imago, 2001. A partir deste ponto, irei me referir a este volume apenas como “*Dicionário: Pioneiros*” para encurtar a escrita.

³¹ *Ibidem*, p. 5.

³² JACÓ-VILELA, Ana Maria (Org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Brasília, 2011. A partir deste ponto e pelo mesmo motivo do anterior, apenas “*Dicionário: Instituições*”.

Psicologia no Brasil”³³. Ou seja: o apoio do CFP é claro desde o início, não sendo segredo para ninguém que o órgão regulador da profissão tem interesses claros em resgatar a trajetória da psicologia brasileira.

Esta versão de 2012, a terceira, inicia a *Linha do Tempo da Psicologia no Brasil* em 1830, com a criação das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, e a termina em 1962, ano da regulamentação da profissão de psicólogo. Este ano de término faz alusão às comemorações de 50 anos de profissão de psicologia no Brasil, que incentivaram não apenas a atualização da *Linha do Tempo* como uma série de publicações, incluindo o próprio *Dicionário: Instituições*, publicado no ano anterior em preparação às comemorações de 2012.

Já a versão de 2016³⁴ se amplia, iniciando em 1808 e terminando em 2019. Tem por característica três linhas concorrentes de eventos: “Práticas Psicológicas”, “Pensamento Psicológico” e “Contexto Histórico”. Ao consultá-la, cada informação sobre a psicologia, seja nas práticas ou pensamentos psicológicos, fica pareada com alguma informação sobre a história do Brasil. Tal versão acrescenta muitos eventos, mas o que interessa a este capítulo é a maneira que é segmentada a linha do tempo: com início no século XIX e utilizando o ano de 1962 como fundamental para a psicologia brasileira.

Outro documento de extrema importância é o cartaz *100 anos de Psicologia no Brasil*³⁵, disponível no site do CFP. Sem uma datação específica, mas produzido após 2012, o cartaz elenca 33 grandes acontecimentos da psicologia no Brasil, iniciando em 1854 (com a publicação do primeiro livro com a palavra “psicologia” no título) e encerrando em 1999 (com a fundação da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, a ABEP). Vemos citações a diversos pioneiros da profissão no país, como Eliezer Schneider, Helena Antipoff, Lourenço Filho, Manoel Bonfim, Ulisses Pernambucano, dentre outros³⁶, bem como a fundações de laboratórios, escolas, instituições psiquiátricas, associações profissionais e publicações em psicologia. Novamente vemos a marcação do século XIX como importante, desta vez dando uma ênfase maior ao final do século XX ampliando a linha para além de 1962.

³³ JACÓ-VILELA, Ana Maria (Org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Brasília, 2011, p. 13.

³⁴ A versão de 2016, que ainda se insere no projeto “*Memórias da Psicologia Brasileira*”, foca-se mais na história da psicologia no estado de São Paulo. Entretanto, não deixa de apontar para eventos Brasil afora, daí meu interesse em incluí-la. Esta versão continua sendo atualizada constantemente, cobrindo eventos até 2020.

³⁵ <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/03/100anos.pdf>

³⁶ Todos estes contemplados no Projeto *Memórias da Psicologia*, seja na figura de volumes em sua homenagem, como os casos de Schneider, e Pernambucano (vide *Coleção Pioneiros da Psicologia*) ou reedições integrais ou parciais de suas obras, como nos casos de Lourenço Filho, Antipoff e Bonfim (vide *Coleção Clássicos da Psicologia Brasileira*).

Por fim, o terceiro e mais importante documento é a *Exposição 50 anos de Psicologia no Brasil*³⁷, dos três o mais esquematizado, ainda que conte com menos detalhamento. Enquanto os documentos anteriores que analisei tratam mais de datas e eventos cronologicamente dispostos, este se trata de uma exposição que viajou pelo país através dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e que remonta as origens da psicologia até o período colonial brasileiro, como indica a apresentação do Catálogo da Exposição, publicado em 2015 pelo CFP:

“Uma história baseada no próprio desenvolvimento histórico de uma nação e de seus atores, dos nativos aos catequizadores, do colonizador português aos negros escravos, mulatos, cafuzos, mestiços em geral que formavam o nascente povo brasileiro e à forma como a condição de brasilidade constituiu-se formando o repertório cultural e erudito de nosso povo e dentre esse repertório, o que gerou a ciência brasileira, e aqui incluímos a Psicologia no momento da sua autonomização, da sua consolidação em território brasileiro e sua regulamentação, constituindo-se com profissão.”³⁸.

São seis os períodos da psicologia em solo brasileiro, segundo o documento: *Saberes Psicológicos* (1500 – 1808), *Saberes Psicológicos Produzidos em Outras Áreas do Conhecimento* (1808 – 1890), *Autonomização da Psicologia* (1890 – 1930), *Consolidação da Psicologia* (1930 – 1962), *A regulamentação e os tempos da Ditadura* (1962 – 1980) e *Sistema Conselhos de Psicologia e Redemocratização* (1980 – 2012). Vemos uma clara sobreposição de temas entre os três documentos analisados: datas (1808 como uma data importante para a psicologia no século XIX); a escolha de nomes de pioneiros e instituições; a marca do primeiro livro de psicologia em 1854, a escolha da data da regulamentação em 1962 etc, o que indica um solo comum do qual surgiram os documentos.

As características de tais períodos são brevemente sumarizadas no documento. No período de 1500 a 1808, “Religiosos, políticos, educadores, filósofos e moralistas foram os primeiros a abordar questões psicológicas no Brasil colonial”, e posteriormente no século XVIII destacando-se a “... figura do médico, substituto da figura do confessor, na cura dos males da alma”³⁹. Já no período de 1808 a 1890, “Os saberes psicológicos, no século XIX, foram produzidos principalmente no interior da medicina e da educação”⁴⁰. Aqui, ficam evidentes as marcações históricas para a divisão das datas: o Brasil enquanto Colônia, a vinda da família real em 1808, o início e o fim do período do Império e a Primeira República.

Os períodos subsequentes (1980 a 1930 e 1930 a 1962) tratam da Autonomização e Consolidação da psicologia. Enquanto a característica principal do período de autonomização

³⁷ <http://www.crsp.org/fotos/pdf-2015-10-06-12-34-36.pdf>

³⁸ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Exposição 50 Anos de Psicologia no Brasil*. 2015, p. 4.

³⁹ *Ibidem*, p. 6.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 8.

é a de que “... a Psicologia vai sendo reconhecida como uma ciência autônoma, ocupando um lugar significativo no âmbito do ensino, da pesquisa e da prática.”⁴¹, no período de consolidação trata-se de argumentar em prol de uma sociedade brasileira em franca modernização, onde “A Psicologia se consolida como uma ciência capaz de formular teorias, técnicas e práticas para orientar e integrar o processo de desenvolvimento demandado pela nova ordem política e social”⁴². As datações aqui já não seguem tão perto a história do Brasil, tendo como marcos a Primeira República e os processos de modernização do país na década de 1930 como pano de fundo apenas.

Por fim, temos os últimos períodos (1962 a 1980 e 1980 a 2012). O marco da regulamentação da profissão é evidente, mas quase fica em segundo plano pois tal período sobrepõe-se com o da Ditadura Militar. Por um lado, o documento explicita a conquista da Lei Nº 4119; por outro, precisa tocar na relação da psicologia com este período repressivo. Nós, psicólogos, tivemos nossa profissão reconhecida e o Sistema Conselhos de Psicologia criados num dos períodos mais conturbados e horríveis da história recente do país. O documento da exposição revela a íntima ligação que profissionais tiveram com tal período: dos apoiadores do Regime Militar através de técnicas psicológicas àqueles que questionaram tal aproximação⁴³. O período do Sistema Conselhos e Redemocratização, que caracteriza o último período da psicologia no Brasil, soa como um alívio na narrativa do documento, cuja data limite de 2012 é o de comemoração de 50 anos de profissão, na seguinte passagem:

“O Conselho Federal de Psicologia foi criado em 1971 durante o período mais duro da ditadura militar, sob o controle do Ministério do Trabalho. Somente dois anos depois o Ministério do Trabalho convoca as associações de psicologia para elegerem o Primeiro Plenário. Em processo de organização, o CFP oficializa em 1975 o primeiro Código de Ética Profissional, reformulado em 1979. Neste mesmo ano, publica o número zero da Revista Psicologia, Ciência e Profissão, em que começa a tornar pública a adesão ao movimento contra a ditadura.”⁴⁴.

Como espero ter demonstrado, esta Exposição é de suma importância para compreendermos como se cristaliza uma narrativa sobre o desenvolvimento da psicologia como saber e profissão no Brasil. A periodização, ora mais próxima dos eventos da história do Brasil, ora mais preocupada com a psicologia como saber autônomo, nos conduz das raízes do país até os dias atuais. Tal condução, evidentemente muito segura e sem hesitações, pode ser criticada, mas o mais importante é a periodização apresentada.

⁴¹ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Exposição 50 Anos de Psicologia no Brasil. 2015, p. 10.

⁴² *Ibidem*, p. 12.

⁴³ *Ibidem*, p. 14.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 16.

Ocorre que meu objeto de estudo não se encaixa exatamente nesta periodização, e parte do esforço desta tese será o de “costurar” uma narrativa que tente por um lado conectar-se à literatura em história da psicologia sempre que possível, fazendo referência a alguns marcos ou objetos de comum acordo entre os historiadores; e por outro distanciar-se de tal literatura quando esta se mostrar limitada como referência para enquadrar meu objeto. Prossigamos com alguns exemplos.

Há uma informação a ser levantada que aprofunda o instituto de psicologia como um objeto histórico valioso para se pensar a psicologia no Brasil do século XX: é o mais antigo ainda em atividade, segundo um levantamento minucioso baseado no *Dicionário: Instituições*. Para os fins do levantamento do dicionário, o termo “instituição” refere-se “tanto a estabelecimentos, associações e organizações públicas, privadas e não-governamentais de pesquisa, de formação, de prestação de serviços etc.”⁴⁵. De modo a estabelecer a afirmação com maior cuidado, partindo do *Dicionário: Instituições*, podemos assumir que o atual Instituto de Psicologia da UFRJ (IP-UFRJ), cujo início data de 1923 e existe até os dias de hoje, é a instituição de psicologia mais antiga do país com foco em formação de profissionais, produção de conhecimento psicológico e prestação de serviços relacionados à psicologia. Mesmo com suas diferentes versões, o instituto manteve, seja através do nome ou das práticas, uma ligação clara e direta com a psicologia no Brasil.

Das 265 instituições listadas no *Dicionário: Instituições*, apenas 37 são anteriores ao instituto: vinte são instituições médicas (hospitais, asilos, clínicas e associações de medicina), quinze são instituições educacionais (colégios e escolas normais), uma é ligada à organização do trabalho (*Serviço de Orientação Vocacional do Colégio Santa Teresa*) e uma se trata de uma instituição religiosa (*Centro Dom Vidal*). O leitor pode encontrar no Apêndice I uma lista detalhada das instituições mencionadas.

Nenhuma das instituições mais antigas que o IP-UFRJ forma psicólogos, apesar de ainda manterem relações com a psicologia, seja na forma de cursos ou publicações. Pela definição de “instituição” ser ampla no *Dicionário: Instituições*, hospitais psiquiátricos e colégios com raízes no século XIX ou início do século XX antecedem o IP-UFRJ, mas não se assemelham a ele em termos de função e longevidade no que toca a psicologia como área de saber. Algumas destas instituições inclusive não existem mais: sete delas já deixaram de funcionar. Por fim, nenhuma das instituições constitui um Instituto ou Departamento de Psicologia, o que coloca o IP-UFRJ como Instituto de Psicologia mais antigo do país.

⁴⁵ JACÓ-VILELA, Ana Maria (Org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Brasília, 2011, p. 15.

Esta informação me serve de base para afirmar que contar a história do IP-UFRJ é também contar a história da psicologia no Brasil ao longo do século XX. Não há como separar o desenvolvimento institucional do IP-UFRJ da psicologia brasileira, inclusive porque muitos dos principais profissionais ligados à profissão também fizeram parte do IP-UFRJ em algum momento. Um breve levantamento no *Dicionário: Pioneiros* indica que pelo instituto passaram dezesseis dos duzentos “pioneiros” considerados pela narrativa aqui apresentada. O leitor pode encontrar uma lista detalhada no Apêndice II.

Uma tentativa de resgatar a história do instituto na literatura corrente já citada se mostra infrutífera, com poucos achados importantes, levando-se em consideração a antiguidade da instituição. No cartaz *100 anos de Psicologia no Brasil* encontramos três menções: a criação do laboratório de psicologia da *Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro* em 1923, sua posterior conversão em Instituto de Psicologia em 1932 e a criação, em 1950, do periódico “Boletim de Psicologia”⁴⁶. A criação do instituto é lembrada por conter “o primeiro projeto de curso de formação de psicólogos profissionais”⁴⁷. Já a menção ao periódico da década de 1950 está errada: seu nome era “Boletins do Instituto de Psicologia”, e foi criado apenas em 1951. O leitor pode consultar, no Apêndice III, a lista completa de publicações dos “Boletins...”, conforme levantamento realizado durante a pesquisa que originou esta tese.

Já no *Dicionário: Instituições*, encontramos algumas entradas ligadas ao instituto: uma dedicada ao IP-UFRJ e outra ao seu período como laboratório. A primeira é uma retomada geral das datas e marcos importantes do instituto desde 1924⁴⁸ e a segunda cobre apenas o período de 1924 até 1932⁴⁹. Os autores marcam 1924 a data de início por conta da contratação de de Waclaw Radecki como diretor do então laboratório e posterior instituto, mesmo que os instrumentos do laboratório já estivessem em poder da Colônia desde 1923.

Outra fonte importante que revela muitas informações sobre o instituto é o volume *História da Psicologia no Rio de Janeiro*, de Antônio Gomes Penna, falecido ex-professor do IP-UFRJ e colaborador do instituto desde a década de 1950, quando foi auxiliar de Nilton Campos, ex-diretor do instituto e catedrático de psicologia da *Universidade do Brasil*. O livro,

⁴⁶ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Cartaz “100 Anos de Psicologia no Brasil”, 2012.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ FERREIRA, Arthur Arruda Leal. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP-UFRJ). In: ⁴⁸ JACÓ-VILELA, Ana Maria (Org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Brasília, 2011, pp. 317-319).

⁴⁹ CENTOFANTI, Rogério. Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (Org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Brasília, 2011, pp. 355-356).

entretanto, levanta informações muito dispersas sobre o instituto, não constituindo uma organização clara apenas sobre o IP-UFRJ.

Por fim, encontramos uma dissertação de mestrado publicada em 2010 de autoria de Marina Autuori. Intitulada *Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Encontrando os caminhos de sua história* é uma dissertação que busca cobrir apenas os cinquenta primeiros anos do instituto⁵⁰, e levanta dados importantes, mesmo com uma profunda limitação de fontes, em parte culpa da longa história do instituto e dos diversos lugares que este ocupou ao longo dos anos. É também marco desta dissertação citar muitas fontes secundárias, algumas já citadas como os trabalhos de Mitsuko Antunes ou de Ana Jacó-Vilela. Em especial, nota-se uma ausência maior de menção em detalhes ao funcionamento do instituto na Colônia de Alienadas e na *Universidade do Brasil*, dando mais detalhes sobre este nos anos mais próximos ao instituto como parte constituinte da UFRJ.

Desta forma, parto de outro referencial para tratar da história do instituto. Tentarei me afastar da periodização da psicologia aqui citada e seguirei o instituto em seus descaminhos ao longo do século XX propondo que, em muitos momentos, o que se entende por “psicologia” variou de significado. O modo como se produziu conhecimento dito psicológico da década de 1920 certamente não será o mesmo produzido na década de 2020 que se inicia agora. Não apenas o significado do que é “psicologia” muda, mas também do que é ser “psicólogo”, visto que de 1923 a 1962, um período de quarenta anos, simplesmente não havia um órgão regulador para definir o que o profissional de psicologia era, como deveria agir e como este se identificava. Portanto, rupturas serão importantes para esta narrativa, assim como um referencial que dê conta de tais rupturas.

Construindo um novo ponto de partida: Uma história possível do IP-UFRJ

Em primeiro lugar, é preciso destacar que o uso do termo “psicologia” é indiscriminado entre os autores. Em especial nos trabalhos de Massimi e Antunes, não se detecta nos volumes examinados um cuidado maior em definir o que era psicologia nos extratos de tempo indicados pelas autoras. Pelo contrário: como vimos, muitas vezes se propõe não a ruptura entre diferentes concepções de psicologia, mas sim uma continuidade. Mais especificamente, uma lenta evolução, partindo das ideias/saberes e práticas psicológicas do período colonial, as raízes da psicologia brasileira, até a entrada em cena do positivismo e das propostas científicas da

⁵⁰ AUTUORI, Marina. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Encontrando os caminhos de sua história. Rio de Janeiro: 2010, p. 10.

psicologia no século XIX, que culminam na era universitária e nas posteriores versões autônomas e consolidadas da psicologia. Esta proposição é problemática por não levar em consideração, calcada em certa concepção presentista da história, que a própria noção de uma psicologia como um campo de estudos e um saber tem, em si, uma história.

A questão gira em torno do objeto da psicologia. Para estas autoras (e muitos outros autores fora do Brasil também), a psicologia possui um objeto trans-histórico, perene e mais ou menos imutável, e, ao partir deste objeto, encontram-no em diversos períodos da história. É por isso que é possível afirmar, nos trabalhos de Massimi, que nos sermões datados do século XVII do Padre Antônio Vieira, por exemplo, constata-se “vivo interesse pelos assuntos psicológicos, embora o método de abordagem seja muito diferente do da psicologia moderna, tendo como referencial teórico a antropologia cristã e como objetivo prático a integridade psicofísica da pessoa”⁵¹; ou que os trabalhos dos jesuítas constituíam, no catequizar e educar de crianças indígenas, uma verdadeira “psicopedagogia jesuítica”⁵²; ou ainda que o modo como os índios cuidavam de suas crianças, conforme os relatos dos padres jesuítas, constituíam “atitudes e conhecimentos em muitos casos confirmados pela psicologia moderna”⁵³, em especial quando estes escolhiam não punir física e moralmente seus filhos. Contra esta abordagem que pressupõe continuidades infinitas com épocas distantes, o historiador da psicologia Roger Smith já nos alertava:

“Essas histórias dão como certo que o objeto da psicologia é universal, isto é, que sempre houve um objeto real, potencialmente alcançável pelo conhecimento científico, e que se torna gradualmente acessível aos grandes pensadores. Os historiadores, é claro, entendem que diferentes culturas e civilizações descrevem este objeto de muitos modos diferentes, mas assumem que há uma unidade subjacente a esta descrição. Ao seguir tais ideias, os historiadores da psicologia tendem a reproduzir uma abordagem da história intelectual do ocidente. Além disso, colocando em causa o foco ocidental, pressupõe-se algumas vezes que todas as pessoas em todas as épocas tenham tido meios de representar simbólica ou linguisticamente categorias da ação humana (e, de fato, a posse de uma “psicologia” nesse sentido poderia ser considerada verdadeira por definição do que é humano).”⁵⁴.

Há também o interesse na manutenção de uma identidade profissional. Conforme examinei, a questão das linhas do tempo e comemorações voltam-se sempre para a regulamentação da profissão, sendo o ano de 1962 um marco entre a fase pré-profissional e a fase profissional. É por isso que asilos, escolas e fábricas podem ser evocados por Antunes

⁵¹ MASSIMI, M. História da Psicologia Brasileira: Da Época Colonial até 1934. São Paulo: EPU, 1990, p. 23.

⁵² *Ibidem*, pp. 14-18.

⁵³ *Ibidem*, p. 11.

⁵⁴ SMITH, Roger. A história da psicologia tem um objeto? In: ARAÚJO, Saulo (Org). História e Filosofia da Psicologia: Perspectivas contemporâneas. Editora UFJF: 2012, p. 24.

como lugares de produção de psicologia e de psicólogos, apesar das dificuldades de encontramos uma definição clara das práticas nestas instituições. Toda e qualquer atividade que possa ser evocada como “psicológica” é arrolada por uma historiografia que visa justamente resgatar as origens de toda uma profissão. Nas palavras de Smith:

“Os textos de história incorporam e transmitem para os estudantes valores importantes para o senso de identidade e valor do psicólogo. Ao retratarem a psicologia moderna como o resultado inevitável ou “natural” da aplicação de procedimentos científicos a tópicos psicológicos, eles fornecem à psicologia moderna sua autoridade. O estudante tem a experiência do que significa herdar um empreendimento exclusivamente objetivo e, portanto, instrumentalmente efetivo.”⁵⁵.

Qual seria, então, o objeto da psicologia? Como poderíamos fazer um recorte histórico que seja satisfatoriamente descritivo e que capture o funcionamento da psicologia em certa época e suas dinâmicas locais sem recair no problema do presenteísmo? Para Roger Smith, esta é uma questão complexa, pois não haveria *a* história da psicologia, mas uma série de histórias em aberto, dependentes diretamente do objeto definido⁵⁶. O objeto a ser historiografado definiria a história a ser contada, seus pontos de partida e de onde o historiador deve começar para delinear os contornos de sua narrativa. O autor define bem tal posição quando alega que “a representação do “psicológico” [de uma determinada época] está ligada a características locais do tempo e do espaço, e não à autoridade das comunidades da “psicologia” moderna.”⁵⁷. Smith também clama por uma aproximação maior com os métodos da História, pois este problema, entre os historiadores de profissão, já é conhecido.

Tal aproximação tende a aprofundar também o que quero dizer quando indico uma concepção presentista de história. Por presenteísmo, me refiro a uma versão “presentocêntrica”, onde o foco da narrativa é justificar o *hoje* através do *ontem*, e quase sempre com olhos em algum *amanhã* possível. O historiador sempre parte de um tempo presente, e este tempo funciona como sua referência. Entretanto, tomar este tempo sem cuidados ou filtros leva à uma posição de onde o historiador acaba se tornando refém. É preciso, portanto, não tomar o nosso presente como referência final, mas separar-se (até certo ponto) de modo a não julgar ou analisar o passado através de categorias atuais. Voltando aos exemplos anteriores, ao categorizar o cotidiano indígena como contendo práticas reconhecidas pela psicologia atual, tomamos um objeto de outra época e o resgatamos sob um prisma totalmente distinto, incorrendo num erro

⁵⁵ SMITH, Roger. A história da psicologia tem um objeto? In: História e Filosofia da Psicologia: Perspectivas contemporâneas. Editora UFJF: 2012, p. 17.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 39.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 45.

de interpretação. O resgate sem cuidados de objetos de outras épocas leva a interpretações presentistas destes objetos. Entretanto, como seria possível dissociar-se do presente no qual vivo de modo a este não “contaminar” minha narrativa?

É mais prudente para minhas intenções considerar a história como uma *construção* de uma narrativa ao invés de uma *reconstituição* de fatos. Seguindo com a noção de uma história construída, encontramos algumas ideias que ajudam não só a pensar melhor nesta hipótese como operacionalizar a escrita a partir da ideia de uma *fabricação* da história. Michel De Certeau, famoso historiador francês, irá propor a história como uma operação, e para tal irá lançar mão de duas grandes características de tal operação: o lugar de onde parte o historiador e os procedimentos dos quais ele irá se valer para produzir esta história:

“Considerar a história como uma operação será tentar, de um modo necessariamente limitado, compreendê-la com a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, um ofício etc.) e *procedimentos* de análise (uma disciplina). É admitir que a história faz parte de uma “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser captada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. A partir desta perspectiva, gostaria de demonstrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar social* e de *práticas científicas*.”⁵⁸.

Para tanto, disseca o *lugar social* do historiador para, depois, dissecar as *práticas científicas* as quais ele irá se remeter para produzir sua história. Tal história não é o movimento do passado em direção ao presente, como uma linha reta que se estende dos tempos imemoriais até os dias atuais, mas senão exatamente o oposto: a história é um fazer, donde o historiador parte do presente no qual habita e debruça-se sobre o passado, de modo não a elucidar apenas os tempos anteriores, mas produzir, sobre seu próprio presente, uma história que o ajude a ser entendido. Isto implica, claramente, na denúncia do lugar de onde partiu o historiador para produzir a história, e é sobre isto que trata De Certeau:

“Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, por mais longe que as estendamos, capazes de apagar a particularidade do lugar de onde eu falo e do domínio por onde conduzo uma investigação. Essa marca é indelével. No discurso onde faço representar as questões gerais, essa marca terá a forma de um *idiotismo*: meu dialeto demonstra minha ligação com um certo lugar.”⁵⁹.

Sobre a questão do lugar social, De Certeau é taxativo: não há como escapar das implicações dele sobre o trabalho do historiador. É ele quem determina certas abordagens, métodos e interpretações, da mesma forma que é ele quem inibe alternativas diferentes. É por isso, portanto, que é preciso saber de onde se parte: justamente para deixar claro que

⁵⁸ DE CERTEAU, Michel. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (Orgs). História: Novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1988, p. 18.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 17.

possibilidades de análise estão em jogo e quais, possivelmente, ficarão de fora. A operação histórica partirá exatamente do entendimento deste lugar. Conforme o autor:

“Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, importa analisar como ela aí *funciona*. Esta instituição inscreve-se num complexo que lhe *permite* somente um tipo de produções e lhe interdita outros. Tal é a dupla função do lugar. O lugar *torna possível* determinadas pesquisas, por meio de conjunturas e problemáticas comuns. Mas *torna* outras *impossíveis*, exclui do discurso o que é sua condição num dado momento; desempenha o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) da análise. Indubitavelmente esta combinação entre a *permissão* e a *interdição* é o ponto cego da pesquisa histórica, e a razão pela qual ela não é compatível com *não importa o quê*. É igualmente sobre esta combinação que age o trabalho destinado a modificá-la.”⁶⁰.

Deste modo, De Certeau levanta vários aspectos que podem permitir e ao mesmo tempo interditar o trabalho do historiador: sua profissão e o lugar que ocupa nela, a comunidade de estudiosos do qual faz parte, sua situação sócio-econômica e cultural, a situação política de uma época, dentre outros. Tudo isto implica no tal ponto cego da pesquisa histórica, e cabe ao historiador deixar claro para que ele possa ser detectado em análises futuras. Fica, portanto, a dificuldade estabelecida:

“É impossível, portanto, analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele é organizado em silêncio; ou sonhar com uma renovação da disciplina que seria assegurada apenas pela modificação de seus conceitos, sem que haja uma transformação das situações estabelecidas.”⁶¹.

Partindo para as práticas, De Certeau aqui propõe que a operação histórica se faça não a partir de tomadas simbólicas do que seria a história, como um “estudo do passado” ou uma história que tem por objeto “o tempo”. É bem claro, aqui, que a ideia de operação histórica existe para evidenciar o teor de fabricação da história por parte do historiador. Para tal, uma fortuita analogia é traçada por De Certeau:

“Sem dúvida é excessivo dizer que o historiador tem “o tempo” como “material de análise” ou como “objeto específico”. O historiador trata, segundo seus métodos, os objetos físicos (papeis, pedras, imagens, sons etc.) distinguidos, no *continuum* do percebido, pela organização de uma sociedade e pelo sistema de pertinências próprias a uma “ciência”. O historiador trabalha sobre um material para transformá-lo em história. Efetua então uma manipulação, que, como as outras, obedece a regras. Tal manipulação assemelha-se à fabricação efetuada com o minério já refinado. Transformando de início as matérias-primas (uma informação primária) em produtos *standart* (informação secundária), transporta-o de uma região da cultura (as “curiosidades”, os arquivos, as coleções etc.) a uma outra (a história). Um trabalho

⁶⁰ DE CERTEAU, Michel. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (Orgs). História: Novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1988, p. 27.

⁶¹ *Ibidem*, p. 22.

“histórico” participa do movimento pelo qual uma sociedade modificou sua relação com a natureza, transformando o “natural” em utilitário (por exemplo, a floresta em exploração) ou em estético (por exemplo, a montanha em paisagem), ou fazendo passar uma instituição social de um estatuto a outro (por exemplo, a igreja convertida em museu).”⁶².

Colocando a história desse modo, De Certeau subverte as antigas tomadas do fazer histórico. Trata-se de pensá-lo como uma prática que parte de coisas concretas e que fabrica seu discurso a partir do refinamento delas, exatamente como a analogia do minério sendo refinado até se tornar algo lapidado.

Esta concepção também me ajuda a pensar no problema da periodização da psicologia que levantei anteriormente. Em trabalho recente, intitulado *A História deve ser dividida em pedaços?*⁶³, Jacques LeGoff, outro importante historiador francês, faz uma história da periodização na historiografia. Mostrando como esta tem um passado em um pensamento da antiguidade cristã, o autor disserta sobre a função de se periodizar tempos históricos.

“Se, por um lado, a periodização oferece uma ajuda ao controle do tempo, ou melhor, ao seu uso, por outro ela algumas vezes faz surgir problemas de apreciação do passado. Periodizar a história é um ato complexo, carregado ao mesmo tempo de subjetividade e de esforço para produzir um resultado aceitável para o maior número de pessoas.”⁶⁴.

A tônica do ensaio gira em torno de uma tese que LeGoff levanta sobre o Renascimento. Para ele, não há indícios de que este tenha sido um tempo com características particulares de modo a ganhar um nome próprio, mas sim um subperíodo da Idade Medieval, de modo que haveria um continuísmo entre eles. Seria apenas no século XVIII que, ao fim do Renascimento, teríamos um período histórico realmente distinto do anterior, visto que várias características deste seriam desenvolvimentos posteriores de coisas que já tinham surgido ao menos desde o início da Baixa Idade Média: do desenvolvimento do pensamento econômico, o uso de metais no dia a dia e no desenvolvimento de uma agricultura mais eficiente até os hábitos como etiqueta, consumo de pão e uso de talheres, todos estes teriam um continuísmo com a Idade Medieval.⁶⁵

A questão que ele levanta é a de que a Idade Média teve um efeito de *longa duração* no que se convencionou a chamar de Renascimento. A ruptura entre períodos não seria mais do

⁶² DE CERTEAU, Michel. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (Orgs). História: Novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1988, p.29.

⁶³ LE GOFF, JACQUES. A História Deve ser Dividida em Pedaços? São Paulo: Editora Unesp, 2014.

⁶⁴ *Ibidem*, pp. 13-14.

⁶⁵ Infelizmente, não há espaço e tempo hábil para que se discuta em profundidade as muitas ideias e os abundantes exemplos que Jacques LeGoff apresenta no ensaio. Fica a sugestão para o leitor interessado, pois trata-se de um ensaio de pouco mais de cem páginas, e provavelmente o último escrito acadêmico do autor antes de falecer. É uma leitura de fôlego e que acende vários debates em historiografia.

que artificial⁶⁶, e que, ainda que se reconheça uma virada cronológica (de datas), em termos de costumes, hábitos e estruturas, permaneceu-se ainda num ambiente diretamente ligado à era Medieval. Em contrapartida, a ideia de uma longa duração, a princípio, soaria como contraditória, pois se existem longas durações, os períodos perderiam seu sentido: coisas muito antigas, de tempos idos, ainda com efeitos no presente, não denotariam uma continuidade total na história, minando a própria noção do que é um período? Para LeGoff, não:

“Diz-se que a longa duração, introduzida por Fernand Braudel e que desde então se introduziu entre os historiadores, borra, se não apaga os períodos. A meu ver, este antagonismo não é um fato. Há, na longa duração, lugar para os períodos. O controle de um objeto vital, intelectual e ao mesmo tempo carnal, como pode ser a história, parece-me necessitar de uma combinação de continuidade e descontinuidade. É isso que a longa duração associada à periodização oferece.”⁶⁷.

Continuidade e descontinuidade. É possível que o objeto histórico apresente períodos distintos uns dos outros em termos cronológicos, com acontecimentos e conjunturas específicos a cada um, mas que, em termos de estruturas, apresente uma série de características que tem causa, em termos mais gerais, numa longa duração cujo pano de fundo é uma estrutura histórica que só se apreende após uma longa passagem de tempo, como um século. Assim como a complexa periodização do Instituto de Psicologia, que apresenta em seus diversos estágios de desenvolvimento institucional efeitos que reverberam até os dias de hoje e cuja compreensão deriva de uma longa duração de efeitos do início da sua história.

Partindo deste pressuposto, em meu trabalho não seguirei o instituto de psicologia a partir de sua versão moderna, o IP-UFRJ. Ao invés de explicar como o atual IP-UFRJ veio a se estabelecer como tal, tentarei fazer o caminho oposto: como, em cada época, configurava-se de modo particular o passado o IP-UFRJ? Se é verdade, como já afirmei aqui, que entre a década de 1920 e a atual década de 2020 há diferenças o suficiente para alegar certas rupturas entre os diversos modos de funcionamento da psicologia no Brasil ao longo destes quase cem anos, é preciso que cada época defina os pontos de partida importantes a ela. Portanto, justifico a o distanciamento da literatura corrente da história da psicologia no Brasil por ser demasiado monolítica em suas periodizações, presentista em seus pressupostos e por demais preocupada com o fenômeno da profissionalização da psicologia no país como ponto de chegada.

⁶⁶ Artificial, aqui sem uso pejorativo: o autor reconhece, no início do ensaio, que toda periodização é, em primeiro lugar, fruto da ação humana. “O termo ‘periodização’ será o fio condutor do presente ensaio. Ele indica uma *ação humana sobre o tempo* e sublinha que seu recorte não é neutro.” (LeGoff, 2014, p. 12, grifo meu).

⁶⁷ LE GOFF, Jacques. *A História Deve ser Dividida em Pedacos?* São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 132.

Três períodos serão os focos deste trabalho, e as datações tentarão seguir as relações do instituto em cada época. O primeiro grande período é o de 1923 a 1937, que se subdivide entre o período de 1923 a 1932 (sobre o laboratório da *Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro*) e o de 1933 a 1937 (sobre o instituto sendo parte ativa da *Universidade do Rio de Janeiro*). Enquanto os primeiros dez anos constituem uma espécie de “pré-história” do IP-UFRJ, visto que ainda constava como laboratório de pesquisas, é importante iniciarmos a datação com este laboratório pois ele possui raízes que datam do século XIX: o projeto da psiquiatria como medicina mental que culminou no alienismo, higienismo e eugenismo amplamente praticados pelos psiquiatras brasileiros na primeira metade do século XX.

Apesar de indicado na literatura corrente da história da psicologia no Brasil, muito pouco se estuda sobre as relações da psicologia com a psiquiatria da época. Para além de apenas uma “disciplina auxiliar” da psiquiatria, pretendo argumentar como esta constituiu um modo específico de funcionamento da psicologia em suas instituições asilares, colocando completamente em segundo plano quaisquer aspirações de produção de uma psicologia “autônoma”, deixando-a muito mais próxima de uma técnica à serviço dos psiquiatras através do laboratório. Seja via seu cabedal de instrumentos de utilização eminentemente clínica, seja via seu pessoal, performando diversos exames psicológicos e psicotécnicos nos muitos pacientes da estrutural manicomial do Rio de Janeiro das décadas de 1920 e 1930, a psicologia praticada nesta época era moldada pelos interesses dos psiquiatras. Esta aproximação com a história da psiquiatria no Brasil é importante também para destacar que, ao contrário da psicologia na Europa e nos Estados Unidos, nossos laboratórios não surgiram nas universidades (como o de Wilhelm Wundt na Alemanha ou os de Edward Titchener e William James nos Estados Unidos), mas sim no seio de instituições asilares que os convocavam. Sobretudo, tais laboratórios não tinham por vocação ou uso primário a pesquisa pura em Psicologia (com proposital P maiúsculo), mas sim, como no caso do laboratório que deu origem ao IP-UFRJ, no exame, diagnóstico e controle dos pacientes por parte do poder médico da época.

Tal característica persistirá até o segundo grande período coberto por esta tese, que irá de 1937 até 1965. Esta fase será marcada pela permanência do instituto como instituição auxiliar a outros saberes, com a diferença de estar, neste período, alocado na Universidade do Brasil. Porém, ao contrário do que se imagina, a “era universitária” pouco contribuiu para a consolidação da psicologia como saber autônomo. Uma marca notável do período 1937-1965 é o fato do instituto ser ligado à UB sem ter qualquer gerência sobre a cátedra de psicologia que ali existiu nos primeiros doze anos. De 1937 até 1948, Instituto de Psicologia e Cátedra de Psicologia eram entidades distintas, sendo o diretor do instituto responsável por atividades de

cunho técnico e cursos de especializações em psicotécnica enquanto o catedrático de psicologia era responsável por ministrar as cadeiras de psicologia para cursos como o de Filosofia e Pedagogia.

Este distanciamento se deve ao passado do instituto como laboratório de uso amplamente psicotécnico por parte de psiquiatras. Apenas depois de 1948 é que se unem Instituto de Psicologia da UB e cátedra de psicologia da UB. E mesmo com tal união de instituto e cátedra, não significa que a psicologia exercida no IP-UB era “autônoma”. Em todo este período de 1937-1965 o instituto manteve ligação com a *Faculdade Nacional de Filosofia* (FNFfi) da *Universidade do Brasil* por força de diversos decretos e leis que estruturaram a FNFfi, tendo o Instituto sido dirigido por dois médicos (Jayme Grabois até 1948 e Nilton Campos de 1948 até 1965), ambos tendo sido assistentes do laboratório anterior.

Portanto, por força de lei, o instituto permaneceu como instituição auxiliar até que a Lei 4.119/1962 viesse a regulamentar, a 27 de agosto daquele ano, a profissão de psicólogo. Para este período, a história da estruturação das universidades no Brasil do século XX é de suma importância, especialmente quando se leva em consideração que toda a história da FNFfi é cercada de autoritarismos. Da escolha precisa de catedráticos pelo Governo Vargas até a preocupação com o catedrático de psicologia da UB por razões políticas e trocas de favores, a psicologia como saber fica em segundo plano mais uma vez, entrando em evidência o modo muito particular pelo qual o IP-UB se estruturou em seus quase trinta anos ligados à FNFfi, permanecendo sob controle dos médicos que o dirigiram.

Por fim, o período final a ser coberto pela tese é o que vai de 1965, ano em que a Universidade do Brasil se transforma em *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, até 2003. Trata-se de um período longo por ser repleto de reviravoltas, e a mais importante delas é a Ditadura Militar, período que o IP-UFRJ atravessou inteiro e do qual foi vítima inúmeras vezes. De 1965 até 1970, época em que a ditadura se aprofunda e se torna mais violenta, há uma história de combates e militância esquecida da qual o IP, na figura de seus valentes alunos, fez parte, e é imprescindível, especialmente na época atual em que o Brasil se encontra, que esta história seja resgatada.

Simultânea aos eventos da ditadura está a construção do curso de psicologia da UFRJ, um dos primeiros a surgirem após a regulamentação da profissão. Nesta tese, pretendo trabalhar a progressão do curso de psicologia desde suas versões iniciais em 1964, ainda na FNFfi, até o curso mais recente do recorte desta tese, de 2001. O curso passará por três grandes transformações, e a análise destes diferentes currículos vai revelar muito sobre o estabelecimento da profissão de psicólogo no Brasil. Será possível notar, por exemplo, o efeito

de um passado ligado à psiquiatria ainda exercendo poderes sobre a psicologia. Tal efeito pode ser sentido de algumas formas ao longo do último período coberto, em especial com a proibição de que o IP-UFRJ oferecesse em seu currículo a disciplina de Teorias e Técnicas Psicoterápicas no final da década de 1960.

A pressão que a psiquiatria exerceu se deu pelo fato de que as atribuições do psicólogo no Brasil permaneceram objeto de disputa mesmo após a Lei 4119/1962, demonstrando que a mera regulamentação da profissão por um dispositivo legal não garantiu que a psicologia se autonomizasse. É ainda mais impressionante constatar que de 1923 até 1974, todos os diretores do instituto, em todas as suas três fases, foram médicos ou formados em Medicina. É apenas com Antônio Gomes Penna, Bacharel em Direito e Ciências Econômicas e Doutor em Filosofia, que teremos o primeiro diretor não ligado à Medicina. Só teremos uma psicóloga de formação dirigindo o instituto quando Marion Merlone dos Santos Penna, esposa de Antônio Gomes Penna, assume como diretora em 1981, abrindo caminho para que outros fizessem o mesmo.

Estes três grandes períodos – 1923 a 1937, 1937 a 1965, 1965 a 2003 – São longos e cobrem oitenta anos de história. A escolha por finalizar a datação da tese no ano de 2003 é composta por vários fatores. Em primeiro lugar, a história a partir deste ano se torna extremamente recente, o que complexifica a obtenção de documentos e relatos dado ao imenso volume destes.

Em segundo lugar, muitas mudanças surgem em diversas frentes, como por exemplo: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB da Educação de dezembro de 1996, cujos efeitos se farão sentir nos anos seguintes; o Programa de Reunificação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) do governo Lula de 2007, mudando a dinâmica da UFRJ e quase culminando na transferência do IP-UFRJ do atual Campus Praia Vermelha, na Urca, para a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão; a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DNC) para os cursos de Psicologia de 2004, em parte efeito da LDB de 1996; a criação, em 2015, do Novo Currículo do curso de Psicologia da UFRJ e sua posterior implementação no ano de 2016; etc. Tantas mudanças dificultam a apreensão da história mais recente do instituto, sendo mais estratégico uma cobertura pormenorizada dos seus primeiros oitenta anos.

Especialmente, com o surgimento das novas diretrizes curriculares para os cursos de psicologia em 2004, surge uma oportunidade de operar um corte, de modo que tais diretrizes irão surtir um efeito sentido apenas em 2016, ano que ocorre a principal reforma curricular do IP-UFRJ. Desta forma, irei terminar a datação da tese em 2003 visto que os efeitos das novas diretrizes seriam complexos demais para tratar de forma aprofundada, especialmente por serem bastante recentes.

Estrutura da Tese

A tese contará com esta introdução, três capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo cobrirá o período de 1923 até 1937, iniciando com os antecedentes da história da psiquiatria que levarão à criação da estrutura asilar na qual o laboratório de psicologia da *Colônia de Alienadas* surgiu. Ainda neste capítulo, tratarei da transformação deste laboratório em Instituto de Psicologia em 1932, e como este permaneceu ligado à *Universidade do Rio de Janeiro* até 1937. Trata-se de um período pouco discutido pela falta de fontes na literatura, onde se acredita que o instituto tenha sido fechado ou mesmo funcionado com atividades de todo desconhecidas para além de alguns cursos. Nesta tese, cobrirei este período com as fontes levantadas na pesquisa. A partir de agora, tratarei o instituto de 1923 a 1932 como IP-Colônia para me referir ao laboratório e como IP-URJ para me referir ao período de 1932 a 1937.

O segundo capítulo cobrirá o período de 1937 a 1965. A absorção da URJ pela *Universidade do Brasil* será o motivo pelo qual o Instituto fará parte dos quadros da UB, ainda que mantivesse também ligação direta com o *Ministério da Educação e Saúde*. Esta absorção também será o motivo da mudança do Instituto do Engenho de Dentro, onde ficava a Colônia de Alienadas, para o Centro do Rio de Janeiro, num edifício que ficava na esquina da Avenida Nilo Peçanha com a Rua México, apelidado de *Nilomex*. Os anos de 1937 a 1948 são especialmente escassos de informações pela falta de documentos, o que obrigará este trabalho a lançar mão de fontes alternativas em peso, como jornais de época. Não à toa esta é a época em que Jayme Grabois foi diretor do Instituto, figura que publicou muito pouco de seus estudos e pesquisas e que sofreu perseguição do governo por conta de seu irmão, Maurício Grabois, à época deputado da constituinte de 1946 e importante militante do Partido Comunista do Brasil (PCB). De 1948 até 1965, a direção do instituto ficará por conta de Nilton Campos, que morre em 1963. Até a transição para *Universidade do Federal do Rio de Janeiro*, o instituto será interinamente gerido por assistentes e colaboradores. Neste segundo período irei me referir ao instituto como IP-UB.

O terceiro capítulo cobrirá os anos finais da datação escolhida, de 1965 até 2003. Em especial, este capítulo fará uma recapitulação da conturbada mudança física do instituto da *Faculdade Nacional de Filosofia* (que se localizava no Edifício Casa d'Itália) e do Edifício *Nilomex*, para o Campus Praia Vermelha, onde permanece até hoje. Esta mudança é curiosa visto que a Cidade Universitária já tinha ocupações datando de 1953, mas só foi “oficialmente” inaugurada em 1972. A tese pretende esclarecer a dúvida que surge quando se pergunta por qual motivo o instituto foi ocupar a Praia Vermelha numa época em que inúmeras unidades universitárias ocupavam a Ilha do Fundão.

Este capítulo cobrirá também toda a criação, desenvolvimento e implementação do curso de psicologia, dando atenção especial para seus diferentes currículos e como estes se comunicavam com outras unidades universitárias da UFRJ. A reconstrução da história deste currículo servirá para guiar a narrativa dos anos finais do instituto, levando-se em consideração que, em relação aos períodos anteriores, de 1965 em diante o instituto perde a função auxiliar e de pesquisa e se foca inteiramente na formação de profissionais. A mudança de instituição auxiliar de pesquisa e ensino para instituição autônoma de formação de profissionais de psicologia será um dos eixos centrais do terceiro e último capítulo. A tese se seguirá de uma conclusão que tentará arrematar os problemas levantados e indicar os caminhos para traçar a história do instituto, agora chamado apenas de IP-UFRJ, de 2003 até os dias de hoje.

Capítulo 1 – 1923 a 1937: A Psicologia como Técnica Psicológica

Para o início da história do IP, é preciso que retomemos brevemente uma discussão iniciada na Introdução da tese. Como apresentei, a questão da origem da psicologia em solo brasileiro perpassa obrigatoriamente textos filosóficos. Dos mais antigos, onde padres jesuítas debatiam temas religiosos como a alma até filósofos do século XIX discutindo temas como a moral, o caráter individual e o estatuto e faculdades da alma, os historiadores brasileiros da psicologia tendem a traçar neste tipo de texto uma origem clara da psicologia brasileira. A nobre origem do saber psicológico em nosso país vem de uma tradição da mais alta cultura filosófica, cristã, eurocêntrica em suas raízes e, sobretudo, teórica. Alma, caráter, moral, juízos, paixões, todos estes temas vicejam nos escritos filosóficos pré-século XX, onde a tal guinada científico-positivista sepultou tais assuntos e os relegou à metafísica ou ao esquecimento.

Entretanto, proponho que a genealogia da psicologia no Brasil não se inicia apenas neste caminho. É possível que a psicologia brasileira tenha um começo delineado nas práticas do saber médico psiquiátrico que se configura com um tipo especial de atuação política no século XIX e que persiste até meados do século XX. Neste ensejo, a psicologia é arregimentada como uma técnica de grande interesse por parte dos psiquiatras brasileiros, que já encarnavam um espírito de atuação política e intervenção nas cidades, no intuito de promover a saúde mais do que apenas debelar a doença após esta ter surgido.

Em outras palavras, o que proponho é que discursos filosóficos sobre a alma pouco explicam como um laboratório de psicologia surgiu no meio de uma colônia para mulheres alienadas no subúrbio do Rio de Janeiro. É de se espantar que se fala muito deste laboratório, mas pouco se fala do entorno no qual ele estava. Como principal exemplo, temos o clássico texto de Rogério Centofanti que, em 1982, trouxe para a historiografia da psicologia no Brasil o personagem de Waclaw Radecki, primeiro diretor do instituto de psicologia em sua forma primária e diretor do laboratório que o antecedeu.

É importante frisar que no texto, intitulado *Radecki e a Psicologia no Brasil*⁶⁸, o foco é claramente no polonês que chefiou o laboratório e posterior instituto. Portanto, é compreensível que o instituto em si tenha ficado algo em segundo plano. Porém, o próprio texto é taxativo ao estabelecer uma ligação íntima entre o polonês e o laboratório. Radecki é descrito como “um

⁶⁸ CENTOFANTI, Rogério. Radecki e a Psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaio. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2004. O texto foi originalmente publicado na Revista *Psicologia: Ciência e Profissão* em 1982. Foi posteriormente republicado no volume *História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaio*, organizado por Mitsuko Antunes, em 2004. Citarei a versão mais recente tanto por ser a mais acessível como pelo simbolismo da reedição: passou a ser considerado, junto com outros oito textos, um dos primeiros ensaios em história da psicologia no país.

dos maiores eruditos da fase heroica da psicologia no Brasil”⁶⁹, e “muito provável que [...] tenha sido o maior conhecedor que a Psicologia no Brasil teve a oportunidade de acolher”⁷⁰. Sendo ele a alma do laboratório, orientava-o de acordo com seus interesses, fosse ao acumular as funções de técnico e chefe do laboratório⁷¹, fosse ao mover-se num espírito “empreendedor” para converter o laboratório em Instituto⁷².

A relação com os psiquiatras é tratada em termos apenas personalistas. Radecki é retratado como figura difícil de lidar, excêntrico e estranho⁷³. Centofanti não toca, por exemplo, na relação entre o laboratório e suas funções em meio à Colônia de Alienadas, tampouco nas especificidades daquela colônia e de sua localização no subúrbio do Rio de Janeiro⁷⁴. Fica a impressão de que o laboratório era uma parte algo separada do cotidiano asilar, funcionando apenas de acordo com as intenções e planejamentos do excêntrico psicólogo polonês.

Não obstante, criou-se uma série de impressões sobre o laboratório e Radecki. Após a publicação do texto de Centofanti, com o passar dos anos o laboratório de psicologia do Engenho de Dentro aos poucos alça uma posição quase lendária de centro de produção de psicologia e formação dos psicólogos, antevendo a “fase universitária” da psicologia brasileira. Massimi, no *História da Psicologia Brasileira*, o cita nas páginas finais do livro, indicando-o brevemente como “centro importante de pesquisa”⁷⁵.

Antunes, no *A Psicologia no Brasil*, também o reconhece, tecendo elogios mais longos e apontando-o como “fértil laboratório”, contendo “sofisticados equipamentos”, cuja produção significou “um imenso avanço no reconhecimento da autonomia científica e prática da psicologia no Brasil”, tendo ainda sido “uma das primeiras referências, no Brasil, da perspectiva psicoterápica”, com um “destaque especial” para Waclaw Radecki⁷⁶. A partir deste ponto, se estabelece um fato notório: Radecki e o laboratório do Engenho de Dentro anteciparam inúmeras tendências que se formalizariam apenas em 1962, com a criação da Lei

⁶⁹ CENTOFANTI, Rogério. Radecki e a Psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). *História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaio*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2004, p. 188.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 203.

⁷¹ *Ibidem*, p. 185.

⁷² *Ibidem*, p. 189.

⁷³ *Ibidem*, p. 184.

⁷⁴ *Ibidem*, pp. 182-183.

⁷⁵ MASSIMI, M. *História da Psicologia Brasileira: Da Época Colonial até 1934*. São Paulo: EPU, 1990, p. 66.

⁷⁶ ANTUNES, M. *A Psicologia no Brasil: Leitura História de sua Constituição*. São Paulo: Unimarco, 2001, 2ª Ed, pp. 47-49.

Nº. 4.119 que regulamentou a profissão de psicologia no país. Tornaram-se, portanto, pioneiro e instituição de referência, respectivamente⁷⁷.

Por me distanciar de uma narrativa já estabelecida, este capítulo irá iniciar primeiro discutindo o surgimento de uma modalidade de saber psiquiátrico muito específica que se inicia no século XIX: a *Medicina Social*. É apenas quando a psiquiatria tem por interesse atuar na sociedade e intervir nos espaços urbanos com intenção de prevenção, e não apenas de cura, que surge um espaço dentro deste saber psiquiátrico para que a psicologia, tal qual praticada no laboratório do Engenho de Dentro, possa surgir. Para tanto, irei tratar tanto da virada do século XVIII para o XIX e o início da extensa estrutura asilar do Rio de Janeiro, que abrigou o *Hospício Pedro II* (HP2), posteriormente convertido em *Hospital Nacional de Alienados* (HNA), cujas unidades avançadas de tratamento eram a *Colônia de Alienados de Jacarepaguá* (CAJ) e a *Colônia de Alienados do Engenho de Dentro* (CAED), onde a história do laboratório começa.

Antecedentes: Psiquiatria no Brasil (1500 – 1900)

A psiquiatria no Brasil tem um longo passado que pode ser traçado ainda no período da nossa história enquanto colônia. Entretanto, para os fins deste capítulo, o que importa é o surgimento da Medicina Social no século XIX. Para tanto, seguirei o livro *Danação da Norma*⁷⁸(1978), de Roberto Machado, Angela Loureiro, Rogério Luz e Kátia Muricy, ao tratar da constituição da psiquiatria brasileira e dessa versão específica dela. Para compreender tal versão, é preciso que se comente sobre a mudança de foco da medicina, quando esta passa a mirar não na doença e na sua cura ou tratamento, mas sim na saúde e na sua promoção através da prevenção. Uma *medicalização da sociedade* se inicia, e nas palavras dos autores:

“O que se tem chamado de *medicalização da sociedade* – processo que na atualidade cada vez mais se intensifica – é o reconhecimento de que a partir do século XIX a medicina em tudo intervém e começa a não mais ter fronteiras; é a compreensão de que o perigo urbano não pode ser destruído unicamente pela promulgação de leis ou por uma ação lacunar, fragmentária, de repressão aos abusos, mas exige a criação de uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações, tornando-os produtivos ao mesmo tempo que inofensivos; é a descoberta de que, com o objetivo de realizar uma sociedade sadia, a medicina social esteve, desde a sua constituição, ligada ao projeto de transformação do desviante – sejam quais forem

⁷⁷ Em minha dissertação de mestrado, “Waclaw Radecki e a História da Psicologia no Brasil: Algumas reflexões historiográficas”, de 2016, trato com profundidade desta transformação em pioneiro. Desta dissertação, surge um trabalho resumindo a principal questão: Radecki surge para os psicólogos brasileiros como um Wilhelm Wundt tropical, com relevância semelhante ao alemão, mas com o devido tempero tropical (FONSECA, ROSA E FERREIRA, 2017, p. 370).

⁷⁸ MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

as especificidades que ele apresente – em um ser normalizado; é a certeza de que a medicina não pode desempenhar esta função política sem instituir a figura normalizada do médico, através sobretudo da criação de faculdades, e produzir a personagem desviante do charlatão para a qual exigirá a repressão do Estado. As técnicas de normalização – que instituem e impõem exigências de ordem social, como critérios de normalidade, considerando anormal toda realidade hostil ou diferente – aonde foram refletidas e aplicadas pela primeira vez no Brasil, senão na medicina do século XIX que se autodefiniu como uma medicina política? Medicina que medicalizou a sociedade mesmo que até hoje não tenha conseguido medicá-la.”⁷⁹.

Os autores argumentam que tal medicina social é intrinsecamente ligada a políticas de Estado, não sendo apenas ideias isoladas de médicos específicos. Prevenir a doença em prol da promoção da saúde passa a ser um ideal não apenas destes mas também do Estado, e é por isto que os autores alegam que “Quando o Estado se propõe a assumir a organização positiva dos habitantes produzindo suas condições de vida [...], a medicina nele está presente como condição de possibilidade de uma normalização da sociedade no que diz respeito à saúde”⁸⁰.

Para que se note a diferença, pensemos que nos séculos XVI, XVII e XVIII existia apenas a figura da Fisicatura, os representantes da Coroa Portuguesa nos assuntos da Medicina: o Físico-Mor, médico encarregado de fiscalizar a atuação de outros médicos em nome da Coroa, e do Cirurgião-Mor, também médico, mas focado nas questões de cirurgias⁸¹. Estes atuavam apenas em visitas ocasionais, inspecionando a atuação de outros físicos (outro nome para os médicos) e boticários (que receitavam curas por conta própria) em intuito punitivo – ou seja, punir em nome da Coroa os que divergissem das especificações⁸². Para os autores, neste período, o médico aparece “fundamentalmente como um assessor”, um consultor das Câmaras das cidades, e cuja terapêutica seria do tipo “individual e curativa”⁸³. A Fisicatura, portanto, é vista como negativa⁸⁴, no sentido mais de coibir abusos, erros e desvios, do que positivo, no sentido de criar ou promover políticas e atuações em prol de saúde⁸⁵.

⁷⁹ MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 156.

⁸⁰ *Ibidem*, pp. 157-158.

⁸¹ *Ibidem*, p. 26.

⁸² *Ibidem*, p. 31.

⁸³ *Ibidem*, p. 52.

⁸⁴ Ver o exemplo que os autores citam sobre o combate a um surto de peste em Pernambuco no fim do século XVII. A diferença se estabelece entre este momento e a medicina social do século XIX se dá quando a luta contra a peste naquele momento é apenas contra a doença, não contra os males da cidade que poderiam causá-la. Nas palavras dos autores: “[...] o que motiva e autoriza as medidas de destruição da desordem sanitária é a própria peste” (*Ibidem*, p. 96). O saber que intervém na cidade não foi do tipo médico, com intuito de intervenção terapêutica, mas do tipo político-administrativo (*Ibidem*, p. 95), para tratar especialmente da peste e dos corpos por ela infectados. Apesar de algumas semelhanças de atuação, os autores marcam uma clara diferença entre a atuação contra a peste e a vindoura medicina social.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 56.

Já no século XIX vemos o surgimento de diversas formas de articulação dos médicos no intuito de uma atuação direta na sociedade e, especificamente, de intervir nas cidades no intuito de promover a saúde – e não apenas a cura. Em 1829, por exemplo, funda-se a *Sociedade de Medicina e Cirurgia* do Rio de Janeiro, que se configura como “o grupo mais representativo desse novo estilo de medicina que lutará, de diversas maneiras, para impor-se como guardião da saúde pública”⁸⁶. E através de outras articulações, como a de agir através e pela Câmara Municipal de várias cidades (Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto etc), se embrenha diretamente na política, utilizando-se de três táticas: criticar a administração pública por não ser capaz de, sozinha, elaborar boas políticas públicas de saúde; assessorar as Câmaras Municipais na formulação de tais políticas; e penetrar em tais Câmaras, estendendo sua influência internamente⁸⁷. É por isso que a medicina social se embrenha na política sem ir de encontro com as políticas de Estado. Segundo os autores:

“A medicina social, portanto, é necessariamente política. O que não significa que ela seja um contrapoder ou um poder paralelo. Ela é política tanto pelo modo como intervém na sociedade e penetra em suas instituições, como pela sua relação com o Estado. Ela precisa do Estado para realizar seu projeto de prevenção das doenças da população. Sem instrumento de poder próprio ela é ineficaz e vã. E, ao mesmo tempo, ela é útil ao Estado por ser um instrumento especializado capaz de assumir com ele e por ele as questões relativas à saúde, trazendo-lhe o apoio de uma ciência. E a medicina social nascente, lutando por sua hegemonia no Estado, se desenvolve juntamente com a ideia de centralização política, participando assim da própria luta pela constituição de um Estado centralizado no qual ela figuraria através de um órgão especializado.”⁸⁸.

Tal medicina atuará em vários setores da sociedade, sugerindo e indicando seu funcionamento de modo adequado para a promoção de saúde em todos os lugares. Hospitais, cemitérios, escolas, quartéis, prisões, bordeis e fábricas passarão pelo escrutínio de médicos, clamando por sua atuação nestes setores e por medidas governamentais que regulem estes ramos específicos da vida social e cotidiana⁸⁹.

É por isto que os autores marcam o surgimento da psiquiatria brasileira no seio da medicina social⁹⁰. Só a partir do século XIX que a medicina, através da nascente psiquiatria, se importará em agir nos indivíduos, e esta preocupação culminará na inauguração, em 1852,

⁸⁶ MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 185.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 222.

⁸⁸ *Ibidem*, pp. 242-243.

⁸⁹ Vale a consulta ao Capítulo 2 da Parte II do *Danação da Norma*, onde os autores dão os pormenores das propostas de intervenção dos psiquiatras em todos os setores da sociedade mencionados. Como fuge do intuito do capítulo, não há espaço para elencar todas as ramificações possíveis dessa nova medicina social.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 376.

do Hospício Pedro II, próximo à Praia da Saudade, atual Praia Vermelha, na zona sul da cidade. Este movimento foi amplamente tido como uma vitória da classe médica a princípio, mas não veio sem maiores problemas, em especial pela luta que ocorreu, da fundação até o fim do século XIX, pela administração do HP2.

O processo de criação do HP2 veio da insatisfação dos médicos com os modos pelos quais a *Santa Casa da Misericórdia*, entidade filantrópica, tratava dos loucos⁹¹. Desde 1830 os médicos reclamavam do modo como os pacientes, em especial os indigentes que não podiam arcar com seu próprio tratamento, eram acolhidos. Para os médicos, o hospital da Santa Casa não levava em consideração as verdadeiras demandas do tratamento da loucura: isolamento, separação por gêneros de loucura, por sexo etc. Estas reclamações e a pressão da classe médica culminaram no Decreto N° 82 de 18 de julho 1841, que criou o *Hospício Pedro II*, inaugurado onze anos depois e em princípio administrado pela Santa Casa. Na visão dos autores, este foi um processo pacífico⁹², adotado após a campanha dos médicos pela criação de um espaço próprio para abrigar os vitimados pela loucura. A campanha foi marcada pelo lema sugestivo “Aos loucos, o hospício”.

É com a criação do HP2 e sua subsequente desvinculação da Santa Casa que se inicia a ampliação da medicina social que culminará na estrutura asilar específica onde o laboratório do Engenho de Dentro se inseriu. Estes breves antecedentes servem para ilustrar apenas uma genealogia possível para que se pense outro começo das práticas psicológicas no Brasil em conjunto com a psiquiatria, e adiante tratarei do surgimento da Assistência Médica Legal aos Alienados, nos últimos anos do século XIX, e como esta criou o modelo das Colônias de Alienados.

O Hospital Nacional de Alienados, as Colônias e o Alienismo

Uma fonte de grande importância que trata sobre o surgimento da Assistência Médica Legal aos Alienados é o livro *Delírios da Razão*⁹³, de Magali Gouveia Engel, que cobre o período de 1830 a 1930 dos hospícios no Rio de Janeiro. Segundo a autora, é com o início da República que se “viabilizaria a implantação mais completa do projeto de medicalização da loucura”⁹⁴. É a partir deste ponto em que a loucura seria transformada em doença mental e que o poder dos médicos aumentaria, consequentemente aumentando o contingente de loucos

⁹¹ MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 423.

⁹² *Ibidem*, pp. 428-429.

⁹³ ENGEL, Magali. *Delírios da Razão: Médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2001.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 252.

internados e das mais variadas técnicas de controle dos corpos desviantes, agora diagnosticados a partir da noção de alienação mental.

Mas antes, é preciso mostrar como o HP2 transforma-se em *Hospital Nacional de Alienados* (HNA). Este é um processo longo que passa pela opacidade do poder médico à época da gestão da *Santa Casa de Misericórdia*, como indicado no *Danação da Norma*:

“Qual o âmbito da ação médica no interior do Hospício? Em 1886, o estabelecimento abriga 308 enfermos. Composto de cinco médicos, o pessoal do serviço clínico é suficiente em número: o atendimento só pode beneficiar realmente um terço dos doentes, pois o restante é de incuráveis. O funcionamento do serviço, no entanto deixa a desejar. [...] Os alienados ficam entregues, na maior parte do tempo, as irmãs de caridade e aos enfermeiros, incapazes de uma observação judiciosa que esclareça o diagnóstico e oriente o tratamento. A presença médica junto ao louco é, pois, rarefeita, ocasional, meramente burocrática, não permitindo que o hospício seja um lugar de conhecimento da loucura e de restabelecimento do doente mental.”⁹⁵..

Com a crescente insatisfação com o serviço no HP2, os médicos questionam se a administração feita pela Santa Casa era adequada. Sobretudo, a baixa atuação dos médicos impedia que se gerasse um controle sobre os pacientes, que para eles era poderoso instrumento de atuação. Tal problema vinha, inclusive, sendo citado desde os primeiros relatórios de médicos como o do Dr. Manoel Barbosa, que já em 1953 reclamava de admissões inadequadas de doentes, altas taxas de mortalidade e de pacientes incuráveis. Segundo Engel:

“Assim, desde essa época, os alienistas brasileiros revelavam uma preocupação em sofisticar a especialização do espaço asilar, reivindicando, inclusive, a criação de instituições medicalizadas exclusivamente destinadas a abrigar os alienados crônicos ou incuráveis. Porém, na medida em que a criação de tais estabelecimentos não era sequer discutida no âmbito do governo monárquico, os diretores do serviço clínico passariam a solicitar que o prédio do Hospício de Pedro II fosse reformado, criando-se espaços especiais para os “agitados”, os epiléticos, os idiotas etc. Desse modo, buscava-se assegurar uma separação efetiva entre curáveis e incuráveis, bem como o isolamento mais rígido dos alienados que manifestassem comportamentos perigosos.”⁹⁶.

A falta de controle implicava em falta de conhecimento sobre a loucura. E como o projeto da medicina social perpassa a produção de um conhecimento que visa atuar nos indivíduos e nas populações, na conjuntura do fim do século XIX o HP2 não se apresentava

⁹⁵ MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 458.

⁹⁶ ENGEL, Magali. *Delírios da Razão: Médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p. 249.

como instrumento de saber pois faltava a ele “uma nítida hierarquia de poderes que estructure as relações fundamentais de seu pessoal” e “condições materiais e técnicas adequadas”⁹⁷.

Um dos nomes mais importantes na luta pela organização interna do hospício e pela criação de um modelo asilar controlado pelo médico é o do Dr. Teixeira Brandão⁹⁸. É ele quem capitaneia um empreendimento nacional por uma lei que regule o cuidado com os alienados, que se realiza com o fim do Império e os primeiros anos da República na figura de dois dispositivos legais de absoluta importância para os médicos: Os Decretos N° 142-A de 11 de janeiro⁹⁹ e N° 206-A de 15 de fevereiro¹⁰⁰, ambos de 1890.

O Decreto N° 142-A, após considerar a criação de uma assistência para alienados e constatar o fim dos motivos para manter o Hospício Pedro II sob controle da Santa Casa da Misericórdia, resolve “[...] desanexá-lo daquele hospital [A Santa Casa] e constituí-lo estabelecimento público independente, com a denominação de Hospício Nacional de Alienados, que se regerá por instruções que serão oportunamente expedidas [...]”. Já o Decreto N° 206-A cria a *Assistência Médica Legal aos Alienados*, que prevê em seu primeiro artigo a sua estrutura: o HNA e duas Colônias (Conde de Mesquita e São Bento, na Ilha do Governador).

É importante notarmos aqui que a principal diferença entre os pacientes que se dirigem ao HNA e aos que vão para as Colônias é marcada no terceiro artigo deste decreto: enquanto o HNA é o estabelecimento central da Assistência aos Alienados destinados aos doentes pensionistas (cuja estadia é custeada pelo Estado ou por famílias) curáveis ou incuráveis, as Colônias são “[...] exclusivamente reservadas para os alienados indigentes, capazes de se entregarem à exploração agrícola e às indústrias [...]”. Os doentes nas Colônias são aqueles que podem – e devem – trabalhar.

Uma série de outros decretos reforçam a diferença entre os pacientes que circulavam pelo HNA e os que circulavam pelas Colônias. No Decreto N° 8.834 de 11 de julho de 1911¹⁰¹, que cria a *Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro*, o artigo 74 é claro: “As colônias serão reservadas a alienados indigentes, transferidos do Hospital Nacional e capazes de entregar-se à exploração agrícola e outras pequenas indústrias.” Já o artigo 86 delinea um pouco mais a

⁹⁷ MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 472.

⁹⁸ Teixeira Brandão (1854 – 1921) foi um importantíssimo psiquiatra e político brasileiro, unindo suas duas principais ocupações nos seus esforços pela criação de uma assistência a alienados no Brasil. É considerado um *pioneiro da psicologia brasileira*. Ver o *Dicionário: Pioneiros* (2001, pp. 368 – 369).

⁹⁹ BRASIL. Decreto N° 142-A de 11 de Janeiro de 1890. Desanexa do hospital da Santa Casada da Misericordia o Hospício Pedro II, que passa a denominar-se Hospital Nacional de Alienados.

¹⁰⁰ BRASIL. Decreto N° 206-A de 15 de fevereiro de 1890. Aprova as instruções a que se refere o decreto n. 142 A, de 11 de janeiro ultimo, e crêa a assistencia medica e legal de alienados.

¹⁰¹ BRASIL. Decreto N° 8.834 de 11 de julho de 1911. Reorganiza a Assistencia a Alienados.

questão do trabalho, estabelecendo a existência de oficinas para os que “[...] não se prestarem ao trabalho agrícola e mostrarem aptidão para algum ofício.”. Em 1927, dois novos decretos reorganizam a Assistência a Psicopatas no Distrito Federal. O primeiro, Decreto N° 5.148-A de 10 de janeiro¹⁰² e o segundo, Decreto N° 17.805 de 23 de maio¹⁰³. Neste segundo, em seu capítulo XII, artigo 124, se estabelece: “As colônias são particularmente destinadas a psicopatas indigentes, transferidos do Hospital Nacional, e aptos para os trabalhos agropecuários ou pequenas indústrias.” (BRASIL, 1927b)

Adiante será detalhado como este funcionamento se dava, em especial no caso da *Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro*, mas esta é uma estratégia já planejada e empregada pelos médicos desde o HP2. O trabalho era visto como uma terapêutica para os loucos¹⁰⁴. Ao trabalharem, havia a possibilidade de cura, o que não era o caso de muitos incuráveis que permaneciam no HP2¹⁰⁵.

Mas mesmo com a estatização do HP2 e sua subsequente gerência por parte dos médicos, houve dificuldades na gestão republicana. Se o problema de administração na gestão da Santa Casa vinha da desorganização interna, do descuido com os gêneros distintos de loucura e com demais reclamações com relação ao preparo do pessoal, a gestão médica também teve sua dose de problemas: superlotação no HNA, o que acirrava as péssimas condições de higiene e não separação dos loucos em seus tipos adequados e – ainda – falta de pessoal especializado¹⁰⁶. Após uma série de problemas derivados destes, fica evidente a incapacidade do HNA de lidar com todos seus pacientes, o que leva a clamores da comunidade médica pela ampliação da Assistência Médica Legal aos Alienados. E logo tais clamores são atendidos:

“No início do século XX, os psiquiatras do serviço de assistência aos alienados começam a defender, insistentemente, a necessidade de se ampliar as colônias da Ilha do

¹⁰² BRASIL. Decreto N° 5.148-A de 10 de janeiro de 1927. Reorganiza a Assistência a Psychopatas no Districto Federal.

¹⁰³ BRASIL. Decreto N° 17.805 de 23 de maio de 1927. Approva o regulamento para execução dos serviços da Assistência a Psychopatas no Districto Federal.

¹⁰⁴ MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 442.

¹⁰⁵ É muito interessante notar esta questão do trabalho no contexto asilar. O Decreto N° 8.834 de 11 de julho de 1911, que cria a CAED, ainda fornece mais informações. Além dos já citados artigos 74 e 86, cabe citar o artigo 70, que prevê uma parte do lucro das vendas dos artigos manufaturados ou cultivados como “[...] pequenos prêmios aos enfermos que mais hajam se distinguido” e “[...] módico auxílio pecuniário aos que, tendo se reestabelecido, não dispuserem de recursos para seu transporte ao lugar de residência das famílias e para se alimentarem antes de encontrarem colocação”. Já o artigo 87 prevê que “A renda das oficinas e dos produtos da pequena lavoura terá aplicação estatuída na legislação vigente observando o disposto no artigo 70 deste regulamento, e arbitrados pelo diretor os prêmios e os auxílios que tenham de ser concedidos aos enfermos.”. Como veremos adiante, havia uma preocupação com a recolocação do alienado na sociedade como um membro produtivo. Estas passagens serão importantes pois a psicologia, através do laboratório, irá cumprir um papel nesta recolocação.

¹⁰⁶ ENGEL, Magali. Delírios da Razão: Médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p. 282.

Governador, destinadas exclusivamente a pacientes do sexo masculino, bem como de se criar uma colônia nos mesmos moldes para as alienadas, aliviando-se, desse modo, a superlotação das seções Pinel e Esquirol do HNA. Reivindicações que seriam atendidas com a criação da Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, inaugurada em agosto de 1911, e da Colônia de Jacarepaguá, para onde os alienados internados nas colônias da Ilha do Governador seriam paulatinamente transferidos a partir de 1921.”¹⁰⁷.

Finalmente entra em cena a *Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro*, palco onde a história do IP começa. Entretanto, longe da psicologia ali ocupar um lugar central, ela aparece como uma coadjuvante numa longa história que se desenrola desde o início do século XIX, e apenas em um ponto onde o desenrolar dos fatos atinge uma estrutura muito complexa. Não é possível localizar a psicologia – e por consequência o laboratório da Colônia – sem antes localizar a própria Colônia nesta intrincada história. Além de situar a psicologia numa constelação de significantes outros que não a filosofia, as ideias psicológicas e os pioneiros da profissão, inserir o laboratório mais próximo da história da psiquiatria do que da história da psicologia me permite ter uma poderosa ferramenta de análise quando dissecar suas produções, o pessoal que nele atuava e os pacientes que por ele passavam. A função de um laboratório de psicologia num contexto asilar é radicalmente diferente da função de um laboratório que habita, por exemplo, um gabinete de psicologia experimental num curso de Filosofia ou Fisiologia, visão comum na virada do século XIX para o século XX.

Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro: Eugenia, Higiênismo e Prevenção

Uma história específica da Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro ainda está por ser feita. Há o clássico texto de Paulo Amarante sobre as Colônias, *Psiquiatria Social e Colônias de Alienados no Brasil* (1982), mas não há detalhes específicos sobre a CAED¹⁰⁸. A melhor referência específica sobre é a tese de doutorado, ainda em andamento, de Carina Da Silva, que levanta informações sobre a Colônia. Me basearei numa comunicação da pesquisadora para as informações gerais da CAED por cobrir o período interessante a este capítulo.

Fundada em 1911, teve como seus dois primeiros diretores os médicos Simplício de Lemos Braule Pinto e Gustavo Köhler Riedel¹⁰⁹. Braule Pinto a dirigiu de 1911 a 1918, e Riedel

¹⁰⁷ ENGEL, Magali. *Delírios da Razão: Médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2001, p. 288.

¹⁰⁸ Ver Amarante (1982, pp. 118 – 120) para uma brevíssima recapitulação da história e motivações da CAED.

¹⁰⁹ DA SILVA, Carina Neves Alves. *Colônia de Alienados do Engenho de Dentro*. Comunicação ao XXIX Simpósio Nacional de História. 2017, p. 1. A Colônia mudaria de nome para “Colônia de Psychopatas do Engenho de Dentro” em 1927 e novamente para “Colônia Gustavo Riedel” em 1934, mas eu seguirei com a nomenclatura utilizada pela pesquisadora para manter uma unidade na narrativa. Me referirei apenas como “Colônia de Alienadas” ou CAED.

a dirigiu de 1918 a 1932, sendo este último o diretor de maior importância para o trabalho no laboratório. A criação da Colônia do Engenho de Dentro vinha para atacar o problema da superlotação do HNA, focando nas mulheres¹¹⁰ e pretendendo expandir para o subúrbio carioca os serviços de prevenção e higiene mental, tão caros aos psiquiatras alienistas do período. Esta intenção prevencionista surge também do fato de tanto Braule Pinto como o irmão de Gustavo Riedel terem sido vítimas de um surto de gripe espanhola¹¹¹, o que motivou Riedel a direcionar parte dos serviços da Colônia para a assistência médica gratuita para a população do entorno.

É importante destacar o quanto a CAED estava ligada ao HNA. De modo que a superlotação e a preocupação com os incuráveis persistiam, os psiquiatras iniciaram um serviço ambulatorial que servia como “triagem” para prevenir internações desnecessárias. Nas palavras de Engel:

“Desde a administração de Teixeira Brandão procurou-se estabelecer no HNA um serviço de consultas externas com a finalidade de selecionar os casos cuja internação seria, de fato, indispensável. [...] A partir de então, o serviço ambulatorial passaria a funcionar regularmente no HNA, contribuindo, segundo seu diretor, de modo decisivo para diminuir o número de internações, na medida em que, mediante diagnósticos precoces e a agilização do tratamento adequado evitava-se o agravamento de certos casos que poderiam ter-se tornado crônicos, avolumando, mais tarde, a cifra dos internados.”¹¹².

Tal serviço ambulatorial seria estendido à Colônia do Engenho de Dentro¹¹³, e por lá ganharia uma formulação específica. Em reunião do dia 11 de setembro de 1919, presidida pelo Dr. Juliano Moreira, a *Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal* (SBNPML) passa a palavra a Gustavo Riedel, que discursa sobre a importância da profilaxia das doenças mentais. Riedel reforça a importância da eugenia para a psiquiatria da época, sendo esta uma ferramenta valiosa para a prevenção das moléstias mentais. Clamando pela aplicação dos ideais eugênicos na sociedade brasileira, argumenta:

“A condição de biólogo e de chefe de um departamento hospitalar situado em uma zona onde o pauperismo é um fato, vivendo as classes desfavorecidas às mercês do acaso, levaram o orador a criar um serviço modelo de ambulatório, que será um instituto destinado à profilaxia das doenças mentais e nervosas. Em um serviço com movimento aproximado de 5.000 consultantes mensais, os médicos nos seus diversos departamentos irão inculcando o sentimento

¹¹⁰ DA SILVA, Carina Neves Alves. Colônia de Alienados do Engenho de Dentro. Comunicação ao XXIX Simpósio Nacional de História. 2017, p. 2.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 4.

¹¹² ENGEL, Magali. Delírios da Razão: Médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2001, pp. 303-304.

¹¹³ *Ibidem*, p. 304.

da responsabilidade social na classe pobre, necessitada de profilaxia mental e *educação eugênica*.”¹¹⁴.

Esta fala de Riedel revela muitas questões importantes sobre a criação de um serviço ambulatorial no Engenho de Dentro. Em primeiro lugar, a função de *educação eugênica* é importante ser destacada pois é função dos médicos ir “inculcando”, através desta, o “sentimento de responsabilidade social” nos pobres que frequentavam a Colônia. Em segundo lugar, o fato de que a população que a frequentava, além dos doentes que dela já faziam parte, era composta de pobres do subúrbio. Ou seja: a medicina social, através do ambulatório, atinge os critérios de controle dos desviantes através da ação nos indivíduos doentes e na população suburbana como um todo. Toda esta estrutura estava voltada, portanto, para este fim. Esta função do ambulatório é a indicada por Vera Portocarrero em seu livro *Arquivos da Loucura*: “[...] o ambulatório é planejado no âmbito da eugenia, então um dos principais fatores para a implantação de um sistema de assistência médica; é considerado um importante fator de aprimoramento eugenético da população”¹¹⁵.

A ata continua com a publicação, no fim da fala de Riedel, das instruções de funcionamento do Ambulatório, intitulado Rivadavia Correia¹¹⁶. As instruções, em formato de regulamento, previam um médico alienista e seu assistente realizando visitas às casas de famílias que tenham um alienado residente, organizando conferências sobre as causas da loucura e os meios de evita-la e atendimento diários, onde os pacientes deveriam ser aconselhados sobre a melhor maneira de diminuir os males da alienação mental. O ambulatório previa seções de ginecologia, pediatria e obstetrícia, além de uma seção de medicina geral assistida por um laboratório e um serviço radiológico. Por fim, as seções de cirurgia geral e otorrinolaringologia são as últimas listadas. É também indicada a necessidade de um desenvolvimento especial da profilaxia da sífilis¹¹⁷.

Então, no dia 13 de junho de 1920, inaugura-se o *Ambulatório Rivadavia Correia*. A cerimônia de inauguração contou com políticos, como o Ministro da Justiça Dr. Alfredo Pinto, e psiquiatras como o Dr. Alfredo Neves e o Dr. Juliano Moreira. Houve ainda a presença de

¹¹⁴ ACTA da 15ª Sessão Ordinária Realizada em 11 de setembro de 1919. In: Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria, Ano I, 4º Trimestre, 1919, p. 429, grifo meu.

¹¹⁵ PORTOCARRERO, Vera. Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2002, p. 137.

¹¹⁶ Rivadavia da Cunha Correia (1866 – 1920) foi um político de carreira do início do século XX, tendo sido deputado, senador e prefeito do Rio de Janeiro quando este ainda era Distrito Federal, de 1914 a 1916. O ambulatório foi nomeado em sua homenagem.

¹¹⁷ ACTA da 15ª Sessão Ordinária Realizada em 11 de setembro de 1919. In: Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria, Ano I, 4º Trimestre, 1919, pp. 430-431.

dois funcionários públicos não nomeados, como o Chefe de Polícia e um representante do Prefeito. À ocasião, Riedel profere mais um discurso, onde diz:

“A *Policlínica dos Subúrbios*, subvencionada pelo Poder Municipal, com sede neste Ambulatório, facilitará este empreendimento [combater a alienação mental e suas causas]. O departamento de sífilis terá desenvolvimento integral, porque é realmente a infecção luética que nos traz essa massa de abortos que as estatísticas da Saúde Pública consignam diariamente, fazendo perecer forças vivas indispensáveis ao engrandecimento do país e nos deixa os imbecis, os atrasados mentais que infestam todos os asilos, transformados e peso inútil, mais nocivos que os mortos.”¹¹⁸.

Por *Policlínica dos Subúrbios*, Riedel se refere ao apelido que o serviço ambulatorial de prevenção das doenças mentais ganhou, já que continha as inúmeras especialidades já mencionadas, anexas ao *Ambulatório Rivadávia Correia* e parte integral dele. Reforça-se, aqui, a intenção de apontar o lugar muito específico que tal ambulatório ocupava: contato, cuidado, tratamento e educação eugênica de pobres suburbanos afetados por inúmeras moléstias, desde a lues – modo como chamavam à época a sífilis – à alienação mental. Era o contingente dos “mais nocivos que os mortos” das zonas afastadas do Rio de Janeiro que as muitas especialidades e seus responsáveis tratariam.

O ambulatório era dividido entre seis pavilhões conectados uns aos outros. O primeiro, ocupado pela portaria e pela farmácia. À direita deste, o segundo pavilhão, o de doenças internas, chefiado pelo Dr. Henrique Duque e acompanhado pelo assistente Dr. Ramiro Magalhães. À esquerda do primeiro pavilhão fica o terceiro, dedicado às doenças de crianças, chefiado pelo Dr. Alfredo Neves e este auxiliado pelo assistente Dr. Gustavo Rezende. Ligado ao terceiro pavilhão fica o quarto, para otorrinolaringologia, chefiado pelo Dr. Castilho Marcondes e, ao lado deste pavilhão, o de doenças de pele e sífilis, chefiado pelo Dr. Zopyro Goulart. Nos fundos, fica o último pavilhão, de cirurgia (geral, vias urinárias e ginecologia), chefiado pelo Dr. Adolpho Possollo e este acompanhado pelos assistentes Luiz de Marcos e Oswaldo Seabra. Haveria ainda um laboratório, chefiado pelo Dr. Paulo Schirch, e o serviço de radiologia, dirigido pelo Dr. Benigno Soares¹¹⁹.

Ainda no ano de 1920, o ambulatório lançaria uma espécie de cartilha ou folheto, contendo estas informações e uma longa explicação sobre a sífilis, seus meios de infecção, como tratar e onde buscar ajuda. Intitulado *Ambulatório Rivadávia Correia: Serviço de*

¹¹⁸ A INAUGURAÇÃO do Ambulatório Rivadávia Correa. In: Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria, Psiquiatria e Medicina Legal. Ano II, 2º Trimestre, 1920, p. 192, grifo meu.

¹¹⁹ *Ibidem*, pp. 188-189.

*Profilaxia das Doenças Nervosas e Mentais*¹²⁰, contém conselhos como o de tomar cuidado ao se casar e verificar se está “em condições orgânicas que o habilitem ou o inibam para o casamento” (p. 8), cuidados específicos para grávidas (pp. 9 – 10), recém-nascidos (p. 12), crianças até um ano (p. 16), adolescentes (p. 19), além de longas alertas sobre o abuso de tabaco, morfina e cocaína (p. 21), álcool (p. 22) e uma detalhada explicação da sífilis (p. 25).

Este é o panorama do Ambulatório. A Policlínica dos Subúrbios e seu atendimento às massas de pobres e alienados é o lugar onde habitará o laboratório de psicologia. A partir de agora, muitas das informações que trarei sobre o laboratório, seu pessoal, aparelhos e atuações farão mais sentido. É inserido num contexto asilar, higienista, eugênico e prevencionista que entrarão em cena os instrumentos e o técnico especialista que os usará, ambos vindo da Europa.

O Laboratório de Psicologia da Colônia de Alienadas: Psicologia como técnica auxiliar da psiquiatria

A menção mais antiga à aquisição dos instrumentos que fizeram parte do laboratório a ser montado vem de Plínio Olinto, psiquiatra que fez parte do quadro da Colônia à época. Segundo ele, ao narrar sobre os laboratórios dos quais participou, “Em 1923, Gustavo Riedel adquiriu na Europa outro completo laboratório de Psicologia Experimental para a Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. O diretor interino da Colônia entregou todo o material a Waclaw Radecki [...]”¹²¹.

O Laboratório fora adquirido por Riedel com o auxílio de doações. Segundo o Dr. Oswaldo de Souza Guimarães, assistente do Ambulatório:

“A Fundação Gaffrée-Guinle tomando a cargo a humanitária e árdua tarefa de combater as doenças venéreas e a sífilis, tinha naturalmente que se interessar pela profilaxia das moléstias mentais onde lhe estava reservado um posto de honra. Consciente da sua alta missão, criou um dispensário na Colônia de Alienadas no Engenho de Dentro e outro no Hospital Nacional de Alienados e, mais ainda, forneceu elementos para a organização de um laboratório de Psicologia, na Colônia de Psicopatas (mulheres). O criador do laboratório psicológico foi o Dr. Gustavo Riedel, diretor da Colônia de Alienadas e infatigável obreiro da Higiene Mental em nosso país. Vendo o esforço pertinaz despendido pelo Dr. Gustavo Riedel, em prol da profilaxia das moléstias mentais, o Dr. Guilherme Guinle cedeu algumas salas do Dispensário N° 2 para sede do Laboratório de Psicologia e ofereceu as verbas necessárias para a aparelhagem do mesmo. Apoiado eficazmente pelo Dr. Guilherme Guinle, Prof. Dr. Eduardo Rabello, Dr. Gilberto de Moura Costa e Dr. Zopyro Goulart por parte da Fundação Guinle, e dos Prof. Dr. Juliano

¹²⁰ COLÔNIA DE ALIENADAS DO ENGENHO DE DENTRO. Ambulatório Rivadávia Correa. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira, 1920. A seguir, citarei uma série de passagens deste volume.

¹²¹ OLINTO, Plínio. A Psicologia Experimental no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2004, p. 27. O texto foi originalmente publicado em 1944, mas cito aqui a versão republicada de 2004 por ser de mais fácil acesso.

Moreira, Dr. Gustavo Riedel, Dr. Plínio Olinto, de parte da Assistência a Alienados, e com o apoio moral dos ilustrados médicos da Colônia de Alienados e Ambulatório Rivadávia Correia, o laboratório entrou a funcionar no ano 1925.”¹²².

Se os instrumentos foram adquiridos em algum momento de 1923, Radecki só viria depois. Apesar de já estar no Brasil desde 1923¹²³, é apenas no ano seguinte que se insere no quadro de profissionais da Colônia. Conforme o jornal *Correio da Manhã* de 30 de março de 1924¹²⁴ informa, “Já se encontra entre nós desde ontem o professor Radecki [...] que veio contratado pela *Fundação Gaffré-Guinle* para chefiar o Laboratório de Psicologia dos Serviços de Profilaxia Mental da Colônia de Alienados do Engenho de Dentro”. A notícia desta contratação também foi veiculada no periódico *Brazil-Médico*, de 12 de abril de 1924, contendo exatamente o mesmo texto¹²⁵.

A estrutura do *Ambulatório Rivadávia Correia* servia como o *Serviço de Profilaxia Mental do Engenho de Dentro*¹²⁶ citado no jornal, e, como vimos em sua criação, em 1920, constava apenas de um laboratório. O laboratório de psicologia se soma à esta estrutura como mais uma ferramenta para o Serviço de Profilaxia, o que podemos constatar em um texto do próprio diretor, Dr. Gustavo Riedel. Em artigo intitulado *O Organismo Psiquiátrico Moderno: A biologia e a psicofisiologia associadas na moderna concepção de assistência a psicopatas*¹²⁷, Riedel estabelece tal estrutura contendo três pilares: um dispensário psiquiátrico, com clínicas especiais e laboratórios anexos; um serviço aberto de hospitalização e o serviço social¹²⁸.

Por laboratórios, Riedel se refere especificamente ao laboratório de química e microscopia clínicas, intitulado *Laboratório Gaspar Vianna* (existindo desde a fundação do Ambulatório), e o laboratório de psicologia experimental, intitulado *Laboratório de*

¹²² GUIMARÃES, Oswaldo. O Laboratório de Psicologia. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, p. 388.

¹²³ De modo que Radecki e sua vida não são o foco deste capítulo, fica a sugestão do meu trabalho biográfico sobre o polonês para maiores informações (FONSECA, 2018). Comentando brevemente esta passagem, após problemas na Europa e acusações de mau uso de técnicas de hipnose, Radecki vem para o Brasil e se firma em Curitiba em 1923, mudando-se para o Rio de Janeiro em 1924.

¹²⁴ *Professor Radecki*. *Correio da Manhã*, 30 de março de 1924, p. 2.

¹²⁵ *Professor Radecki*. *Brazil-Médico*, 1924, Vol. 1, N° 15, p. 212.

¹²⁶ Aqui, cabe um cuidado: Na ata de 1919 citada anteriormente, Riedel refere-se a este serviço como “Serviço de Profilaxia das Doenças Nervosas e Mentais”. No folheto distribuído em 1920, o Ambulatório tem como subtítulo o mesmo nome. Já o jornal citado o chama simplesmente de “Serviço de Profilaxia Mental”. Para fins de simplificação, utilizarei a nomenclatura mais curta.

¹²⁷ RIEDEL, Gustavo. O organismo psiquiátrico moderno: A biologia e a psycho-fisiologia associadas na moderna concepção de assistência a psychopatas. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 21.

*Pesquisas*¹²⁹. Ao final do artigo¹³⁰ estão anexas fotos que compunham a estrutura do Ambulatório. As fotos foram retiradas deste artigo, e dentre elas a mais importante sendo a do laboratório de psicologia. Entre dezenas de instrumentos espalhados em uma ordenação não aparente e uma enorme estante contendo outra dezena de volumes impressos, Waclaw Radecki se encontra, sentado em frente a uma mesa e com o olhar algo perdido e pensativo, pendendo o rosto sobre a mão direita. Na legenda da enigmática foto, vemos suas credenciais: “Ex-Professor da Universidade de Varsóvia e Docente da Universidade de Genebra, atualmente chefe do Laboratório de Pesquisas”.

Vemos, portanto, que o laboratório de psicologia da Colônia de Alienadas era parte integrante dos serviços de profilaxia mental, atuando como auxiliar da policlínica que era o Ambulatório. Ao ser examinado pelo médico de uma das especialidades clínicas, o paciente poderia ou não ser encaminhado para avaliação, feita pelo chefe do laboratório, que examinava-o usando vastíssimo cabedal de aparelhos. O Dr. Oswaldo Guimarães dá um panorama da lista de aparelhos:

“Os aparelhos representam, como em todo laboratório de psicologia, um caráter tríplice. O primeiro grupo é o físico, isto é, o dos aparelhos que permitem a produção de excitantes de definido caráter físico qualitativo e quantitativo, para poder investigar a sensibilidade a esses excitantes. Ao mesmo grupo pertencem os aparelhos expositivos que facilitarão a aplicação dos excitantes escritos ou desenhados. O segundo grupo é constituído pelos relógios (cronômetros, cronógrafos e cronoscópios). O terceiro pelos aparelhos fisiológicos e antropométricos. Este último grupo é relativamente mais rico no nosso laboratório em vista da relação do laboratório com a medicina.”¹³¹.

Uma lista completa dos instrumentos pode ser encontrada no Anexo I deste trabalho, para apreciação cuidadosa dos nomes por parte do leitor, pois constituem uma verdadeira viagem no tempo pela psicologia experimental da virada dos séculos XIX para o XX. Tal lista soma 206 itens, separados e subdivididos em 18 categorias, listadas em algarismos romanos¹³²:

I- Aparelhos de Antropometria (4)	X- Gosto (1)
II- Tato (10)	XI- Audição (13)
III- Sensações Musculares (10)	XII- Visão (44)

¹²⁹ RIEDEL, Gustavo. O organismo psiquiátrico moderno: A biologia e a psycho-fisiologia associadas na moderna concepção de assistência a psychopatas. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, p. 31 e p. 33.

¹³⁰ A paginação do artigo é altamente confusa, provavelmente dadas as limitações das gráficas da época. As páginas citadas não contêm uma paginação própria, mas a paginação do volume como um todo infere a contagem destas. Para fins de citação, usei como referência a paginação inferida pelo volume no qual se encontram as fotos.

¹³¹ GUIMARÃES, Oswaldo. O Laboratório de Psicologia. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 395-396.

¹³² *Ibidem*, pp. 396-411. Entre parênteses, após as categorias, estão a quantidade de aparelhos de cada tipo.

IV- Sensações Estáticas Cinestésicas (8)	XIII- Aparelhos Expositivos e Registradores Gerais (13)
V- Reflexos (3)	XIV- Atenção, Associação, Discriminação, Memória, Pensamento e diversos (12)
VI- Dor (1)	XV- Relógios (14)
VII- Sensações Térmicas (3)	XVI- Processos Afetivos, Reações Orgânicas Fisiológicas (17)
VIII- Auxiliares para os primeiros sete grupos (2)	XVII- Sugestão Psicotécnica Variada (9)
IX- Olfato (1)	XVIII- Auxiliares Técnicos (41)

Podemos perceber que a quantidade de instrumentos não representa sempre um todo organizado. Em alguns momentos, as divisões aparecem algo lógicas, quando vemos as subdivisões IX a XII, para olfato, gosto, audição e visão. Em outros, vemos um amontoado de subcategorias, como a subdivisão XIV, que aninha diferentes faculdades psicológicas. Há também o fato de que alguns dos aparelhos listados na verdade não são aparelhos experimentais, mas instrumentos auxiliares aos “verdadeiros” aparelhos, como toda a subdivisão VIII.

Esta aparente confusão, entretanto, significava muito para os psiquiatras da época. A psicologia praticada nos laboratórios era um dos alicerces da higiene mental prevencionista que promovia os ideais eugênicos. Gustavo Riedel era um franco defensor de tais ideais, e não deixa de chamar a psicologia (a qual se refere como psicofisiologia) a cumprir seu papel. Ao reclamar o homem como sendo o maior patrimônio de uma nação, diz:

“É este justamente o maior objetivo da *higiene mental*, que, selecionando a imigração de elementos capazes, apurando as qualidades da raça, prevenindo os fatores da degeneração, contribuindo no domínio econômico para uma melhor adaptação do indivíduo ao Trabalho na escola, na família e na sociedade, resume de fato a cúpula de todo o edifício eugênico.”¹³³

E logo em seguida dá inúmeros exemplos de como promover o “edifício eugênico” na sociedade de diferentes formas. Seja logo após o nascimento, “com a filtragem de sensações, disciplinando a atenção”, no período pré-escolar com “a questão da triagem dos anormais” que “merece especial pesquisa do psicopediatra”, ou no trabalho com “o concurso da psicofisiologia experimental” lidando com seleção e orientação profissional, as possibilidades de atuação da biologia e da psicofisiologia são vastas. E sinaliza, enfim:

“Eis porque, em síntese, melhorando a educação higiênica e moral, a correção da criança pela orientação dos trabalhos escolares à luz dos novos conhecimentos da psicotécnica pedagógica moderna, estabelecendo métodos de laboratório uniformes para a pesquisa das aptidões psicofisiológicas indispensáveis a uma melhor orientação profissional, suprimindo os tóxicos, utilizando a profilaxia mental na extinção de moléstias contagiosas e na recuperação de

¹³³ RIEDEL, Gustavo. O organismo psiquiátrico moderno: A biologia e a psycho-fisiologia associadas na moderna concepção de assistência a psychopatas. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, p. 15.

anormais, teremos realizado a seleção biológica, temperada por leis humanitárias que convém ao nosso idealismo. Esta medida social, porém, não se revestirá nunca de uma forma organizada senão no dia em que ela tiver adotado *um método* e a constituição do *elemento de trabalho* que deve ser no momento atual o dispensário psiquiátrico, com a sua clínica aberta e o seu serviço social. É dessa *unidade de trabalho* que resultará uma ação conjunta do biologista ou eugenista com o psiquiatra e o psicólogo, dos quais depende em muito a vitória da raça na formação do seu tipo idealizado.”¹³⁴.

A indissociabilidade de psiquiatria e psicologia dos ideais eugênicos e de higiene mental ficam evidentes nesta longa passagem. Aqui, retorno ao tripé dispensário psiquiátrico (e laboratórios), serviço de hospitalização e serviço social. A intenção desta psiquiatria como medicina social arregimenta um conhecimento da psicologia como técnica para promover abertamente a eugenia como forma de aprimoramento do brasileiro, selecionando os indivíduos e aprimorando a nação no processo. Inserido no dispensário psiquiátrico, o laboratório de psicologia cumpre uma dupla função estratégica:

“O trabalho que promove nosso dispensário psiquiátrico está baseado nos dois grupos de causas da loucura. A predisposição e as causas ocasionais determinantes. Esta classificação é a base da luta profilática. De um lado a pesquisa da predisposição assentada sobretudo sobre *a pesquisa clínica e métodos biológicos de laboratórios* e que corresponde especialmente à parte social do movimento de defesa, o que está sendo feito pelo psiquiatra chefe de serviço auxiliado pelo médico visitador e monitoras de higiene mental. Do outro lado o elemento médico da profilaxia, cujo fim é impedir a eclosão das perturbações mentais nos predispostos, o que é firmado pela determinação de fatores imediatos, sobre as *quais os Laboratórios fornecem indicações indispensáveis à profilaxia racional das psicopatias*, realizada esta pelos chefes de clínicas especiais e chefes de laboratórios”.¹³⁵.

É por esta função fundamental de investigar as causas da alienação e promover sua prevenção que o laboratório de psicologia possui quatro fins específicos indicados pelo Dr. Oswaldo Guimarães: ser uma “instituição auxiliar médica” (envolvendo exames parciais e gerais de doentes), ser “auxiliar das necessidades sociais e práticas” (envolvendo exames de crianças em escolas, exames de aptidão profissional, investigações forenses e na organização do trabalho), ser um “núcleo científico” (através de contribuições experimentais à psicologia geral, individual, coletiva e à psicopatologia) e ser um “centro didático para formar os técnicos

¹³⁴ RIEDEL, Gustavo. O organismo psiquiátrico moderno: A biologia e a psycho-fisiologia associadas na moderna concepção de assistência a psychopatas. In: Anais da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, p. 16.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 22, grifos meus.

brasileiros”¹³⁶. Sigamos analisando os pormenores destes quatro fins, conforme o Dr. Guimarães os lista.

Como instituição auxiliar médica, o laboratório realiza inúmeros exames: exames gerais em mais de 200 pessoas (deste contingente, quase 100 crianças), exames de tempos de reação em epiléticas da Colônia de Alienadas e exames de doentes mandados por médicos da Colônia e inclusive de fora dela. O Dr. Guimarães ainda cita trabalhos terapêuticos e psicanalíticos a requerimento dos médicos¹³⁷. Como auxiliar das necessidades sociais e práticas, houve apenas um exame de fadiga em menores trabalhadores de fábricas e uma seleção de pessoal no Exército para escolha de pilotos da aviação¹³⁸.

Como um núcleo científico, o Dr. Guimarães cita vários trabalhos publicados, os quais comentarei mais cuidadosamente adiante. É interessante, entretanto, o comentário do Dr. logo abaixo: “É preciso frisar que uma boa parte destes trabalhos tem caráter teórico, não estritamente experimental, porém, identificando-se a pessoa do Diretor em geral com o Laboratório, achamos justo incluir a sua atividade como diretor dentro da própria atividade do Laboratório”¹³⁹. Aqui, há a menção ao fato de que Radecki, nos primeiros anos de funcionamento do laboratório, atuou ou sozinho ou apenas com sua esposa, Halina Radecka. Foi apenas com inúmeras conferências, cursos e palestras que eventualmente angariou uma considerável lista de colaboradores, sendo os principais Nilton Campos e Gustavo Augusto de Rezende, psiquiatras da Colônia; Ubirajara da Rocha, Arauld Bretas e Alberto Moore, respectivamente capitão-médico e tenentes médicos vindos do Serviço de Aviação do Exército por conta dos exames para seleção de aviadores; Lucília Tavares, professora municipal e, por fim Jayme Grabois também psiquiatra¹⁴⁰. Por último, do laboratório centro didático, o Dr. Guimarães cita os muitos cursos e conferências realizados por Radecki, os quais também analisaremos adiante, em uma seção deste capítulo dedicada a estas funções.

Observamos, por esta lista, que o laboratório cumpria muito mais funções técnicas e práticas do que teóricas e experimentais. Quando havia interesse teórico, este vinha normalmente da figura do seu diretor, Radecki, pelo fato deste ter uma identidade declarada com o laboratório, conforme mencionou o Dr. Guimarães. Mas mesmo com esta identidade, Radecki não escapou de cumprir funções como um técnico. A contratação do polonês não se

¹³⁶ GUIMARÃES, Oswaldo. O Laboratório de Psicologia. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, p. 391.

¹³⁷ *Ibidem*, pp. 391-392.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 393.

¹⁴⁰ Ver Centofanti (2004) e Fonseca (2018) para detalhes sobre a trajetória atuação destes colaboradores no laboratório da Colônia e com Waclaw Radecki.

deu por ser um grande teórico, mas por ter gerido laboratórios de psicologia na Polônia. À época que o laboratório existia apenas como instrumentos adquiridos por Riedel, a necessidade de um diretor surgiu:

“Cabe-nos agora dizer algo sobre o laboratório e do seu pessoal técnico. Uma vez resolvida a criação do laboratório só um fator faltava para que ele surgisse: *encontrar um técnico que cuidasse da sua organização, montagem e direção*. Esse magno problema foi resolvido com grande felicidade. A incumbência de organizar o laboratório e os aparelhos foi confiada ao Prof. Waclaw Radecki que ficou como chefe de laboratório. O Prof. W. Radecki reúne em alto grau as qualidades requeridas para a função que ia desempenhar. Psicólogo de competência completa, conhecido por seus trabalhos científicos, *é um técnico perfeito* e um trabalho infatigável. Dizer mais do que posso de sua grande e profunda cultura científica, *da sua técnica perfeita*, da sua capacidade de trabalho, os Laboratórios de Psicologia dirigidos por ele e as publicações de autoria sua e dos seus alunos. O Laboratório da Colônia é obra exclusivamente sua.”¹⁴¹.

Não há dúvidas que as credenciais de Radecki como médico e psicólogo lhe renderam alguma vantagem na indicação para ser diretor do laboratório. Entretanto, conforme venho mostrando, é evidente que estas credenciais são secundárias aos objetivos maiores direcionados ao laboratório. Pouco importava aos psiquiatras que se produzisse ali grandes experimentos psicológicos ou teorias sobre o comportamento dos homens e a índole humana. O que interessava a eles era a utilização da psicologia como uma *técnica auxiliar à psiquiatria*.

Uma última forma de averiguar esta colocação é analisando a legislação que amparava a *Assistência Médica Legal aos Psicopatas*. Os já mencionados Decretos 142-A e 206-A de 1890 não fazem nenhuma menção à psicologia ou a psicólogos. O mesmo vale para o Decreto N° 1.132 de 22 de dezembro de 1903 e o Decreto N° 8.834 de 11 de julho de 1911, ambos reorganizando a Assistência a Alienados. É de especial importância o Decreto N° 8.834, pois é ele que cria a Colônia de Alienadas e cria uma série de dispositivos de funcionamento desta.

Mais uma reorganização ocorre em 1927, através dos Decretos N° 5.148-A de 10 de janeiro e N° 17.805 de 23 de maio. No primeiro não há menção alguma a psicólogos ou à psicologia, mas no segundo a psicologia aparece duas vezes. No Artigo 57, parágrafo 7, se faz menção ao “pavilhão de psicologia experimental” do Instituto de Psicopatologia Teixeira Brandão, que funcionava no HNA. Ali, “[...] realizar-se-ão as experiências necessárias para melhor elucidação do diagnóstico e pesquisa de psicologia normal e patológica”. Já no artigo

¹⁴¹ GUIMARÃES, Oswaldo. O Laboratório de Psicologia. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 388-389.

90, que trata do curso de Visitadoras Sociais da Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto, há a previsão de um curso de ¹⁴²“Noção gerais de Psicologia” (BRASIL, 1927).

A psicologia só aparece nesta legislação muito marginalmente, de modo que a Medicina pouco reconheceu algum papel de autonomia ou mesmo de independência dela. Importava apenas o uso de técnicas interessantes e que permitissem a compreensão das moléstias mentais e a subsequente cura e prevenção destas.

Para além da Colônia: apropriações e tensões

Um fato importante sobre este laboratório de psicologia foi a sua prevalência em vários círculos da sociedade, tanto apenas no Rio de Janeiro como tendo, em alguns momentos, projeção nacional. É possível dizer que o laboratório, ora através da personalidade de Radecki, ora através das promessas fantásticas da psicologia como nova ciência, alcançou diversas pessoas e instituições, rompendo as barreiras da Colônia. Adiante, analisarei se esta ampla circulação satisfaz as quatro finalidades estabelecidas no artigo do Dr. Oswaldo Guimarães.

Uma das maneiras pelas quais Radecki e seus colaboradores examinavam os pacientes dos mais diversos cantos da cidade era através da Ficha Psicológica, que pode ser apreciada pelo leitor no Anexo II. Este talvez seja o instrumento mais poderoso do laboratório de psicologia do Engenho de Dentro, pois alicia, num mesmo dispositivo técnico, a miríade confusa de instrumentos e aparelhos; as teorias psicológicas de avaliação das funções psíquicas, os interesses higienistas e eugenistas dos psiquiatras da Colônia e a intenção de controle individual e populacional da Medicina Social. Um punhado de folhas de papel e alguns exames depois seriam o suficiente para dissecar uma pessoa por completo. Os fins desta dissecação, já sabemos, e reforça Engel:

“Situado nas fronteiras do mundo asilar, o serviço ambulatorial, assumindo feições de autêntico laboratório de observação, transformava os mais “inóxios” psicopatas em objeto de atentas investigações, em cobaias humanas utilizadas para viabilizar e sustentar pesquisas, cujo sentido e implicações políticas encontravam-se expressos em uma de suas finalidades básicas: conferir foros de verdade científica a pressupostos, a avaliações e a intenções altamente discriminadoras e excludentes [...]” ¹⁴³.

Em sua versão mais complexa, os exames empreendidos pelos psiquiatras nos pacientes poderiam duas horas, dias ou até semanas. Ao citar uma tese da Faculdade de Medicina, Magali Engel indica que um certo Dr. Calderaro pregava etapas rígidas para tais exames. “Olhos

¹⁴² BRASIL. Decreto N° 17.805 de 23 de maio de 1927. Approva o regulamento para execução dos serviços da Assistência a Psychopatas do Districto Federal.

¹⁴³ ENGEL, Magali. *Delírios da Razão: Médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2001, p. 309.

abertos, ouvidos atentos, sensibilidade apurada e raciocínio límpido, tais seriam as pré-condições essenciais exigidas do observador, cujo trabalho deveria durar aproximadamente 15 dias e ser realizado com “inteligência”, “calma” e “astúcia”.¹⁴⁴ Ora, trata-se de 15 dias para a observação de um paciente recém-aceito no hospício, que circula pelo Pavilhão de Observação, de modo que o psiquiatra dele tira notas e observações, lentamente sendo acrescidas estas à ficha de observação do paciente específico. Poderiam os exames psicológicos serem longos ou extensos assim?

Definitivamente. Com um cabedal de mais de duzentos aparelhos e uma ficha psicológica que tomava três páginas inteiras de um volume¹⁴⁵, um exame psicológico não ficava para trás. De fato, caso fosse realizada uma bateria adequada de exames, estes levavam horas, inclusive tendo que ser divididos em partes para não fatigar o examinado. Em conferência realizada pelo Dr. Ernani Lopes no dia 06 de novembro de 1931 na Universidade de Montevideo, no Uruguai, podemos encontrar uma dimensão das práticas do laboratório de psicologia e seus exames. Intitulada *A Higiene Mental e a Psicologia no Brasil*¹⁴⁶, o Dr. Ernani Lopes dedica uma parte do texto para tratar da psicologia no meio militar.

O laboratório da Colônia foi chamado pelo Exército para auxiliar na seleção de aviadores, e os já citados médicos militares Ubirajara da Rocha, Alberto Moore e Arauld Bretas foram enviados para o Engenho de Dentro em comissão, fato que se deu por volta de 1927¹⁴⁷. Após trabalho em colaboração com Radecki, os médicos militares publicam três trabalhos, todos resultados da comissão, nos *Anais da Colônia de Psicopatas* de 1929. Comentando sobre esta passagem da comitiva militar, o Dr. Ernani Lopes fala do conjunto de testes elaborado por Radecki em conjunto com Rocha, Bretas e Moore, e diz:

“O Dr. Radecki, com a cooperação de um grupo de distintos médicos militares, como os Drs. Bretas e Ubirajara da Rocha, organizou um conjunto de testes psicológicos e psicotécnicos para exame dos candidatos a aviadores. Estes testes medem modalidades reacionais da visão, da audição, das sensações estáticas e cinestésicas, da fatigabilidade, dos

¹⁴⁴ ENGEL, Magali. *Delírios da Razão: Médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2001, p. 146.

¹⁴⁵ GUIMARÃES, Oswaldo. *O Laboratório de Psicologia*. In: *Anaes da Colônia de Psychopatas*. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 411-414.

¹⁴⁶ LOPES, Ernani. *La Higiene Mental y La Psicologia em el Brasil*. In: *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*. N° 2, Out-Dez de 1932.

¹⁴⁷ É difícil estabelecer a data em que os médicos militares travaram contato com o laboratório, mas o ano pode ser deduzido através de um trabalho de autoria de Arauld Bretas. Intitulado “Observações sobre um segmento (parte sensorial) do perfil psicológico do aviador”, Bretas discute os primórdios da testagem psicológica no Brasil. Ao comentar sobre Radecki e o laboratório, nos diz: “Entre nós o professor Radecki com um grupo de médicos militares seus assistentes começou há cerca de dois anos a organização de bases para a seleção e orientação profissional (aviação), fazendo antes cuidados estudos sobre a profissão.” (BRETAS, 1929, p. 319, grifo meu). Tendo sido publicado nos *Anais da Colônia de Psicopatas* de 1929, o mais provável é que o contato tenha sido travado, portanto, em 1927.

tempos de reação, da imaginação, a atenção, da memória, do pensamento, da afetividade e da vontade. *O exame total de cada indivíduo exige 33 experimentos, que demandam 8 horas de trabalho.* Para evitar a fadiga, são os exames realizados por seções, para cada candidato.”¹⁴⁸.

A quantidade impressionante de horas e exames não são as únicas métricas a chamarem a atenção. Salta aos olhos também a complexidade de tal bateria de exames. Alegando este teste ser mais completo que outros utilizados, o Dr. Ernani Lopes deixa com os ouvintes da conferência uma cópia dos *Anais da Colônia de Psicopatas* contendo uma ficha de um dos aprovados na seleção¹⁴⁹. Analisemos, adiante, como se data essa atuação da psicologia na seleção de aviadores.

O trabalho de Moore, intitulado *Contribuição ao estudo psicotécnico dos automatismos*¹⁵⁰ é o menos interessante do ponto de vista dos exames por ser mais teórico-descritivo e não conter nenhuma descrição destes. Já o de Bretas, *Observação sobre um segmento (parte sensorial) do perfil psicológico do aviador*¹⁵¹, ainda que com bastante discussão teórica, já é mais direto no delinear dos exames. Como o foco do trabalho de Bretas foi na parte sensorial, este não descreve outras medidas que o Dr. Ernani Lopes havia sugerido. Sobre o estabelecimento do “perfil psicométrico” do aviador, referente à sua parte sensorial, diz: “O conjunto de provas sensoriais para aviador foi escolhido de acordo com as premissas funcionais da profissão. Assim, estabeleceu-se o estudo da visão, da audição, das sensações musculares, articulares motrizes, estáticas e cinestésicas e dos movimentos complexos.”¹⁵². Como exemplo do tipo de experimento, segue uma descrição sobre um exame de visão em profundidade:

“A primeira prova desta pesquisa é feita no aparelho de Rupp. Este aparelho consta de 2 anteparos de folhas metálicas colocadas nos extremos de uma escala de 150 cent. e entre estes dois anteparos, uma haste vertical encaixada num cursor. Colocando o paciente ante o aparelho, ele dirá, olhando por um orifício, quando a haste se move e em que direção, se aproximando ou se afastando. Manda-se em seguida que o indivíduo diga quando a haste atinge o meio da escala. Há indivíduos (média) que percebem deslocamento a partir de 5 milímetros. A maioria tem um centro próprio sempre próximo do centro real (em regra 0,05 aquém).”¹⁵³.

¹⁴⁸ LOPES, Ernani. La Higiene Mental y La Psicologia em el Brasil. In: Archivos Brasileiros de Higiene Mental. Nº 2, Out-Dez de 1932, p. 139, grifos meus.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 140.

¹⁵⁰ MOORE, Alberto. Contribuição ao estudo psicotechnico dos automatismos. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

¹⁵¹ BRETAS, Arauld. Observação sobre um segmento (parte sensorial) do perfil psychologico do aviador. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

¹⁵² *Ibidem*, p. 331.

¹⁵³ *Ibidem*, pp. 334-335.

Igualmente interessante é o trabalho de Ubirajara da Rocha. Intitulado simplesmente *Estudo de Atenção nos aviadores*¹⁵⁴, possui a mesma longa introdução teórica que o trabalho anterior, mas também apresenta descrições dos experimentos. Num exame sobre a atenção espontânea, o examinado é posto em frente a um taquistoscópio, instrumento que possui uma espécie de tela que projeta imagens por alguns instantes, de modo que o examinador pode controlar o modo como as imagens são exibidas. Rocha descreve a escolha dos itens exibidos:

“[...] são escolhidos, como objetivos, desenhos singelos, porém, bizarros, não definíveis geometricamente, ou simples linhas, todas contendo características que, por um lado, os destaquem facilmente do conjunto (v. g. cores contrastantes) ou por outro, confundam-nos com elementos vizinhos (v. g. irradiação por sequência de formas semelhantes). Uma tal disposição contrastante e irradiante foi também arrumada em palavras de letras homogêneas na forma e cor como detalhes a serem percebidos.”¹⁵⁵.

Logo em seguida uma página quebra o texto monótono do estudo. Trata-se de uma cópia da imagem vista pelos examinados. Numa folha inteira, a única colorida em todo o volume dos *Anais da Colônia de Psicopatas* de 1929, três grupos de elementos se distinguem: cruces e traços pretos e vermelhos no alto da folha, seis pequenos desenhos abstratos coloridos no meio e duas palavras embaixo, “HOMEM VESTIDO”, uma em cima da outra, com um traço do “m” e o pingo do “i” coloridos em vermelho¹⁵⁶. Aos examinados, cabe descrever o que viram e, ao serem apresentados ao cartão contendo aquela imagem, reconhecer ou não os elementos de sua breve percepção, inclusive os destoantes coloridos. Reconhecer ou não o cartão após tê-lo visto por instantes apenas é sinal de uma “atenção equilibrada”¹⁵⁷.

Entretanto, os exames mais bem descritos realizados estão em outro volume. Intitulado *Contribuição ao estudo dos psicogramas*¹⁵⁸, um novo trabalho, de autoria de Rocha e Bretas, é sugestivamente publicado nos *Anais do I Congresso Brasileiro de Eugenia* de 1929. É neste trabalho que boa parte dos 33 testes mencionados pelo Dr. Ernani Lopes estão presentes, e alguns deles são peculiares. Um exame de localização sonora envolvia pôr o examinado vendado dentro de um dispositivo e tocar campainhas móveis (“cigarras elétricas”), pedindo para ele este apontasse de onde o som vinha¹⁵⁹; um exame de posição global do corpo colocava o examinado deitado sobre uma mesa em sentido sagital, de modo que alterações feitas na

¹⁵⁴ ROCHA, Ubirajara. *Estudo de atenção nos aviadores*. In: *Anaes da Colônia de Psychopatas*. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 371.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 372.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 374.

¹⁵⁸ ROCHA, Ubirajara; BRETAS, Arauld. *Contribuição ao estudo dos psychogrammas*. In: *I Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, 1929.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 208.

posição do seu corpo deveriam ser avaliadas pelo examinado em graus de deslocamento em relação à posição original, medindo-se a precisão das respostas obtidas ¹⁶⁰; um exame de riqueza imaginativa propunha ao examinado associações de palavras e como este coordenava as associações ¹⁶¹; por fim, um exame de habilidade manual envolvia a capacidade do examinado de encaixar de volta em uma caixa diversos pinos, e eram avaliados desde o tempo para realizar a tarefa até o tipo de método empregado ¹⁶².

Os quatro exames citados acima, junto com os outros, eram inseridos numa larga folha de frequência, contendo os 33 exames e uma escala de 0 a 10 para cada um dos resultados. Os examinados eram analisados qualitativamente mediante o escore no exame (p. ex. “exato”, “sugestível”, “omisso”, “limitado”, “educável”, “apurado”). Tal folha, enorme e dobrada entre as páginas do estudo, constitui o que os autores entendem por “psicograma”, e mostra quatro perfis de candidatos examinados e seus escores ¹⁶³.

Este era o tipo de testagem minuciosa realizada pelos envolvidos com o laboratório. Não é de se espantar que as técnicas psicológicas fossem objeto de curiosidade para quem não vivia em meio aos instrumentos e aparelhos. Um exemplo peculiar pode ser constatado em Manoel Bandeira, eminente poeta brasileiro. Em entrevista ao jornal *O Paiz*, do dia 09 de junho de 1926 ¹⁶⁴, Bandeira descreve a poesia da época, que surgia em meio ao movimento modernista, como uma resposta ao “parnasianismo retardatário, sonetista, metrificador e rimaricador” e ao “impressionismo, a excessiva musicalidade e o vago desvarado do simbolismo”. Para o poeta, a poesia da época era:

“Conservar a arte da palavra dentro dos meios que lhe são próprios. Procurou-se realizar uma poesia a mais psicológica possível. Não havia verso, palavra, pontuação que não se justificasse pela psicologia. *Um poema parecia uma ficha experimental do professor Radecki*. Era uma poesia de franja. Que gostoso derivar ao sabor das associações!” ¹⁶⁵.

Um poeta usa a estética de uma “ficha experimental” como forma de expressar toda uma nascente forma de poesia no país, mas outras profissões possuem tomadas distintas do mesmo significante. Se na entrevista de Bandeira a técnica do laboratório aparece através da figura idealizada da ficha experimental como uma figura de linguagem sobre a poesia modernista

¹⁶⁰ ROCHA, Ubirajara; BRETAS, Araul. Contribuição ao estudo dos psychogrammas. In: I Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, 1929, p. 209.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 210.

¹⁶² *Ibidem*, p. 213.

¹⁶³ *Ibidem*. A folha separada do psicograma não possui paginação própria: trata-se de uma espécie de folha anexa no meio do capítulo, dobrada em si mesma em meio às páginas. É importante citar que seu tamanho é maior que o das páginas dos Anais do Congresso, visto que o psicograma é um quadro enorme contendo todos os exames versus todos os escores. Não foi possível obter permissão para reproduzir o psicograma na tese.

¹⁶⁴ *O que pensam em sentem os homens moços do Brasil*. O Paiz, 09 de junho de 1926, p. 1.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

brasileira, para o Dr. Mário Bulhões Pedreira, famoso advogado carioca do início do século XX, esta técnica significa assunto sério. Em conferência publicada na revista *Ilustração Brasileira* em janeiro de 1930¹⁶⁶, sob o título “Paixão e Delito”, o Dr. Pedreira evoca uma passagem de Radecki quando discute a paixão em psicologia experimental:

“O caráter intrínseco à emoção, a ela peculiar e constante, é produzir o distúrbio momentâneo das funções psíquicas. Mas o homem normalmente, sob o império de uma emoção, procura selecionar no excitante uma unidade, uma parcela, um alvo contra o qual possa deflagrar a sua carga afetiva, transformando a emoção em tendências, e reagindo simpática ou antipaticamente, o que lhe permite ao psiquismo uma nova situação de equilíbrio, decorrente da síntese então improvisada. É a reação ativa pela simpatia ou antipatia. E na expressão do Professor Waclaw Radecki “cada modalidade sentimental ou emotiva pode, crescendo em intensidade e durabilidade, transformar-se em paixão.”¹⁶⁷.

O Dr. Pedreira discute, então, sob quais situações um homem pode ser imputado de responsabilidade por suas ações. A paixão, portanto, como um arroubo emocional disruptivo, deveria ser levada em consideração quando se julga tal ou qual crime, pois a constituição específica da personalidade dos homens obedece a leis psicológicas claras. Encerra sua conferência com uma frase entre a retórica científica e poesia:

“Galguemos os aclives que nos conduzem à visão sintética do alto, de onde se desdobra em conjunto todo o panorama do caminho perlustrado. Que vemos? O íntimo consórcio da ciência com o sentimento social: a paixão, no mecanismo do seu processo psicológico normal, como no exagero da reatividade mórbida, em determinadas circunstâncias, perante a política criminal, como na consciência coletiva, pode ser dirimente da responsabilidade legal, já em face da sistemática do Código vigente, já pelo critério inovador da periculosidade.”¹⁶⁸.

Se o poeta toma de modo livre a psicologia e o advogado a usa como arma para costurar sua complexa retórica jurídica, houve quem simplesmente se visse convencido das possibilidades das técnicas psicológicas. Talvez um dos usos mais inusitados do laboratório tenha sido o de auxiliar na seleção de atletas para os Jogos Olímpicos de 1932, em Los Angeles, nos Estados Unidos.

Segundo reportado pelo jornal *A Noite* de 20 de fevereiro de 1932¹⁶⁹, a Comissão de Atletismo da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) realizou uma visita ao laboratório do Engenho de Dentro. Sendo recebidos pelos médicos militares Ubirajara da Rocha e Araul Bretas, além de pelo diretor Waclaw Radecki, todos “[...] percorreram, aqueles *sportsmen* e

¹⁶⁶ PEDREIRA, Mário. *Paixão e Delicto*. Revista *Ilustração Brasileira*, Janeiro de 1930. A revista não possui paginação.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ *A visita ao Laboratório de Psychologia da Colônia de Psychopatas do Engenho de Dentro*. *A Noite*, 20 de fevereiro de 1932, p. 7.

cientistas, todas as dependências internas, tendo a ocasião de examinar sua completa aparelhagem”. A visita, segundo o jornal, “impressionou vivamente a todos”, tendo o presidente da CBD salientando a necessidade de transformar os desportos no Brasil de “empíricos em racionais e científicos”.

Logo no mês seguinte, duas pequenas manchetes surgem. Primeiro no *Jornal do Comércio* de 13 de março de 1932¹⁷⁰, e depois no *O Jornal*, de 15 de março de 1932¹⁷¹, ambas informam que o Ministro da Educação, Dr. Francisco Campos, havia permitido que os atletas brasileiros passassem por testagem e exames no laboratório do Engenho de Dentro, para fins de orientação e seleção¹⁷².

Todas estas três tomadas da psicologia por ramos distintos da sociedade demonstram uma grande circulação do laboratório. Em parte, esta circulação veio de uma atuação de Waclaw Radecki e seus colaboradores, que continuamente figuravam em conferências e palestras pelo Rio de Janeiro, muitas vezes divulgando a atuação do laboratório e ministrando cursos nele e em instituições interessadas em psicologia. Vejamos alguns exemplos.

Antes de ser contratado como chefe de laboratório, Radecki ministrou uma conferência na *Sociedade de Psychologia*¹⁷³ e outra na *Escola Politécnica*, esta sobre fenômenos psicoelétricos¹⁷⁴. Após a contratação, Radecki apresenta seu teste de inteligência para a *Academia Brasileira de Ciências*¹⁷⁵, ministra um curso sobre psicologia infantil na *Associação Brasileira de Educação*¹⁷⁶ e ministra outro curso de psicologia na *Faculdade de Medicina*¹⁷⁷. O polonês ministraria ainda outros dois cursos, um de psicologia experimental¹⁷⁸ e outro de psicologia geral¹⁷⁹, ambos na *Associação Cristã de Moços*. Fora do Rio de Janeiro, Nilton Campos, principal assistente de Radecki, ainda abriria a conferência de Wolfgang Köhler, eminente psicólogo gestaltista, em São Paulo¹⁸⁰. Estes são alguns dos muitos cursos e

¹⁷⁰ *Várias Notícias*. *Jornal do Commercio*, 13 de março de 1932, p. 7.

¹⁷¹ *O Brasil nas Olympiadas*. *O Jornal*, 15 de março de 1932, p. 12.

¹⁷² Há de se questionar se a ajuda de Radecki e colaboradores foi de grande valia. O Brasil teve desempenho pífio nos jogos daquele ano, envolvendo situações embaraçosas das mais diversas: de atletas viajando num vapor de carona para Los Angeles em meio a toneladas de sacas de café até a equipe de pólo aquático caindo numa briga séria com o árbitro da partida após derrota para a Alemanha.

¹⁷³ *Vida Social: Conferencias*. *O Paiz*, 06 de julho de 1923, p. 5.

¹⁷⁴ *Notas da Sociedade: Conferencias*. *A Rua*, 10 de julho de 1923, p. 2.

¹⁷⁵ *Academia Brasileira de Ciências*. 29 de maio de 1925, p. 2.

¹⁷⁶ *O início de um curso sobre psychologia infantil*. *O Imparcial*, 17 de setembro de 1926, p. 1.

¹⁷⁷ *O curso de psychologia na Faculdade de Medicina*. *À Esquerda*, 26 de abril de 1928, p. 5.

¹⁷⁸ *Curso de psychologia experimental*. *Jornal do Commercio*, 18 de julho de 1931, p. 6.

¹⁷⁹ *Curso de Psychologia na Associação Christã de Moços*. *Diário de Notícias*, 20 de janeiro de 11.

¹⁸⁰ *As conferencias do prof. Koehler em S. Paulo*. *Diário de Notícias*, 28 de agosto de 1930, p. 4.

conferências listados pelo Dr. Oswaldo Guimarães do “laboratório como centro didático”, que ocasionaram a formação do grupo de colaboradores do laboratório de psicologia¹⁸¹.

O laboratório circulou muito também nos meios da medicina e psiquiatria cariocas. Em 1925, Radecki se reúne com o corpo clínico do *Ambulatório Rivadávia Correia* para além do laboratório, para a discussão de casos, e disserta sobre as relações da psicologia e a patologia. Ao apresentar suas pesquisas (sobre emotividade na demência precoce, sobre os tipos imaginativos e sobre a atenção espontânea e voluntária), se animam os psiquiatras a discutir os usos da psicologia para a “profilaxia das afecções nervosas de fundo luético”. Segundo o jornal, Radecki e os Drs. Zopyro Goulart e Plínio Olinto debateram sobre a possibilidade de se criar um “wassermann psicológico”¹⁸². Radecki se reuniria mais uma vez com este mesmo corpo clínico ainda naquele ano¹⁸³.

Especialmente, Radecki e o laboratório tinham uma inserção especial na *Liga Brasileira de Higiene Mental* (LBHM), organização criada por Gustavo Riedel em 1923¹⁸⁴ com intuítos de promover os ideais da eugenia e da higiene mental no Brasil. O polonês prestava serviço para a LBHM ao dar expediente como diretor dos consultórios psicológicos do Serviço de Medicina Preventiva da Liga¹⁸⁵ e era listado como seu psicologista, sendo assistido por sua esposa¹⁸⁶. No mesmo ano, ministrou curso na sede da Liga¹⁸⁷, o que motivou uma apaixonada defesa de sua atuação pelo Dr. Ernani Lopes.

Em coluna no *Jornal do Brasil*¹⁸⁸, sobre a importância da Higiene Mental, o Dr. Lopes reclama dos escassos recursos disponíveis na sede da Liga para os cursos de Radecki, e conta que “A liga tem há mais de ano como psicólogo contratado o Sr. Professor Waclaw Radecki,

¹⁸¹ GUIMARÃES, Oswaldo. O Laboratório de Psicologia. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 393-394.

¹⁸² *Colônia de Alienadas: A reunião mensal de seu corpo clínico*. O Jornal, 12 de agosto de 1925, p. 7. A Reação de Wasserman consistia num antigo exame de sangue para detecção da sífilis em pacientes. A ideia de se criar uma versão psicológica de um exame fisiológico (o mencionado “Wasserman psicológico”) reforça uma hipótese interessante a ser discutida no fim deste capítulo: uma das características da psicologia como técnica psicológica era a proximidade com a fisiologia, especialmente como sempre surge com um viés técnico e não teórico.

¹⁸³ *Colônia de Alienadas: Reunião de seu corpo clínico*. O Paiz, 12 de dezembro de 1925, p. 4.

¹⁸⁴ Ver o verbete de Gustavo Riedel no *Dicionário: Pioneiros* (2001, p. 323).

¹⁸⁵ *Evitemos as doenças nervosas: A Liga Brasileira de Higiene Mental inicia um serviço de Medicina Preventiva*. O Jornal, 18 de novembro de 1925, p. 5.

¹⁸⁶ Arquivos Brasileiros de Higiene Mental. N° 1, março de 1925. Trata-se da contracapa do volume impresso, onde está listado o pessoal do “serviço técnico do dispensário central”.

¹⁸⁷ *Liga Brasileira de Higiene Mental: O encerramento do curso de psychologia do Professor Radecki*. O Jornal, 27 de outubro de 1925, p. 2.

¹⁸⁸ *Higiene Mental: Fala-nos sobre esta importante questão o Dr. Ernani Lopes*. Jornal do Brasil, 02 de setembro de 1925, p. 12.

de notável competência [...]. O professor Radecki, porém, sem ter na Liga um laboratório onde trabalhe, ou há de fazer geometria no espaço, ou há de desesperar a longa espera”¹⁸⁹.

Junto com a LBHM, Radecki organizou exames em menores trabalhadores de fábricas do Distrito Federal. Sob a iniciativa do Dr. Fernandes Figueira, 30 menores foram avaliados antes e depois do trabalho semanal mediante inúmeros usos de aparelhos para medir sensibilidade tátil e à dor, acuidade visual, dinamometria e ergografia (para medir força e tônus muscular) e grau de concentração. Após minucioso protocolo de exame, omitido pela Liga por “não apresentar interesse prático imediato”, a comitiva que organizou os exames constatou uma perda de eficácia total de 6% em menores fortes e com mais de 14 anos e de até 24% em menores fracos e com menos de 14 anos¹⁹⁰.

Por fim, as publicações do laboratório seriam comentadas por vários psiquiatras e até mesmo intelectuais de outras áreas. No periódico *Brazil-Médico*, por exemplo, os anúncios dos *Anais da Colônia de Psicopatas*, que continham os trabalhos do laboratório, recebiam resenhas elogiosas sempre que eram publicados¹⁹¹. Já o primeiro livro escrito por Radecki no Brasil em conjunto com o psiquiatra Gustavo de Rezende, o *Introdução à Psicoterapia* (1926), recebeu uma resenha publicada no *O Paiz*. O resenhista ressalta a importância de tal volume para os psiquiatras ao informar que aquele “[...] constitui uma fonte importante e séria entre a psicologia moderna e a psiquiatria, que infelizmente se afastaram no seu desenvolvimento.”¹⁹².

As resenhas de maior importância certamente foram as de Medeiros e Albuquerque¹⁹³, importante ensaísta e professor brasileiro, responsável por uma das mais antigas obras sobre testagem psicológica, o volume *Tests*, de 1924. Em 1928, Medeiros e Albuquerque resenhou duas obras de Radecki: a publicação do seu Teste de Inteligência para adultos e a publicação do primeiro volume dos *Anais da Colônia de Psicopatas*, de 1928. Sobre o primeiro, Medeiros e Albuquerque é elogioso: classifica o teste como “interessantíssimo” e, sobre o autor, escreve: “O Professor Radecki não sabe talvez medir bem como ele é um caso extraordinário entre nós

¹⁸⁹ Este artigo é rebatido por um colunista anônimo no *Correio da Manhã* dois dias depois (04 de setembro de 1925, p. 4). O colunista misterioso alega que a reclamação pela falta de um laboratório ou espaço para que Radecki trabalhe é “injusta”, e rebate: “Que desejaria mais o Dr. Ernani Lopes para definir a psicologia de uma época? Para que laboratórios para quem possui muito mais do que eles?”. Na visão do colunista, a Liga, e por consequência Radecki, seu contratado, já dispunham de recursos mais do que o suficiente.

¹⁹⁰ Ver Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, Ano de 1925, N° 1 (pp. 219-220) e N° 2 (pp. 181-184). A pesquisa é informada de modo muito breve e sem maiores detalhes, inclusive omitidos pelas razões apresentadas. Não é possível tirar maiores conclusões além das apresentadas pela escassez de informações no documento. Apenas seis páginas descrevem todo o processo, divididas como notas do noticiário nos dois números citados.

¹⁹¹ Bibliographia: Annaes da Colonia de Psychopatas. *Brazil-Medico*, N° 32, agosto de 1928, pp. 907-908; Bibliographia: Annaes da Colonia de Psychopatas. *Brazil-Medico*, N° 34, agosto de 1929, p. 1028.

¹⁹² *Impressões de Leitura*. *O Paiz*, 29 de maio de 1926, p. 2.

¹⁹³ Ver o verbete sobre Medeiros e Albuquerque no Dicionário: *Pioneiros* (2001, p. 227).

e como, pelo simples fato de que vive aqui e vive exercendo sua profissão de psicólogo, representa um extraordinário progresso em nosso meio”¹⁹⁴. Já sobre o segundo, o tom amigável de Medeiros e Albuquerque parece ter acabado: sobre a seção de Trabalhos de Psicologia dos *Anais...*, ele começa se vangloriando de “ter fundado no Brasil o primeiro laboratório de psicologia experimental”. Em seguida, destila uma crítica contundente ao psicólogo polonês: “O que ele escreve é gramaticalmente correto. É português. Tem, porém, uma construção tão difícil que torna obscura a exposição do que ele quer dizer, de modo que só os que possuem um certo conhecimento prévio da matéria o podem seguir bem.”¹⁹⁵.

Passemos em revista então os quatro fins pensados pelo laboratório, conforme a comunicação do Dr. Oswaldo Guimarães, começando pelos menos realizados aos mais realizados. Como auxiliar das necessidades sociais e práticas (exames em crianças, exames de aptidão profissional, auxílio em investigações forenses e auxílio na organização do trabalho), o alcance é quase nulo. Além da comitiva de militares que fez convênio com o laboratório para a seleção dos aviadores, houve apenas a colaboração (fracassada) com a CBD na seleção de atletas. Nada próximo de exames em crianças nas escolas ou investigações forenses, sendo o mais próximo desta última a brevíssima menção no artigo de Pedreira. A comitiva de pesquisadores intervindo em fábricas no Distrito Federal pareceu ser uma ação altamente específica, tendo inclusive os protocolos dos exames sido omitidos por não serem de “interesse prático”.

A questão do núcleo científico (de contribuições experimentais) foi parcialmente abordada aqui ao analisarmos alguns dos trabalhos publicados nos volumes dos *Anais da Colônia de Psicopatas* de 1928 e 1929. Entretanto, poucos trabalhos constituem contribuições experimentais de fato. Os *Anais...* consistem em trabalhos dos psiquiatras e uma seção especial para os trabalhos do laboratório. Na seção de “Trabalhos de Psicologia” da publicação de 1928, dos nove trabalhos da seção, apenas os três primeiros trabalhos possuem contribuições experimentais: *Pesquisas experimentais da influência do material mnemônico esquecido sobre a associação livre*¹⁹⁶, *Pesquisas experimentais da influência do material mnemônico esquecido*

¹⁹⁴ MEDEIROS E ALBUQUERQUE. *Notas Literarias*. Jornal do Commercio, 26 de fevereiro de 1928, p. 3.

¹⁹⁵ MEDEIROS E ALBUQUERQUE. *Notas Literarias*. Jornal do Commercio, 30 de setembro de 1928, p. 3.

¹⁹⁶ RADECKA, Halina; RADECKI, Waclaw. *Pesquisas experimentaes da influencia do material mnemônico esquecido sobre a associação livre*. *Annaes da Colônia de Psychopatas*. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928.

sobre a associação voluntária¹⁹⁷ e *Contribuição experimental à psicologia dos juízos*¹⁹⁸. A criação de hábitos sadios nas crianças¹⁹⁹ e *O Estado atual da psicotécnica e meios práticos de aplicá-la*²⁰⁰ são ambos puramente discussões teóricas, sem qualquer experimento. Por fim, temos o *Test de inteligência para adultos*²⁰¹ que é uma explicação do funcionamento do teste apenas; *Um interessante caso de estupor catatônico*²⁰², onde o psiquiatra Gustavo de Rezende relata um caso que tratou na Colônia; *Relatório de uma viagem realizada à Europa para estudos psicológicos*²⁰³, apenas um relatório de viagem; e *O Laboratório de Psicologia* o texto de Guimarães citado no início do capítulo contando a história do laboratório.

Na seção de Trabalhos de Psicologia da publicação de 1929 o problema persiste. Constatam onze trabalhos, e apenas três são efetivamente relatos ou propostas de experimentos. Os já citados *Observação de um segmento (parte sensorial) do perfil psicológico do aviador*²⁰⁴ e *Estudo de atenção nos aviadores*²⁰⁵ são do tipo experimental, somado o trabalho intitulado *Contribuição experimental à psicologia da fixação mnemônica*²⁰⁶. Dos oito restantes, são puramente teóricos os seis trabalhos seguintes: *Conceito de Saúde e Doença em face da biologia teórica*²⁰⁷; *Contribuição ao estudo da sugestão e suas aplicações*²⁰⁸; *Contribuição ao estudo psicológico da psicanálise*²⁰⁹; *Contribuição ao estudo psicotécnico dos automatismos*²¹⁰;

¹⁹⁷ CAMPOS, Nilton; RADECKI, Waclaw. Pesquisas experimentaes da influencia do material mnemônico esquecido sobre a associação voluntaria. Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928.

¹⁹⁸ TAVARES, Lucília; RADECKI, Waclaw. Contribuição experimental á Psychologia dos Juizos. Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928.

¹⁹⁹ RADECKI, Waclaw. A criação de hábitos sadios nas crianças. Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928.

²⁰⁰ RADECKI, Waclaw. O estado actual da psychotechnica e meios práticos de aplica-la. Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928.

²⁰¹ RADECKI, Waclaw. Test de Intelligencia para Adultos. Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928.

²⁰² REZENDE, Gustavo. Um caso interessante de estupor catatonico. Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928.

²⁰³ CAMPOS, Nilton. Relatorio de uma viagem realizada a´ Europa para estudos psicologicos. In: Anais da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928.

²⁰⁴ BRETAS, Arauld. Observação sobre um segmento (parte sensorial) do perfil psychologico do aviador. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

²⁰⁵ ROCHA, Ubirajara. Estudo de atenção nos aviadores. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929

²⁰⁶ BULHÕES PEDREIRA, Antonio. Contribuição experimental a´ psychologia da fixação mnemônica subconsciente. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

²⁰⁷ SCHIRCH, Paulo. Conceito de saúde e doença em face da biologia theorica. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

²⁰⁸ RADECKI, Waclaw. Contribuição ao estudo da sugestão e suas aplicações. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

²⁰⁹ RADECKI, Waclaw. Contribuição ao estudo psicologico da psychoanalise. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

²¹⁰ MOORE, Alberto. Contribuição ao estudo psychotechnico dos automatismos. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

*Problemas e métodos de psicologia individual (diferencial)*²¹¹; e *Contribuição psicológica ao estudo da demência precoce*²¹². Os últimos dois trabalhos restantes, *Tratamento médico de crianças anormais*²¹³ e *À margem de dois psicogramas: Algumas observações a respeito da utilização, na psiquiatria, dos exames psicológicos dos doentes*²¹⁴ são relatos de casos.

Com estes vinte trabalhos publicados de 1928 a 1929, o laboratório produziu apenas seis do tipo experimental. Constata-se que oito trabalhos são apenas discussões teóricas. Sobram três estudos de casos da Colônia e três trabalhos diversos (um relato de viagem, uma proposta de teste de inteligência e um relatório de atividades do laboratório. O laboratório, a partir das próprias publicações, efetivamente não se realizou como núcleo científico.

Posteriormente, Radecki e seus colaboradores publicariam outra leva de trabalhos. Em 1929, Radecki finaliza seu *Tratado de Psicologia* e o publica em português. Já em 1930 temos os volumes de Halina Radecka, *Exame Psicológico da Criança*; Lucília Tavares, *Psicologia do Pensamento*; Nilton Campos, *Psicologia da Vida Afetiva*; e Arauld Bretas, *Psicologia da Sensação*. Todos são volumes teóricos em essência, com citações apenas marginais a experimentos realizados na Colônia²¹⁵.

Houve ainda alguma tentativa de promover os fins de necessidade social e prática. Quando ainda era recém-contratado pela Colônia, Radecki deu uma entrevista sobre a psicologia ao *Correio da Manhã*²¹⁶. Nela, inicia estabelecendo como este campo de conhecimento pode ser útil para a Medicina pelo auxílio à psiquiatria, pelas possibilidades psicoterapêuticas “educativa” e “sugestiva” e pelo auxílio na profilaxia mental. Em outros campos, as possibilidades são menos delineadas: Radecki chama a pedagogia sem psicologia de “utopia”; acredita que a psicologia pode ajudar a resolver crimes e fornecer ao direito técnicas científicas de observação dos presos em penitenciárias e manicômios judiciais; vê na

²¹¹ RADECKI, Waclaw. Problemas e metodos da psychologia individual (diferencial). In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

²¹² RADECKI, Waclaw; REZENDE, Gustavo. Contribuição psychologica ao estudo da demência precoce. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

²¹³ MARQUES, Hugo. Tratamento medico das crianças annormaes. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

²¹⁴ RADECKI, Waclaw. A margem de dois psychogrammas: Algumas observações a respeito da utilização, na psychiatria, dos exames psychologicos do doentes.. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

²¹⁵ Segue uma breve lista localizando as menções: No volume *Psicologia do Pensamento*, há uma menção ao uso dos taquistoscópios (TAVARES, 1930, p. 45); No *Psicologia da Vida Afetiva*, há um relato de experimento sobre afetividade (CAMPOS, 1930, p. 111); No *Exame Psicológico da Criança*, mencionam-se alguns experimentos no laboratório da Colônia (RADECKA, 1930, pp. 58-59). Não foram encontrados experimentos no volume *Psicologia das Sensações* (BRETAS, 1930). O *Tratado de Psicologia* de Radecki (1929) é na verdade uma compilação de aulas de um curso ministrado na Escola de Aplicação do Serviço de Saúde do Exército, publicado num pequeno volume intitulado *Resumo dos Cursos de Psicologia* (RADECKI, 1928).

²¹⁶ *A psychologia e as múltiplas vantagens de sua aplicação*. Correio da Manhã, 06 de maio de 1924, p. 5.

psicologia uma oportunidade para atuar nas fábricas e indústrias; por fim, comenta brevemente sobre as atuações junto ao exército para a seleção de aviadores. Mais uma vez os fins do instituto ficaram pela Medicina e pela psiquiatria, já que, das possibilidades listadas na entrevista, não foi observado uso amplo além de pelo Exército e pelos psiquiatras, ambas atuações mais técnicas através de testes e exames.

Este exagero da atuação técnica da psicologia é alvo de fortes críticas de Antônio de Bulhões Pedreira, médico que publicou um trabalho na seção de trabalhos de psicologia dos *Anais da Colônia de Psicopatas* de 1929. Pedreira insiste no mesmo rol de aplicações elencado por Radecki na entrevista de 1924, mas indica que tais possibilidades não são aproveitadas.

“Porém, a psicologia aplicada à vida tomou dois caminhos: um direito, sério, que consiste em estudar os fenômenos psíquicos e deduzir dos resultados as respectivas consequências práticas; outro, errado, que em vez de se preocupar com o exclusivo lado psíquico, levou os psicólogos a avaliar sistematicamente certos atos práticos que contém tanto os fatores psíquicos como os demais. Criou-se a chamada psicotécnica. Os *tests*, que na sua aplicação justa e razoável deveriam servir para o estudo das funções psíquicas, com a interferência dos leigos (médicos, advogados, engenheiros, farmacêuticos etc) e das modas, tornam-se gradualmente os sintéticos exames das funções mistas, fora do psiquismo, avaliados sem consideração do próprio psiquismo. Este último rumo, traçado com tais desvios, não deixou de conduzir as consequências naturais e originaram-se erros nos resultados dos exames das funções e os erros decorrentes no emprego desses processos para o conhecimento das aptidões na orientação e seleção profissional. Da observação de que os estudiosos e cientistas em geral não são motoristas satisfatórios, concluiu-se que inteligência muito desenvolvida é perniciosa para a direção de um carro e proclama-se que “um homem de inteligência brilhante raramente é um bom *chauffeur*”.”²¹⁷.

Esta coluna revela uma tensão muito grande que existia entre Radecki e os demais intelectuais contemporâneos dele. Acusavam-no de ser excessivamente teórico e obtuso em suas formulações, como vemos no caso de Plínio Olinto, psiquiatra que acusou o polonês de ficar “montando e desmontando o laboratório”²¹⁸. Outro importante intelectual que acusou Radecki neste sentido foi Lourenço Filho, Em suas palavras, o polonês “[...] formou grupo de pesquisadores de excepcional valor, malgrado a insistência com que repisava os princípios do seu sistema, o discriminacionismo afetivo, mais cedo ou tarde abandonado por todos os seus discípulos”²¹⁹.

²¹⁷ BULHÕES PEDREIRA, Antonio. *Sciencia, Moda, Theoria, Pratica*. O Paiz, 25-26 de janeiro de 1926, p. 1.

²¹⁸ OLINTO, Plínio. *A Psicologia Experimental no Brasil*. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). *História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2004, p. 27.

²¹⁹ LOURENÇO FILHO, M. B. *A Psicologia no Brasil*. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). *História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2004, p. 93.

Em contrapartida às acusações como as acima descritas, que recebia na época, ou mesmo as de Medeiros e Albuquerque a criticar o estilo rebuscado e obscuro de Radecki, este responde com uma crítica generalizada à psicotécnica e seus abusos. Em seu artigo intitulado *O Estado atual da psicotécnica e meios práticos de aplicá-la*, publicado nos *Anais da Colônia de Psicopatas* de 1928, o chefe do laboratório desfila uma série de argumentos filosóficos, lançando mãos de autores diversos para estabelecer um problema claro: à psicologia se demanda uma atuação prática que não leva em consideração o fundo teórico necessário para a interpretação das aplicações. Segundo Radecki:

“[...] antes de transportar as leis e dados da psicologia para a aplicação prática, preciso é aprender a interpretar as imparciais observações psicológicas através do prisma da valorização. Preciso é criar a ciência prévia para a aplicação e que é a psicotécnica teórica a qual deve, sistematicamente, estudar as funções psíquicas sob o ponto de vista do valor, isto é, do rendimento na ação.”²²⁰.

O fundo teórico para a boa atuação da psicologia era, em sua opinião, uma psicologia sistematizada segundo critérios teóricos firmes. Para ele, seu sistema, o discriminacionismo afetivo, representava tal fundo teórico. Na maioria dos artigos teóricos de Radecki publicados nos *Anais da Colônia de Psicopatas*, é possível constatar uma defesa do sistema, que claramente não vingou.

Já como centro didático (para formar os técnicos brasileiros), o laboratório teve alcance considerável, ainda que limitado às instituições psiquiátricas, como a LBHM, que abrigavam os cursos de Radecki, ou como a Colônia, visto que alguns dos cursos do polonês eram ministrados em parte no laboratório do Engenho de Dentro por falta de estrutura, como vimos na coluna de Ernani Lopes. Apenas na Associação Cristã de Moços Radecki teve alcance fora dos meios da psiquiatria. O número de cursos e conferências serviu tanto para angariar os colaboradores como para divulgar as práticas da psicologia.

Houve, inclusive, um caso especial em que, em 1927, se obteve para o laboratório verba para custear uma missão de estudos pela Europa. Chefiada por Radecki, a comitiva composta pelos Drs. Flávio Dias, Arthur Fajardo da Silveira, Antônio Moniz de Aragão e Nilton Campos, e visitou onze cidades: Paris, Bruxelas, Louvain, Colonia, Bonn, Berlim, Varsóvia, Cracóvia, Vienna, Munique e Genebra. O relato de Nilton Campos especifica a origem do financiamento por iniciativa da *Fundação Gaffrée-Guinle*²²¹, mas é possível que este tenha vindo da própria

²²⁰ RADECKI, Waclaw. O estado actual da psychotechnica e meios práticos de applica-la. Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, p. 308.

²²¹ CAMPOS, Nilton. Relatório de uma viagem realizada a Europa para estudos psicologicos. In: Anais da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, p. 386.

Assistência a Alienados. O decreto N° 8.834 de 11 de julho de 1911 prevê, em seu artigo 36, que o diretor da Assistência a Psicopatas pode enviar pessoal ao estrangeiro “[...] com o fim de estudar questões científicas relacionadas com as doenças mentais ou nervosas.”²²². Segue o relato de Nilton Campos sobre os fins da viagem:

Esta viagem teve por fim “I) A orientação nos objetivos que preenchem o foco de preocupação da ciência atual; II) para aprofundar e completar noções técnicas relativas à montagem de laboratórios e sistemas de aparelhos; III) para exame da organização didática dos estudos psicológicos; IV) finalmente para exame de várias aplicações práticas e sociais da Psicologia dentro do organismos de vários países”. Não se pode também deixar de acentuar o valor do intercâmbio imediato de ideias e da confirmação das relações entre o laboratório brasileiro e outros núcleos científicos mundiais. Essas relações facilitarão, no futuro, o intercâmbio científico e concorrerão para a propaganda da ciência brasileira na Europa.”²²³.

A importância desta viagem foi tamanha que Nilton Campos chega a dar uma entrevista apenas sobre ela ao *O Jornal*. Conforme a reportagem: “Duplamente lucrou o Brasil, onde esses cientistas aplicarão o que aprenderam e do qual fizeram a mais útil, interessante e barata das propagandas”²²⁴.

Não há dúvidas, entretanto, de que o fim que o laboratório mais cumpriu foi o de instituição auxiliar médica. Somando os três estudos de caso publicados nos *Anais da Colônia de Psicopatas* em 1928 e 1929, os exames e testes psicotécnicos para seleção de aviadores e estudo de menores trabalhadores, além dos já citados exames em mais de 200 pacientes, fica evidente que o laboratório de psicologia da Colônia de Alienadas cumpria uma função eminentemente clínica. Voltando ao início deste capítulo, vendo a organização da estrutura asilar da Assistência a Alienadas, do HNA e da Colônia do Engenho de Dentro, é possível compreender como este fim acabou eclipsando os demais.

De Laboratório a Instituto: O longo ano de 1932

O momento mais importante desta fase da história do IP é a conversão do laboratório do Engenho de Dentro em Instituto de Psicologia, ligado à Universidade do Rio de Janeiro como uma das unidades que comporiam a vindoura Faculdade de Educação, Ciências e Letras. É importante antes tratar do surgimento da Universidade do Rio de Janeiro pois esta é a versão mais antiga da atual UFRJ, que completa cem anos em 2020. Logo, desde 1932 o IP acompanha a UFRJ em suas diferentes transformações.

²²² BRASIL. Decreto N° 8.834 de 11 de julho de 1911. Reorganiza a Assistência a Alienados.

²²³ CAMPOS, Nilton. Relatório de uma viagem realizada a Europa para estudos psicológicos. In: *Anais da Colônia de Psicopatas*. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 361-362.

²²⁴ *O primeiro médico brasileiro que se dedica a ciência da psicologia*. O Jornal, 17 de dezembro de 1927, p. 5.

Criada pelo Decreto N° 14.343 de 7 de setembro de 1920²²⁵, a URJ é organizada a partir da reunião da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito. O artigo 3 do decreto concede à URJ autonomia didática e administrativa ²²⁶. Segundo Maria de Lourdes Fávero, pesquisadora da história da UFRJ, a criação desta universidade foi seguida de duras críticas nos jornais e intelectuais da época. Para Fávero, “[...] sua criação processou-se sem debates ou discussões, tendo sido recebida sem nenhum interesse ou entusiasmo. Foi saudada por um grupo limitado de pessoas que direta ou indiretamente estavam implicadas no evento.” ²²⁷. Apesar disso, a criação da URJ foi simbólica:

“Todavia, apesar das restrições feitas à criação dessa Universidade, cabe assinalar que, na história da educação superior brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro é a primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal. Não obstante todos os problemas e incongruências existentes em torno de sua criação, um aspecto não poderá ser subestimado: sua instituição teve o mérito de reavivar e intensificar o debate em torno do problema universitário no país. Esse debate, nos anos 20 do século passado, adquire expressão graças, sobretudo, à atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Entre as questões recorrentes destacam-se: concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil.” ²²⁸.

É importante destacar que, neste período, o decreto apenas organizou as unidades existentes numa entidade universitária, sem conter exatamente nesta organização uma integração entre as diversas partes dela. Não seria antes da criação da Universidade do Brasil que veríamos, dentro da história da UFRJ e suas unidades e institutos, uma verdadeira estrutura universitária integrada e conectando suas diferentes unidades e polos num todo organizado e mais ou menos coeso.

Outra questão que perpassa a criação da URJ seria sua função. É dito que esta foi criada apenas para cumprir a função de conceder ao Rei Alberto I, da Bélgica, o título de doutor *honoris causa*²²⁹, na ocasião de sua passagem pelo país. Centofanti²³⁰ inclusive cita esta passagem de Fávero em seu artigo sobre Radecki e seu laboratório. Entretanto, em publicações mais recentes, a própria pesquisadora desmente esta informação, com base em investigações

²²⁵ BRASIL. Decreto N° 14.343 de 7 de setembro de 1920. Institue a Universidade do Rio de Janeiro.

²²⁶ *Ibidem*.

²²⁷ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1977, p. 29.

²²⁸ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade no Brasil: Das Origens à Reforma Universitária de 1968. Revista Educar. Curitiba, 2006 n° 28, p. 22.

²²⁹ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1977, p. 28.

²³⁰ CENTOFANTI, Rogério. Radecki e a Psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaio. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2004

mais recentes que não foram capazes de descobrir nenhum tipo de documento lhe conferindo alguma titulação nesse sentido²³¹.

Para além de reis europeus e títulos concedidos ou não, fato é que a URJ era realmente limitada em seu alcance. Uma análise da legislação da época nos ajuda a compreender este alcance e a compreender onde habitaria, ali, o vindouro Instituto de Psicologia. Como exemplo, podemos analisar o Decreto N° 16.782-A de 13 de janeiro de 1925²³², que dá diversas providências sobre o ensino, em especial para este texto o superior. No capítulo VII do decreto, o artigo 33 coloca o ensino superior a cargo do *Ministério de Justiça e Negócios Interiores* e compreende apenas os cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia e Odontologia²³³. Os artigos 34, 35 e 36 definem onde tais cursos podem ser realizados no Brasil através de quais universidades, sendo a URJ capaz de abrigar todos os 5²³⁴. Por fim, seu artigo 37 define que “Quando sejam criados outros institutos oficiais dos cursos referidos nos artigos anteriores, ficarão eles subordinados aos preceitos deste regulamento”²³⁵.

Já em 1931 ocorreria a chamada Reforma Francisco Campos. Esta, capitaneada pelo ministro que lhe rendeu o nome, foi responsável por organizar o ensino no Brasil, desde as esferas secundárias até a superior²³⁶. Esta reforma contou com vários decretos, em especial para nós dois deles: o de N° 19.851 e o de N° 19.852, ambos de 11 de abril. O primeiro dispõe o ensino superior brasileiro na direção de um sistema universitário e lhe dá as devidas providências, sendo a mais importante para este trabalho o artigo 5 do capítulo I:

“Art. 5° - A constituição de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências:

I - Congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras;

II - Dispor de capacidade didática, aí compreendidos professores, laboratórios e demais condições necessárias ao ensino eficiente;

III - Dispor de recursos financeiros concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena eficiência da atividade universitária:

²³¹ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade Federal do Rio de Janeiro: Origens e Construção (1920 a 1965). In: DE OLIVEIRA, Antônio José Barbosa. A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2007, pp. 15-16.

²³² BRASIL. Decreto N° 16782-A de 13 de janeiro de 1925. Organiza o Departamento Nacional de Ensino.

²³³ *Ibidem*.

²³⁴ *Ibidem*.

²³⁵ *Ibidem*.

²³⁶ Para os detalhes desta Reforma, fica a sugestão do trabalho de José Carlos Rothen (2012).

IV - Submeter-se às normas gerais instituídas neste Estatuto.”²³⁷.

Aqui surge a possibilidade de uma *Faculdade de Educação, Ciências e Letras*, tipo de unidade que não existia antes. Já o segundo decreto trata de reorganizar a URJ diretamente, prevendo, no primeiro artigo, a criação de uma *Faculdade de Educação, Ciências e Letras* para compor a estrutura universitária da URJ junto com as Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e as Escolas Politécnica, Nacional de Belas-Artes, de Minas e o Instituto Nacional de Música²³⁸. O decreto também prevê em seu artigo 20 a concessão dos diplomas de cursos ministrados pelas unidades previstas no primeiro artigo, sendo os diplomas de bacharel em Direito, Médico, Engenheiro (civil, industrial e eletricitista pela Escola Politécnica, e de minas e civil pela Escola de Minas), diploma de farmacêutico, cirurgião-dentista diversos outros ligados às artes (professor de pintura e escultura) e música (maestro ou professor)²³⁹.

O capítulo 4 desse decreto também trata especificamente da organização da Faculdade de Educação, Ciências e Letras. A Faculdade seria dividida nas três seções que lhe dão nome, conforme o artigo 206. Os diplomas específicos previstos seriam os de: licenciado em Educação pela Seção de Educação; pela Seção de Ciências, os de licenciado em Ciências Matemáticas, Físicas, Químicas e Naturais; e pela Seção de Letras os de licenciado em Letras, Filosofia, História e Geografia e Línguas Vivas²⁴⁰.

A razão de ser de uma *Faculdade de Educação, Ciências e Letras* é interessante de ser avaliada. Segundo exposição de motivos do ministro Francisco Campos para justificar a Reforma ocorrida em 1931, a antiga URJ limitava-se ao direito, engenharia e medicina. Ao comentar sobre, alega que deveria se integrar à estrutura desta universidade elementos da arte e alta cultura científica, através da incorporação da *Escola Nacional de Belas Artes*, do *Instituto Nacional de Música* e de uma *Faculdade de Educação, Ciências e Letras*. Sobre esta, o ministro diz:

“Esta última, particularmente, pela alta função que exerce na vida cultural é que dá, de modo mais acentuado, ao conjunto de institutos reunidos em Universidade, o caráter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores da cultura, que

²³⁷ BRASIL. Decreto N° 19.851 de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

²³⁸ BRASIL. Decreto N° 19.852 de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

²³⁹ *Ibidem*.

²⁴⁰ *Ibidem*.

à Universidade conferem o caráter e atributo que a definem e individualizam, isto é, a universalidade”²⁴¹.

Entretanto, apesar da exposição do ministro elencar uma função de promoção da alta cultura à *Faculdade de Educação, Ciências e Letras*, é importante frisar que, no âmbito de sua reforma, sua criação também tinha um intuito estratégico: o de centralizar, através de seus cursos, a formação de profissionais do magistério secundário. Para Francisco Campos, uma Faculdade deste tipo deveria, no futuro, tornar-se um modelo para a formação de professores e, posteriormente, fazer com que seus cursos fossem condição para a formação dos professores no Brasil. Segue novamente Campos, sobre a intenção de ser a Faculdade um tipo de Instituto de Educação:

“O ensino secundário, tal como o temos no Brasil, será ainda por muitos anos, e por maiores que sejam os nossos esforços, um ensino pobre, ineficiente e muitas vezes nulo. O que lhe falta, sobretudo, é um corpo docente de orientação didática segura, e com sólidos fundamentos em uma tradição de cultura, particularmente no que se refere às ciências básicas e fundamentais, sem cuja posse plena e desembaraçada se torna impossível elevar os andares superiores da grande, autêntica e alta cultura. Na nova faculdade, em qualquer das suas seções, será ministrado o ensino das disciplinas necessárias ao exercício do magistério secundário em todos os seus ramos, adotando o sistema eletivo, que permite a preferência do candidato pelo ramo de conhecimento que mais atende aos seus institutos culturais ou às suas necessidades técnicas e profissionais. Uma vez funcionando a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, será o seu curso obrigatório para todos quantos se proponham ao ensino secundário nos ginásios oficiais e equiparados. A Faculdade de Educação, Ciências e Letras está, como se vê, destinada a exercer uma grande influência renovadora no nosso sistema de ensino, concorrendo, de modo eficaz, para que em alguns anos de honesta e rigorosa execução se transforme, das fundações à cúpula, o arruinado edifício do nosso ensino secundário, indigno, sob todos os pontos de vista, da missão que lhe é reservada em todos os países cultos, de elevar a cultura geral do povo ao grau das exigências, cada dia mais urgentes e rigorosas, da civilização contemporânea.”²⁴².

Observamos que a instalação de uma Faculdade deste tipo cumpriria uma função complexa de renovação da educação no Brasil em vários níveis. Entretanto, só veríamos a implantação desta apenas no final da década de 1930. A Universidade do Rio de Janeiro é incorporada à estrutura da *Universidade do Brasil*, em 1937, e apenas em 1939 uma *Faculdade de Educação, Ciências e Letras* é criada, na organização da UB sendo intitulada *Faculdade Nacional de Filosofia* (FNFi). O Instituto de Psicologia viria a fazer parte dela, tema do próximo capítulo desta tese.

²⁴¹ CAMPOS, Francisco. Exposição de motivos do Ministro Francisco Campos sobre a Reforma do Ensino Superior. In: FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade e Poder*. 2ª Ed. Brasília: Editora Plano. 2000, p. 127. A exposição é originalmente do ano de 1931.

²⁴² *Ibidem*.

Por hora, cabe analisar, então, o decreto que criação do Instituto de Psicologia. Publicado em 19 de março de 1932, o Decreto N° 21.173 “Converte o atual Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, em Instituto de Psicologia”²⁴³. O decreto contém três considerações discriminadas explicando a criação do Instituto, e são as seguintes:

“CONSIDERANDO que as técnicas psicológicas veem apresentando, dia a dia, novas e importantes aplicações, na organização racional do trabalho, na orientação e seleção profissionais, na medicina, no direito e na educação;

CONSIDERANDO que tem faltado, no país, núcleos incentivadores destes estudos, para sua maior divulgação e desenvolvimento;

CONSIDERANDO que o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, pode, sem prejuízo dos serviços que lhe estão confiados, ser transformado num centro coordenador de estudos de psicologia geral e aplicada [...]”²⁴⁴.

Salta aos olhos a primeira consideração, que vê na criação do IP uma relação direta com a questão das técnicas psicológicas. Muito discutido aqui em seções anteriores, fica evidente que o instituto teve, por primeira função, não a divulgação da psicologia como ciência autônoma ou a formação de um quadro de profissionais habilitados, mas ser centro de promoção e desenvolvimento de técnicas aplicadas em diversos setores da sociedade: trabalho, educação e medicina.

O primeiro artigo simplesmente converte o laboratório em Instituto mediante as citadas considerações, e o segundo artigo indica que o Instituto recém criado “[...] que fica sob a dependência imediata da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, enquanto não for instalada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras [...]”, teria os seguintes objetivos:

- “a) coordenar estudos e pesquisas de psicologia geral e aplicada;
- b) servir como centro de aplicação das técnicas de diagnose psicológica, para os serviços de orientação e seleção profissionais;
- c) contribuir para os estudos de aplicação da psicologia à pedagogia, medicina, técnica judiciária e racionalização do trabalho industrial;
- d) formar psicólogos profissionais, mediante cursos teóricos e práticos, e com estágio obrigatório em seus laboratórios.”²⁴⁵.

Mais uma vez a questão das técnicas é de extrema importância na criação do Instituto. Vemos esta importância também no terceiro artigo, que divide o Instituto em cinco seções: psicologia geral, psicologia diferencial e orientação profissional, psicologia aplicada à

²⁴³ BRASIL. Decreto N° 21.173 de 19 de março de 1932. Converte o atual Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, em Instituto de Psicologia.

²⁴⁴ *Ibidem*.

²⁴⁵ *Ibidem*.

educação, psicologia aplicada à medicina e psicologia aplicada ao direito. Excetuando a primeira seção, todas as outras são voltadas à aplicação da psicologia nos diversos setores da sociedade. É também importante o quarto artigo, que define o pessoal do instituto: um diretor, assistentes para as cinco seções (dois para psicologia geral, três para psicologia diferencial e psicotécnica²⁴⁶; um para psicologia aplicada à educação, um para aplicada à medicina e um para aplicada à educação) e pessoal de apoio (um conservador, um datilógrafo e um servente). Vemos novamente o peso das funções técnicas e de aplicação, somando seis assistentes para as funções deste tipo contra apenas dois assistentes de psicologia geral ²⁴⁷.

Por fim, três últimos artigos são de extrema importância: o sexto, que prevê a prestação de serviços remunerados por parte do instituto a instituições particulares (mediante prévia autorização do ministro de Educação e Saúde); o sétimo, que dita que “Até ulterior deliberação, o Instituto permanecerá na Colônia de Psicopatas (mulheres), no Engenho de Dentro, conservando todas as suas obrigações para com a Diretoria Geral de Assistência a Psicopatas”; e por fim o décimo, que estabelece o aproveitamento do pessoal do laboratório como quadro de funcionários do Instituto ²⁴⁸.

O Instituto de Psicologia seria inaugurado dois meses depois, em maio daquele ano, mas logo seria fechado. Por força do curtíssimo Decreto N° 21.199 de 24 de outubro de 1932, o IP é extinguido. Contendo apenas três breves artigos, o decreto se resume no seguinte texto:

“Art. 1º Fica revogado o decreto n. 21.173, de 19 de março de 1932, que criou o Instituto de Psicologia.

Art. 2º Os serviços a cargo do Instituto ora extinto, e que forem julgados necessários, serão incorporados, sem aumento de despesa, à Assistência a Psicopatas, sendo, para isso, baixadas as respectivas instruções pelo ministro da Educação e Saúde Pública.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.” ²⁴⁹.

Apesar do fechamento, o ano de 1932 foi muito longo. Além do anúncio e da cerimônia de inauguração, o brevíssimo momento do IP como unidade da URJ lhe rendeu a possibilidade de iniciar cursos, aulas, prever um calendário acadêmico para 1933 (que nunca se concretizou) e ainda uma boa dose de polêmicas administrativas que causaram um pequeno imbróglio nos

²⁴⁶ O decreto separa no 3º artigo uma seção de “psicologia diferencial e de orientação profissional”, e no 4º prevê assistentes para uma seção de “psicologia diferencial e psicotécnica”. Fica implícito o uso intercambiável de “orientação profissional” e “psicotécnica” justamente pelo peso da testagem psicológica ser maior justamente em questões de orientação e seleção de profissionais. Conforme discutimos anteriormente, e inclusive alvo de críticas por parte de Radecki e colaboradores, esta associação entre psicologia aplicada e psicotécnica era tão forte que aparece também no decreto que cria o Instituto.

²⁴⁷ BRASIL. Decreto N° 21.173 de 19 de março de 1932. Converte o atual Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, em Instituto de Psicologia

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ BRASIL. Decreto N° 21.999 de 24 de outubro de 1932. Extingue o Instituto de Psicologia, anexando os respectivos serviços, sem aumento de despesa, à Assistência a Psicopatas.

jornais da época. A começar pela inauguração, o Decreto N° 21.173 foi anunciado em muitos jornais naquele ano, como no *Jornal do Comércio*²⁵⁰, no *Correio da Manhã*²⁵¹ e *Diário de Notícias*²⁵². A inauguração do IP, que se deu no dia 11 de maio de 1932, foi noticiada também em vários jornais, como o *A Noite*²⁵³ e o *Jornal do Comércio*²⁵⁴.

Em especial temos a matéria do *Correio da Manhã*, do dia seguinte²⁵⁵. Intitulada *Levantando as cortinas da ciência experimental da alma*, trata-se de uma longa coluna com uma foto envolvendo todos os presentes na inauguração. A coluna indica que o Instituto começa sua vida numa das alas do Ambulatório, e informa que Radecki preparou as salas, junto a seus assistentes, para a inauguração:

“Os aparelhos mais delicados, de manejo só acessível aos entendidos, ali se acham instalados em deliciosa harmonia de conjunto, entre paredes cuja pintura, em tons verde e prateado, dá ao ambiente uma sensação de placidez, tão propícia aos que ali irão dedicar-se no cultivo da ciência experimental da alma”²⁵⁶.

O artigo segue indicando que as cinco seções previstas pelo decreto seriam nomeadas de acordo com homenagens distintas, desde a autores estrangeiros a autores brasileiros. A seção de psicologia geral funcionava na sala James, em homenagem ao psicólogo e filósofo americano William James, “[...] toda ela ocupada por curiosos aparelhos elétricos, destinados a avaliar, uns as reações de sensibilidade, outros a memória, outros a adaptação visual, outros a atenção do indivíduo etc.”. Já a sala Wundt, em homenagem a Wilhelm Wundt, “[...] é reservada à psicologia aplicada à Medicina. A aparelhagem aqui é mais complexa, havendo interessantes dispositivos para medir o cansaço muscular, a intensidade dos reflexos sensoriais, o grau de orientação no espaço, estando o paciente deitado sobre uma mesa desmontável, que se inclina em todas as posições etc.”²⁵⁷. A seção de psicologia diferencial e orientação profissional ficam na sala Stern, em homenagem ao psicólogo alemão Wilhelm Stern, e é “[...] também dotada de ótimos instrumentos. É ali que se procede ao exame dos candidatos a profissões determinadas, com fins seletivos, o que sem dúvida, representa um grande passo na racionalização do trabalho humano.”²⁵⁸.

²⁵⁰ *Gazetilha: Decretos Assignados*. *Jornal do Commercio*, 20 de março de 1932, p. 4.

²⁵¹ *Actos do chefe do Governo Provisório*. *Correio da Manhã*, 20 de março de 1932, p. 2.

²⁵² *Decretos Assignados*. *Diário de Notícias*, 20 de março de 1932, p. 4.

²⁵³ *O Instituto de Psychologia do Engenho de Dentro*. *A Noite*, 12 de maio de 1932, p. 5.

²⁵⁴ *Instituto de Psychologia: Sua instalação hontem*. *Jornal do Commercio*, 12 de maio de 1932, p. 4.

²⁵⁵ *Levantando as cortinas da sciencia experimental da alma*. *Correio da Manhã*, 12 de maio de 1932, p. 3.

²⁵⁶ *Ibidem*.

²⁵⁷ *Ibidem*.

²⁵⁸ *Ibidem*.

As duas últimas salas homenageiam brasileiros. A sala da seção de psicologia aplicada ao Direito leva o nome de Afrânio Peixoto, médico, político e ensaísta, cuja aparelhagem “[...] é destinada ao exame psicológico dos acusados, réus, testemunhas ou detentos, afim de fornecer bases para a descoberta de crimes, avaliação de depoimentos, determinação do grau de responsabilidade e capacidade do estudo das condições de regeneração e readaptação do criminoso.”. Por fim, a seção de psicologia aplicada á educação leva o nome de Manoel Bonfim, médico e intelectual, e é uma seção que “[...] preocupar-se-á com o exame psicológico dos escolares, com fins classificativos, correccionais e educativos; e também com a adaptação e elaboração de “tests” aplicáveis ao meio brasileiro.”²⁵⁹.

Algumas pessoas tomariam a palavra na cerimônia de inauguração: Lourenço Filho, educador que compareceu para suprir a ausência do Ministro Francisco Campos; o próprio Waclaw Radecki, que falou sobre sua trajetória dirigindo o laboratório da instituição; e por fim Edgard Sanchez, um dos posteriores assistentes do laboratório. De todas as breves falas relatadas pela coluna, a melhor delas é certamente a de Afrânio Peixoto, que toma a palavra ao fim de todas as colocações:

“O professor Afrânio Peixoto toma a palavra, em seguida para procurar desfazer o equívoco re pontado no discurso do professor Radecki, quando este aludia aos tremendos obstáculos que teve de arrostar para introduzir entre nós os seus métodos de investigação psicológica. Tais divergências psicológicas, diz o professor Afrânio Peixoto, tem explicação muito simples: é que o ilustre Dr. Radecki representa uma velha civilização cultural, enquanto que nós brasileiros, somos ainda criaturas novas, que não podem conceber a ciência pura. É necessário, primeiro, aplicações imediatas das pesquisas da alma para que daí o espírito, já objetivamente ilustrado nesse terreno do ideal, se aprofunde em seguida no remanso da ciência pura. Solucionado o problema pragmático da mentalidade brasileira, reconhecer-se-á que nenhum conflito existe entre os métodos ou doutrinas – continua o orador. E após outras considerações, finaliza agradecendo, em nome dos estudiosos da psicologia, a valiosa contribuição que a ela presta, entre nós, o casal Radecki. Encerrada a sessão, foi servida aos presentes uma lauta mesa de doces e champanhe.”²⁶⁰

Haja doces e champanhe para lidar com a tensão amarga e pragmática de um europeu civilizador trazendo os problemas da mais alta relevância aos brasileiros, estes ímpios da ciência pura, que não enxergavam nada além da aplicação prática, imediata e fácil. Lirismos divertidos à parte, mais uma vez fica evidente uma diferença de intenções entre o programa de Radecki, mais voltado à formalização teórica de uma psicologia em solo brasileiro, e dos interesses dos

²⁵⁹ *Levantando as cortinas da sciencia experimental da alma*. Correio da Manhã, 12 de maio de 1932, p. 3.

²⁶⁰ *Ibidem*.

psiquiatras e demais intelectuais, voltados à problemas de uma República jovem e carente de soluções para estes.

Nos dias que se seguiram à abertura do Instituto, outras reportagens e colunas continuaram a divulgar suas funções, seu programa letivo e, sobretudo, o ciclo de palestras e conferências a ser realizado ainda em 1932, como forma dupla de divulgação do curso de psicologia a ser iniciado em 1933 e circulação de problemas de psicologia para a sociedade carioca. Sobre o curso, consta no jornal *A Noite*, de 20 de maio de 1932 um breve currículo a ser iniciado no próximo ano:

“O curso profissional será de quatro anos de ensino regular com estágio dos alunos nos laboratórios do Instituto. O ensino compreenderá três etapas. Na primeira serão versados os problemas de Psicologia Geral, cujo estudo será auxiliado pelo das ciências naturais e biológicas. A segunda etapa abrangerá o estudo da Psicologia Individual e Coletiva, com o simultâneo as ciências filosóficas e sociais no que apresentam de interesse para a Psicologia. A terceira etapa será, então, consagrada aos estudos monográficos ou especializados da própria Psicologia, como a Psicopedagogia, a Psicopatologia, a Psicotécnica etc., e aos estudos das Irradiações científicas da Psicologia nos domínios das ciências correlatas.”²⁶¹.

Notamos aqui o problema levantado por Radecki anteriormente quando percebemos que as ciências filosóficas e sociais antecedem o estudo das aplicações da psicologia, mas são estudadas apenas depois de estabelecidos os preceitos da biologia e das ciências naturais. Ocorre que para o polonês a psicologia estava claramente calcada na biologia, e apenas posteriormente tendo ramificações em outras ciências²⁶². Mediante esta base, o estudo da filosofia e das ciências sociais seria o necessário para organizar a aplicação prática da psicologia contra justamente o abuso das técnicas psicológicas. Por isto estas aparecem por último: como forma de garantir que a aplicação venha apenas após o domínio das teorias e de uma noção ampla dos problemas da psicologia.

A coluna continua apresentando o ciclo de oito conferências a serem realizadas de 23 de maio a 11 de julho, contendo 45 aulas a serem ministradas no salão nobre da *Escola Nacional*

²⁶¹ *A abertura dos cursos do Instituto de Psychologia*. *A Noite*, 20 de maio de 1932, p. 4.

²⁶² Para uma introdução ao discriminacionismo afetivo, obscuro sistema de Radecki, ver o texto de Rogério Centofanti (2003). Nele o autor estabelece esta questão da psicologia e dá uma pista posterior, ao afirmar que “O discriminacionismo afetivo é a proposta de organizar em um único sistema, tudo que fora produzido até então na psicologia, aproveitando os pontos passíveis de articulação das teorias, visando a concretização do ideal de uma psicologia unificada. No campo da psicologia individual, conforme apresentado no Brasil, o discriminacionismo afetivo é a forma de evitar que a classificação caracterológica fique por conta dos desentendimentos arbitrários dos diferentes autores. Agora, no campo da psicologia geral, o discriminacionismo afetivo é a forma de evitar que as doutrinas psicológicas, pela fragmentação, impeçam a constituição de uma unicidade científica. O discriminacionismo afetivo é o sistema que “tenta” viabilizar a unicidade.” (CENTOFANTI, 2003, p. 100).

*de Belas Artes*²⁶³. As conferências (e seus conferencistas) seriam os seguintes: “Psicologia Geral” (Radecki), “História da Psicologia” (Edgard Sanchez), “Fator Psíquico em Biologia” (Ubirajara da Rocha), “Metodologia de Trabalho Experimental em Psicologia” (Lucília Tavares), “Correntes Atuais da Psicologia” (Jayme Grabois), “A Psicologia em Face dos Dados da Teoria do Conhecimento” (Euríalo Cannabrava), “Problemas Fundamentais de Psicopedagogia” (Halina Radecka) e “Problemas de Psicotécnica” (Arauld Bretas). A taxa de inscrição estava fixada em vinte reis ²⁶⁴.

No dia seguinte, é publicada uma entrevista com Radecki. Retomando a história do instituto desde sua versão como laboratório da Colônia, e evocando a força do decreto como aquele que o transformou em instituição universitária auxiliar da URJ, o polonês diz ao jornalista quais seriam as funções do instituto. E termina sua entrevista dizendo:

“Agora [...], transformou-se o estabelecimento num instituto *com fins de formar especialistas psicólogos*, conservando as antigas preocupações práticas, sendo a nossa maior aspiração fazer dele um centro de espírito universitário e de ciência pura, ligado às aplicações sociais, à vida humana.” ²⁶⁵.

Vemos aqui um pouco de qual poderia ser o futuro daqueles formados pelo instituto. A atuação deste seria junto à *Faculdade de Educação, Ciências e Letras*, com intenção de difusão de alta cultura e formação estratégica de professores para o ensino secundário. O Instituto de Psicologia, especificamente, vinha de uma tradição de aplicação técnica e exames diagnósticos em pacientes da Colônia de Alienadas, e tomaria a responsabilidade de formar profissionais. Como vimos na entrevista de Radecki, especialistas em psicologia. Ou seja: os profissionais ali formados teriam função de especialistas em psicologia, provavelmente vindos de outras profissões, visto que não havia lei que garantisse o título de psicólogo profissional a ninguém. Ademais, o decreto previa as quatro seções de aplicação da psicologia: orientação e seleção profissional, aplicação na educação, no direito e na medicina. Os profissionais que se especializariam em psicologia provavelmente viriam destas áreas: engenharia, direito, medicina e magistério (professoras normalistas e pedagogos).

A inauguração do ciclo de conferências também fora noticiada no *Diário de Notícias*²⁶⁶, e neste também foi publicada uma nota sobre a primeira aula do ciclo, de Radecki, sobre a Psicologia Geral:

²⁶³ A ENBA já tinha sido incorporada à URJ nesta época, sendo por isto (e também pela falta de espaço no Engenho de Dentro) que as conferências se deram lá. A ENBA se localizava, à época, onde hoje fica o Teatro Municipal, na Cinelândia, Centro do Rio de Janeiro.

²⁶⁴ *A abertura dos cursos do Instituto de Psychologia*. A Noite, 20 de maio de 1932, p. 4.

²⁶⁵ *Os estudos de psychologia experimental*. A Noite, 21 de maio de 1932, pp, 1-3, grifo meu.

²⁶⁶ *Instituto de Psychologia: Abertura dos Cursos*. Diário de Notícias, 21 de maio de 1932, p. 5.

“Ontem, à tarde, perante uma numerosa assistência de intelectuais, foram inaugurados os cursos do Instituto de Psicologia. A primeira conferência foi do Diretor do novo estabelecimento, professor Dr. Waclaw Radecki, e despertou o grande interesse entre o auditório. O ilustre cientista continuará suas aulas diárias sobre a introdução à psicologia hoje, às 17:30 horas, no salão nobre da Escola Nacional de Belas Artes. Amanhã, quarta-feira às 16:30 horas, no mesmo local, o professor Dr. Edgard Sanches fará a sua primeira aula, tratando da História da Psicologia. As matrículas que são muito procuradas, continuarão também a ser recebidas hoje e amanhã antes ou depois das aulas.”²⁶⁷.

Com o fim deste ciclo de palestras, um segundo ciclo se iniciaria no final de julho. Entretanto, o mês de junho foi de grande movimentação. Tudo começa com uma coluna no *Correio da Manhã*, de 23 de junho. Nela, o articulista debate sobre o problema das acumulações remuneradas de duas funções, o que era mal visto pelo público em geral mas defendido por administradores e gestores do Distrito Federal em ocasiões específicas. Em sua visão sobre este assunto, que era um problema recorrente na administração pública, a solução seria simples: “De modo que, consoante esse duplo ponto de vista, uma boa lei sobre a matéria controversa poderia constar apenas de um artigo, em que se proibisse terminantemente qualquer acumulação remunerada.”²⁶⁸

Qual seria o problema disto para o Instituto de Psicologia? Simples: de acordo com o artigo 10 do decreto N° 21.173 de 1932, para fins de primeiras nomeações, foi aproveitado o pessoal do laboratório da Colônia como pessoal do novo Instituto. Neste movimento. Waclaw Radecki acumulou duas funções: a de chefe de laboratório e a de diretor do Instituto. O imbróglio, portanto, está estabelecido: Radecki estava numa posição delicada, de modo que no dia seguinte, no *Correio da Manhã* de 24 de junho de 1932, o gabinete do Ministério da Educação sai em defesa das acumulações remuneradas e do polonês:

“Obedeceu a criação do Instituto a necessidade de constituição de um núcleo incentivador dos estudos referentes às técnicas psicológicas, que vem apresentando, dia a dia, novas aplicações na organização racional do trabalho, na orientação e seleção profissionais, na medicina, no direito e na educação. Ora, o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas poderia, sem prejuízo dos serviços que lhe estão confiados, ser transformado em centro coordenador de estudos de psicologia geral e aplicada. Esse laboratório era constituído de material parte pertencente à Fundação Gaffrée-Guinle e parte à Colônia de Psicopatas, e funcionava no Pavilhão pertencente àquela instituição. O Psicólogo Dr. W. Radecki, vinha como chefe de laboratório de Pesquisas Clínicas, similar ao da Colônia de Jacarepaguá, chefiando o Laboratório de Psicologia agora transformado em Instituto. [...] Ora, o governo resolveu, por ato seu, que as funções de diretor do Instituto de Psicologia deveriam competir, preferencialmente,

²⁶⁷ *Instituto de Psychologia*. Diário de Notícias, 24 de maio de 1932, p. 6.

²⁶⁸ *Accumulações remuneradas*. Correio da Manhã, 23 de junho de 1932, p. 4.

ao Professor Radecki, funcionário da Colônia de Psicopatas, dada a estreita ligação existente entre esta e o mesmo Instituto. Assim sendo, trata-se no caso de acumulação tolerada por lei.”

²⁶⁹.

A discussão continuaria ainda no dia seguinte, no mesmo jornal, com pequena coluna de tom altamente provocativo:

“Está em ordem do dia a transformação do Laboratório de Psicologia da Colônia de Mulheres Psicopatas, no Engenho de Dentro, em Instituto de Psicologia, discutindo-se a legitimidade da acumulação do cargo de diretor com o de chefe de laboratório, que deixou de existir. Mas, o que é interessante ou mesmo mais curioso que isso, é que o decreto que criou o Instituto com uma despesa anual de reis 114:000\$000 só com o pessoal, diz: “Fica destacada da verba 16 [...] o crédito de 50:000\$000 para atender as despesas de custeio de pessoal e material etc”. Cinquenta contos, redondos, para uma despesa, só de pessoal, de reis 114:000\$000! E dizer-se que um dos grandes males da República Velha a insinceridade orçamentária, tendo merecido combate tenaz os constantes créditos suplementares...”²⁷⁰.

Este novo ataque à Radecki não passou despercebido pelo pessoal da Colônia. Dois dias depois, também no *Correio da Manhã*, os assistentes reafirmam as defesas dadas pelo Gabinete de Educação no dia 24 de junho. Por fim, declaram sua estima e seu apoio a Radecki os assistentes Euryalo Cannabrava, Edgard Sanches, Lucília Tavares, Ubirajara da Rocha Arauld Bretas e Jayme Grabois, dizendo ao jornal: “[...] não podíamos nos calar ante às deferências ao diretor do Instituto, que representa para nós mais do que um simples chefe de serviço, e a quem tributamos a mais sincera estima, e profunda gratidão pela nossa formação científica.”²⁷¹

Até Radecki sai em defesa de sua pessoa. No seu estilo pessoal de fazer alegações grandiloquentes sobre sua atuação e o laboratório que dirigia, não demorou-se a retomar a história deste, alegando ter o laboratório surgido “de uma imperiosa necessidade do Hospital Nacional de Alienados”; tendo orçamento de “apenas 50 contos de reis”, ao contrário dos 114 contos indicados na coluna do dia 25 de junho; e ainda tendo o Instituto funcionado apenas com a verba de 50 contos, “enquanto não se verifica a renda que foi garantida por lei, resultante do serviço de seleção dos chauffeurs amadores etc.”²⁷². Radecki repete que sua acumulação de funções é prevista em lei, e termina sua defesa indicando importantes características do laboratório:

²⁶⁹ *Accumulações remuneradas: O que declara o Gabinete de Educação*. *Correio da Manhã*, 24 de junho de 1932, p. 3.

²⁷⁰ *Vícios Antigos*. *Correio da Manhã*, 25 de junho de 1932, p. 4.

²⁷¹ *O Caso do Instituto de Psychologia: Assistentes do estabelecimento em defesa de sua organização*. *Correio da Manhã*, 26 de junho de 1932, p. 3.

²⁷² *O Caso do Instituto de Psychologia: Uma explicação do Professor W. Radecki*. *Correio da Manhã*, 28 de junho de 1932, p. 5.

“O acervo do Instituto vale atualmente cerca de quinhentos contos de reis e quando se der a separação definitiva muitos dos aparelhos e outros materiais de valor ficarão pertencendo ao Laboratório de Pesquisas. Obrigou-se mais o Professor Radecki a trazer novos cabedais no seu regresso de Copenhague, onde vão tomar parte no Congresso de Psicologia. Nessa viagem pretende trazer eficientes elementos que servirão de bases às seleções do Instituto e que tratam de psicologia geral, psicologia diferencial e orientação profissional, psicologia aplicada à medicina e psicologia aplicada ao direito. No correr desse ano, os cursos limitar-se-ão aos ciclos de conferências, já inauguradas e que servirão de introdução aos que pretendem no próximo ano matricular-se como alunos regulares.”²⁷³.

O que se iniciou como uma defesa terminou como (mais uma) propaganda dos cursos do Instituto. Entretanto, ao defender este, Radecki nos informa de muitas características de seu funcionamento, a começar pelo imbróglgio todo das acumulações remuneradas. Observa-se um sério problema de dotação orçamentária, de modo que as previsões do decreto que criou o Instituto simplesmente não haviam se cumprido mais de três meses depois de sua publicação e quase dois meses depois da inauguração oficial do Instituto.

Radecki aproveita para indicar que já prestavam alguns serviços que geravam algum caixa, como a questão da seleção dos “chauffers amadores”, mas o valor do instituto ainda estava, basicamente, nos aparelhos e instrumentos do antigo laboratório, estes prestes a se separarem do Instituto quando este conseguisse sua nova habitação na *Faculdade de Educação, Ciências e Letras*. Radecki menciona ainda a tentativa de ida ao Congresso de Psicologia em Copenhague, em 1932, e sabemos que houve alguma movimentação para que a viagem acontecesse, mas tudo indica que ela não se realizou. Portanto, novos aparelhos vindos da Europa não chegaram a entrar no Instituto naquele ano²⁷⁴. Vemos aqui que o funcionamento do IP estava, naquela época, seriamente restrito pela questão orçamentária: já tinham pouco espaço para suas conferências, de modo que as realizavam na *Escola Nacional de Belas Artes*, e agora vimos como seus funcionários não recebiam os vencimentos previstos em lei sempre.

Para além de uma apenas questão financeira, um novo ciclo de conferências foi previsto para o segundo semestre. Novamente sob ampla divulgação nos jornais *A Noite*²⁷⁵, *Correio da*

²⁷³ *O Caso do Instituto de Psychologia: Uma explicação do Professor W. Radecki*. *Correio da Manhã*, 28 de junho de 1932, p. 5.

²⁷⁴ Ver os jornais *Correio da Manhã* (*Candidatos à Inscrição no X Congresso Internacional de Psychologia*, 20 de julho de 1932, p. 7), que informa a emissão de uma nota cambial no valor de 1500 francos para pagar as despesas da viagem, e o jornal *A Noite* (*Os representantes do Brasil no X Congresso Internacional de Psychologia*, 26 de julho de 1932, p. 4), que anuncia a comissão do Instituto tendo como membros Waclaw Radecki, Jayme Grabois e Euryalo Cannabrava. Não encontrei indícios de que a viagem tenha sido mesmo realizada, e a julgar pelo fechamento do Instituto, é possível que não tenha acontecido em parte pelos já referidos problemas financeiros.

²⁷⁵ *Instituto de Psychologia do Ministerio de Educação e Saúde Pública: Abertas as inscrições para os cursos*. *A Noite*, 28 de julho de 1932, p. 3.

*Manhã*²⁷⁶ e *Diário de Notícias*, estes previam o início para o segundo semestre. O texto comunicado foi igual para os três, e segue:

“Acham-se abertas as inscrições para o segundo semestre dos cursos do Instituto de Psicologia. Dada a grande repercussão que teve nos nossos meios intelectuais a série de aulas e conferências realizadas pelo Instituto no local da Escola Nacional de Belas Artes, gentilmente cedido para este fim (durante o 1º semestre), atestando assim a importância que vem assumindo entre nós os estudos da ciência pura e aplicada, nos domínios da psicologia experimental, é de esperar agora que de novo aflua aos exercícios práticos do segundo semestre o mesmo numeroso auditório, que seguiu o curso teórico nas lições de psicologia geral, do diretor do Instituto, assim como os ciclos de conferências realizadas pelos seus assistentes, acerca do problema da psicologia e de sua aplicação. Continuando a sua atividade didática, que no corrente ano se destina à propaganda, introdução e preparo ao curso sistemático e profissional, que terá início em 1933, abriu o Instituto as inscrições para o segundo semestre, cujas aulas começarão no dia primeiro do mês vindouro. Estas aulas constarão exclusivamente de exercícios práticos nos laboratórios do Instituto. O curso prático será ministrado duas vezes por semana, em sessões de duas horas para cada turma, perfazendo um total de 84 horas. Atendendo a que o número de matrículas regulares, no primeiro semestre, atingiu 99 alunos, o Instituto resolveu que, para melhor organização do curso, o horário será estabelecido de acordo com o número de inscrições, e, por consequência, com o número de turmas. Compreendendo as aulas práticas o manejo dos aparelhos e a execução técnica de experiências, só poderão inscrever-se os que já fizeram o curso teórico do 1º semestre ou aqueles que se encontrem habilitados por outros cursos análogos.”²⁷⁷

Apesar das dificuldades financeiras, o instituto conseguiu angariar um número significativo de alunos. Juntando quase cem interessados em estudar psicologia com intenções de especialização a nível profissional, Radecki pareceu estar estabelecendo um razoável centro de formação de psicólogos trinta anos antes da lei que viria, em 1962, a regulamentar o que de fato seria a profissão de psicologia no país. Não à toa é tido como um pioneiro da psicologia brasileira²⁷⁸, e agora podemos entender de onde partem as alegações que Rogério Centofanti fez sobre ele no início do capítulo.

Entretanto, mesmo com tamanha operosidade, não podemos esquecer que a psicologia, naquela época, ainda era uma mera técnica para a medicina, e que suas possibilidades de aplicação não eram nunca dissociadas do Direito, da Educação, da Organização do Trabalho e, principalmente, da própria Medicina. Portanto, é preciso cuidado ao assumirmos que Radecki e seu laboratório significariam alguma forma clarividente de organização profissional da psicologia brasileira: tivesse ela ali começado, seu futuro seria definitivamente diferente.

²⁷⁶ *Instituto de Psychologia do Ministerio de Educação e Saúde Pública*. Correio da Manhã, 28 de julho de 1932, p. 5.

²⁷⁷ *Ibidem*.

²⁷⁸ Ver o verbete de Radecki no *Dicionário: Pioneiros* (2001).

Como foi possível observar nos programas para os cursos e conferências, a parte teórica era de livre acesso ao público, mas só poderia seguir na parte prática os já iniciados, de alguma forma, nos estudos da psicologia. Especialmente, o curso inteiro já era voltado para as muitas intercessões que tinha a psicologia com o direito, a medicina, a pedagogia e o trabalho. Logo, mais uma vez, é difícil crer que a posição da psicologia na URJ seria a de conferir alguma autonomia à profissão da psicologia. À psicologia como um campo de estudos e saber, talvez, mas em termos de atuação profissional, todo especialista em psicologia formado pelo IP a partir de 1933 fatalmente não teria atuação independente de outros profissionais. Trata-se, portanto, de um anacronismo supor que este instituto representou um salto para a organização da psicologia como profissão no país. Se muito, foi uma complexificação do que já existia na prática, e podemos constatar isto pelos decretos e leis (que colocam a psicologia como técnica), pela organização da própria URJ (à época, em 1932, ainda sem uma *Faculdade de Educação, Ciências e Letras*, que serviria principalmente para formação de professores do ensino secundário) e pela organização dos cursos e conferências que o Instituto chegou, brevemente, a ministrar pelo Rio de Janeiro naquele ano.

Enfim, de todo modo, o Instituto de Psicologia não conseguiu se manter. O longo ano de 1932 se aproxima do fim com o já citado Decreto N° 21.999 de 24 de outubro, que simplesmente fecha o IP sem maiores determinações. O que sobra é a incorporação dos serviços prestados pelo Instituto à Assistência a Psicopatas do Distrito Federal. Notícias de seu fechamento correram os jornais da época, como por exemplo no *O Jornal*²⁷⁹ e no *Diário da Noite*, cuja chamada segue:

“Assinou-se há pouco, no Ministério da Educação, um decreto mandando extinguir o Instituto de Psychologia da Colonia do Engenho de Dentro e incorporar o material à Assistência a Psicopatas. Nessas circunstâncias foi designada uma comissão para proceder ao arrolamento dos aparelhos. Como, entretanto, o diretor do estabelecimento não tivera conhecimento oficial do decreto por não ter sido ainda este ato de governo publicado, não permitiu que a comissão desempenhasse a missão que lhe tinha sido cometida. O diretor do gabinete do Ministério de Educação, em virtude disso, resolveu mandar interditar o referido estabelecimento até o regresso do sr. Washington Pires de sua viagem a Minas.”²⁸⁰

Não se sabe ao certo os exatos motivos que levaram ao fechamento do Instituto. Rogério Centofanti estabelece três motivos possíveis e hipotéticos para tal acontecimento: interferência de setores da psiquiatria no intuito de impedir o avanço da “profissionalização da psicologia”;

²⁷⁹ *A extinção do Instituto de Psychologia da Colonia do Engenho de Dentro: O gabinete do Ministerio de Educação ordenou a interdição daquele estabelecimento.* O Jornal, 06 de novembro de 1932, p. 5.

²⁸⁰ *Instituto de Psychologia da Colonia do Engenho de Dentro: Foi interdictado aquele estabelecimento por ordem do Gabinete do Ministério da Educação.* Diário da Noite, 05 de novembro de 1932, p. 2.

pressão de setores católicos insatisfeitos com os rumos da psicologia no Instituto; e por fim questões orçamentárias, devido ao baixo caixa e orçamento do Instituto²⁸¹. Eu acrescentaria um quarto motivo: o problema das acumulações remuneradas, que gerou uma verdadeira crise política no Instituto, e que de certa forma se liga ao terceiro motivo. Mas examinemos cuidadosamente as outras duas hipóteses.

Não consegui encontrar evidências de uma pressão dos psiquiatras para o fechamento do instituto por conta de uma possível e iminente profissionalização da psicologia. O que foi possível mostrar até aqui era uma indissociabilidade da psicologia e das aplicações práticas desta à psiquiatria, o que justificaria, em parte, uma retaliação possível deste grupo caso o IP estivesse realmente distanciando-se da psiquiatria. Entretanto, a própria cerimônia de inauguração teve psiquiatras presentes, e é importante lembrar que vários dos assistentes – Nilton Campos, Jayme Grabois, Ubirajara da Rocha etc. – eram médicos de formação. De certa forma, a psicologia não poderia se separar da psicologia porque esta não seria possível sem aquela. Sua participação da Colônia foi inteiramente parte de um projeto médico.

Já a questão dos setores conservadores merece especial cuidado. Ao levantar esta hipótese, Centofanti abriu um caminho de pesquisa interessantíssimo, pois nos orienta para uma tendência que viria a se manifestar por muitos anos a fio na vida do Instituto de Psicologia: o cuidado que setores conservadores, especialmente os cristãos católicos, tinham com a Psicologia como área de estudos. Até a década de 1950 sentiremos esta influência, e a discutiremos no segundo capítulo da tese. Cabe aqui examinar cuidadosamente o artigo do articulista Tristão de Ataíde, pseudônimo de Alceu de Amoroso Lima quando escrevia para o periódico católico conservador *A Ordem*, cujo texto é intitulado *O Instituto Oficial de Psicologia*²⁸².

Em junho de 1932, Amoroso Lima, através de seu pseudônimo, engaja numa discussão sobre os rumos da atuação do Estado brasileiro no que se refere à educação. Ao alardear o perigo da doutrinação comunista sutil empregada por diversos educadores, como por exemplo Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, reclama do inculcar lento e progressivo do materialismo e naturalismo nos corações e mentes de brasileiros, este movimento sempre feito

²⁸¹ CENTOFANTI, Rogério. Radecki e a Psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaio. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2004, p. 194.

²⁸² AMOROSO LIMA, Alceu. O Instituto Oficial de Psicologia. Revista A Ordem. Rio de Janeiro, N° 28, junho de 1932.

pelo Estado e pelos educadores (especialmente os do movimento escolanovista) com intenções claras de melhorar o ensino no país ²⁸³..

Para Amoroso Lima, tratava-se de um sério problema, já que o Estado deveria se manter neutro nestas questões e não tomar o lado do materialismo filosófico, especialmente por este ser o primeiro passo para a implantação do comunismo no país. O autor é razoável ao não acusar os educadores citados de comunistas, mas de, através de suas defesas de uma reforma no ensino brasileiro, contribuírem para esta vindoura tomada comunista. Amoroso Lima então prossegue a atacar a criação do Instituto de Psicologia²⁸⁴, o qual clama ter sido criado de modo arbitrário, em especial quando cita os muitos cursos e conferências ministrados por Radecki – os mesmos aqui mostrados – e os usa para demonstrar esta ameaça materialista-naturalista-comunista que se aproxima da Nação Brasileira. Ele se baseia amplamente num folheto, à época distribuído como forma de propagandear a abertura dos cursos do IP.

O texto é de um tom alarmista que beira à diversão, em especial lido nos dias atuais e com a atual conjuntura política do país. Entretanto, sua passagem mais importante para nossa caminhada com o Instituto de Psicologia talvez seja esta:

“Eis ai, como sem bulha nem matizada, nas antessalas das repartições públicas, se tramou toda essa transformação doutrinária do Estado brasileiro, que, de um momento para outro, se converte em Estado psicológico, em Estado-filósofo, em Estado-ético, combatendo determinada corrente da psicologia brasileira, a quem chama desdenhosamente de “idealista” e propugnando outra corrente que é a do... “discriminacionismo afetivo”... Por mais cômico que pareça, o caso não é para rir. Embora no corpo do regulamento não haja menção a esta corrente, encontramos-la expressamente, ao fim do folheto, com a indicação bibliográfica dos “trabalhos psicológicos da corrente do discriminacionismo afetivo”, sendo que a maioria deles é de autoria do próprio diretor do Instituto... E como no corpo do regulamento se diz que “a todos os cursos presidirá uma unidade de orientação”, e como os trechos citados demonstram que nos encontramos diante de uma concepção inteiramente fenomenista da psicologia, cuja designação expressa vem ao fim das instruções, a conclusão se impõe de que nos encontramos diante de uma doutrina particular que se quer impor como a psicologia oficial do povo brasileiro!” ²⁸⁵.

Daqui podemos tirar muitas conclusões. A primeira é a do já referido problema de Radecki com os intelectuais da época. Ao insistir no seu sistema como necessário para desenvolvimento de uma psicologia no Brasil, acabou muitas vezes criando inimigos em trincheiras diversas, e este caso específico de Amoroso Lima, a insistência no discriminacionismo afetivo o coloca inclusive contra os católicos, que à época ainda detinham

²⁸³ AMOROSO LIMA, Alceu. O Instituto Oficial de Psicologia. Revista A Ordem. Rio de Janeiro, N° 28, junho de 1932, p. 402.

²⁸⁴ *Ibidem*, p. 403.

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 406.

alguns meios de circulação de estudos e temas sobre psicologia. Em segundo lugar, reforça-se uma certa noção de arbitrariedade na criação do Instituto. Foi criado por um decreto “sem bulha nem matinada”, e posteriormente seria fechado da mesma forma.

O mais importante deste texto é indicar que Alceu de Amoroso Lima voltaria a cruzar o caminho que o Instituto de Psicologia percorreu pelo menos mais uma vez. Quando o IP for movido do Engenho de Dentro e passar a habitar a *Universidade do Brasil*, a questão da cátedra de psicologia será tema de negociação política intensa, e esta será confiada a um especialista estrangeiro de modo a se evitar que caísse nas mãos de algum comunista-materialista-naturalista. Mas esta é, literalmente, uma cena para o próximo capítulo.

Tendo o Instituto fechado, é preciso compreendermos o que se sucedeu com suas instalações, aparelhos, pessoal e funções. Seus alunos não tiveram a continuidade de seus cursos, visto que o Gabinete de Educação do *Ministério de Educação e Saúde Pública* o interditou. Podemos encontrar uma menção a estes no jornal *Correio da Manhã*, quando, em dezembro daquele longo ano de 1932, no dia 11 e no dia 17.

A chamada do dia 11 de dezembro indica que uma comissão de alunos estaria se organizando para “[...] expor e discutir assuntos de máxima relevância a todos que interessa igualmente”²⁸⁶. Já a chamada do dia 17 de dezembro indica que tal comissão “[...] permanecerá ainda [...] para receber assinaturas ou memorial que, naquela data, os alunos do extinto Instituto de Psychologia encaminharão, impreterivelmente, ao Sr. Ministro”²⁸⁷. Não foi possível encontrar nenhuma menção posterior a esta comissão, mas ao que tudo indica os cursos do Instituto foram definitivamente extintos junto com seu fechamento.

A continuidade do Instituto de Psicologia: de 1933 a 1936

Por força do Decreto N° 21.999, o Instituto de Psicologia foi extinto e sua estrutura absorvida pela *Assistência a Psicopatas do Distrito Federal*. Isto não significa exatamente que o Instituto deixou de existir, por mais confusa que tal frase possa parecer. Ocorre que, muito provavelmente, o decreto teve efeito com relação ao IP enquanto uma unidade universitária da vindoura *Faculdade de Educação, Ciências e Letras*. Como esta não seria instalada, tendo surgido apenas em 1939 como *Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil*, o que sobrou do IP foi repassado à *Assistência a Psicopatas* e ali ele continuou funcionando. Seu nome se torna *Instituto de Psicologia da Assistência a Psicopatas*, e nesta posição ele irá persistir até que em 1937 seja absorvido pela *Universidade do Brasil*.

²⁸⁶ *Instituto de Psychologia*. *Correio da Manhã*, 11 de dezembro de 1932, p. 9.

²⁸⁷ *Instituto de Psychologia*. *Correio da Manhã*, 17 de dezembro de 1932, p. 10.

Esta explicação pode ser avaliada segundo alguns artigos dos decretos e abertura e fechamento do IP. O Decreto N° 21.173 de 19 de março de 1932 prevê, em seu segundo artigo, que o IP ficaria “sob dependência direta da Secretaria de Educação e Saúde Pública”²⁸⁸. A partir deste momento, o Instituto passa a responder diretamente ao Ministério de Educação e Saúde Pública, o que lhe tirou da administração da *Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro*. Desta forma, o IP passou a existir de forma algo independente da Colônia, especialmente enquanto não era instalada a Faculdade de Educação, da qual era prevista sua participação.

Com o fechamento, o segundo artigo do Decreto N° 21.199 prevê que “Os serviços a cargo do Instituto ora extinto, e que forem julgados necessários, serão incorporados, sem aumento de despesas, à Assistência a Psicopatas, sendo para isso baixadas as respectivas instruções pelo Ministro de Educação e Saúde Pública”²⁸⁹. Aqui vemos mais uma vez esta subordinação direta ao Ministério, superior, portanto, à Colônia.

Vemos inclusive que a ligação com a Universidade não acabou totalmente. Apesar de não existir mais como uma unidade autônoma desta, por estar ligado à Assistência a Psicopatas, o Instituto de Psicologia poderia contribuir com o ensino na URJ. Em seu Regimento Interno, a URJ prevê como parte de sua organização a *Faculdade de Direito, A Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, a Escola de Minas, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a Faculdade de Farmácia, a Faculdade de Odontologia, a Escola Nacional de Belas Artes e o Instituto Nacional de Música*²⁹⁰. O segundo artigo do regimento prevê que uma série de instituições podem concorrer para ampliar o ensino da URJ mantendo sua independência técnico-administrativa, sendo elas

“[...] o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional, o Observatório Astronômico, o Serviço Geológico e Mineralógico, o Instituto Médico-Legal, o Instituto de Química, o Instituto Central de Meteorologia, o Instituto Biológico de Defesa Agrícola, o Jardim Botânico, a Assistência a Psicopatas, e quaisquer outras instituições de caráter técnico ou científico da Capital da República”²⁹¹.

O regimento segue ainda informando que tais instituições contribuirão sob a forma de “mandatos universitários”, sendo estes frutos de acordos entre o reitor da Universidade do Rio

²⁸⁸ BRASIL. Decreto N° 21.173 de 19 de março de 1932. Converte o atual Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, em Instituto de Psicologia.

²⁸⁹ BRASIL. Decreto N° 21.999 de 24 de outubro de 1932. Extingue o Instituto de Psicologia, anexando os respectivos serviços, sem aumento de despesa, à Assistência a Psicopatas.

²⁹⁰ Regimento Interno da Universidade do Rio de Janeiro. In: Revista da Universidade do Rio de Janeiro, N° 1, Série II, junho de 1932, p. 171.

²⁹¹ *Ibidem*.

de Janeiro e os diretores das unidades mencionadas²⁹². Os mandatos universitários eram parte de uma ação maior da URJ que veio fruto da Reforma Francisco Campos, de 1931. Junto com estes mandatos, a URJ visava ampliar sua atuação na sociedade com os cursos de extensão universitária, cursos de especialização e com a iniciativa da Universidade Popular. Tal iniciativa é assim delineada:

“A Universidade Popular é uma organização de ensino que se propõe não somente à difusão, em linguagem coerente, de elevados conhecimentos científicos, literários e artísticos, como à iniciação, nas profissões que escolherem, de candidatos às mesmas – à habilitação técnica de “práticos” dos vários ofícios e de operários não qualificados assim como ao aperfeiçoamento cultural e técnico de artífices e trabalhadores qualificados em geral.”²⁹³

Já a extensão universitária é definida da seguinte forma:

“Pois, se a Universidade representa uma organização proposta à formação das elites intelectuais, para atingir, porém, a plenitude de sua expressão cultural e de eficiência social, deverá transcender a esfera de sua tradicional atividade científica, artística e literária, e, indo ao encontro das aspirações do povo, fazê-lo partícipe da comunhão da cultura, de que, através das idades, se constituiu depositária. A isto, precisamente, se propõe a “Extensão Universitária”.²⁹⁴

Através da noção de uma Universidade Popular e de ações como a Extensão Universitária, convênios como os mandatos universitários poderiam ser criados entre a URJ e os institutos listados no regimento para que a atuação social desta Universidade fosse aumentada, atingindo especialmente as camadas da sociedade normalmente não participantes das atividades universitárias. Já estavam previstos no Decreto N° 19.951, em seu artigo 40²⁹⁵, e formalmente se apresentavam como:

“[...] contratos [...] entre o Reitor da Universidade e os Diretores de tais estabelecimentos, [onde] poderão estes prestar o seu concurso – o concurso de seus técnicos e seu aparelhamento - à formação de seus especialistas nos vários setores em que se subdividem as chamadas carreiras liberais, o que representa notável contribuição para a eficiência da preparação que os institutos universitários oferecem à mocidade acadêmica do país.”²⁹⁶

Vemos, portanto, a possibilidade de ação que se configurou para o IP da Assistência a Psicopatas. Demovido de unidade universitária para um instituto de auxílio técnico-científico

²⁹² Regimento Interno da Universidade do Rio de Janeiro. In: Revista da Universidade do Rio de Janeiro, N° 1, Série II, junho de 1932, p. 171.

²⁹³ A Universidade Popular: Sua significação e alcance. In: Revista da Universidade do Rio de Janeiro, N° 1, Série II, junho de 1932, p. 161.

²⁹⁴ Extensão Universitária: Sua origem e finalidade. In: In: Revista da Universidade do Rio de Janeiro, N° 1, Série II, junho de 1932, p. 157.

²⁹⁵ BRASIL. Decreto N° 19.851 de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

²⁹⁶ Mandatos Universitários. In: Revista da Universidade do Rio de Janeiro, N° 1, Série II, junho de 1932, p. 167.

para especialização de profissionais de diversas áreas, foi basicamente por meio de Extensões Universitárias que o Instituto permaneceu na ativa, além de suas atribuições com a Assistência a Psicopatas, que permaneceram as mesmas desde a época do laboratório. Se o longo ano de 1932 foi intenso, repleto de atividades, cursos, conferências e polêmicas administrativas, dele pouco sobrou, e o que restou foi a ligação com a URJ e a função de instituição de auxílio didático.

Se os planos de uma Universidade com atuação social mais forte eram grandes, não os foram seus resultados. Em relatório apresentado no final do ano de 1932, o Reitor Fernando Magalhães indica um prognóstico não muito bom. Abre o relatório informando que “Não foi possível, durante o ano de 1932, dar a Universidade o desenvolvimento e a eficiência que lhe são, em toda parte, imanentes e imprescindíveis.”²⁹⁷ Continua informando que o programa apresentado no volume anterior e aqui citado “foi abordado sem amparo e sem seguimento”, e apenas “os recursos escassos e os colaboradores dedicados” deram algum resultado²⁹⁸. Este dado é importante pois a pesquisa realizada sobre este período não detectou maiores atividades do Instituto de Psicologia, e menos ainda ligadas às iniciativas de ampliação da ação social da URJ. Como exemplo, temos apenas um curso de extensão realizado em 1933, do qual tratarei a seguir.

Como extensão universitária, o Instituto de Psicologia realizou apenas um curso de aperfeiçoamento em psicologia no ano de 1933. O curso teve alguma divulgação, como indicado pelo Jornal do Brasil de 24 de maio, e até aquele dia tinha cerca de 40 inscritos, dentre eles professores, estudantes de medicina e direito e alguns médicos. Seria ministrado pelo então diretor do Instituto, o Dr. José Carneiro Ayrosa, com o auxílio de Jayme Grabois, Nilton Campos, Euryalo Cannabrava, Ubirajara da Rocha, Edgard Sanches, Arauld Bretas e Oswaldo Guimarães, e previa 50 aulas teóricas e práticas²⁹⁹.

O curso permaneceu sendo divulgado também no Diário de Notícias de 29 de maio, onde é informado que o curso terá as aulas teóricas na Escola Nacional de Belas Artes e a parte prática no laboratório da Colônia³⁰⁰. Houve também divulgações breves, como no *Correio da Manhã* do dia 31 de maio³⁰¹ e no dia 06 de junho³⁰², dia em que se encerraram as inscrições.

²⁹⁷ Relatório apresentado pelo Reitor Prof. Fernando Magalhães, ao Conselho Universitário, em 31 de dezembro de 1932. In: Revista da Universidade do Rio de Janeiro, N° 2, Série II, dezembro de 1932, p. 9.

²⁹⁸ *Ibidem*.

²⁹⁹ *Universidade do Rio de Janeiro: Cursos de extensão universitária, de aperfeiçoamento e de especialização*. Jornal do Brasil, 24 de maio de 1933, p. 7.

³⁰⁰ *Universidade do Rio de Janeiro: Cursos de extensão universitária, de aperfeiçoamento e de especialização*. Diário de Notícias, 29 de maio de 1933, p. 8.

³⁰¹ *Academias e Escolas*. Correio da Manhã, 31 de maio de 1933, p. 11.

³⁰² *Academias e Escolas*. Correio da Manhã, 06 de junho de 1933, p. 11.

Em julho o *Correio da Manhã*, no dia 20, informa que, para a parte prática do curso, os inscritos seriam divididos em duas turmas (turma A com 15 inscritos e turma B com 21 inscritos), ambas tendo as aulas já no laboratório do Instituto, no Engenho de Dentro³⁰³. Por fim, este curso se encerra em setembro, concedendo diplomas aos que tivessem aproveitamento mínimo³⁰⁴.

É difícil saber do que se tratava o curso de aperfeiçoamento. O único documento que se aproxima de uma ementa pode ser encontrado na Revista da URJ. Na seção que lista os cursos de aperfeiçoamento, o curso de psicologia apresenta apenas a primeira parte, contendo: “I – Psicologia, objeto e caracterização; II – Funções psíquicas: Memória, Percepção, Associação, Consciência, Atenção, Pensamento, Afetividade, Vontade, Personalidade.”³⁰⁵. É provável que esta primeira parte seja a parte teórica do curso, não sendo encontrada uma ementa da parte prática. Também foi possível encontrar no volume seguinte da Revista da URJ a aula inaugural do curso, intitulada *À Margem da Psicologia*³⁰⁶, de Jayme Grabois, que também foi publicada no Diário de Notícias de 05 de novembro de 1933³⁰⁷. Esta não narra nenhum detalhe do funcionamento das aulas, sendo um texto puramente teórico sobre a crise da psicologia e seu lugar entre outras ciências e métodos.

O Instituto não teve mais atuações neste período de 1933 a 1936. Voltou a ter um foco maior nas atividades ligadas à psiquiatria e medicina, tendo diminuído alcance social se comparado à época do laboratório ou a do Instituto de Psicologia formulado por Radecki. Chegou a trocar de diretor, tendo Nilton Campos assumido a diretoria no ano de 1935 e seguido nesta até sua mudança para a *Universidade do Brasil*. Sua posse chegou a ser registrada com fotos na Revista da Semana, em outubro de 1935³⁰⁸.

Apenas dois eventos de alguma importância neste período são dignos de nota. O primeiro foi a visita, em 1935, de Henri Wallon, famoso médico, psicólogo e político francês, que, de passagem pelo Brasil, foi convidado a visitar as dependências do Instituto. De acordo com a matéria publicada no jornal *A Noite*, de 23 de setembro daquele ano. O jornal conta que Wallon teria se impressionado com as dependências do Instituto, tendo inclusive informado ao jornal: “[...] confesso que estava longe de imaginar que a instalação [do Instituto] fosse tão rica e preparada para garantir a possibilidade do progresso técnico da psicologia na América do

³⁰³ *Academias e Escolas*. Correio da Manhã, 20 de julho de 1933, p. 8.

³⁰⁴ *Academias e Escolas*. Correio da Manhã, 22 de setembro de 1933, p. 9.

³⁰⁵ Curso de Psicologia. In: Revista da Universidade do Rio de Janeiro, N° 3, Série II, junho de 1933, p. 353.

³⁰⁶ GRABOIS, Jayme. *À Margem da Psicologia: Resumo da aula inaugural do curso de Psicologia*. In: Revista da Universidade do Rio de Janeiro, N° 4-5, Série II, junho de 1934, pp. 273-278.

³⁰⁷ GRABOIS, Jayme. *A Polêmica Central da Psicologia*. Diário de Notícias, 05 de novembro de 1933, pp. 19 – 22.

³⁰⁸ *Instituto de Psychologia da Assistência a Psychopatas*. Revista da Semana, 19 de outubro de 1935, p. 2. A posse, entretanto, ocorreu anteriormente, numa data que minha pesquisa não conseguiu precisar.

Sul”³⁰⁹. Wallon comenta ainda da possibilidade de parcerias do IP com centros de pesquisas franceses, fato que provavelmente nunca que consumou.

O segundo evento se trata de uma visita realizada por estudantes de Medicina ao Instituto, no Engenho de Dentro, em 1936, conforme cobertas pelas matérias dos jornais *Diário Carioca* e *O Jornal*, ambas de 09 de outubro. Enquanto a matéria do *O Jornal* nos informa que a turma continha mais de 300 estudantes³¹⁰, a matéria do *Diário Carioca* não economiza nos elogios, nos lembrando da íntima ligação da psicologia com a formação e a prática dos médicos. Ao se referir ao pessoal do Instituto e como este auxiliava no Curso Complementar da *Faculdade de Medicina* com aulas de psicologia, diz:

“O cunho rigorosamente científico que estes ilustres educadores estão imprimindo ao ensino de psicologia obedece ao grau de aperfeiçoamento a que esse ramo de conhecimentos humanos já atingiu, emancipando-se da filosofia, à semelhança da física, da química, da biologia etc. A matéria prática, como se encontra organizada, levará os alunos à recordação dos pontos teóricos exigidos pelo programa oficial, bem como familiarizar-los-á com a experimentação, com a psicologia contemporânea. Todo homem culto necessita dos estudos psicológicos. Ao médico, particularmente, esses conhecimentos se tornam básicos e imprescindíveis.”³¹¹.

O fim desta fase de vida do Instituto se aproxima. Com o ano de 1937, vem a criação da *Universidade do Brasil*. E conforme se sabe, a URJ foi absorvida neste processo. Como consta no último volume de sua Revista, a Lei Nº 452 de 27 de julho de 1937 organiza a *Universidade do Brasil*. E em seu quinto artigo, lista os institutos externos à UB que cooperarão em suas atividades de ensino, onde consta o IP. E de forma a não deixar dúvidas, no segundo parágrafo do artigo 5, se informa que “O Instituto de Psicologia será o atual Instituto de Psicologia da Assistência a Psicopatas do Distrito Federal”³¹². A Lei que cria a UB e seus posteriores dispositivos legais serão objeto de análise do próximo capítulo. Por agora, é preciso rumar para a conclusão deste.

1923 a 1937: A Psicologia como Técnica Psicológica

Toda a discussão presente neste capítulo até agora serviu para lançar um argumento crucial para compreendermos a história do Instituto de Psicologia em sua longa duração: seu início se deu como um lugar de amplo desenvolvimento e direta aplicação daquilo que nomearei de *técnica psicológica*. Por técnica psicológica, eu compreendo os modos específicos pelos quais a psicologia se configurava na sua captura pela psiquiatria, organização do trabalho em indústrias, pedagogia escolar, direito e outros ramos. Estes modos podem ser a testagem

³⁰⁹ *Os rumos científicos do ensino no Brasil*. A Noite, 23 de setembro de 1935, p. 2.

³¹⁰ *Universitários em visita ao Instituto de Psychologia*. O Jornal, 09 de outubro de 1936, p. 6.

³¹¹ *O Ensino da Psychologia no Brasil*. Diário Carioca, 09 de outubro de 1936, p. 1.

³¹² Prefácio. In: Revista da Universidade do Rio de Janeiro, Nº 7, Série II, janeiro de 1937, p. 9.

psicotécnica (através das 33 horas de baterias de testes da seleção de aviadores), mas também podem ser pelos protocolos de investigação experimental (como a ficha psicológica dos pacientes da colônia e o psicograma gerado após na seleção de aviadores), ou ainda o modo específico como algum profissional da época poderia evocar a psicologia e suas teorias como ferramentas (como o caso do advogado Mário Bulhões Pedreira e seu uso das teorias de Radecki na compreensão dos delitos causados por paixões e fortes emoções).

Não se trata de uma discussão de teoria *versus* prática psicológica. Não há uma oposição entre ambas porque, como vimos, pouco importava aos psiquiatras a teoria por trás da aplicação da psicologia que Radecki e seus colaboradores faziam todos os dias. O que interessava a eles era uma apropriação da psicologia enquanto algo que pudessem utilizar no cotidiano asilar. A teoria só atrapalhava quando Radecki argumentava que antes da psicotécnica aplicada deveria existir uma psicotécnica teórica – a qual ele detinha os meios para ensinar através de seu sistema. A disputa não era de teoria *versus* prática, mas de um certo controle político da psicologia e suas aplicações. Radecki estava satisfeito em aplicar praticamente sua psicologia enquanto a formação dos profissionais passasse por sua mão, da mesma forma que os psiquiatras estavam satisfeitos com as aplicações segundo tal ou qual teoria enquanto eles pudessem ter livre controle sobre esta aplicação.

A técnica psicológica, portanto, é uma configuração da psicologia frente ao contexto brasileiro naquela época. Se por técnica compreendermos um *modo de fazer algo*, a psicologia era uma técnica para a psiquiatria pois era um *modo de fazer algo com os pacientes*: neste caso, um modo específico de se obter informações que ajudariam no trato destes, seja pela via diagnóstica (saber de qual moléstia padecia o paciente) ou seja pela via psicoterápica (como um tratamento para os internos). A psicologia, para os psiquiatras, era mais uma técnica de acesso ao *corpo* do alienado, para fins de controle deste contingente populacional suburbano, luético e louco.

Mas não apenas para a psiquiatria serve a psicologia como técnica. A técnica psicológica abrangia uma miríade de aplicações sem fim que vinham muitas vezes com uma promessa de uma nova nação, que estaria feliz, livre e segura sob o julgo das técnicas que melhor a selecionariam e promoveriam seu bem estar nos mínimos detalhes. Professores, engenheiros e industriais, advogados e quem mais quisesse poderia ver nas técnicas psicológicas um dos caminhos para a promoção de um país melhor.

Consideremos, por exemplo, a função da fisiologia para os psiquiatras. Para estes, a fisiologia era importante pois lhes rendia métodos de avaliação dos pacientes. Vide por exemplo a Reação de Wassermann, um exame de sangue especializado para detecção da sífilis e

amplamente utilizado na Colônia. Outra forma de encarar o uso da fisiologia através de técnicas de diagnose está no artigo do médico Zopyro Goulart e de Nilton Campos, intitulado *Contribuição ao estudo da etiopatogenia do eczema*³¹³, publicado nos Anais da Colônia de Psicopatas de 1929, na seção de trabalhos dos psiquiatras.

Ao estudarem a formação e desenvolvimento de eczemas, formas de dermatose que podem ir de superficiais a agudas e mais graves, os dois médicos buscavam explorar a hipótese de ligação do eczema a “[...] desordens do simpático ou das várias glândulas de secreção interna, focando na tireoide”³¹⁴.

Os médicos tentam replicar um teste à época recente, a prova de Parisot-Richard³¹⁵, como meio de testar a hipótese da relação do surgimento dos eczemas. De acordo com eles, o intuito de se utilizar esta prova específica era para “[...] se fazer conhecido o grau de funcionamento glandular, baseado na escala do mínimo ótimo e máximo fisiológicos da função das glândulas”³¹⁶. Ou seja, os médicos queriam detectar se alterações no funcionamento da glândula acima ou abaixo do que era considerado o mínimo ou máximo ótimos teria relação com o surgimento dos eczemas. Para tal, utilizaram um paciente do Ambulatório, de iniciais R. G. T., um brasileiro pardo de 45 anos matriculado no Ambulatório sob o número 18.308³¹⁷. Segue a descrição do estudo:

- 1) “A técnica usada seguiu rigorosamente a mesma de seus criadores, assim exposta na obra em colaboração;
- 2) O indivíduo é examinado em jejum ou em decúbito dorsal;
- 3) Notam-se os três reparos: número de pulsações, tensão arterial e reflexo óculo-cardíaco;
- 4) Em seguida é feita a injeção intramuscular do extrato tireóideo;
- 5) Dez minutos após a injeção, verificam-se os diferentes reparos, de dez em dez minutos, durante o prazo de uma hora;

Os resultados colhidos são relacionados aos que foram previamente resgatados antes da prova.

³¹⁸”

A técnica empregada pelos médicos é utilizada no sentido experimental. Ou seja: trata-se de um teste em formato de experimento para descobrir se aquela prova específica possui

³¹³ GOULART, Zopyro, CAMPOS, Nilton. *Contribuição ao estudo da etiopatogenia do eczema*. In: *Annaes da Colonia de Psychopatas*. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira, 1929.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 71.

³¹⁵ Não foi possível encontrar uma definição exata de tal prova devido à sua antiguidade. É possível que seja um teste de laboratório que tenha caído em desuso frente a técnicas mais modernas, assim como a Reação de Wassermann foi lentamente substituída pela técnica de diagnóstico VDRL (*Venereal Diseases Research Laboratory*).

³¹⁶ GOULART, Zopyro, CAMPOS, Nilton. *Contribuição ao estudo da etiopatogenia do eczema*. In: *Annaes da Colonia de Psychopatas*. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira, 1929, p. 72.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 74.

³¹⁸ *Ibidem*, pp. 72-73.

aplicação válida para o entendimento das causas dos eczemas. Variações testadas via experimentos e provas ou testes clínicos não eram incomuns, e muitas vezes serviam para que os médicos adequassem as provas clínicas para o contexto brasileiro ou tornarem a técnica de laboratório mais fácil de ser aplicada ou reproduzida³¹⁹. Nesse sentido aqui apresentado, a experimentação não possui função de ciência pura, mas tem a intenção de ser um auxiliar do diagnóstico, visando aprimorar as técnicas de exame clínico.

A função da psicologia como técnica psicológica é a mesma. O laboratório de psicologia estava mais próximo do laboratório de análises clínicas, no sentido descrito acima, do que de um laboratório experimental no sentido clássico. Como discutido anteriormente, o laboratório não cumpriu como esperado a função de fazer contribuições experimentais aos diversos ramos propostos (através de contribuições experimentais à psicologia geral, individual, coletiva e à psicopatologia), visto que de 1925 até 1929, produziu apenas seis trabalhos estritamente experimentais. Entretanto, como local de desenvolvimento de técnicas para exame e avaliação dos pacientes, os experimentos e aparelhos ganhavam força neste contexto clínico. Analisemos em profundidade esta questão.

Nos *Anais da Colônia de Psicopatas* de 1929, Radecki publica o artigo *À Margem de dois psicogramas: Algumas observações sobre a utilização, na psiquiatria, dos exames psicológicos dos doentes*³²⁰. Trata-se de uma solicitação feita por Gustavo Riedel para que Radecki publicasse a ficha de duas pacientes³²¹. O psicólogo polonês então aproveitou a oportunidade para dissertar sobre a correta utilização da ficha psicológica por parte dos psiquiatras durante o exame dos pacientes. E, em suas palavras:

“Embora a psiquiatria, mesmo hoje, não tenha entrado ainda em perfeita consonância com a psicologia normal, tanto sob o ponto de vista terminológico como sistemático e metodológico, consideramos que as numerosas tentativas dos diversos psiquiatras e psicólogos para facilitar a interpretação destas duas ciências deixam prever a futura monização.”³²².

Radecki então segue para classificar os exames psicológicos através do binômio teórico-prático. Alguns exames são puramente teóricos, como os que visam o “estabelecimento de

³¹⁹ Ver o artigo de Arthur Moses (1913), médico e pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz no início do século XX, onde este discute variações de aplicação da Reação de Wassermann. Segundo o autor: “Aplaudimos os métodos que procuram tornar mais sensível a reação. Não devemos continuar no mesmo ponto em que estivemos há seis anos quando Wassermann publicou o primeiro trabalho. Não é racional que se mantenha a reação rigorosamente dentro da primitiva técnica com o fito único de facilitar a estatística. Sirva de base o trabalho original permitindo a introdução de alterações que a prática tenha provado vantajosas.” (MOSES, 1913, p. 85).

³²⁰ RADECKI, Waclaw. *A margem de dois psychogrammas: Algumas observações a respeito da utilização, na psiquiatria, dos exames psychologicos do doentes..* In: *Anaes da Colônia de Psychopatas*. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

³²¹ *Ibidem*, p. 243.

³²² *Ibidem*, *Loc. Cit.*

variantes mórbidas funcionais”, os que “estudam as correlações das variantes mórbidas entre si” e os que “estudam as correlações mórbidas entre as variantes funcionais”. Alguns são meio teóricos, meio práticos, como os que se referem à “descrição psicológica das doenças já pré-estabelecidas e distinguidas na psiquiatria”. Já os mais práticos podem ser os de “doentes de determinado grupo nosológico” que são interpretados de acordo com a psicologia para “resumir os dados utilizáveis no futuro diagnóstico diferencial”³²³. Ou seja, os puramente teóricos interessam mais à psicologia e a psiquiatria como quadros teóricos sistematizados. Já os do tipo prático são os que interessam ao psiquiatra no trabalho de diagnosticar moléstias mentais através dos exames.

Com estas definições, Radecki quer estabelecer um problema: à psicologia, deve ser demandada uma participação com vias de atuação claras, caso contrário o psiquiatra irá obter quase nada ou mesmo nada do exame psicológico. A psicologia pode atuar de forma puramente teórica ou eminentemente prática: só depende da questão levantada pelo psiquiatra que a utiliza em sua prática. Radecki estabelece bem este problema com a seguinte analogia:

“Um psiquiatra que manda ao laboratório de psicologia um paciente com a indicação laconicamente formulada “exame psicológico geral” (o que responderia um laboratório de química biológica recebendo um paciente com a guia “exame químico geral”?) raras vezes encontrará no psicograma recebido uma indicação que lhe seja útil à aplicação imediata.”³²⁴.

Esta analogia com o laboratório de química apenas reforma a semelhança que a psicologia tem com a fisiologia no contexto da colônia de Alienadas. Ambas as áreas fornecem à psiquiatria técnicas de aplicação que podem ou não auxiliar o médico na triagem, na diagnose e no tratamento. Basta, segundo Radecki, que o médico saiba arregimentar esta ferramenta de análise para trabalhar a seu favor. Cabe ao médico saber evocar a psicologia de modo correto e indicando com detalhes sua atuação. Continua o polonês neste problema:

“Um psicograma representa um conjunto de respostas e só pode ser utilizado por quem saiba formular perguntas: a ordem, pois, da sucessão entre a pergunta e a resposta é tal que esta deve ser precedida por aquela. Quando um médico requer um exame psicológico para, posteriormente, com o psicograma na mão, começar a formular perguntas a si próprio, raras vezes ficará satisfeito com a ficha recebida. Isto não quer dizer que um psicograma não possa sugerir problemas novos; frisamos apenas a necessidade de ser o requerimento do exame precedido pela formulação dos problemas a resolver.”³²⁵.

³²³ RADECKI, Waclaw. A margem de dois psychogrammas: Algumas observações a respeito da utilização, na psiquiatria, dos exames psicologicos do doentes.. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, p. 244.

³²⁴ *Ibidem*, p. 245.

³²⁵ *Ibidem*, pp. 248-249.

A psicologia e seus exames não possuem nenhuma função em si mesmas no laboratório da Colônia. O laboratório e sua miríade de instrumentos, sozinhos, sem os psiquiatras, ali não fazem sentido. Este, portanto, é fruto da atuação dos psiquiatras e de sua necessidade de aprimorar suas técnicas de exame dos corpos dos alienados. A ficha psicológica sem um problema psiquiátrico nosológico não tem razão de ser ali.

Mas, se o médico precisa interpretar, o psicólogo por sua vez deve ser capaz de fornecer dados coerentes para esta análise. É neste momento que o laboratório e seus instrumentos e aparelhos ganham força. Radecki descreve com riqueza de detalhes como uma atuação coerente do psicólogo deve ser e qual o diferencial deste em relação a, por exemplo, as enfermeiras, outro tipo de profissional que comumente auxiliava o médico naquela época:

“Achando, na ficha, na rubrica de associações, por exemplo, a anotação “associação lenta”, o médico deve logo procurar relacionar esta observação com as rubricas de riqueza imaginativa, discriminação, atenção e com as da afetividade, porque, sem empreender este trabalho, forçosamente achará que, para verificar a lentidão da associação, não é preciso enviar o paciente ao laboratório de psicologia; basta confiar o exame de associação a qualquer enfermeira que facilmente observará fenômeno tão evidente. E, entretanto, o exame do psicólogo e o da enfermeira não diferem, como pensam os observadores leigos ou superficiais, pelo fato de que o psicologista possa dotar de maior exatidão numérica os dados verificados escrevendo, por exemplo “associação lenta – média 30,7”, ou “tempo de reação visual 0,25”, mas diferem pelo fato de que cada dado recolhido, mesmo aparentemente pouco exato quando a exatidão numérica não importa, acha a sua justificativa nas rubricas correlacionadas. É mister saber ler e interpretar.”³²⁶.

A função do psicólogo que realiza os exames é fornecer dados que possam dar uma possibilidade de interpretação em conjunto, não apenas de funções psicológicas isoladas entre si. Uma mera medida de tempo de reação, portanto, incorreria numa necessidade em medir atenção, sensibilidade sensorial e quaisquer outras funções psicológicas que estejam correlacionadas ao ato de reter a atenção. É por este motivo que experimentos simples e clássicos da psicologia ganham funções de diagnose dos pacientes. Radecki ilustra este exemplo utilizando uma situação comum na Colônia e nos serviços do Ambulatório: pacientes com severas dificuldades de atender os pedidos dos psiquiatras ou mesmo de reagir a perguntas simples. Segue o exemplo:

“Às vezes o paciente recusa submeter-se a determinadas provas melhor adaptadas à observação; nestes casos as considerações sobre a função observada são tiradas de outra

³²⁶ RADECKI, Waclaw. A margem de dois psychogrammas: Algumas observações a respeito da utilização, na psiquiatria, dos exames psicologicos do doentes.. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, p. 249.

experiência classicamente empregada para o exame de outra função. Assim, por exemplo, a experiência de tempos de reação, quando executada com o simples relógio de queda (experiência na qual o sujeito apanha um pau que começa a cair em determinado momento), embora sirva classicamente apenas para a medida de tempo de reação, pode, sendo repetida, prestar valiosas premissas para a determinação do tipo de atenção, das oscilações e da fadiga de atenção, das aptidões adaptativas, da persistência etc.”³²⁷.

Aqui observamos de forma mais bem colocada qual a função da experimentação num laboratório desse tipo. Os experimentos com fins teóricos puramente poderiam ser minoria, mas os experimentos com fins diagnósticos eram comuns. A reprodução de clássicos experimentos de psicologia, como o citado de tempo de reação, ressignificavam-se no contexto asilar, revelando inclusive uma dose de criatividade de Radecki e colaboradores.

No resto do artigo, Radecki segue minuciosamente analisando cada rubrica dos psicogramas. É importante destacar que psicograma e ficha psicológica são termos intercambiáveis. Portanto a consulta do Anexo I é recomendada para que o leitor possa tomar nota da profundidade do exame realizado. São cerca de sessenta funções distintas, desde as subdivisões de itens gerais (como a análise da visão, subdividida em acuidade, sensibilidade para cores, sensibilidade para linhas e formas e campo visual) até itens analisamos sozinhos (como o tempo de reação). Os dois psicogramas apresentados são as fichas psicológicas preenchidas e posteriormente analisadas pelo psicólogo.

Radecki ensaia uma série de análises possíveis com base nas fichas que examina no artigo. As duas fichas foram baseadas em duas pacientes com diagnóstico de demência precoce³²⁸, e então ele procede a interpretar os dados com base neste diagnóstico pré-estabelecido pelos psiquiatras. O polonês inclusive ensaia sugerir atuações práticas com fins de indicações psicoterapêuticas. Entretanto, por “psicoterapia” Radecki não quer dizer nada parecido com o que o psicólogo contemporâneo realiza quando se diz psicoterapeuta. Trata-se de uma série de indicações que o psicólogo pode fazer com vias de causar um efeito terapêutico no paciente, sem com base nos dados dos psicogramas e nunca passando por cima da autoridade médica, pois, nas palavras de Radecki “É claro que um psicólogo não vai ensinar aos médicos a tratar dos doentes”³²⁹. Segue a lista de recomendações possíveis que um psicólogo pode dar a um paciente, com fins terapêuticos e com base nos psicogramas:

³²⁷ RADECKI, Waclaw. A margem de dois psychogrammas: Algumas observações a respeito da utilização, na psiquiatria, dos exames psicologicos do doentes. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, p. 250.

³²⁸ *Ibidem*, p. 246.

³²⁹ *Ibidem*, p. 281.

“A sugestão, a *psicoanálise*, a colocação no meio apropriado, o isolamento, a reeducação intelectual ou ativa, os exercícios sensoriais ou motores, a persuasão, a atividade imposta, as prescrições de descanso, todas estas atitudes tomadas com fins terapêuticos devem, tanto na escolha do método, como nas modalidades de aplicação passar pelo filtro da comparação prévia com todas as variantes individuais do paciente para examinar de antemão a compatibilidade dos meios com o terreno.”³³⁰.

Infelizmente, muito do que Radecki quer dizer faz pouco ou nenhum sentido para nós. Não fica claro o que ele quer dizer com “atividade imposta”, o que sugere que possa ser ligado aos tratamentos dos próprios psiquiatras aos pacientes de asilos. Até mesmo termos familiares são, na verdade, dotados de outro significado completamente diferente. A *psicoanálise*, grafada por mim propositalmente diferente, serve para indicar que não se trata da análise psicanalítica freudiana como hoje a concebemos. Apesar de Radecki citar “a doutrina freudiana” no mesmo artigo³³¹, por *psicoanálise* Radecki entende “[...] o exame psicológico [...] diretamente utilizado como meio terapêutico”³³².

As fichas e psicogramas eram instrumento de ampla circulação no Ambulatório e na Colônia. Via de regra, uma vez que um psiquiatra sentisse a necessidade de uma análise pormenorizada de alguma função, fosse para estabelecimento de diagnóstico ou para averiguar alguma mudança no paciente pós-intervenção terapêutica, bastava a designação de um exame psicológico que o doente era enviado ao laboratório de psicologia. Lá, o paciente passava por uma ampla bateria de testes medindo cada uma das sessenta funções pormenorizadas na ficha psicológica, esta devolvida ao médico assinada e analisada por Radecki. A partir daí, a ficha se transformada em mais uma técnica utilizada pelo psiquiatra.

Vejamos o exemplo do Dr. Hugo Vianna Marques, que publica nos *Anais da Colônia de Psicopatas* de 1929 o artigo *Tratamento Médico de Crianças Anormais*³³³. Neste relato de caso, o Dr. Vianna Marques apresenta quatro casos de crianças anormais assim diagnosticadas em decorrência da hipofunção ou da hiperfunção da tireoide. Segundo o médico, tratam-se de “[...] anormais cuja insuficiência mental se revela por um déficit de inteligência transitório (disendocrinias, morfina etc).”³³⁴.

³³⁰ RADECKI, Waclaw. A margem de dois psychogrammas: Algumas observações a respeito da utilização, na psiquiatria, dos exames psicologicos do doentes. In: *Anaes da Colônia de Psychopatas*. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, p. 282, grifo meu.

³³¹ *Ibidem*, p. 247. Trata-se de uma citação sobre como “os psicoanalistas e partidários da doutrina freudiana” concebem a demência precoce, diagnóstico das duas pacientes que ele analisa no artigo.

³³² *Ibidem*, p. 245.

³³³ MARQUES, Hugo. Tratamento medico das crianças annormaes. In: *Anaes da Colônia de Psychopatas*. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929.

³³⁴ *Ibidem*, p. 107.

O médico segue o artigo explicando a importância da tireoide, tanto quando esta tem funcionamento intensificado quando tem seu funcionamento abatido por diversos fatores. Daí a necessidade das crianças serem atendidas, e daí também parte a escolha de tratamento opoterápico com soros produzidos pelo Dr. Paulo Schirch no Laboratório de Pesquisas Clínicas³³⁵ como forma de lidar com as hipo e hiperfunções detectadas nas quatro crianças.

As fichas psicológicas surgem quando o Dr. Vianna Marques as envia para o laboratório para passarem por exame minucioso. A terceira observação do médico, uma criança branca do gênero feminino de 14 anos intitulada A. B., teve sua ficha publicada. Segundo ele, “O Laboratório de Psicologia forneceu-me a seguinte ficha psicológica, que realça a hiperemotividade da paciente, hiperemotividade que trava e prejudica o exercício normal das outras esferas psíquicas”³³⁶. O Dr. Vianna Marques em seguida indica que a criança em questão ficou sob seu cuidado por sete meses, onde praticou-se a injeção de seis séries de dez ampolas de dos soros opoterápicos em intervalos de cinco a oito dias. O relato termina indicando que:

“As melhoras que um segundo exame psicológico observou, são tão ou mais valiosas quanto os dados clínicos as confirmam plenamente. As fichas foram feitas sob a direção do Prof. Radecki, chefe de laboratório. A leitura da segunda ficha reflete a queda da hiperemotividade aquém do máximo; afasta-se o entrave ao funcionamento dos outros domínios psíquicos.”³³⁷.

As fichas psicológicas são, aqui, análogas aos outros exames de laboratório. Servem para orientar o médico e fornecer mais dados para que possa diagnosticar os pacientes ou mesmo direcionar que tipo de tratamento devem ter. A análise da ficha psicológica de A. B. é interessante neste aspecto. Sua segunda ficha não chegou a ser publicada, mas o Dr. Vianna Marques indica que na segunda foi possível observar grande melhora e queda da queixa principal: a hiperemotividade.

Esta era a principal função do laboratório. Após a saída de Radecki da Colônia, quando o instituto se transformou no Instituto de Psicologia da Assistência a Psicopatas (de 1933 a 1936), exames deste tipo continuaram a ser realizados, ainda que em quantidade reduzida. Entretanto, a Colônia de Alienadas não produziu mais seus *Anais...* como em 1928 e 1929. Há dois volumes posteriores: o de 1930 e o de 1936. Ambos não possuem uma seção dedicada aos

³³⁵MARQUES, Hugo. Tratamento medico das crianças annormaes. In: Annaes da Colônia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, p. 109. Trata-se de um tipo de terapêutica onde se utilizam extratos de tecidos e órgãos de animais ou humanos para tratar problemas médicos. Fica subentendido no artigo que os soros eram repositores ou reguladores hormonais adequados para cada caso apresentado.

³³⁶ *Ibidem*, p. 112.

³³⁷ *Ibidem*, p. 116.

trabalhos do laboratório de psicologia como nos dois primeiros anos, mas alguma atividade pode ser detectada, ainda que parcialmente³³⁸.

Com estas descrições apresentadas, espero ter delineado melhor o problema. A tese da psicologia como técnica psicológica na primeira fase da história do Instituto será lentamente posta a prova nos dois próximos capítulos. Na fase do IP na Universidade do Brasil, observaremos uma lenta transição entre uma atuação da psicologia como técnica auxiliar para uma psicologia que se autonomiza da psiquiatria enquanto saber e teoria. Já na fase do IP-UFRJ, mais próxima do IP atual, finalmente observaremos um rompimento com a descrição aqui apresentada, em parte pelos diversos dispositivos legais que criam a profissão de psicólogo e, principalmente, pelos embates causados pela criação dessa profissão. Em outras palavras, ainda irá demorar para que observemos uma real autonomização da psicologia e do instituto.

Proponho então que o surgimento da psicologia no seio da Medicina Social empreendida pelos médicos psiquiatras na virada do século XIX para o XX terá um efeito de longuíssima duração na história do IP. Observaremos adiante como a história do Instituto pode ser contada não como o triunfo da psicologia em estabelecer-se como uma profissão autônoma, mas sim com o vagaroso estabelecimento de um campo de atuação da psicologia onde os psiquiatras não podem atuar sobre ela. A psicologia não se autonomiza da psiquiatria tanto quanto se desgarrava lentamente, e até os dias de hoje sentimos os efeitos desse surgimento num contexto médico-asilar de função técnica.

³³⁸ FERREIRA PINTO, Octávio. Hipertireoses e seu Tratamento. In: *Annaes da Colonia de Psychopatas*. Rio de Janeiro: Livraria e Papelaria Gomes Pereira, 1936, pp. 119-128. Há uma brevíssima descrição de um exame psíquico de um paciente de Jayme Grabois (pp. 124-125). Provavelmente, após a saída de Radecki, o modelo das fichas psicológicas foi abandonado ou substituído. Como há poucas publicações da Colônia após 1930, não há como averiguar como continuaram os exames psicológicos por lá.

Capítulo 2 – De 1937 a 1965: A Psicologia entre a Técnica e a Profissão

O fim de 1936 e os primeiros meses de 1937 são um período de transição importante para a história do Instituto de Psicologia. Como visto, múltiplos eventos simultâneos ocorrem de 1932 até 1937 que me permitiriam traçar diferentes linhas de corte entre fases distintas da história do Instituto: a conversão do laboratório num instituto de psicologia, sua colaboração com a estrutura universitária da URJ, sua ligação com o *Ministério de Educação e Saúde* e a transformação em Instituto da Assistência a Psicopatas. Entretanto, nenhum destes eventos tem significação tão profunda para a história do IP quanto sua transferência para a *Universidade do Brasil*, criada em 1937.

A ida do Instituto para a UB se dá de forma similar à colaboração dele com a URJ: por meio de um decreto que determina que todos os institutos do Distrito Federal aptos a ampliar as funções de ensino da universidade estão imediatamente ligados à esta. Entretanto, a ida do instituto para a UB implicou em sua transferência, acarretando uma mudança de estrutura física que implica, também, numa das marcas principais desta história: o intenso trânsito da estrutura do Instituto. E, conforme o jornal *A Noite* de novembro de 1937 informa:

“O Instituto de Psicologia organizou, para o corrente ano, um curso de psicologia experimental, acompanhado de demonstrações práticas nos seus laboratórios. O curso será lecionado pelos docentes do referido Instituto. As inscrições já se acham abertas até o dia 20 deste mês na secretaria do Instituto, Edifício Nilomex, 5º andar, à Avenida Nilo Peçanha.”³³⁹.

Com esta chamada, observamos que em algum momento³⁴⁰ do ano de 1937 o IP fez a mudança de sua sede para o 5º andar do prédio que fica no nº 155 da Avenida Nilo Peçanha, na esquina com a Rua México (de onde vem seu apelido, *NiloMex*). Tal prédio existe até os dias de hoje.

Consideremos, portanto, que não se trata apenas de uma nova sede, mas de toda uma nova relação. Com a mudança, o Instituto começa a perder os já enfraquecidos laços que tinha com a *Assistência a Psicopatas do Distrito Federal*, e a partir deste ponto veremos cada vez menos a influência da psiquiatria em sua história. Tal influência decairá lentamente, entretanto, e como propus no fim do capítulo 1, é uma força que se faz presente até o fim da datação escolhida para a pesquisa, mesmo que diminuída em poder.

³³⁹ *Curso do Instituto de Psychologia da Universidade do Brasil*. O Jornal, 16 de novembro de 1937, p. 2, grifo meu.

³⁴⁰ Não foi possível definir com exatidão o momento desta mudança. A pesquisa não detectou nenhum tipo de documentação que trate deste traslado. Como veremos adiante, o período de 1937 até 1950 é o que menos consegui fontes sobre.

Outra questão que surge é a mudança algo dramática da estrutura do Instituto. Conforme vimos no capítulo anterior, Radecki já tinha indicado que uma mudança de sede do Instituto acarretaria deixar mobiliário para trás, especialmente aquele referente ao laboratório. Não foi possível delinear se algo de fato foi deixado na Colônia de Alienadas, ou não. A chamada do *O Jornal* dá a entender que de algum laboratório o IP-UB dispunha, mas não tenho como precisar a quantidade de instrumentos ou suas divisões como fiz anteriormente.

Há também a posição central da nova sede frente à cidade do Rio de Janeiro. Antes, habitava o subúrbio longínquo da cidade, acessível preferencialmente pelos trens, tendo como estação mais próxima a do próprio Engenho de Dentro. Agora, localizada no centro da cidade, a sede permite às atividades do Instituto unirem tanto suas aulas teóricas como suas práticas de laboratório num mesmo lugar, não precisando mais de instalações de empréstimo como as da *Escola Nacional de Belas Artes*.

Considerando esta mudança a mais dramática em relação às anteriores, o corte portanto se estabelece com esta mudança de sede, e o mesmo critério será utilizado posteriormente para o próximo e último capítulo, quando o IP sairá do Nilomex e irá para o campus Praia Vermelha. As mudanças de estruturas físicas são muitas vezes mais importantes que as designações de decretos e leis, trocas de diretorias e funções e mesmo mais importantes que filiações com instituições universitárias. A materialidade do IP e suas diversas transformações é um meio de contar sua história de modo mais ligado às suas práticas.

E se tratando de filiações universitárias, conforme o fim do primeiro capítulo, a URJ é absorvida pela *Universidade do Brasil*, levando consigo o IP da Assistência a Psicopatas. Tal absorção se dá a partir da Lei Nº 452 de 5 de julho de 1937³⁴¹, que cria a UB e estabelece seus direcionamentos futuros. E já em seu segundo artigo estabelece as finalidades da UB:

“Art. 2º: A Universidade do Brasil terá por finalidades essenciais:

- a) O desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística;
- b) A formação de quadros donde se recrutem elementos destinados ao magistério, bem como às altas funções da vida pública do país;
- c) O preparo de profissionais para o exercício de atividades que demandem estudos superiores.”³⁴².

Vemos aqui, na alínea b deste artigo, que a questão da formação de professores surge como necessidade mais uma vez. Portanto, o Instituto dificilmente cumprirá outra função que não seja auxiliar nas finalidades da UB, em especial quando constataremos adiante que boa parte de suas atividades se resumiu a colaborar com outras unidades.

³⁴¹ BRASIL. Lei Nº 452 de 5 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil.

³⁴² *Ibidem*.

A estrutura da UB prevista nesta na lei de 1937 contém quinze unidades, de escolas a faculdades. No artigo 4º, a lista completa envolve:

“Art. 4º A Universidade do Brasil será inicialmente constituída dos seguintes estabelecimentos de ensino:

- a) Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras;
- b) Faculdade Nacional de Educação;
- c) Escola Nacional de Engenharia;
- d) Escola Nacional de Minas e Metalurgia;
- e) Escola Nacional de Química;
- f) Faculdade Nacional de Medicina;
- g) Faculdade Nacional de Odontologia;
- h) Faculdade Nacional de Farmácia;
- i) Faculdade Nacional de Direito;
- j) Faculdade Nacional de Política e Economia;
- k) Escola Nacional de Agronomia;
- l) Escola Nacional de Veterinária;
- m) Escola Nacional de Arquitetura;
- n) Escola Nacional de Belas Artes;
- o) Escola Nacional de Música.”³⁴³.

Algumas destas unidades estão apenas previstas, não existindo à época do decreto. Especialmente, a *Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras* e as Escolas Nacionais de Agronomia e Veterinária. Enquanto as duas últimas nunca chegarão a ser implantadas, a primeira será organizada em 1939.

Nesta época, o Instituto de Psicologia ainda era um instituto que colaborava com as atividades universitárias. Conforme o Artigo 5º, os institutos colaboradores “farão parte integrante da universidade”. A alínea l deste artigo menciona o Instituto de Psicologia, e o 2º parágrafo explicita que “O Instituto de Psicologia será o atual Instituto de Psicologia da Assistência a Psicopatas do Distrito Federal”³⁴⁴. Seu diretor passou a ser Jayme Grabois, um dos assistentes de Radecki que permaneceram trabalhando no IP após seu fechamento em 1932.

Esta configuração, entretanto, é complexa, pois a UB terá uma característica peculiar para os dias de hoje, mas que à época era parte natural da organização universitária. Se alguém visse hoje o Instituto de Psicologia da UFRJ, naturalmente suporia que este Instituto seria o responsável por ministrar as disciplinas de Psicologia por toda a Universidade. Este é, dentre outros motivos, um efeito da Reforma Universitária de 1968, que extinguiu o modelo de

³⁴³ BRASIL. Lei Nº 452 de 5 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil.

³⁴⁴ *Ibidem*.

cátedras e catedráticos e criou o modelo de créditos e disciplinas. Após esta reforma, os Institutos e Escolas seriam os responsáveis pelas disciplinas a eles associados.

Já na época da *Universidade do Brasil*, um Instituto não estava necessariamente ligado à sua cátedra correspondente. O caso do Instituto de Psicologia é emblemático pois de 1937 em diante existirão duas cátedras de Psicologia na UB, e ambas não terão nenhuma relação institucional ou administrativa com o Instituto. Analisemos esta situação.

O Decreto-Lei N° 1.190 de 4 de abril de 1939, que organiza a *Faculdade Nacional de Filosofia*, prevê em seu 3° artigo que a FNF terá dois tipos de cursos: os ordinários (definidos como “um conjunto harmônico de disciplinas” cujo estudo “seja necessário para a obtenção de um diploma”) e os extraordinários (divididos entre os de aperfeiçoamento, com intuito de aprofundamento de disciplinas de cursos ordinários, e avulsos, contendo disciplinas não ministradas nos cursos ordinários)³⁴⁵. Já o artigo 22 informa que “As disciplinas ensinadas nos cursos ordinários da Faculdade Nacional de Filosofia constituirão matéria das seguintes cadeiras [...]”, e elenca as 45 cátedras básicas da FNF. Para este trabalho, importam a Cátedra III, de Psicologia, e a Cátedra XLI, de Psicologia Educacional³⁴⁶. A escolha destes catedráticos é prevista para ser realizada, em princípio, via concurso de títulos e provas, conforme o 25° artigo, mas o parágrafo único deste prevê a escolha de catedráticos a ser realizada pelo Ministro da Educação “[...] enquanto a congregação da Faculdade Nacional de Filosofia não dispuser de dois terços de professores catedráticos [...]”³⁴⁷. De fato, a escolha dos primeiros catedráticos se deu na forma prevista pelo parágrafo único, sendo o primeiro concurso realizado na UB apenas em 1945³⁴⁸.

É a partir desta configuração que, de 1937 até 1948, o Instituto de Psicologia não terá ligação alguma com as cátedras de psicologia. A absorção do IP pela UB se deu por dispositivos legais que definiram tal filiação, de modo algum sendo uma deliberação de profissionais ou intelectuais, muito menos algo feito com algum propósito específico. Os institutos do distrito federal eram chamados a colaborar por força de lei, e é por este motivo apenas que o IP teve um lugar algo garantido em uma estrutura universitária. Chamo a atenção deste detalhe para lembrar o leitor que nossa história aqui contada foca nas práticas que deram forma ao IP, e que

³⁴⁵ BRASIL. Decreto-Lei N° 1.190 de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia.

³⁴⁶ *Ibidem*.

³⁴⁷ *Ibidem*.

³⁴⁸ FAVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (Org.). Faculdade Nacional de Filosofia: Matizes de uma proposta autoritária. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989b, p. 39.

estas passam ao largo de um discurso ou narrativa que enxergam um desenvolvimento gradual dos laboratórios para as cátedras universitárias³⁴⁹.

Porém, a questão da separação instituto-cátedra revela-se um problema. Em termos práticos, surge a necessidade de contar duas histórias paralelas que se convergem em 1948: a de um instituto de psicologia surgido num âmbito médico-asilar, voltado para as aplicações práticas da psicologia e chefiado por um diretor cuja nomeação tinha caráter apenas técnico; e a de uma cátedra de psicologia numa universidade-modelo para o resto do Brasil, onde esta cadeira servia apenas como auxiliar nos cursos de filosofia e pedagogia, e posteriormente em cursos de educação física, enfermagem e até economia³⁵⁰.

Entre a técnica e a teoria: Instituto e Cátedra de Psicologia da UB

De modo que já sabemos a entrada do IP na UB, é preciso agora entendermos como a cátedra de psicologia se configura na *Faculdade Nacional de Filosofia*. No contexto da *Universidade do Brasil*, destaque-se que a FNF constituiu a implantação na prática da *Faculdade de Educação, Ciências e Letras* prevista no Decreto N° 19.852 de 1931, que dava organização à *Universidade do Rio de Janeiro*, discutido anteriormente. Vimos novamente esta previsão na Lei N° 452 de 1937, sob o nome de *Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras*, que o Decreto-Lei N° 1.190 de 1939 resume apenas como *Faculdade Nacional de Filosofia*. Trata-se de um projeto longo, que, segundo Maria de Lourdes Fávero, apesar de previsto em 1931, só se realiza de fato no Estado Novo varguista³⁵¹. É importante lembrar que toda a implantação da FNF se deu de um modo autoritário justamente por conta do Estado Novo, como informa a autora na passagem a seguir:

“No estudo dessa Faculdade, observamos existir, tanto do ponto de vista político como do educacional, nos anos 30 e nas décadas subsequentes, uma articulação política e ideológica das classes e dos grupos dominantes. Isto se processa alternando períodos “liberais” e “autoritários”, contribuindo para moldar as diferentes instâncias da organização da sociedade e das instituições escolares. No caso da Faculdade Nacional de Filosofia, fica muito nítida a interferência da classe hegemônica, quando vemos um dos defensores e ideólogos do Estado

³⁴⁹ Aqui, ver os textos de Massimi (1990), Antunes (2001), e os dois textos de Pessoti (2004a; 2004b) que tratam brevemente da “fase universitária” da psicologia no Brasil.

³⁵⁰ Ainda se está por fazer uma história das cátedras de psicologia no Brasil. As informações parciais que temos vem de textos como os do já citado Isaías Pessoti na nota anterior. De modo que tornaria este trabalho maior do que necessita ser, focarei apenas no surgimento da cátedra de Psicologia, visto que esta tem o interesse maior para minha tese. A cátedra de Psicologia Educacional será mencionada marginalmente apenas, por ter sido chefiada por Lourenço Filho e sua atuação ser de todo pouco conhecida para os historiadores da psicologia no país.

³⁵¹ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (Org.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Começando a desenrolar um novo.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989d, p. 10.

Novo, Azevedo Amaral, tornar-se o primeiro Reitor da Universidade do Brasil no pós-45, justo quando se outorga a autonomia universitária.”³⁵².

Nos primeiros anos, de 1939 até 1945, uma série de atitudes de cunho ideológico e político envolveram a organização da universidade. Maria de Lourdes Fávero elenca o que chama de cinco características ideológicas da composição do corpo docente da FNF: a) uma preocupação em formar professores para o ensino secundário (de competência técnica, formação moral, alinhados ao Governo e à Igreja); b) preocupação com a formação das elites condutoras (dos quadros de intelectuais a futuramente liderar o país nas diversas esferas políticas e sociais); c) um “fenômeno de cooptação” (cooptação esta de entidades vencidas nas disputas políticas ou de aliados de igual monta); d) uma política de clientelismo e troca de favores (em prol de manter a estrutura da FNF e de parte da UB coesa em seus aliados); e) a existência de “contratos de poder”³⁵³.

Talvez a principal destas características, para meu trabalho, sejam os “contratos de poder” realizados entre o Ministro da Educação da época, Gustavo Capanema, com o ex-Ministro Francisco Campos e demais intelectuais. Trata-se de acordos nos bastidores da organização, muitas vezes recuperados através de consultas às correspondências pessoais dos ministros, que garantiram o controle da formação dos primeiros quadros da FNF, especialmente dos seus primeiros catedráticos. Nas palavras de Fávero:

“Consultando a documentação existente [...], podemos perceber os “contratos de poder” nos anos 30, estabelecidos principalmente entre a Igreja Católica e [Francisco] Campos, e posteriormente entre [Gustavo] Capanema e Alceu Amoroso Lima, caminhando no sentido de realmente preservar a hegemonia em mãos da classe dominante – então formada pelo tradicional segmento oligárquico rural, pelo segmento em processo de afirmação dos industriais urbanos e pela alta hierarquia católica ou por pessoas a ela ligadas, cujos membros de uma forma ou de outra, são oriundos dos segmentos anteriores. Estes grupos fornecerão os intelectuais necessários à elaboração de um projeto diretor da educação nacional.”³⁵⁴.

O que se sucedeu então foi uma série de combinações relativas à ocupação das cátedras da FNF. Uma intensa série de barganhas foi responsável pelos nomes dos primeiros catedráticos da Nacional de Filosofia, e nestas barganhas a cátedra de Psicologia fez parte desta negociata de bastidores. Por pressão de Alceu de Amoroso Lima, Gustavo Capanema se viu obrigado a contatar George Dumas, eminente médico e psicólogo francês, em busca de nomes para

³⁵² FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (Org.). Faculdade Nacional de Filosofia: Começando a desenrolar um novo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989d, p. 7.

³⁵³ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (Org.). Faculdade Nacional de Filosofia: Matizes de uma proposta autoritária. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989b, pp. 12-13.

³⁵⁴ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (Org.). Faculdade Nacional de Filosofia: Projeto ou trama universitária? Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989a, p. 17.

preencher a cátedra em questão. Em carta enviada a Dumas, Capanema faz o seguinte pedido: “Para a psicologia e a sociologia, desejo professores habituados à pesquisa e de estudos bem orientados, mas ligados à Igreja”³⁵⁵. Posteriormente, Capanema envia correspondência a Amoroso Lima, tranquilizando-o sobre a escolha de catedráticos adequados:

“Tudo quanto combinei com você está em minha memória, e nada deixará de ser cumprido. Nenhuma nomeação combinada deixará de sair. Nenhuma nomeação se fará sem o seu prévio consentimento. O melhor é você ouvir menos alhures e conversar mais comigo. O governo é uma coisa constituída de tal natureza, que exige que a gente adote a todo momento, um modo especial de agir, a fim de que o objetivo desejado e previsto se atinja. É a tal história de andar direito por linhas tortas, processo que por ser divino, é também próprio da arte humana de governar.”³⁵⁶.

Nesta negociação, segundo Fávero, sucedeu-se uma divisão onde os professores de origem francesa ficaram com as cátedras das áreas das humanidades e os professores de origem italiana ficaram com as cátedras de ciências exatas³⁵⁷. Deste modo, o professor escolhido para a cátedra de Psicologia foi o francês André Ombredane³⁵⁸.

A contratação de Ombredane se deu em algum momento entre a criação da UB e meados de 1939, pois, como veremos adiante, este já aparece contratado como catedrático de Psicologia em julho de 1939. Considerou-se, ainda, a contratação de Edgard Sanches (um dos colaboradores do laboratório da Colônia)³⁵⁹, e se sabe que Jayme Grabois chegou a manifestar interesse, ainda em 1939, pela vaga de catedrático, que pelos contratos de poder passou para o professor francês aliado à Igreja. Esta é, por sinal, uma das únicas menções a Jayme Grabois em toda documentação oficial levantada sobre seu período como diretor do IP da UB.³⁶⁰

É a partir deste ponto que posso delinear a distância que havia entre o Instituto e sua correspondente cátedra. A cátedra de Psicologia era responsável por algumas cadeiras de alguns cursos da FNF, em especial o de Filosofia, que constava de três séries de um ano cada tendo uma cadeira de Psicologia prevista para cada ano³⁶¹. Já o Instituto era responsável sobretudo

³⁵⁵ CAPANEMA, Gustavo, *apud* FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque, Maria de Lourdes Albuquerque. Faculdade Nacional de Filosofia: Projeto ou trama universitária? Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989a., p. 33.

³⁵⁶ CAPANEMA, Gustavo, *apud* FÁVERO, *Op. Cit.*, p. 33.

³⁵⁷ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque, *Op. Cit.* p. 34.

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 35.

³⁵⁹ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (Org.). Faculdade Nacional de Filosofia: Matizes de uma proposta autoritária. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989b, p. 20.

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 71. Trata-se do Anexo I do trabalho de Fávero, que levantou as solicitações para contratações de professores. Sobre Jayme Grabois, consta a seguinte passagem: “Bilhete de Carlos Drummond de Andrade avisando ter recebido telefonema de Luís Simão Lopes lembrando-lhe da pretensão do professor para a Cadeira de Psicologia.”. Tal bilhete pode ser consultado diretamente nos arquivos do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES), que fica na Faculdade de Educação (FE) da UFRJ, na Pasta 243.

³⁶¹ BRASIL. Decreto-Lei N° 1.190 de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. No Capítulo III, Seção I do Decreto, fica assim disposta a grade do curso de Filosofia: Primeira Série, Introdução à

pela colaboração, em caráter majoritariamente técnico, com outras unidades, exercendo seleção e orientação de pessoal, trabalhando com temas específicos dos cursos e, sobretudo, lidando com as questões relativas à psicotécnica e os instrumentos de laboratório utilizados nestes processos. Podemos ter uma noção clara da separação de funções na seguinte matéria do *Jornal do Comércio* de 1939:

“O Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil recebeu a visita do professor André Ombredane, da Universidade de Paris, que se encontra em nosso meio contratado para a Faculdade de Filosofia. O cientista francês manifestou ao professor Jayme Grabois, diretor do Instituto de Psicologia, a sua agradável surpresa pelo desenvolvimento e orientação profundamente científica que o seu colega brasileiro vem dando às suas pesquisas e à causa do ensino da Psicologia entre nós. Examinando detidamente os trabalhos que estão sendo realizados sob a atual direção e as possibilidades do Instituto de Psicologia nas tarefas que lhe são atribuídas, o professor Ombredane manifestou o desejo de uma íntima colaboração entre a cátedra de psicologia que ficará a seu cargo, na Faculdade de Filosofia, e o Instituto, permitindo utilizar-se dos elementos de ordem técnica e experimental dessa instituição científica. Em face da importância dos trabalhos iniciados, que detidamente examinou, e das aplicações práticas de que ficará incumbido o Instituto de Psicologia, o professor Ombredane manifestou opinião de que a projetada regulamentação do mesmo permitisse a continuação de sua autonomia dentro da universidade afim de que pudesse fornecer os elementos técnicos necessários no ensino diferente de cadeiras de Psicologia da Universidade, atendendo assim não só às suas necessidades didáticas mas também às solicitações relativas às aplicações psicológicas referentes à seleção profissional, à formação de técnicos necessários à orientação que vem sendo impressa pelo governo aos problemas da organização do trabalho, e às necessidade de pesquisa médico-psicológicas.”³⁶².

Esta passagem revela inúmeras características interessantes da dinâmica universitária da época. A primeira, já citada, é a separação completa entre cátedra e Instituto. Não apenas uma separação administrativa, mas também física. Tendo a FNF ocupado vários lugares, especialmente após absorver a *Universidade do Distrito Federal*, que teve brevíssima duração³⁶³, suas localizações eram algo distantes da localização do IP. Sobre a estrutura física da FNF, Fávero nos aponta:

“Extinta a UDF e com a preocupação de assegurar o imediato funcionamento da Faculdade Nacional, o Governo a instala, provisoriamente, na antiga escola municipal José de

Filosofia, Psicologia e Lógica; Segunda Série, Psicologia, Sociologia e História da Filosofia; Terceira Série, Psicologia, Ética, Estética e Psicologia Geral. Não foi possível encontrar nenhuma ementa referente à época em que Ombredane era catedrático de Psicologia, então não sabemos ao certo como se davam suas aulas.

³⁶² *Instituto de Psicologia*. *Jornal do Comércio*, 28 de julho de 1939, p. 6.

³⁶³ A Universidade do Distrito Federal foi idealizada por intelectuais mais à esquerda por volta de 1935 e, por este motivo, foi extinta quando criou-se a Universidade do Brasil, tendo sua estrutura e pessoal absorvidas pela FNF. Esta passagem é lembrada por Fávero mais uma vez como exemplo do autoritarismo que envolveu a criação da FNF (ver FÁVERO, 1989a, p. 21). Nas palavras da autora, a UDF foi, infelizmente, “um ente natimorto”.

Alencar, no Largo do Machado, cedida pela Prefeitura do Distrito Federal. A sede era acanhada e imprópria para o funcionamento da Faculdade. Mesmo assim, ela aí funcionará até 1942, quando parte de seus cursos são transferidos para a Avenida Antônio Carlos nº40, na Explanada do Castelo, permanecendo alguns em sua antiga instalação, até o final de 1944. A análise dos documentos nos permite perceber as dificuldades. [...] Nos primeiros anos, a Faculdade não tem uma biblioteca razoável nem laboratórios próprios; o ensino das ciências experimentais se realiza com a colaboração de outras unidades, como a Faculdade Nacional de Medicina, a Escola Nacional de Química e o Museu Nacional.”³⁶⁴.

A distância era também geográfica: provavelmente Ombredane trabalhou nas imediações do Largo do Machado até 1942, enquanto Grabois dirigia o IP no Centro do Rio, no Edifício Nilomex. A mudança da FNF para o prédio da Avenida Antônio Carlos no nº 40 consagrou a clássica visão da Nacional de Filosofia neste lugar, o Edifício Casa d'Itália, na Explanada do Castelo. Salvas as mudanças urbanas realizadas no Centro da década de 1940 até os dias de hoje, do prédio da FNF na Casa d'Itália até o Nilomex, temos uma distância de aproximadamente um quilômetro, atravessada a pé em pouco mais de dez minutos³⁶⁵.

Outra questão que surge da chamada do Jornal do Comércio é a estrutura diminuta da FNF. Como visto, cabia aos institutos colaboradores fornecer os locais para que as aulas de cunho experimental pudessem ser realizadas. Tendo o IP em sua posse um cabedal de instrumentos, fazia sentido que algumas das aulas de psicologia que requeressem um laboratório fossem realizadas no Nilomex, sob supervisão de Grabois.

Entretanto, esta não parece ter sido sempre a realidade. Conforme veremos adiante, o IP de Grabois será alvo de contínuas e extensas críticas em toda a sua gestão, de 1937 até sua demissão em 1948, especialmente por ser o instituto subutilizado pela Universidade do Brasil. A coluna que citei na página anterior indica sutilmente que já havia chamado a atenção do Ministro da Educação para este problema no IP, e o problema persistirá nos anos seguintes. Vemos também o clamor para que o IP contribua com suas atribuições “técnicas e experimentais”, pois as críticas que recebia sugerem que sua atuação, mesmo em suas atribuições próprias, era muito limitada e diminuta.

Há ainda outra questão que dificulta enormemente lidar com a cisão instituto-cátedra: o fato de que a documentação sobre o período é especialmente escassa. Na série de trabalhos que já venho citando, de Maria de Lourdes Fávero, sobre a FNF, o nome de Ombredane aparece

³⁶⁴ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (Org.). Faculdade Nacional de Filosofia: Projeto ou trama universitária? Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989a, p. 31.

³⁶⁵ Esta é uma caminhada que pode ser simulada pelo *Google Maps*, visto que ambos os edifícios existem até hoje nos mesmos números. Esta também é uma caminhada muito comum a muitos cariocas que já bateram perna pelo Centro do Rio de Janeiro, mas vale mesmo assim a informação para que compreendamos a distância entre IP e FNF.

algumas vezes. Já o de Jayme Grabois aparece uma única vez em toda a série, na já citada passagem sobre a contratação do catedrático de psicologia. Cabe citar, para fins de registro apenas, que o nome de Grabois aparece nos trabalhos de Fávero acrescido de uma interrogação, denotando talvez um desconhecimento do nome dele. É provável que a distância física e administrativa entre o IP e a FNF expliquem esta interrogação.

Por conta desta dificuldade, irei me basear amplamente em publicações de jornais da época, com ênfase nas atividades do IP, visto que documentação sobre Grabois e o que este realizou como diretor são de difícil acesso ou simplesmente não existem mais. Nas palavras de Antônio Gomes Penna, aluno de Grabois e professor emérito do Instituto de Psicologia da UFRJ, “a redação de trabalhos nunca foi seu forte”, sendo sua principal característica seu “agudo espírito crítico”. Penna também informa que Grabois nunca chegou a fazer carreira, e “Jamais, por exemplo, submeteu-se às provas de uma docência livre”³⁶⁶. De fato, fora os jornais da época que me auxiliarão a traçar os rumos do IP de 1937 até 1948, há apenas um documento ligado ao Instituto: uma ementa de um curso de Grabois.

Intitulado apenas “Curso de Psicotécnica”, é o único documento que encontrei que oficialmente lista Grabois como diretor do Instituto de Psicologia da *Universidade do Brasil*. Trata-se de um fascículo curto de apenas três páginas, contendo nada além de uma ementa breve com as dezenove partes previstas para um curso de psicotécnica realizado em 1940. O documento em questão, publicado pela Imprensa Nacional em 1942, pode ser consultado no Anexo III desta tese.

O foco do curso, como pode ser observado no Anexo em questão, é fortemente dado na questão da seleção e orientação profissional. Chamam especialmente a atenção o item 3, “A técnica da orientação e seleção profissional”, e o item 18, “Os aparelhos de psicologia e o laboratório psicotécnico; sua importância e significação”. Observamos aqui o direcionamento claro que tinha o Instituto, mais uma vez como auxiliar às necessidades técnicas da Universidade do Brasil e suas diversas unidades.

Já sobre André Ombredane há um pouco mais de material, mas ainda é escasso se comparado ao capítulo anterior. Diferentemente de Grabois, Ombredane teve três publicações enquanto catedrático de psicologia da UB: uma série de livros sobre Psicologia Médica. Os três

³⁶⁶ PENNA, Antônio Gomes. Jayme Grabois. In: Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros. Rio de Janeiro: Imago, 2001, p. 175.

volumes cobrem os temas de Percepção e Linguagem³⁶⁷, Gesto e Ação³⁶⁸ e Distúrbios de Caráter e Delírios³⁶⁹. Estes fizeram parte de uma série de publicações da Escola de Alto Estudos do Brasil, e constituíram os volumes 2, 3 e 4 respectivamente. Apesar de publicados no Brasil, compreendem muitas observações antigas de Ombredane quando ainda estava na França, e são, em sua maioria, discussões de fundo médico, e não exatamente psicológicas³⁷⁰.

Cabe agora seguir estas duas entidades, instituto e cátedra, em seus caminhos diferentes, porém paralelos. Conforme já vimos, não eram elementos universitários que se desconheciam, mas boa parte do tempo simplesmente não habitaram os mesmos lugares, tanto institucionalmente quanto fisicamente.

Com relação ao Instituto de Psicologia, este realizou primariamente conferências e cursos. Em 1938 o *Jornal do Brasil* de março daquele ano anuncia um curso de psicologia aplicada “no qual podem matricular-se médicos, advogados, educadores, chefes da empresa e mais pessoas que no decorrer de sua atividade profissional tenham necessidade de recorrer frequentemente aos conhecimentos daquela ciência”³⁷¹. Já em abril inicia um novo curso, de psicologia geral e diferencial, voltado ao mesmo público do anterior³⁷². Este segundo curso de psicologia é novamente anunciado alguns dias depois de seu início, e a chamada indica que serve como preliminar “dos diversos cursos de psicologia aplicada (psicologia judiciária, psicologia pedagógica, psicotécnica, etc).”³⁷³. Não foi possível encontrar as ementas ou mesmo um programa para estes cursos, mas podemos ter uma ideia com uma nova chamada, em dezembro, de mais um dos cursos de Grabois:

“O Instituto de Psicologia, prosseguindo na sua atividade científica e de difusão cultural, acaba de abrir as inscrições para o curso de Psicologia Aplicada. O curso ficará a cargo do próprio diretor do Instituto, professor Jayme Grabois. Este curso, aliás, terá as suas inscrições limitadas, devido ao grande número de inscrições que tem tido os cursos anteriores, realizados pelo referido professor. Dado o valor científico do referido professor e a importância crescente que vem despertando em nosso meio os problemas da psicotécnica, é de se prever, como tem acontecido com os cursos antes realizados, o maior êxito para este curso. As aulas serão ilustradas com filmes e projeções, havendo também aulas nos laboratórios do Instituto, onde os

³⁶⁷ OMBREDANE, André. *Études de Psychologie Médicale: Perception et Langage*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora. 1944a.

³⁶⁸ OMBREDANE, André. *Études de Psychologie Médicale: Geste et Action*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora. 1944b.

³⁶⁹ OMBREDANE, André. *Études de Psychologie Médicale: Troubles du Caractère et Délires*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 1944c.

³⁷⁰ Ver os prefácios dos três livros, em especial o prefácio do volume *Perception et Langage*.

³⁷¹ *Pela cultura nacional*. *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1938, p. 5.

³⁷² *Instituto de Psicologia*. *Jornal do Brasil*, 08 de abril de 1938, p. 12.

³⁷³ *Desenvolvendo a nossa cultura*. *Jornal do Brasil*, 20 de abril de 1938, p. 11.

alunos terão a oportunidade de se exercitarem no manejo dos aparelhos e na prática psicotécnica.”³⁷⁴.

Como observamos, os cursos de Grabois não tinham pretensão de ir além de uma especialização para pessoas já formadas ou com atuação profissional definida. Tinham cunho técnico e introdutório, sendo possivelmente breves, mas com rodadas de temas distintos que subsequentemente ligavam-se uns aos outros. Um exemplo da brevidade dos cursos e seus temas está num anúncio de abril de 1939, onde um curso de Técnica Psicológica é anunciado contendo cinco tópicos centrais:

- “I- Introdução. Problemas Fundamentais da Psicologia Geral e Diferencial;
- II- Metrologia Psicológica;
- III- Técnica do Exame Psicológico. As provas fundamentais no exame das diferentes funções psíquicas;
- IV- Técnicas e provas fundamentais no exame da inteligência;
- V- Aplicações a diferentes domínios da atividade prática, em particular a seleção e orientação profissional.”³⁷⁵.

O foco na questão técnica da psicologia é uma herança direta de seu período ligado à Assistência a Psicopatas e de sua filiação como técnica psicológica auxiliar a outras disciplinas. É importante lembrar que ainda na Colônia médicos como Plínio Olinto viam ampla aplicação da psicologia na questão da seleção e orientação profissional, com ênfase especial da função do laboratório nesta aplicação. Nos *Anais da Colônia de Psicopatas* de 1928, Olinto publica um texto intitulado *Ensaio sobre orientação profissional*³⁷⁶, onde defende os méritos de um “Serviço de Orientação Profissional”, que se encarregava de produzir fichas com duas rubricas: uma para registrar a profissão, outra para registrar a aptidão do observado”³⁷⁷.

Em termos gerais, era esta a noção central de uma orientação e seleção: orientar o contingente de candidatos às profissões previstas e, dentre as escolhas, selecionar os mais aptos para uma ocupação. Em texto seguinte sobre o mesmo tema, intitulado *Terapêutica Ocupacional e Orientação Profissional*³⁷⁸, Olinto esclarece o papel da testagem psicológica neste processo, estabelecendo que “Os testes constituem um subsídio de alto valor na prática de orientação profissional quando nos fornecem dados sobre o nível intelectual e sobre o grau

³⁷⁴ Instituto de Psychologia da Universidade do Brasil. Gazeta de Notícias, 21 de dezembro de 1938, p. 4.

³⁷⁵ Instituto de Psicologia. Jornal do Brasil, 20 de abril de 1939, p. 12.

³⁷⁶ OLINTO, Plínio. Ensaio sobre Orientação Profissional. In: Annaes da Colonia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira, 1928.

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 35.

³⁷⁸ OLINTO, Plínio. Terapêutica Ocupacional e Seleção Profissional. In: Annaes da Colonia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira, 1929.

de cultura do examinado”³⁷⁹. A questão ganha ainda uma dimensão de orientação particular na vida de todos os indivíduos ativos da sociedade na seguinte argumentação do psiquiatra:

“Não se segue a Medicina visando auferir as vantagens da clínica do papai. Não se forma um advogado para aproveitar a biblioteca do titio. Não se faz um comerciante apenas para manter o nome da firma que gira um negócio. Os insucessos de todos os dias vêm demonstrando que a escolha de uma profissão só deve ser feita após um exame fisiológico e psicológico de cada candidato. Uma vez orientado este e escolhida a profissão que lhe convém, ele ainda está sujeito a uma seleção entre os concorrentes.”³⁸⁰.

É desta tradição que o instituto de psicologia toma parte quando mantém seus cursos de técnica psicológica, seleção e orientação profissional e temas afins. Trata-se de uma versão da técnica psicológica não apenas da Medicina, mas de toda a vida: orientar as pessoas em todos os aspectos de sua vida, para toda e qualquer função, da mais tenra infância até as agruras da vida adulta e seus desafios. Cabe um esforço coletivo, envolvendo pais, médicos, professores e psicólogos. Segundo Olinto:

“No dia de hoje, através do surto de progresso das indústrias, o operário não é um simples *produtor* de forças, mas apenas um *condutor* de forças. E o que se trata de obter é uma produção de qualidade, isto é, *rápido, muito e bom*, no dizer dos práticos. Para tal, há necessidade de realizar uma colaboração íntima entre todas as coletividades interessadas, como sejam: os candidatos, principalmente os escolares, suas famílias, seus professores, os médicos, os psicólogos, com organismos de colocação. Importa conhecer as profissões, o meio, os indivíduos.”³⁸¹.

Grabois se filiava diretamente com esta versão da psicologia. Por várias vezes cedeu entrevistas e fez conferências sobre a função da psicologia na sociedade, e não deixou de defender o teor técnico da psicologia e como o IP poderia contribuir para a formação de um quadro nacional de técnicos especializados em psicologia e suas diversas aplicações. Vejamos alguns destes exemplos nos mais variados temas.

Na ocasião de um acidente de carro ocorrido na avenida Atlântica nos primeiros dias de maio de 1940 “por culpa exclusiva de um motorista maluco”³⁸², o colunista do *Diário de Notícias* Ricardo Pinto evoca uma entrevista de Jayme Grabois realizada dias antes para defender a necessidade de uma seleção prévia de condutores de veículos com bases na psicotécnica. Mas que tipo de testagem poderia ser realizada para se impedir que “motoristas malucos” causassem mais acidentes? O colunista cita Grabois nesta questão:

³⁷⁹ OLINTO, Plínio. *Terapêutica Ocupacional e Seleção Profissional*. In: *Annaes da Colonia de Psychopatas*. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira, 1929, pp. 7-8.

³⁸⁰ *Ibidem*, p. 8.

³⁸¹ *Ibidem*, p. 10.

³⁸² PINTO, Ricardo. *Seleção Psicotécnica*. *Diário de Notícias*, 14 de maio de 1940, p. 7.

“O indivíduo pode ser normal, e no entanto, inapto para determinada profissão. Com relação aos motoristas, proceder-se-ia como no caso dos pilotos, porém com menor rigor, é claro. Os exames a que seriam submetidos os candidatos constariam de: testes de distribuição de atenção, para constatar o grau de resistência à distração e a boa distribuição da atenção; prova de tempo de reação, para verificar o tempo que decorre entre o aparecimento do excitante e a reação do indivíduo; apreciação visual das distâncias e da velocidade; prova de habilidade manual, adequada à profissão; e finalmente, prova de emotividade e fatigabilidade.”³⁸³.

Quaisquer semelhanças com as provas de seleção de aviadores realizadas no laboratório da colônia não são coincidência, visto que Grabois delas parte para delinear como se selecionaria um motorista apto. Vimos também a inclinação para longas baterias de testes, escrutínio completo do corpo do candidato de modo a extrair apenas os mais aptos. Mas, se aqui parece que a psicotécnica tem cunho negativo, de exclusão dos indevidos e incapazes, Grabois rapidamente indica que se trata exatamente do contrário:

“Há necessidade inadiável de se exercer um controle mais eficiente no que diz respeito à saúde mental do indivíduo. Isso do ponto de vista médico. A seleção médica é *negativa*, indicando *aqueles que não podem ser*; a psicotécnica é *positiva*, indicando *aqueles que podem ser*. O problema em nosso setor não é o do normal ou do anormal, *é do apto ou do inapto.*”³⁸⁴.

Esta questão de aptidão da psicotécnica vale para outras aplicações dela. Não apenas os aptos para tal ou qual função na indústria, ou se um indivíduo serve para dirigir um ônibus ou um simples carro de passeio, trata-se de uma psicotécnica de aplicação ampla. E talvez um dos melhores exemplos é o de sua aplicação nos assuntos de guerra.

Em 1942, no auge da Segunda Guerra Mundial, Jayme Grabois concede entrevista ao jornal *A Manhã*, em abril daquele ano. Após elogiosa abertura da matéria por parte dos jornalistas, indicando o mais alto valor de Grabois e sua inteligência e humildade, o diretor do Instituto de Psicologia explica a estes como a psicotécnica serve para a sociedade:

“Com o desenvolvimento da psicologia científica foram criados métodos para conseguir uma adaptação mais adequada do indivíduo ao trabalho para atender ao objetivo de um maior rendimento dentro de um ótimo ajustamento. Uma verdadeira “tecnologia do comportamento humano” é hoje largamente utilizada em todos os países nas tarefas de organização racional do trabalho, referentes à Orientação e Seleção Profissional no sentido de satisfazer os altos imperativos da vida econômica e social das nações.”³⁸⁵.

³⁸³ PINTO, Ricardo. *Seleção Psicotécnica*. Diário de Notícias, 14 de maio de 1940, p.7.

³⁸⁴ *Ibidem*, grifo meu.

³⁸⁵ *Psicologia: A arma com que os técnicos militares lançam a “guerra dos nervos”*. *A Manhã*, 25 de abril de 1942, p. 3.

Na questão da Guerra, Grabois é perguntado se a psicologia pode ser uma arma no campo de batalha. Sua resposta é positiva, e parte para estabelecer como os psicólogos poderiam atuar na ocasião de um conflito:

“Na guerra total, a mobilização dos técnicos em geral é de imperiosa necessidade. É certo que nos países totalitários os psicólogos militares constituem um corpo permanente na organização da “Wermacht”. Nos países democráticos, como os Estados Unidos, depois da experiência da guerra passada, em que a ciência psicológica prestou reais serviços – a Psicologia continuou sendo utilizada como precioso auxiliar. E nos momentos de exceção, como na hora atual, quando surge a necessidade de mobilizar rapidamente o seu aparelho militar e organizar uma imensa força armada, a intervenção dos psicologistas torna-se oportuna e indispensável. [...] No Brasil, estamos prontos para o serviço patriótico. O Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, a que tenho a honra de dirigir, como parte integrante da administração, por certo, concorrerá para a alta missão caso o Brasil venha a ser envolvido no conflito, que de nós se avizinha.”³⁸⁶.

Da simples seleção do homem apto à vaga correta até o auxílio à nação num conflito de dimensões mundiais, à tudo serve a psicotécnica. Esta tecnologia do comportamento humano, de feições múltiplas e aplicabilidade flexível, é o que marca a gestão Grabois como diretor do Instituto: uma continuação da psicologia como técnica psicológica utilizada pela medicina..

Há ainda mais aplicações para as quais o IP da Universidade do Brasil se prestou. Houve um momento em que Grabois e o Instituto de Psicologia colaboraram num estágio de especialização da Escola Técnica de Serviço Social em janeiro de 1941, provendo o “moderníssimo aparelhamento e material do Instituto de Psicologia, onde os alunos poderão estagiar sob sua orientação e fazer amplos estudos de psicotécnica.”³⁸⁷. O IP também recebeu, no mesmo ano, em agosto, uma visita de uma comitiva de alunos da Faculdade de Direito, organizada pelo professor Hélio Gomes. Para este professor, este tipo de visita configurava uma missão de estudos: “Estou, com meus alunos, visitando os mais importantes departamentos de cultura da Universidade do Brasil. Quando possível, desejo sempre que haja uma preleção para a mocidade estudiosa da Faculdade de Direito; isto representa uma espécie de curso de extensão universitária.”³⁸⁸. Neste mesmo ano, em setembro, outro dos cursos de especialização é ofertado, com o tema sendo Psicologia Geral e Diferencial³⁸⁹.

³⁸⁶ *Psicologia: A arma com que os técnicos militares lançam a “guerra dos nervos”*. A Manhã, 25 de abril de 1942, p. 9.

³⁸⁷ *Escola Técnica de Serviço Social*. Jornal do Brasil, 04 de janeiro de 1941, p. 10.

³⁸⁸ *Alunos da Faculdade de Direito visitaram o Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil*. A Manhã, 31 de agosto de 1941, p. 8.

³⁸⁹ *Curso de Especialização do Instituto de Psicologia*. Jornal do Brasil, 24 de setembro de 1941, p. 10.

Os cursos também cumpriam uma função de difusão cultural da psicologia, conforme o 2º artigo da Lei 452 de 1937. Alguns exemplos desta função de difusão cultural estão em maio de 1943, quando Grabois oferta mais um curso de psicologia “para atender às necessidades relacionadas com a orientação e seleção profissional, psicotécnica escolar, psicologia médica e ensino de psicologia”³⁹⁰. No ano seguinte, em junho de 1944, mais um curso de especialização é oferecido, desta vez abrindo o espaço das aulas para quatro conferências: “Tendências e fundamentos metodológicos da psicologia atual”; “Métodos de exploração da personalidade”; “Os fundamentos científicos da psicologia da aprendizagem”; e “As tarefas da psicologia na guerra”³⁹¹. Mais um curso em maio de 1945 surge, com a promessa de ser “mais um êxito nos empreendimentos culturais e científicos da Universidade do Brasil”, tendo suas aulas “ilustradas com projeções cinematográficas e completadas com trabalhos práticos no Laboratório do Instituto”.³⁹² O Instituto de Psicologia chega inclusive a receber um convidado internacional em 1947: o professor Otto Klineberg, canadense atuante na área da psicologia social, participou de ciclos de conferências na Universidade do Brasil a convite de Jayme Grabois, realizados na Escola Nacional de Belas Artes e aberto ao público em geral, conforme indicam os jornais *Correio da Manhã*³⁹³ e *Gazeta de Notícias*³⁹⁴, ambos de agosto.

Esta circulação do Instituto em sua função tanto de ensinar a psicotécnica para formar quadros de profissionais especializados como de difundir a cultura psicológica renderam holofotes para a figura de Grabois, em especial na forma de duas entrevistas que retomam o que já foi discutido aqui e lançam luz para o cotidiano do Instituto. A primeira, de novembro de 1944, discute as atribuições do IP frente à UB e suas atividades docentes. Diz Grabois sobre as atribuições da instituição:

“Não é ocioso ressaltar a amplitude dos objetivos do Instituto de Psicologia já expostos, em projeto de regulamento, pelo Exmo. Sr. Reitor da Universidade do Brasil. Cogitou-se de atender a um tríplice objetivo que bem evidencia a variedade de atribuições que caberá ao Instituto orientar, coordenar e desenvolver. É fácil, pois, enumerar os principais fins da instituição: promover e coordenar estudos e pesquisas relacionados com a psicologia; organizar o ensino e o treinamento para a formação profissional de pessoal habilitado em psicologia aplicada; servir aos diversos cursos de psicologia da Universidade do Brasil, além de atividade didática que lhe é própria; servir como centro orientador e coordenador na aplicação de técnicas psicológicas para serviços relacionados com a administração, a indústria, o comércio, a educação e a saúde. Todas essas atividades relativas à psicologia, seja no domínio da pesquisa seja no

³⁹⁰ *No Instituto de Psicologia: O curso do professor Grabois*. A Noite, 07 de maio de 1943, p. 2.

³⁹¹ *Curso de Psicologia*. Diário de Notícias, 17 de junho de 1944, p. 6.

³⁹² *Noticiário: Curso de Psicologia*. Correio da Manhã, 27 de maio de 1945, p. 3.

³⁹³ *Noticiário: Curso de Psicologia*. Correio da Manhã, 05 de agosto de 1947, p. 10.

³⁹⁴ *Sociedade: Conferências*. Gazeta de Notícias, 22 de agosto de 1947, p. 3.

domínio do ensino, ou no da aplicação já vem se fazendo sentir, de modo benéfico, em prol do alevantamento desse campo de cultura.”³⁹⁵.

Já sobre as atividades docentes do IP, diz Grabois:

“A atividade docente [...] tem merecido do Instituto persistente atenção. Compreendendo que em países como o nosso, o primeiro passo para o incremento da psicologia é a preparação do pessoal habilitado, vem o Instituto promovendo cursos de tríplice feição: cursos de especialização; cursos de divulgação e cursos sobre determinados setores da psicologia. O ensino alia à ilustração teórica o treinamento prático, mediante trabalhos experimentais e estágio no laboratório. O amparo especial dispensado pelo Instituto de Psicologia retrata a conveniência imperiosa de formar técnicos habilitados para diversos setores da educação e da administração pública que, imbuída de renovador espírito de racionalização, exige, a todo momento, a contribuição dos especialistas. Diversos elementos da nossa administração e do magistério tiveram oportunidade de treinar e estudar no nosso centro de ensino, habilitando-se para as funções de responsabilidade em que o conhecimento da Psicologia se faz necessário. [...] No decorrer de suas atividades e de seus trabalhos de rotina, o Instituto de Psicologia, mais de uma vez, tem sido solicitado não só como órgão consultivo como também órgão subsidiário para determinados serviços de Psicologia Aplicada.”³⁹⁶.

Vemos, pela última vez, a insistência de Grabois no tema da psicologia como técnica, seja para formação de pessoal especializado (na universidade e fora dela), seja como contribuição para os problemas da vida universitária (via colaboração com outras disciplinas ou solução de problemas internos). Talvez tenha sido por esta insistência no aspecto prático da psicologia que ele tenha atraído um jornalista especialmente interessado em testar os limites das capacidades de aplicação da psicologia na vida prática do brasileiro.

Deslumbrado com a moderna psicologia do início da década de 1940, o jornalista Pádua de Almeida escreve uma coluna especial para a Revista da Semana de junho de 1943, intitulada *Édipos do Século XX...*³⁹⁷. O autor inicia discutindo sobre a psicologia e suas raízes filosóficas, apenas para contrastar tais raízes com a psicologia experimental do século XX:

“Enquanto que, antigamente, um observador de caracteres, para descobrir uma personalidade, precisava perder-se num emaranhado de pormenores vagos, nebulosos, sem ter nenhuma noção das causas morais, das raízes em que repousam as formações primárias de cada tipo, atualmente os mestres dos institutos de psicologia vão diretamente aos seus objetivos psicotécnicos, e com segurança, desvendam os enigmas sinuosos da natureza humana.”³⁹⁸.

Este deslumbre o faz afirmar que “Édipo, hoje, enfrentaria a esfinge não com seu bastão de peregrino coberto de poeira das estradas, mas com a chave do dispositivo elétrico que aciona

³⁹⁵ *Psicologia no Aprimoramento das Faculdades Individuais*. Gazeta de Notícias, 30 de novembro de 1944, p. 4.

³⁹⁶ *Ibidem*.

³⁹⁷ PÁDUA DE ALMEIDA. *Oedipos do Século XX...* Revista da Semana, 19 de junho de 1943, p. 10.

³⁹⁸ *Ibidem*.

os ponteiros de um simples medidor de vibrações emocionais”³⁹⁹. Pádua de Almeida revela então um plano para explorar os limites da psicotécnica moderna de sua época: testar estas técnicas psicológicas em estudos com escritores e artistas brasileiros. Os grandes homens da literatura e das artes contra o maquinário que desvendava as almas.

O jornalista então começa a escolher quais seriam as cobaias deste pequeno experimento hipotético. Imagina então Procópio Ferreira, famoso ator e diretor da época, “submetendo-se a um teste psíquico diante da impressionante aparelhagem do Dr. Jayme Grabois”. Em seguida, Agripino Grieco, crítico literário, é imaginado se intimidando frente à testagem do Instituto. Já Ademar Tavares, eminente jurista, “desafiaria todos os testes do Dr. Grabois com um sorriso dominador nos lábios...”. Por fim, Aloísio de Castro, médico neurologista “faria tremer qualquer aparelho do Instituto de Psicologia”⁴⁰⁰. Entretanto, tais provas jamais vieram a acontecer:

“Mas, íamos nos esquecendo de dizer: não pudemos, mau grado nosso, realizar a série de estudos psicotécnicos, em alguns traços, que pretendíamos... Tudo concorreu para que nossa ideia ficasse apenas em projeto... Por quê? Porque os nossos escolhidos – um poeta, um romancista, um pintor, um musicista, um escultor, um teatrólogo e um ator de comédias – esquivaram-se habilmente, esgueirando-se por um labirinto de pretextos gentis, depois de haverem aceito nosso convite com extremo interesse... Conclusão: todos eles temeram que a ciência do Dr. Jayme Grabois, como o sol descendo ao fundo de um rio de água pura, lhes devassassem todos os recantos da alma, cientificamente. “Para que permitir que a luz penetre em nosso íntimo? É melhor vivermos iludidos pelas sombras que há dentro de nós...”. Assim pensaram eles, fugindo do edifício “Nilomex”, onde os aparelhos do “Instituto de Psicologia” os esperavam pacientemente, em vão, no silêncio de sua técnica profunda, mas sem mistério... Esperavam-nos, sim... Se o Ministério da Educação o permitisse...”⁴⁰¹.

Esta coluna é de especial interesse por indicar um certo modo específico como a cultura popular se apropriava de um discurso técnico-científico. O que para os psiquiatras e demais estudiosos da psicologia era uma “tecnologia do comportamento humano” de cunho positivo, com intentos de formular uma melhor nação através da seleção e orientação de sua população para os postos corretos de acordo com suas múltiplas aptidões, para o povo era um objeto de deslumbre, onde a imaginação não tinha limites para o que realmente poderiam fazer as técnicas de exame psicológico. Não se tratava apenas de uma crença cega, mas de um desejo de testar esta arcana técnica contra os recônditos da alma humana. Ao que tudo indica, se este pedido

³⁹⁹ PÁDUA DE ALMEIDA. Oedipos do Século XX... Revista da Semana, 19 de junho de 1943, p. 10.

⁴⁰⁰ *Ibidem*.

⁴⁰¹ *Ibidem*.

realmente ocorreu, Grabois o condicionou à aprovação ministerial, o que pode ter contribuído para seu fracasso⁴⁰².

Enquanto o Instituto de Psicologia difundia suas técnicas misteriosas para perscrutar os mais profundos vales da alma, André Ombredane teve alguma circulação breve pelo Rio de Janeiro em sua função de catedrático. Especialmente, a função da cátedra em colaborar com outras unidades da Universidade do Brasil foi a principal forma de atuação do francês, e em seguida examinaremos brevemente suas atividades como catedrático de Psicologia.

Como professor, Ombredane atuou principalmente nas cadeiras de Psicologia do curso de Filosofia, conforme apresentado anteriormente. Não foi possível obter uma ementa de seus cursos, mas algumas pistas indicam como organizava sua atividade didática. Um de seus assistentes, o professor auxiliar de psicologia Almir de Andrade, enviou uma carta para o Ministro da Educação, entre o final de 1939 e o início de 1940. Uma parte desta carta foi publicada no *Jornal do Brasil*, de janeiro de 1940, e segue o primeiro trecho:

“O que tenho observado e assimilado nesse período, faz-me pensar que cometi para com V. Ex. um grande erro quando, como muitos outros professores e intelectuais brasileiros, recebi com ceticismo a vinda dos professores estrangeiros ao Brasil; faz-me pensar que a iniciativa de V. Ex. tem sido mal compreendida por muitos, como o foi inicialmente por mim, e que isso é devido sobretudo a esse falso sentimento de suficiência do autodidatismo do brasileiro, o qual – hoje o vejo mais claramente do que nunca - constitui um dos maiores obstáculos ao progresso da cultura nacional; faz-me pensar, finalmente, que de um alto dever de sinceridade intelectual me mandava prestar a V. Ex. esse testemunho, não tanto para levar a V. Ex. um aplauso justo e espontâneo, como sobretudo para que V. Ex. possa verificar, pelos dados de um sincero testemunho individual, todo o alcance e toda a profundidade de um erro, até hoje familiar a um grupo imenso de intelectuais e professores brasileiros e, talvez, mais do que todos responsável pelas deficiências da nossa organização universitária.”⁴⁰³.

Almir de Andrade se refere à reação de alguns docentes da FNF, que, frente à contratação dos estrangeiros, de forma autoritária, impositiva e sob critérios políticos e ideológicos do Estado Novo, tomaram por decisão a demissão e o desligamento dos quadros da Universidade⁴⁰⁴. Ele continua, então, descrevendo os métodos de Ombredane, em sua aparente mudança de opinião:

“Duas grandes coisas venho aprendendo nesse contato com o professor francês: uma forma, uma técnica de ensinar inteiramente nova para nós, e um processo de preparar e apresentar

⁴⁰² PÁDUA DE ALMEIDA. Oedipos do Século XX... Revista da Semana, 19 de junho de 1943, p. 10.

⁴⁰³ A contribuição do professorado francês no ensino de filosofia. *Jornal do Brasil*, 18 de janeiro de 1940, p. 6.

⁴⁰⁴ FÁVERO, Maria de Loures Albuquerque, PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda, DA SILVA, Ana Elisa Gerbasi. Professores Estrangeiros na Faculdade Nacional de Filosofia, RJ (1939-1951). In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, N° 78, agosto de 1991, pp. 65-67.

o material psicológico ao estudante, que jamais havia sido tentado ou mesmo conhecido em nosso meio universitário. A primeira diz respeito aos métodos de ensino em geral; a segunda diz respeito ao ensino da psicologia em particular. Os que conhecem as inovações de há muito introduzidas aqui, no ensino primário e secundário, pela “escola ativa” norte-americana, dirão, como já vi dizer, que já conhecíamos tudo isso e que para tanto não precisaríamos ir buscar professores na França. Bem conhecemos as dimensões desse sentimento de suficiência intelectual que nos envolve... A técnica francesa de ensino é uma lição admirável para nós. Ela separa o método didático dos livros do método didático das aulas. A missão do professor é fornecer ao estudante, não o “material” recolhido dos livros, mas o “espírito” da disciplina ensinada; fornecer-lhe a visão de conjunto de cada problema, ao invés de começar pela análise de seus elementos, como o fazem os livros e como sempre o fizemos nós. O professor parte do todo para a parte, “focaliza” os problemas; o estudante que, pelo seu esforço pessoal, vá depois analisar as partes e aprofundar-se no material. Os tratados e manuais fornecem esse material; o professor apenas o ilumina, lança a luz do alto para que o estudante veja tudo claro e interprete cada elemento em função do todo. [...] O que venho presenciando e aprendendo, Sr. Ministro, é algo que muito enobrece a missão da nossa Faculdade Nacional de Filosofia e a obra de renovação cultural que ela será capaz de realizar em nosso meio. A profunda impressão que ela já produziu em mim, pelo muito que aprendi em contato com a cultura francesa, é um índice individual do que ela será capaz de produzir em outros. O que é preciso é remover do espírito dos nossos intelectuais esses preconceitos e esse valioso sentimento de suficiência, que só tem nos sido e continua a ser prejudicial. Se ele me houvesse dominado há cinco meses atrás, talvez eu tivesse preferido ser catedrático de outra disciplina a ser auxiliar de psicologia de um professor estrangeiro.”⁴⁰⁵.

O que observamos na longa descrição de Andrade é um indício de que boa parte da atuação de Ombredane foi voltado às discussões teóricas. O relato não entra em detalhes sobre as ideias discutidas, sobre a atuação direta em sala de aula, sobre ementas ou programas curriculares, mas prefere tecer comentários sobre a atitude dos intelectuais brasileiros frente à chegada do estrangeiro. Isto sugere que a atuação de Ombredane como catedrático devia cumprir mais função de ensino, sobrando para fora das salas de aula outras atuações pontuais.

Um memorando interno acerca de ensinamentos, cadeiras, disciplinas e cursos da FNF de 1941 até 1967 revela as atividades de cada uma das 45 cátedras para o ano de 1945, e nele encontramos brevemente um relato das atividades de Ombredane: “III – Psicologia: É regida pelo professor estrangeiro contratado André Ombredane e lecionada a 3 séries, em 10 horas, além de visitas e exercícios práticos, subordinados ao acordo com as instituições em que se

⁴⁰⁵ *A contribuição do professorado francês no ensino de filosofia*. Jornal do Brasil, 18 de janeiro de 1940, p. 6.

realizem”⁴⁰⁶. Foi possível detectar algumas atividades práticas do professor francês, como descrito a seguir.

De 1939, quando foi contratado, até 1944, quando se desligou da Universidade do Brasil e retornou ao seu país, Ombredane teve como atividades fora de sala de aula conferências e convênios que realizou em algumas instituições pelo Distrito Federal. Estas estão cobertas nas “visitas e exercícios práticos” na descrição do Ofício assinado pelo Reitor Raul Leitão da Cunha. É possível citar, por exemplo, a conferência de tema *A Psicologia e a Administração Científica*, realizada em setembro de 1939⁴⁰⁷ na *Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas* no Centro do Rio de Janeiro.

Outra atuação de Ombredane, esta um pouco mais dramática, se deu em 1944, quando o Brasil preparava para enviar para a Itália suas divisões da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Conforme entrevista realizada pelo jornal *A Manhã* de março daquele ano, o Coronel Dr. Florêncio de Abreu explica como funcionaria a seleção das tropas brasileiras, que passariam primeiro por um exame psiquiátrico excludente e uma seleção psicológica posterior. Tal divisão já nos é conhecida: segundo o Coronel, “Ao contrário da seleção psiquiátrica, que tem o caráter negativo de excluir soldados das fileiras, a seleção psicológica tem o propósito positivo de utilizar melhor os combatentes.”⁴⁰⁸. O Coronel adianta então que o exército ainda não tinha protocolos de seleção psicotécnica, mas que uma série de testes estava sendo idealizada pelo Prof. André Ombredane desde 1940. Em seguida, detalha estes esforços:

“De 1940 a 1943 o Prof. Ombredane introduziu modificações na série original, visando estabelecer uma série bem adequada ao meio brasileiro (grupo do Distrito Federal). Em fins do ano passado, com a colaboração intensiva do cap. Dr. Nelson Bandeira de Mello, psiquiatra do nosso Hospital Central do Exército, ficou estabelecido o aspecto atual desses testes que poderão compor as “Provas de seleção atual do Exército Brasileiro”. A título experimental já foram aplicados a soldados do Batalhão de Guardas, alunos do Colégio Militar, da Escola Nacional de Educação Física e Faculdade de Filosofia, bem como a candidatos do funcionalismo público do Ministério de Educação e Saúde. Dessas aplicações, a percentilagem e as curvas de frequência foram estabelecidas no Laboratório de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal, baseadas no exame de 600 pessoas de nível cultural diferente, permitindo um equilíbrio satisfatório. Certamente o trabalho em apreço ainda não será completo nem perfeito. A prática e novas colaborações poderão sugerir revisões oportunas. Mas é sem dúvida um trabalho idôneo, digno

⁴⁰⁶ Cátedras e Atividades: Ofício interno da FNF assinado por Raul Leitão da Cunha, p. 11. Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES). Fundo Faculdade Nacional de Filosofia, Dossiê 709.

⁴⁰⁷ *A Psicologia e a Administração Científica*. Revista da Semana, 30 de setembro de 1939, p. 31.

⁴⁰⁸ *A seleção psicológica nas Forças Expedicionárias*. *A Manhã*, 04 de março de 1944, p. 3.

de ser utilizado. Além disso tem a indicação precisa de ser o único desse gênero no Brasil no momento em que o problema se apresenta.”⁴⁰⁹.

Apesar de ser o catedrático de psicologia, observamos que Ombredane não se furtou também de aplicar a psicologia como técnica. A psicotécnica aqui surge como uma solução de urgência para um problema em nível nacional. Como se sabe, em meados de 1944 o Brasil entra na Segunda Guerra Mundial do lado dos Aliados, enviando suas tropas e participando dos momentos finais do conflito na Itália. A julgar pela entrevista do Coronel Dr. Florêncio de Abreu, que foi dada em março de 1944, é possível que Ombredane tenha auxiliado na seleção dos soldados brasileiros para o conflito.

Não apenas na seleção de soldados auxiliou Ombredane, mas também no cuidado e diagnose de problemas de “crianças subnormais”. O catedrático de psicologia da FNF realizou uma visita ao *Instituto Nacional de Surdos Mudos*⁴¹⁰, onde “diversas experiências foram realizadas por aquele professor para a avaliação da inteligência dos surdos-mudos”⁴¹¹. Sobre esta experiência, Ombredane deu uma breve entrevista ao *O Jornal* em dezembro de 1939⁴¹², onde defende que o Estado deve investir mais no cuidado dos surdos, mudos e demais “subnormais”. Quando perguntado sobre seus alunos da Universidade, o professor francês não economiza nas críticas à estrutura da UB:

“Os alunos mostram-se ávidos de saber. Tem o espírito vivo. Faltam-lhes, no entanto, bibliotecas. Também, com o programa de estudos por demais sobrecarregado, não tem o tempo para fazer trabalhos pessoais. Lamento, igualmente, não ter eu mesmo bastante tempo para ensinar a psicologia da criança anormal, ligada à biotipologia, à endocrinologia, à neuropsiquiatria e a quase toda patologia da criança. Assim, ficaria satisfeito se pudesse contribuir para a formação de técnicos capazes de prosseguir na obra que o Sr. Ministro Capanema iniciou na Universidade do Brasil”⁴¹³.

Já sobre os testes que realizou, Ombredane aplicou amplamente o seu “teste de educabilidade”. Em entrevista ao *Diário de Notícias* de março de 1940, ao relembrar a visita do professor francês, os Drs. Armando Lacerda, diretor do *Instituto Nacional de Surdos-Mudos*, e Saul Carneiro, professor do referido Instituto, informam sobre a qualidade do teste e que tipo de exame se tratava. Se referindo, na passagem abaixo, a Ombredane, o Dr. Carneiro diz:

“Este cientista [...] realizou diversas experiências no sentido de avaliar a inteligência dos nossos alunos, e aplicou a vários deles o “teste de educabilidade”, de sua autoria, constituindo esse trabalho as experiências preliminares para uma possível adoção do referido teste ao nosso

⁴⁰⁹ *A seleção psicológica nas Forças Expedicionárias*. A Manhã, 04 de março de 1944, p. 3.

⁴¹⁰ Atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos, localizado em Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro.

⁴¹¹ *Instituto Nacional de Surdos-Mudos*. Diário de Notícias, 07 de março de 1940, p. 11.

⁴¹² *Maior assistência às crianças anormais do Brasil*. O Jornal, 01 de dezembro de 1939, p. 5, p. 7.

⁴¹³ *Ibidem*.

Instituto. [...] As “curvas de educabilidade” dos surdos mudos examinados concordam perfeitamente com os rendimentos escolares observados e com certos aspectos já conhecidos do comportamento do mesmo. Sendo assim, é provável que o “teste de educabilidade” de Ombredane venha a ser para o nosso Instituto utilíssimo instrumento de avaliação de algumas das aptidões fundamentais dos educandos.”⁴¹⁴

Ombredane também faria uma última visita que pude constatar, desta vez ao *Serviço de Assistência à Menores* (SAM) do Distrito Federal, em janeiro de 1942, com intuito de “fazer observações e estudos entre os menores internados naquele serviço”⁴¹⁵, conforme narra publicado do *O Jornal* daquele mês. Já o *Diário da Noite* informa que:

“Atendendo aos desejos do conhecido psicologista da França, o sr. Meton de Alencar, diretor do S. A. M., encarregou o chefe da Seção de Pesquisas Educacionais e Sociais do referido serviço, a por-se à disposição do professor Ombredane no sentido de facilitar seu trabalho e suas pesquisas.”⁴¹⁶.

Desta ida ao SAM, Ombredane deixou duas marcas: seu teste de educabilidade, já aplicado nas crianças do *Instituto Nacional de Surdos Mudos*, e um segundo teste, desenvolvido em parceria com o Dr. Meton de Alencar, denominado “teste de violação de proibição”. Vejamos, adiante, as apropriações do trabalho do professor francês pelo Serviço de Assistência a Menores através de uma publicação dos arquivos desta instituição. Intitulado *Considerações sobre a preocupação sexual na adolescência*⁴¹⁷, o trabalho de autoria do Dr. Olinto Dovicchi e da professora Glória Quintela, respectivamente psiquiatra e assistente de educação do SAM, mostra a dinâmica da instituição em sua acolhida aos menores encaminhados ao referido serviço:

“Depois de internados no SAM, antes de tomar destino conveniente, passam os menores por todos os exames necessários à avaliação de sua saúde física e psíquica. Para a primeira, são realizados por especialistas os seguintes exames: antropometria, medicina, otorrinolaringologia, oftalmologia, neurologia, além de exames de laboratório, dentário e radiológico; o exame do psiquismo é realizado pelo psiquiatra e pela psicotécnica, que, coadjuvando seus esforços, se propõem a estudar as funções psíquicas, desvendando complexos, tendências, preocupações etc. Empregam para esse fim métodos de exames peculiares às suas especialidades, tais como: teste de nível mental, escolaridade, personalidade, além de entrevistas e outros trabalhos.”⁴¹⁸.

⁴¹⁴ *Novas experiências para avaliar a capacidade mental dos surdos-mudos*. Diário de Notícias, 17 de março de 1940, p. 2.

⁴¹⁵ *Em visita ao Serviço de Assistência a Menores*. O Jornal, 29 de janeiro de 1942, p. 10.

⁴¹⁶ *Vai estudar a psicologia das crianças abandonadas e delinquentes*. Diário da Noite, 31 de janeiro de 1942, p. 8.

⁴¹⁷ DOVICCHI, Olinto; QUINTELA, Glória. *Considerações sobre a preocupação sexual na adolescência*. In: Arquivos do Serviço de Assistência a Menores. Volume III, dezembro de 1943, pp. 7-42.

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 9.

Para além da bateria de exames clínicos e médicos em geral, os meninos eram examinados pela dupla psiquiatra-psicotécnica com uma bateria de testes psicológicos: Teste de Rorschach, Teste de Apercepção Temática (TAT)⁴¹⁹, Teste “Minhas Mãos”⁴²⁰, Teste de Violação de Proibições e Teste de Educabilidade (referido como Teste de Sinalização). Os principais utilizados no trabalho em questão eram o teste de Rorschach e o TAT, sendo os outros apenas auxiliares às questões levantadas. Os dois testes de Ombredane eram, portanto, secundários, mas de curioso arranjo.

O Teste de Violação de Proibições envolvia inserir o menor a ser avaliado numa sala onde seria acompanhado pelo examinador. Este proporia ao menor a resolução de um quebra-cabeças, mas seria interrompido por alguém da administração que chamaria o examinador para fora da sala, de modo a deixar o menor sozinho. A parte da avaliação ocorre no momento que o examinador deixa a sala, pois:

“Há no SAM uma sala especial que permite fazer curiosa observação dos menores: são vistos e ouvidos, sem que o percebam. O menor fica perfeitamente à vontade, abolindo-se desse modo, grande causa de erro, traduzida pela natural inibição ideativa, geralmente provocada pela presença do examinador. Essa prova é denominada teste de *violação de proibições*. Foi organizada pelo Dr. Meton de Alencar Neto e pelo Prof. Ombredane.”⁴²¹.

As avaliações que se seguem desta configuração são com base no comportamento da criança: se esta permanece fazendo a tarefa proposta sozinha ou se pega no material que o examinador havia deixado na sala ao sair, no intuito de descobrir o modo correto de resolver o quebra-cabeças. Analisa-se a personalidade da criança de acordo com o modo que interage nesta situação sem saber que está sendo observada. Já o Teste de Educabilidade ou de Sinalização envolve um aparato mais complexo:

“Como complemento destas provas, usamos ainda um excelente teste de educabilidade – sinalização – do Dr. André Ombredane. Permite apreciar-se além da capacidade de adaptação a tarefas novas, como podemos verificar pelas curvas de acumulação de erros, números de tentativas e números de erros, também, a atenção (de maneira mais real e vivida que em outro qualquer teste gráfico, como o de Toulouse-Pierón), resistência à fadiga e ainda o comportamento durante a mesma. É um aparelho de dispositivo elétrico. Há seis botões,

⁴¹⁹ Tanto o Teste de Rorschach como o Teste de Apercepção Temática são clássicos testes projetivos, onde o sujeito é livre para interpretar manchas de tintas (Rorschach) ou telas com cenários ou imagens aleatórias (Apercepção). Ambos se baseiam livremente em interpretações psicanalíticas segundo os protocolos do teste, partindo do pressuposto que os estímulos visuais apresentados não possuem significado em si mesmos, sendo portanto preenchidos de significação pela interpretação do examinado.

⁴²⁰ O Teste Minhas Mãos foi criado e desenvolvido por Helena Antipoff e consiste numa ferramenta psicodiagnóstica onde o examinado escreve uma redação cujo tema é “minhas mãos”. Questões como a letra, a escrita, a prolixidade e o modo como o sujeito descreve suas ideias são avaliados pelo psicólogo.

⁴²¹ DOVICCHI, Olinto; QUINTELA, Glória. Considerações sobre a preocupação sexual na adolescência. In: Arquivos do Serviço de Assistência a Menores. Volume III, dezembro de 1943, p. 11.

correspondentes a cada uma das seguintes cores: vermelho, verde, amarelo e azul; dois sons diferentes – campainha e cigarra. Aparecem, um de cada vez, som ou cor. Depois da apresentação, o examinado reagirá, na primeira vez, por tentativa, devendo fixar, depois ou em alguns ensaios, qual o botão que apaga determinada cor, ou fazer cessar o som ouvido. Observa-se, cuidadosamente, o comportamento do indivíduo: atividade ou passividade na aprendizagem”⁴²².

Podemos observar que, apesar de apenas uma conferência e três ocasiões que atuou exercendo atividades psicotécnicas, Ombredane teve uma passagem de razoável produtividade para a cátedra de psicologia da *Universidade do Brasil*. Colaborou com diferentes instituições brasileiras e chegou a montar testes para exame, tanto de soldados como de crianças. É mais um exemplo da psicologia como técnica em vários setores da sociedade.

Entretanto, o mesmo não pode ser dito de Grabois e do Instituto de Psicologia. Apesar das muitas entrevistas e cursos ministrados, se comparado com as atividades de André Ombredane, Jayme Grabois como diretor do Instituto de Psicologia nos deixou pouco a ser descoberto. Talvez sua marca tenha sido uma ampla difusão da psicologia através de seus cursos, mas no geral teve mais uma posição de defesa da psicologia como técnica a ser aplicada do que de fato uma aplicação ostensiva de exames, testes e demais possibilidades de aplicações psicotécnicas. Defendeu-as muito, aplicou-as pouco. Sabemos também muito pouco do funcionamento do laboratório do Instituto sob sua gestão, o que talvez explique a posição de Antônio Gomes Penna, seu já citado ex-aluno, ter alegado que Grabois não era um acadêmico de carreira com publicações e atividades variadas. O diretor do Instituto de Psicologia permanece, com seu “agudo espírito crítico”, uma incógnita em termos de atuação prática.

Crise no Instituto e unificação com a Cátedra

A característica da gestão de Grabois apontada há pouco parece contraintuitiva, visto que me esforcei para seguir os passos do então diretor do IP em suas diversas entrevistas e seus muitos cursos e conferências apesar de ter alegado sua baixa produtividade. Ocorre que o problema da atuação de Grabois não é apenas fruto de uma simples conclusão minha, mas objeto de uma longa série de críticas sofridas pelo Instituto, tanto pela baixa produtividade deste como pela sua distância com a cátedra de psicologia da *Universidade do Brasil*. Constituiu-se objeto de uma verdadeira campanha denunciar a subutilização do IP frente à outras unidades da UB, em especial sua baixíssima colaboração com os problemas universitários, apesar das muitas vezes em que Grabois insistiu nas funções do Instituto.

⁴²² DOVICCHI, Olinto; QUINTELA, Glória. Considerações sobre a preocupação sexual na adolescência. In: Arquivos do Serviço de Assistência a Menores. Volume III, dezembro de 1943, p. 13.

Em seis ocasiões distintas, de 1939 a 1941, o *Jornal do Brasil* empreendeu colunas atrás de colunas atacando o Instituto de Psicologia abertamente. Em fevereiro de 1939, uma curta coluna do *Jornal do Brasil* indica que o projeto de um regulamento⁴²³ do Instituto de Psicologia já estaria nas mãos do Ministro da Educação⁴²⁴. A coluna, então, explica as já discutidas atribuições do instituto, clamando que “Resta agora que a alta administração do país dê execução ao programa organizado, aparelhando o Instituto de Psicologia com o material e dotando-o do pessoal que necessita”⁴²⁵. A questão do material permanece sem resposta, mas a de pessoal do Instituto pode ser avaliada. De acordo com Rogério Centofanti, que chegou a entrevistar Jayme Grabois, o instituto teve muitos colaboradores voluntários, mas apenas três assistentes concursados por volta de 1941: Eliezer Schneider, Maurício Vinhas de Queirós e Maria Helena Bournett Furtado⁴²⁶. Como vemos, o IP tinha uma estrutura física mínima, com apenas quatro pessoas formalmente associadas aos quadros da instituição universitária da qual ele fazia parte.

Novas críticas surgem em julho de 1939, quando nova coluna do jornal indica que o instituto “vive numa situação de semiabandono, relegado a condições que contrastam singularmente com os motivos que determinaram sua criação”. A mesma coluna clama por uma solução para este problema, informando que “É preciso, contudo, que algo seja feito no sentido de arrancá-lo da esterilidade, do desprezo que o atiraram, não se sabe porque”⁴²⁷. Uma semana depois, ao noticiar a visita de André Ombredane ao instituto, mencionada no início deste capítulo, uma nova coluna do *Jornal do Brasil* pede mais uma vez por providências:

“Resta agora que o governo coloque o Instituto de Psicologia em condições de prestar serviços de maior eficiência no mecanismo educacional do país. E, em seguida, de acordo com a respectiva regulamentação já elaborada, entrosando-o melhor com o aparelhamento administrativo, poderá dar execução aos planos de seleção profissional, de formação de técnicos da melhor organização do trabalho etc.”⁴²⁸.

Já em outubro de 1939, mais uma coluna avisa que “Vai ser, finalmente, resolvido o caso do Instituto de Psicologia”. Informando que o regulamento que havia passado por mãos ministeriais estaria para ser finalmente aprovado, o tom desta crítica é levemente mais positivo que as outras, delineando a situação administrativa do IP de modo mais claro:

⁴²³ Não foi possível encontrar nenhum tipo de regulamento do IP de 1937 a 1948. O documento mencionado na coluna de jornal provavelmente teve circulação interna apenas nas esferas do governo ligadas ao IP.

⁴²⁴ *Instituto de Psicologia*. *Jornal do Brasil*, 12 de fevereiro de 1939, p. 5.

⁴²⁵ *Ibidem*.

⁴²⁶ CENTOFANTI, Rogério. Radecki e a Psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). *História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaio*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2004, p. 199.

⁴²⁷ *Instituto de Psicologia*. *Jornal do Brasil*, 21 de julho de 1939, p. 5.

⁴²⁸ *Instituto de Psicologia*. *Jornal do Brasil*, 28 de julho de 1939, p. 6.

“Ainda que esteja materialmente aparelhado para o preenchimento das funções que deve desempenhar, ele quase nada pode fazer de útil e prático, porque não basta para o cumprimento de sua finalidade ter aparelhos e, quanto a pessoal, um diretor e um ou dois professores animados por boa vontade e desejo de trabalhar. O que lhe falta, porém, é relativamente pouco. Sentiu-o o professor Ombredane, contratado na França pelo Governo brasileiro para nossa faculdade de Filosofia, quando visitou demoradamente suas instalações.”⁴²⁹.

A questão do pouco pessoal pesa nesta crítica pois ainda se tratava de 1939, quando o IP ainda tinha apenas voluntários além de Grabois. Há uma clara pressão para que o instituto se aproxime da FNF, especialmente com a menção à Ombredane como tendo se compadecido da situação do IP. Entretanto, se houve aumento de pessoal, não é possível confirmar. As críticas de 1939 permanecem contundentes sem indicar se houve alguma resolução.

Em 1941, nova leva de críticas se inicia em julho, quando uma coluna do *Jornal do Brasil* comenta uma das muitas entrevistas de Grabois. Mais uma vez, nas entrelinhas, repete que o IP, “[...] que tantos louvores tem recebido de professores estrangeiros, está aparelhado para a realização de todos os exames que a psicotécnica aconselha. [...] Resta, apenas que esse aparelhamento seja convenientemente aproveitado”⁴³⁰. Em setembro, uma última crítica mordaz é endereçada ao instituto, desta vez não poupando adjetivos para definir a “situação estranha” na qual ele se encontrava:

“Por motivos que desconhecemos, ou talvez sem outro motivo que não o esquecimento, o Instituto dotado de um aparelhamento vasto, completo, novo e custoso, ficou quase de todo inaproveitado, pois, que nos conste, só realizou até hoje diversos cursos, aliás, frequentados por bom número de pessoas interessadas no assunto, inclusive advogados, médicos etc. O aparelhamento propriamente dito não foi aproveitado como se se constituísse de objeto de luxo, só para serem vistos, amostras caras do instrumental da Psicotécnica, destinadas a receber os louvores dos mestres franceses, norte-americanos etc, que visitaram a instituição, verificaram que estava aparelhada tão bem quanto qualquer dos bons desses adiantados países, onde tais coisas são levadas a sério, mas lamentaram aquele material não estivesse servindo para nada. Quem sabe se algum desses mestres de fora não pensou que o Instituto fosse antes um Museu? Talvez, porém, as coisas lá pelo Instituto de Psicologia estejam para melhorar. Pelo menos, o Ministério da Educação já lhe deu alguns assistentes e técnicos. Tem, pois, o Instituto, aparelhos e pessoal. Que resta agora fazer? Resta que o transformem de instituição inoperante em órgão vivo, atuante, eficiente, encaminhando-o enfim ao exercício daquelas funções de ordem prática a que aludimos acima.”⁴³¹.

⁴²⁹ *Instituto de Psicologia*. *Jornal do Brasil*, 29 de outubro de 1939, p. 5.

⁴³⁰ *Seleção profissional*. *Jornal do Brasil*, 10 de julho de 1941, p. 5.

⁴³¹ *Instituição Inaproveitada*. *Jornal do Brasil*, 21 de setembro de 1941, p. 5.

Esta, a pior das críticas, não passou sem resposta. Três dias depois, a direção do Instituto de Psicologia emite nota respondendo que suas atribuições são as previstas na Lei N° 452 de 1937, e que por este motivo apenas podia colaborar com os trabalhos de outros estabelecimentos. A direção do IP ainda se defende da questão dos cursos, informando que “As aulas práticas sempre foram realizadas em maior número que as lições puramente teóricas, oferecendo assim o Instituto oportunidade efetiva para que os alunos adquiram a técnica experimental”⁴³². Acrescenta-se, ainda, que “Além disso vem o Instituto empreendendo pesquisas desinteressadas que escapam a apreciação dos leigos”⁴³³.

O que podemos compreender desta crise é uma clara noção, por parte da sociedade, de que a psicologia tinha teor amplamente prático. Clamava-se pela sua utilização em todos os aspectos da sociedade quanto fossem possíveis, e a ociosidade do Instituto, quer seja pela falta de pessoal, quer seja pelo “excesso” de cursos, ou ainda por não ter suas “pesquisas desinteressadas” devidamente apreciadas, não passou despercebida. Fato é que se impôs uma visão técnica da psicologia. Em especial por se tratar de uma instituição pública, principal motivador desta campanha de críticas. Incomodava uma instituição como o IP ser “inaproveitada”.

Sendo ou não honestas as críticas, a sucessão dos acontecimentos levou à não renovação do contrato de Jayme Grabois em fins de 1947. Segundo Centofanti, houve um desgaste devido a uma tentativa de anexação do Instituto pela FNF em 1944, onde Grabois seria enquadrado como professor assistente ou adjunto de Ombredane e o IP perderia sua autonomia. Grabois declinou de todo o processo, o que teria levado à sua não renovação de contrato⁴³⁴.

Não consegui encontrar, em minhas pesquisas, tal processo administrativo de anexação do IP. O que encontrei, que talvez aluda a esta passagem, é uma carta dos estudantes da Universidade do Brasil, pedindo que o Instituto fosse anexado à cátedra de Psicologia. Segue a publicação:

“Os alunos da Faculdade Nacional de Filosofia fizeram entrega de um memorial ao presidente da República pedindo a anexação do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil àquela Faculdade. Aliás, a situação é singular dentre os seus congêneres, pois é o único que não funciona anexo à respectiva cátedra, como acontece com os Institutos de Neurologia, Psiquiatria etc. O lugar natural do Instituto de Psicologia seria portanto a Faculdade de Filosofia, anexo à cátedra de Psicologia. Fora essa, de resto, a intenção do ministro Capanema quando anexou, por uma portaria, o Instituto àquela Faculdade. Embora tivesse havido então posse oficial nunca

⁴³² *Instituição Inaproveitada*. Jornal do Brasil, 24 de setembro de 1941, p. 6.

⁴³³ *Ibidem*.

⁴³⁴ CENTOFANTI, Rogério. Radecki e a Psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaios. Rio de Janeiro: EdUERj. 2004, p. 200.

houve anexação de fato. Por isso ou por aquilo o Instituto de Psicologia continuou mais três anos vegetando inutilmente. Lá mesmo onde estava sem preencher qualquer das suas múltiplas finalidades. Recusando-se renovar o contrato do antigo diretor, o Governo deu o primeiro passo difícil. Os alunos da Faculdade exultaram ante a perspectiva de disporem, enfim, de um laboratório de Psicologia, onde pudessem aprimorar seus conhecimentos. [...] Passam-se, porém, os dias e não surge qualquer resolução. Pouco e pouco vai se sabendo que existem numerosos candidatos ao espinhoso cargo de diretor do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil. E é por isso que os alunos da Faculdade Nacional de Filosofia enviaram o citado memorial ao presidente da República, expondo-lhe as razões pelas quais esperam providências para que a lei seja cumprida.”⁴³⁵.

Analisemos a carta. Ao mencionarem a portaria do ministro Capanema que teria anexado o IP à FNF e à cátedra de psicologia, os alunos dizem que o instituto continuou “mais três anos vegetando inutilmente”. Se a data de 1944 para o processo que Centofanti cita está correta, então de 1944 até o fim de 1947 o instituto apenas vegetou, sem nada fazer ou com nenhuma unidade contribuir. A sequência de fatos segue da não renovação de contrato com Grabois e a vacância do cargo de diretor, que seria interinamente ocupado por Eliezer Schneider, mencionado como diretor em exercício em chamada de um curso no Diário Carioca de março de 1948⁴³⁶.

O processo de anexação se dá por terminado quando Nilton Campos assume a vaga de catedrático de Psicologia e de diretor do IP. Após o Decreto-Lei N° 8393 de 17 de dezembro de 1945⁴³⁷ conceder autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à Universidade do Brasil, seus primeiros concursos começam a ser realizados. Em 1948, dada a vacância da cátedra de Psicologia com a saída do Brasil de André Ombredane em 1944, realizou-se concurso para o provimento desta⁴³⁸. Após ser examinado pelos professores Lourenço Filho, Henrique Roxo, José Barreto Filho, Teobaldo Miranda Santos e Narcélio de Queirós, Nilton Campos foi indicado por unanimidade⁴³⁹.

Já a posse como diretor ocorre por outras vias. Após a autonomia universitária do Decreto-Lei N° 8393 de 1945, é aprovado o Estatuto da *Universidade do Brasil* via Decreto N° 21.321 de 18 de junho e 1946. Em seu 98° artigo, se estabelecem as regras para escolha de diretores dos institutos especializados:

⁴³⁵ *O Instituto de Psicologia e a Faculdade Nacional de Filosofia*. Diário de Notícias, 11 de janeiro de 1948, p. 2.

⁴³⁶ *Cursos de Psicologia na Universidade*. Diário Carioca, 13 de março de 1948, p. 2.

⁴³⁷ BRASIL. Decreto-Lei N° 8393 de 17 de dezembro de 1945. Concede autonomia, administrativa financeira, didática e disciplinar, à Universidade do Brasil, e dá outras providências.

⁴³⁸ De 1945 até 1948, a Cátedra foi interinamente ocupada por Nilton Campos. Ver Penna (1992, p. 135).

⁴³⁹ Noticiário da Faculdade. In: Revista da Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, 1949, N° 1, pp. 113-114.

“Art. 98: Os diretores dos institutos especializados serão nomeados pelo Reitor, com prévia aprovação do Presidente da República.

Parágrafo único. Sempre que a atividade de um instituto interessar especificamente ao ensino e às pesquisas relativas à determinada cadeira de dada escola ou faculdade, a escolha do seu Diretor recairá no respectivo professor catedrático, salvo casos especiais que tornem necessário outras escolhas.”⁴⁴⁰.

Desta forma, sendo o catedrático de psicologia, a posição de diretor do instituto naturalmente caiu nas mãos de Nilton Campos. E é em março de 1948 que este toma posse como diretor, conforme matéria do *Diário de Notícias* daquele mês⁴⁴¹.

Ocorre que a anexação final do Instituto ainda foi motivo de litígio jurídico por parte de Jayme Grabois. Ao não ter seu contrato renovado, o ex-diretor acionou a União exigindo ter sua vaga restituída. No fim do ano de 1948, o *Diário Carioca* anuncia em outubro o início da ação, informando:

“O recurso interposto por um médico e professor, que durante dezessete anos dirigiu um estabelecimento universitário, o Instituto de Psicologia, e que foi contratado para servir, na qualidade de técnico especializado, para sua direção técnica e didática, realizando cursos de psicologia e psicotécnica, quer quanto à atividade científica, efetuando exames de seleção profissional e atendendo a consultas de sua especialidade, será julgado hoje pelo Judiciário. Não se conformando com a dispensa [...] o impetrante, professor Jaime Grabois, apresentou à justiça o caso em que espera conseguir ganho de causa.”⁴⁴².

O *Diário de Notícias* também anuncia o início da ação judicial⁴⁴³. Entretanto, esta não se demora a se resolver. Logo se publica no *Correio da Manhã*, ainda em outubro, que o Juiz João José de Queiroz julgou a ação improcedente. Dentre os motivos, listou que “[...] o autor exercia funções de chefia, de ordem administrativa, sendo as demais de caráter técnico-didático, extra contratuais, não oficiais e não permanentes”⁴⁴⁴. Por este motivo, Grabois não poderia ser reintegrado ao Instituto. Este, na sua ação, chegou a argumentar que teria ministrado muitos cursos, mas estes não foram consideradas partes de sua função de fato:

“Depois de um longo estudo em torno da situação do médico em apreço, como contratado, observa o juiz que desde janeiro de 1941, ou por ocasião da vigência da Constituição de 1946, o autor exercia, contratualmente, *apenas* a função de chefia, na qual não pretendia ser reintegrado nem efetivado. É o fato que o autor [...] “planejou, organizou e efetuou, no Instituto”, cursos de Psicologia em 1941 a 1942, em 1943, em 1944, em 1947. Mas, tais atividades, embora

⁴⁴⁰ BRASIL. Decreto N° 21.321 de 18 de junho de 1946. Aprova o Estatuto da Universidade do Brasil.

⁴⁴¹ *Faculdade Nacional de Filosofia*. *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1948, segundo caderno, p. 8.

⁴⁴² *O Judiciário julgará um recurso inédito*. *Diário Carioca*, 01 de outubro de 1948, p. 1. Cabe indicar que Grabois dirigiu o IP de 1937 até 1948, totalizando, portanto, doze, e não dezessete anos, de gestão.

⁴⁴³ *Acionada a União por um ex-diretor do Instituto de Psicologia*. *Diário de Notícias*, 06 de outubro de 1948, p. 2.

⁴⁴⁴ *O médico não conseguiu ser reintegrado*. *Correio da Manhã*, 21 de outubro de 1948, p. 3.

devam ser consideradas um desdobramento de sua função técnico-administrativa de chefia do Instituto, não foram realizadas em *virtude de contrato* firmado e sucessivamente prorrogado, pois este só dizia respeito àquela função de chefia, exclusivamente. As atividades didáticas do autor, embora revelem seu interesse pelo Instituto que dirigia, não lhe conferem o direito de continuar a exercê-las e nem constituem função pública, pois para elas não fora contratado.”⁴⁴⁵.

A sentença confirma a discussão anterior. O IP, sob a gestão Grabois, pouco se dedicou às atividades práticas, sendo mais um centro didático de formação de técnicos e divulgação da psicotécnica. O que não significa que o processo inteiro seja isento. No caso, Maurício Grabois, irmão de Jayme, foi um importante deputado do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo participado ativamente da Assembleia Constituinte de 1946, após o fim do Estado Novo, e se articulado fortemente com a esquerda e os comunistas no Brasil. Maurício chegou a ser detido e posteriormente viver na clandestinidade entre 1948 e 1949⁴⁴⁶ e o próprio Jayme confessou a Rogério Centofanti em entrevista que seu afastamento do cargo teria se dado pelo “clima macartista” da época⁴⁴⁷.

É muito provável que parte do processo tenha sido movido justamente por Jayme ser irmão de Maurício, de modo que uma justificativa puramente técnico-administrativa tenha acobertado o aberto anticomunismo que assolou o país naquela época. Jayme, provavelmente, foi atingido por ter sido irmão de um “deputado vermelho”, e sua reintegração à Universidade do Brasil, se não foi vetada por este motivo, pelo menos foi largamente dificultada. Esta é uma parte da história que ainda está por ser escrita com detalhes⁴⁴⁸.

A unificação instituto-cátedra e a gestão Nilton Campos

A partir de 1948 e até 1963, o IP será regido de uma maneira completamente diferente das gestões anteriores. Em primeiro lugar porque, após anexado à cátedra, deixa de ser apenas um instituto colaborador das atividades de ensino e sob ordens diretas da pasta de Educação do Governo, como ocorreu até agora. A partir deste ponto, o IP é parte da estrutura universitária de fato, e passa a ser uma instituição mais ativamente reconhecida pelos seus pares na Universidade do Brasil.

⁴⁴⁵ *Exercia somente funções administrativas*. Diário da Noite, 19 de outubro de 1948, p. 7.

⁴⁴⁶ BERTOLINO, Osvaldo. Maurício Grabois: Uma vida de combates. São Paulo: Fundação Maurício Grabois. 2012, p. 399.

⁴⁴⁷ CENTOFANTI, Rogério. Radecki e a Psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaio. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2004, p. 200.

⁴⁴⁸ Apenas elucidando mais o tema: Jayme Grabois não chegou a ser exatamente um militante do PCB, mas recebeu reconhecimento do partido como um de seus intelectuais (ver o jornal Tribuna Popular, 24 de abril de 1946, p. 1). A Centofanti, confessou ter sido investigado por autoridades policiais, que constataram tanto a homenagem feita pelo PCB como sua óbvia ligação com seu irmão (CENTOFANTI, *op. cit., loc. cit.*). É difícil levantar mais documentação da época exatamente pelo clima macartista ter provavelmente sido responsável por eliminar documentação, mas é fato que houve algum grau de perseguição aos Grabois. Os detalhes desta perseguição ficam para outro trabalho pois fogem aos intentos desta tese.

Isto se dá especialmente pela figura de Nilton Campos. Ser, ao mesmo tempo, diretor do instituto e catedrático de psicologia permitia que Nilton Campos desse o encaminhamento que quisesse tanto às atividades práticas do IP como às atividades didáticas. E não demorou a imprimir o seu estilo, radicalmente distante de Radecki e Grabois, seus dois principais antecessores.

A questão começa quando compreendemos que Campos não era afeito à prática da psicologia. Sua preocupação era de fundo muito mais teórico, desta forma diminuindo amplamente o alcance do IP como instituição técnica. Paralelamente, os cursos pelos quais o IP seria responsável agora seriam não apenas as divulgações científicas da psicotécnica, mas exatamente as atividades docentes do catedrático. Esta correspondência de atribuições contribuiu para que o IP perdesse parte de sua função de divulgação científica, visto que os temas dos cursos, suas ementas e sua articulação dependerão amplamente do seu diretor catedrático. Novamente, o poder nas mãos de Nilton Campos mudou o instituto para uma configuração que, em 25 anos de história, desde 1923 até 1948, não fora antes pensada. Podemos compreender melhor o estilo que Campos imprimiu ao IP através de Antônio Gomes Penna, que também foi aluno de Nilton. Comentando sobre o prefácio da tese que Campos defendeu para alçar o posto de catedrático, onde este retoma sua trajetória profissional, Penna disserta sobre as intenções de seu antigo mestre:

“Fica bastante claro nesse prefácio que a grande motivação de Nilton Campos pelos estudos centrados em temas mais teóricos e filosóficos resultava do fato de estar lecionando Psicologia em um Departamento de Filosofia. Não lhe parecia pertinente o desenvolvimento de um ensino mais voltado para a pesquisa experimental, na verdade, muito mais adequado num curso totalmente dedicado à formação de psicólogos, curso que só será instalado na Faculdade Nacional de Filosofia, em 1964, após portanto, sua morte e quando já ocupávamos interinamente a cadeira que lhe pertencera. Durante os dezenove anos em que regeu a cadeira de psicologia, seus cursos centralizaram-se no desenvolvimento histórico dessa disciplina, nos métodos científicos por ela utilizados e na análise dos grandes sistemas do século atual.”⁴⁴⁹.

Muitas informações importantes são trazidas por Penna nesta passagem. A primeira e mais crucial é a de que a anexação do IP à cátedra culminou na sua participação maior na estrutura da *Faculdade Nacional de Filosofia*. E, como tratamos anteriormente, a cátedra de Psicologia tinha por função maior contribuir com três cadeiras para o curso de Filosofia, uma para cada ano das três séries previstas nas leis que organizam a FNF e a UB.

⁴⁴⁹ PENNA, Antônio Gomes. Nilton Campos e a divulgação do método fenomenológico e do Gestaltismo. In: História da Psicologia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Imago. 1992, p. 136. Cabe constatar que Penna considera que Nilton Campos foi catedrático de Psicologia desde 1944, por ocasião do afastamento de Ombredane do Brasil.

Deste modo, o que se configura aqui é o caminho *inverso* da noção de uma autonomização da psicologia. Conforme discutido na introdução, linhas do tempo e textos clássicos da história da psicologia no Brasil descrevem a lenta marcha da psicologia, primeiro da metafísica especulativa ao experimentalismo materialista, e depois dos laboratórios aos institutos, cátedras e instituições universitárias, desgarrando-se da Filosofia e dos saberes da Medicina, da qual era auxiliar, e da Pedagogia e Organização do Trabalho, a quem se oferecia como saber básico. Esta é a tese de Mitsuko Antunes no seu volume *A Psicologia Brasileira*, discutida anteriormente.

Na história do instituto, entretanto, o que efetivamente se configura é um caminho muito mais tortuoso. Nossa história começou quando a psicologia teve uma filiação muito maior com um tipo específico de medicina, a Medicina Social dos psiquiatras, na Colônia do Engenho de Dentro, num projeto médico-asilar e como técnica. Então, conquista posição de certa autonomia na formação de quadros de técnicos para aplicação da psicotécnica, mas ainda em conjunto ou sendo diretamente auxiliar da Medicina (vide toda gestão Grabois e sua defesa da psicotécnica, ou as atividades de Ombredane com psiquiatras do exército, do Instituto Nacional de Surdos Mudos ou do Serviço de Assistência à Menores). Com a gestão de Nilton Campos, o IP se aproxima da filosofia, perde boa parte de suas funções técnicas e fica relegado a funções teóricas e didáticas apenas. Não é possível, aqui, falar de uma autonomização, muito menos de uma consolidação. Os caminhos percorridos pelo instituto e pela psicologia são objeto de intenso trânsito e disputa, em situações como esta ficando mais evidente uma *subordinação* a outras unidades acadêmicas.

A questão se acirra quando observamos que Nilton Campos foi também chefe do Departamento de Filosofia da FNF. Esta faculdade possuía, em 1949, 11 departamentos distintos: Filosofia, Educação, Letras, Geografia, História, Ciências Sociais, Física, Química, História Natural, Matemática e Jornalismo⁴⁵⁰. Tal configuração se manterá até o início do desmembramento da FNF na década de 1960, e tinha tal configuração porque “Os departamentos correspondem precisamente a cada um dos cursos, exceto o de Educação, que é constituído do Curso de Pedagogia e do Curso de Didática, e o Departamento de Letras que é constituído dos cursos de Letras Clássicas, Letras Anglo-Germânicas e Letras Neolatinas.”⁴⁵¹. Em 1950, Campos é listado como chefe do Departamento de Filosofia⁴⁵².

⁴⁵⁰ Noticiário da Faculdade. In: Revista da Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, N° 1, 1949, p. 116.

⁴⁵¹ *Ibidem*, p. 118.

⁴⁵² Boletim: Órgão Informativo da Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, N° 7, julho de 1951, p. 6.

Assim, podemos constatar que o IP se voltou inteiramente às atividades de produção teórica e auxiliar didático do curso de Filosofia. Algumas pesquisas ainda seriam realizadas, mas estas constituirão atividade em menor escala se comparadas às duas primeiras. Conforme Maria de Lourdes Fávero, esta é uma consequência da forma de organização da Universidade do Brasil, visto que catedráticos detinham muito poder. Diz a autora: “A organização da universidade no país, com raras exceções, se faz à base da justaposição de faculdades, escolas e institutos isolados, cuja unidade fundamental em termos legais e de fato é a *cátedra*, possuindo o seu detentor poderes quase absolutos e ilimitados.”⁴⁵³.

Em 1949, um importante documento surge para organizar as atribuições do instituto: seu Regimento. Observa-se aqui a primeira vez que o IP tem um regimento interno próprio, que o divide em seções (com chefes para cada uma delas) e delinea suas atribuições, tanto internas como em conjunto com a FNF e a UB. No primeiro artigo estão seus fins:

“O Instituto de Psicologia pertencente à Universidade do Brasil [...] é um órgão de estudos e pesquisas que tem por fim:

- a) Promover, orientar e coordenar estudos e pesquisas no domínio da psicologia em nível superior de investigação universitária;
- b) Cooperar com as cátedras congêneres e Institutos universitários de especialidades afins visando o desenvolvimento de estudos e pesquisas correlatas;
- c) Colaborar intimamente com a cadeira de Psicologia da Faculdade Nacional de Filosofia, estreitando a união entre ensino e a pesquisa experimental;
- d) Concorrer, através de cursos permitidos pelo Estatuto da Universidade do Brasil, para o aprimoramento científico e profissional da psicologia pura e aplicada;
- e) Desenvolver o interesse pelo conhecimento dos problemas psicológicos inerentes às manifestações da atividade humana, individual e coletiva⁴⁵⁴.

O IP então é constituído de seis seções, segundo o 2º artigo: Diretoria, Biblioteca, Secretaria e as Divisões de Estudos Teóricos, Pesquisas Experimentais e Psicologia Aplicada⁴⁵⁵. Podemos ter uma noção da dimensão do Instituto quando observamos suas seções e o mobiliário a cada uma delas conectado. O capítulo V do regimento, que trata da Biblioteca, possui onze artigos próprios para regular seu funcionamento, entre horários, regras de empréstimo e regulamento⁴⁵⁶. Já o capítulo VII, que trata do Material do Instituto, contém apenas oito artigos, não especificando qual é o material em termos de mobiliário (mesas,

⁴⁵³ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (Org.). Faculdade Nacional de Filosofia: Matizes de uma proposta autoritária. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989b, p. 25.

⁴⁵⁴ INSTITUTO DE PSICOLOGIA. Regimento. Rio de Janeiro, 1949, pp. 3-4.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 4.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, pp. 6-7.

estantes, cadeiras etc) e instrumentos ou aparelhos de laboratório⁴⁵⁷. Mais uma vez, não foi possível definir o cabedal de instrumentos de laboratório do Instituto, e é possível que muito do que possivelmente tenha sido herdade da Colônia tenha se perdido.

Há ainda as atribuições de cada uma das três divisões. À Divisão de Estudos Teóricos, competia desenvolver o conhecimento das bases teóricas da psicologia, investigar os fundamentos das diversas orientações doutrinárias, analisar as relações da psicologia com as demais ciências e realizar estudos sobre a evolução histórica da psicologia⁴⁵⁸. À Divisão de Pesquisas Experimentais, competia desenvolver o conhecimento da metodologia experimental na psicologia, aperfeiçoar as técnicas de experimentação psicológica, fundamentar critérios para interpretação e apuração dos resultados da pesquisa e estabelecer as bases experimentais das aplicações da psicologia⁴⁵⁹. Por fim, à Divisão de Psicologia Aplicada, competia utilizar estudos teóricos e experimentais na investigação dos problemas psicológicos inerentes à atividade humana individual e coletiva, desenvolver a observação e a experimentação para fins de diagnóstico psicológico, desenvolver e adaptar técnica psicológicas aplicáveis à educação e a organização científica do trabalho e investigar as aplicações da psicologia no campo da sociologia⁴⁶⁰.

Como sabemos, o instituto terá um foco maior no desenvolvimento de pesquisas de cunho teórico, deixando as experimentais e de aplicação em segundo plano. Uma das formas de averiguar as atuações do Instituto estão em suas publicações. Previstas no regimento no 52º artigo, “o Instituto de Psicologia promoverá as publicações de seus estudos e pesquisas sob forma de Boletim e Monografias, reservando em seu orçamento uma verba para este fim.”, e de acordo com o artigo 53º, a direção das publicações é de competência do Diretor.⁴⁶¹

O IP, na gestão de Nilton Campos, teve duas séries de publicações: os já mencionados Boletins do Instituto de Psicologia, cuja lista de publicações se encontra disponível para consulta no Apêndice III da tese, e as Monografias Psicológicas, um curto grupo de pequenas monografias cuja lista pode ser consultada no Apêndice IV.

Em ambas é possível notar a quantidade de trabalhos puramente teóricos. Começando com as Monografias, que foram publicadas de 1948 a 1958, constituem nove trabalhos, onde sete são discussões de cunho teórico apenas. *Fundamentals of the Phenomenological Attitude in Modern Psychology*, de Nilton Campos; *Teorias Emergentistas da Personalidade*,

⁴⁵⁷ INSTITUTO DE PSICOLOGIA. Regimento. Rio de Janeiro, 1949, pp. 8-9.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p. 11.

⁴⁵⁹ *Ibidem*, p. 11.

⁴⁶⁰ *Ibidem*, pp. 11-12.

⁴⁶¹ *Ibidem*, pp. 15-16.

Orientação, Seleção e Formação Profissional no Brasil e *The Disease Concept of the Notion of Psychological Abnormality in Psychology of Personality*, de Eliezer Schneider; *Notas Sobre o Behaviorismo*, de Antônio Gomes Penna; *A Utilidade e a Nocividade das Emoções*, de J. Alves Garcia e, por fim, um volume dedicado às comunicações enviadas pelos colaboradores do Instituto ao 13º Congresso de Psicologia realizado em 1951, em Estocolmo, na Suécia. Em nenhuma destas se detectam estudos de psicologia aplicada ou experimental.

As exceções ficam por conta de Cleodulfo Vianna Guerra, um dos colaboradores do Instituto, que publicou dois estudos empíricos envolvendo testagem psicológica em dois contextos distintos: desenvolvimento de crianças no primeiro ano de vida e estudos sobre a inteligência de menores sífilíticos de até 14 anos do *Serviço de Assistência a Menores*.

Intitulado *Sífilis Inata e Inteligência: Estudo Baseado em 211 Casos*⁴⁶², o primeiro trabalho consistiu em traçar um paralelo entre as crianças sífilíticas de passagem pelo SAM e seus níveis de inteligência aferidos pelo teste Binet-Simon. O intuito era descobrir o quanto a sífilis interferia no desenvolvimento infantil. Segundo Vianna Guerra, “não se trata, evidentemente, de apurar a porcentagem de luéticos entre os débeis mas, sim, de perquirir até que ponto a infecção pode influir sobre o desenvolvimento intelectual dos imaturos”⁴⁶³. Ainda segundo o autor:

“O trabalho que realizamos abrange o total de 211 crianças e jovens sífilíticos encontrados em meio de 17.000 menores que constam em todo o arquivo do Serviço de Assistência a Menores do MJNI [Ministério de Justiça e Negócios Interiores]. O grupo estudado apresenta-se, portanto, selecionado por duplo critério, a saber, o fato de que as crianças padeciam a infecção luética no ato da internação no Serviço e a circunstância de pertencerem todas à população abandonada do Distrito Federal.”⁴⁶⁴

Os resultados chegaram à conclusão que existia um “curioso paralelismo” entre sífilis e medidas de inteligência: “Para 84 crianças com reações de Kahn fortemente positivas a média do Q.I. é de 71, enquanto que para as 127 com reações apenas positivas, a média do Q.I. é 76”⁴⁶⁵. Logo, o autor conclui que a sífilis afeta fortemente o desenvolvimento da inteligência, pois quando é mais forte a reação, menor a média de Q.I. das crianças.

No segundo estudo de Vianna Guerra, intitulado *Aspectos do Desenvolvimento de Lactentes de Berçário*⁴⁶⁶, e tinha por objetivo “a diagnose das fases evolutivas do

⁴⁶² VIANNA GUERRA, Cleodulfo. Sífilis inata e inteligência: Estudo baseado em 211 casos. Rio de Janeiro: C. Gusmão e Cia. LTDA. Dezembro de 1948.

⁴⁶³ *Ibidem*, p. 3. Segundo Vianna Guerra, cerca de 7% das crianças do SAM padeciam de sífilis.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, p. 9.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, p. 17.

⁴⁶⁶ VIANNA GUERRA, Cleodulfo. Aspectos do desenvolvimento de lactentes de berçário. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. Dezembro de 1949.

desenvolvimento psicossomático dos lactentes, procurando estabelecer como se processa essa evolução nos infantes recolhidos pelas instituições de amparo à criança desvalida em que ocorre a ruptura do binômio mãe-filho”⁴⁶⁷. Ao analisar as crianças órfãs, Vianna Guerra queria descobrir o quanto o desenvolvimento dos bebês recém-nascidos até um ano era afetado pelo abandono materno. Segue a metodologia do estudo:

“Ora, para o estudo de vários aspectos do desenvolvimento do lactente, as 10 primeiras séries da técnica de Charlotte Bühler constituem instrumento precioso de trabalho. Por elas, pela seleção cuidadosa de situações representativas dos sucessivos períodos evolutivos que ocorrem no primeiro ano de vida, foi-nos possível realizar o presente trabalho do desenvolvimento de 210 lactentes abandonados de uma das “creches” do Rio, instituição do chamado tipo “fechado”, onde as crianças internadas logo após o nascimento só egressam após atingirem a maioridade legal”⁴⁶⁸.

A técnica mencionada envolve dez séries de numerosas provas a serem realizadas com crianças recém-nascidas até um ano. Cada uma das dez séries representa um extrato de tempo de vida (1ª série para 0 a 29 dias; 2ª série para 1 mês a 1 mês e 29 dias; 3ª série para 2 meses a 2 meses e 29 dias etc.) e possui dez tarefas, que tentam simular atividades comuns de uma criança da idade prevista.

Por exemplo, para a quarta série (3 meses a 3 meses e 29 dias), as tarefas são coisas como procurar a origem de um ruído quando se agita um chocalho perto da criança (para medir reações sensorial); reagir quando o examinador, ao estar interagindo com a criança, se afasta (para medir sociabilidade); notar a modificação de uma pessoa quando esta coloca uma máscara (para medir grau de aprendizagem), etc. Tendo cada série dez tarefas, o examinador assinala 3 dias por tarefa cumprida com êxito. Cada criança então passa por 3 séries: a correspondente com seu estágio de desenvolvimento e as duas imediatamente antes e depois. A medida do resultado é feita da seguinte forma:

“Suponhamos que uma criança, de 3 meses e 8 dias, tenha resolvido 6 provas da série que lhe corresponde, isto é, da série da série 4, 8 provas da série imediatamente inferior, série 3, e 2 provas da série imediatamente superior. Partindo-se de 3 meses para o cálculo, acrescentam-se 8 provas resolvidas, que valem 24 dias e subtrai-se o valor das duas provas não resolvidas da série inferior, que valem, também, seis dias. Logo, 3 meses são 90 dias, mais 24 dias e menos 6 dias temos o resultado da chamada idade de desenvolvimento, que é de 108 dias ou 3 meses e 18 dias. O quociente evolutivo é, apenas, o resultado da divisão desta idade de desenvolvimento pela idade cronológica, no caso figurado 108 dias divididos por 98, tem-se 110, sendo abolidas

⁴⁶⁷ VIANNA GUERRA, Cleodulfo. Aspectos do desenvolvimento de lactentes de berçário. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. Dezembro de 1949, p. 5.

⁴⁶⁸ *Ibidem*, p. 8.

as duas primeiras decimais por convenção. Ch. Bühler considera como normais os quocientes evolutivos que podem ser incluídos nos limites de 90-110.”⁴⁶⁹.

Após realizar as extensas séries em 210 crianças e traçar a evolução do desenvolvimento delas em gráficos, Vianna Guerra conclui que “se pode afirmar que o sistema de internação de crianças em instituições “fechadas”, reconhecido como prejudicial ao desenvolvimento das crianças crescidas, já é nocivo ao desenvolvimento que se observa no primeiro ano de vida”⁴⁷⁰. Ou seja: a influência de um ambiente hostil, onde falta amparo e cuidado familiar, deixam marcar no desenvolvimento infantil tão cedo quanto no primeiro ano de vida. Não tão sutil é a conclusão de Nilton Campos, onde, no prefácio, culpa as mães pelo abandono:

“Diante de dolorosas verificações comprovadas pelo Dr. Vianna Guerra, em seu estudo tão comovente, especialmente ao assinalar as conseqüências psicossociais da insuficiência de carinho feminino, malgrado a dedicação das puericultoras institucionais caberia talvez um apelo à bondade daquelas mães que pudessem reunir-se em visitas afetuosas a essas crianças que, carentes de amor materno, vão se desnutrindo física e moralmente, apesar do amparo assistencial”⁴⁷¹.

Naquele estranho mundo de 1949, onde, segundo Nilton Campos, apenas as mães são responsáveis pelo cuidado das crianças, a psicologia não tratou da relação dos pais com seus filhos recém nascidos. Entretanto, esta mesma psicologia realizou meticuloso exame dos corpos infantis, extraíndo deles medidas a partir de ações corriqueiras como virar, olhar, manter a cabeça erguida, brincar com um chocalho, sentar e levantar. Para a boa técnica psicológica, de tudo se pode extrair uma boa medida do comportamento humano.

Já nos Boletins do Instituto de Psicologia, publicados de 1951 até 1973, a proporção de trabalhos de cunho teórico é ainda maior. De modo que constituiria trabalho para outra tese apenas pormenorizar todas as publicações, sugerirei ao leitor que folheie o Apêndice III e se perca em meio aos títulos dos trabalhos. Irei comentar alguns dos trabalhos teóricos e escolher para discutir algumas das aplicações práticas que surgiram. E, como os boletins vão até 1973, selecionarei trabalhos apenas entre 1951 e 1965, me mantendo na datação do capítulo.

Como exemplos de trabalhos com fins puramente teóricos, é possível citar algumas publicações que ilustram a dimensão das pesquisas realizadas nas dependências do IP. Logo nos primeiros anos dos Boletins, temos uma tradução parcial do *De Anima*, de Aristóteles,

⁴⁶⁹ VIANNA GUERRA, Cleodulfo. Aspectos do desenvolvimento de lactentes de berçário. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. Dezembro de 1949, p. 14.

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 32.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 6.

publicado em seis números distintos⁴⁷². Constituindo uma longa série, este é um dos trabalhos que mostra a ligação clara do IP com a Filosofia.

Tal constatação é também possível de ser vista nos trabalhos de Djacir Menezes de Lima, que publica um resumo de seu curso *Seis Temas de Filosofia Científica*⁴⁷³, no de Nilton Campos, intitulado *Antecedentes Filosóficos do Isomorfismo Gestaltista*⁴⁷⁴, no de Octávio Soares Leite, intitulado *As relações entre a lógica e a psicologia segundo Kantor*⁴⁷⁵, no de Antônio Gomes Penna, intitulado *A teoria da memória em Santo Agostinho*⁴⁷⁶ e no de João Afonso de Resende, intitulado *A Ciência e o Método*⁴⁷⁷.

Havia também muita discussão teórica de temas da Psicologia, em especial sobre seus sistemas. Para citar Antônio Gomes Penna, um dos maiores contribuidores dos Boletins, temos uma longa lista de suas publicações: *A evolução da psicologia moderna e o advento do behaviorismo*⁴⁷⁸, *As críticas ao behaviorismo clássico*⁴⁷⁹, *Notas sobre psicologia do ajustamento*⁴⁸⁰, *O movimento de reação contra o elementarismo associacionista e o advento do Gestaltismo*⁴⁸¹, *Notas de introdução histórica ao estudo da psicologia*⁴⁸² e *A natureza da personalidade e as contribuições da escola gestaltista*⁴⁸³. Esta é uma lista curta, visto que Penna publicaria até o fim dos Boletins.

Outro grande contribuidor para os Boletins foi Eliezer Schneider, que escreveu inúmeros trabalhos focados em problemas de psicologia social. Alguns destes a serem listados são *A Psicologia como Ciência Social*⁴⁸⁴, *O problema psicológico da frustração e da egressão*⁴⁸⁵, *Auto-agressividade: Um fenômeno individual e social*⁴⁸⁶, *A noção de anormalidade: conceito psicossocial e conceito clínico*⁴⁸⁷ e também *Fundamentos empíricos, lógicos e experimentais do conceito sociogênico de personalidade anormal*⁴⁸⁸. Esta é outra curtíssima lista, tendo Schneider publicado ainda mais nos Boletins e também até seu fim.

⁴⁷² Ver o ano de 1954, N°s 1-2 (pp. 1-20), 3-4 (pp. 8-32), 5-6 (pp. 11-37), 9-10 (pp. 5-28), 11-12 (pp. 13-30) e ano de 1955, N° 1-2 (pp. 16-29).

⁴⁷³ Ver o ano de 1952, N° 7-8 (pp. 6-17). Tal curso fora ministrado no Instituto de Psiquiatria da UB.

⁴⁷⁴ Ver o ano de 1954, N° 3-4 (pp. 1-7).

⁴⁷⁵ Ver o ano de 1957, N° 7-8 (pp. 14-22).

⁴⁷⁶ Ver o ano de 1959, N° 1-2 (pp. 1-6).

⁴⁷⁷ Ver o ano de 1961, N° 5 (pp. 16-31).

⁴⁷⁸ Ver o ano de 1952, N° 1-2 (pp. 1-19).

⁴⁷⁹ Ver o ano de 1952, N° 7-8 (pp. 18-20).

⁴⁸⁰ Ver o ano de 1953, N° 1-2 (pp. 4-15).

⁴⁸¹ Ver o ano de 1953, N° 9-10 (pp. 18-21).

⁴⁸² Ver o ano de 1954, N° 3-4 (pp. 1-10).

⁴⁸³ Ver o ano de 1957, N° 1-2 (pp. 1-6).

⁴⁸⁴ Ver o ano de 1951, N° 1-2 (pp. 20-26).

⁴⁸⁵ Ver o ano de 1951, N° 7-8 (pp. 21-24).

⁴⁸⁶ Ver o ano de 1957, N° 5-6 (pp. 1-9).

⁴⁸⁷ Ver o ano de 1958, N° 5-6 (pp. 1-21).

⁴⁸⁸ Ver o ano de 1959, N° 7-8 (pp. 15-32).

Estas questões teóricas e filosóficas estavam conectadas também com as atividades didáticas de Nilton Campos e do IP. As duas principais atuações didáticas dele na UB foram na Cátedra de Psicologia e na cadeira de Psicologia Social e Econômica da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas. No ano de 1952, é publicada a ementa do curso de Psicologia Social e Econômica de Nilton Campos⁴⁸⁹, que pode ser consultada no Anexo IV da tese. A comparação dos 27 pontos previstos no programa com as publicações dos Boletins reforça o caráter teórico do Instituto, além de não revelar nenhuma atividade prática prevista.

Já em 1953, é publicada a ementa das cadeiras de psicologia do curso de Filosofia⁴⁹⁰, e trata-se de um curso massivo, justamente por estar presente nos três anos de duração da formação em filosofia da *Universidade do Brasil*. No Anexo V da tese está a relação completa dos pontos previstos de aula, e os discutirei brevemente adiante.

A primeira série é inteiramente dedicada a discutir uma “Introdução filosófica e científica ao estudo da Psicologia”, e contém nada menos que 28 pontos de discussão, contendo temas como materialismo atomista grego e suas concepções sobre a estrutura da alma e seu funcionamento (ponto 3), consequências do dualismo substancial e Descartes para a separação radical entre a fisiologia e a psicologia (ponto 12) e Kant e a impossibilidade da psicologia se ruma ciência propriamente dita (ponto 23).

A segunda série prevê dois temas centrais: “Lógica e metodologia da Psicologia Científica” (19 pontos de aula) e “Desenvolvimentos dos diversos sistemas psicológicos modernos” (12 pontos de aula). Aqui, observamos a importância das publicações dos Boletins com mais cuidado: em sua maior parte, consistiam nas anotações de aula e demais discussões dos cursos, que Campos e os colaboradores aproveitavam e transformavam em trabalhos.

Já a terceira série prevê três temas centrais: “Origem e desenvolvimento dos sistemas psicológicos contemporâneos” (7 pontos de aula), “Estudo da profundidade psíquica inconsciente” (4 pontos de aula) e “Origem e desenvolvimento do estudo da Personalidade” (10 pontos de aula). É apenas no fim da terceira série do curso de Filosofia que os alunos teriam algum conteúdo prático: Em seção intitulada “Diretrizes do Ensino de Formação Prática e Experimental em suas Indicações Gerais”, Nilton Campos prevê um breve conteúdo prático, dividido entre problemas de aplicação (aparelhagem de um laboratório de psicologia, testes psicológicos, método de questionários, testes projetivos etc.) e investigações experimentais (da

⁴⁸⁹ CAMPOS, Nilton. Programa de Psicologia Social e Econômica da F.N.C. Econômicas. In: Boletins do Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. N° 1-2, 1952, pp. 21-23.

⁴⁹⁰ CAMPOS, Nilton. Cátedra de Psicologia. In: Boletins do Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. N° 11-12, 1953, pp. 10-20.

percepção, memória, sentimentos, emoções, pensamento e inteligência), além de uma última discussão sobre métodos e técnicas do estudo da personalidade.

Como vimos, entretanto, este tipo de estudo mais aplicado e técnico era minoria. Cito-os para mostrar que uma marca desta fase do Instituto, de 1937 até 1965, é permanecer entre a técnica psicológica de exame, subsidiária da Medicina, e as discussões teóricas que eventualmente viriam a transformar a psicologia numa profissão autônoma, regulada por uma lei que estabelece com exatidão as atribuições profissionais do psicólogo e como estas se refletem nos primeiros cursos de formação em psicologia. Adiante, tratarei melhor da questão da profissão de psicologia e como a regulamentação da profissão afetou o IP.

Profissionalização da psicologia no Brasil: O surgimento do Curso de Psicologia

É impossível traçar neste capítulo, que se encontra em vias de ser finalizado, todas, ou mesmo só uma, genealogia do surgimento da profissão de psicólogo no Brasil. Trata-se de um trabalho complexo demais para se inserir num tópico apenas tangente à esta tese. Entretanto, é possível discutir com profundidade razoável as primeiras tentativas de criação de uma lei de regulamentação da profissão.

Os primeiros projetos que tentaram regular a atuação de profissionais de psicologia surgiram por volta da década de 1950, quando se começa a constatar que muitas pessoas atuavam profissionalmente sob denominações de “psicologista”, “psicotécnico” ou mesmo “psicólogo” profissional. Conta Lourenço Filho, em entrevista ao jornal *A Noite*, de abril de 1954, que:

“Na realidade, porém, não se cuidou da “formação regular” de trabalhadores de psicologia, de modo que, de par com profissionais dos mais ilustres, há pessoas que exercem ou tentam exercer tais atividades sem a devida ou necessária preparação. [...] Será preciso, pois, distinguir entre realizações idôneas e realizações inidôneas. O nome “psicologia” tem-se aplicado infelizmente a coisas muito diversas e assim, também a suas aplicações. Já existem em nosso país centros de psicologia aplicada compatíveis aos de outros países, dos mais adiantados; existem, porém, iniciativas cujo valor pode ser discutido, a começar pela publicidade que fazem absolutamente contrária aos princípios da boa ética.”⁴⁹¹.

Lourenço Filho segue sendo entrevistado sobre os tipos de profissionais deste área – psicólogos, psicotécnicos ou psicologistas, qualquer fosse o nome – e ele define que deveriam existir, no entendimento dos especialistas da época, ao menos três vertentes de formação: uma psicotécnica ligada à educação, uma psicotécnica ligada ao trabalho e um terceiro tipo de

⁴⁹¹ *Urgente a regulamentação da profissão de psicologista*. *A Noite*, 13 de abril de 1954, p. 6.

formação que era problemática, a “psicologia clínica”, por se sobrepor com outra área: a Medicina. Lourenço Filho então explica o problema:

“Quanto aos dois primeiros não se suscitam maiores dúvidas. Eles já possuem princípios e técnicas bem definidos. Com relação, porém, aos profissionais da psicologia clínica, há pontos delicados a estabelecer, dado a superposição de técnicas propriamente psicológicas e de técnicas propriamente médicas. Pode-se, por exemplo, perguntar: “Só os médicos devem exercer a psicologia clínica?”. Há, a este respeito, diferentes soluções em diferentes países. Mas, ainda com relação a esse ramo, entendemos que será preciso fazer alguma coisa. Aqui mesmo, no Rio, já existem “psicologistas clínicos” em franca atividade, quer associados com instituições médicas, quer trabalhando isoladamente, e com formação muito variada.”⁴⁹².

Vemos, portanto que um dos principais problemas da criação da profissão de psicólogo será a fronteira com a Medicina. Até onde pode o psicólogo ir? De que fronteira ele não pode passar em absoluto? Existiram áreas cinzas, onde ambos os profissionais – médico e psicólogo – pudessem habitar simultaneamente? Respostas para estas perguntas animarão os debates pela criação da lei, e não será uma animação no sentido positivo.

A pesquisadora Marisa Baptista, em seu trabalho sobre a regulamentação da profissão em nosso país, indica que várias comissões e debates se instalaram pelas instituições de psicologia no Brasil na década de 1950. A questão dos nomes surge porque indicariam diferentes atribuições: as denominações a nível de profissionalização seriam ou psicologista, ou um técnico (em psicologia) ou um psicólogo⁴⁹³. Cada uma destas atribuições teria uma formação diferente e um grau de liberdade em relação às fronteiras da Medicina: enquanto os técnicos serem “[...] possivelmente [...] profissionais que se subordinariam aos médicos”⁴⁹⁴, o psicologista seria um profissional com bacharelado autônomo cursado em universidade e formação técnica subordinada cursada fora dela⁴⁹⁵ e o psicólogo, formado integralmente numa faculdade de Filosofia⁴⁹⁶. Houve ainda discussões posteriores que davam preferência à formação de psicologista, dado que a formação psicotécnica seria muito restritiva e a formação em psicólogo seria muito ampla⁴⁹⁷.

A questão, portanto, girava em torno do que faria o psicólogo e se este deveria ou não se remeter aos médicos. Trata-se do problema da autonomia *versus* subordinação, e as diferentes gradações no meio dos caminhos até os dois extremos. Fosse mais para perto da

⁴⁹² *Urgente a regulamentação da profissão de psicologista*. A Noite, 13 de abril de 1954, p. 6.

⁴⁹³ BAPTISTA, Marisa Todescan Dias da Silva. A Regulamentação da Profissão de Psicologia: Documentos que explicam o Processo Histórico. In: *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2010, N° 30, p. 178.

⁴⁹⁴ *Ibidem*.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p. 176.

⁴⁹⁶ *Ibidem*, 177.

⁴⁹⁷ *Ibidem*, p. 180.

medicina, seria mais um psicotécnico e estaria sob supervisão estrita do médico, especialmente no que toca a psicologia clínica; fosse mais para a autonomia profissional, se distanciaria do médico mas teria uma formação muito ampla, o que foi objeto de muitos debates dado que a formação técnica era impossível em algumas universidades, que simplesmente não possuíam estrutura para formar psicólogos desta maneira.

Para o IP, a situação seria difícil de ser resolvida no sentido de uma liberdade maior. Nilton Campos era terminantemente contra o afastamento da psicologia da Medicina. Em entrevista realizada pelo *Correio da Manhã*, de 05 de junho de 1953, a repórter Flávia Silveira Lobo visita o IP para encontrar com seu diretor. A impressão que teve do Instituto não foi das melhores:

“Instituto de Psicologia: cinco ou seis salas, poeira, barulho. Onde é que já se viu? Uma porção de aparelhos dentro de armários. Primeiro tirar o aparelho; depois, ajustá-lo, aferi-lo. No fim, guardar de novo. Mas, felizmente, o diretor me diz que a mudança não tardará. O reitor está empenhado nisso. Ainda bem”⁴⁹⁸.

Sua intenção era entrevistar Nilton Campos sobre a questão da regulamentação da profissão da Psicologia, área de saber que, em suas palavras, “está a pedir um curso independente, à parte, de quatro anos, como o de Física, por exemplo.”⁴⁹⁹. Segue a entrevista insistindo que Campos fale sua opinião – a qual ele parece querer evitar dar – e se inicia o assunto vestibular: “francês, inglês, matemática, biologia, introdução à filosofia. Durante o curso: Psicologia, biologia superior, matemática, lógica, metodologia da ciência. Nunca mais de quatro matérias por ano”⁵⁰⁰. A repórter insiste que Campos fale mais, e o indaga se o curso não poderia ser cursado muito cedo por alguém e este formar-se um psicólogo imaturo. Campos rebate:

“A sra. tem razão. Mas depois de quatro anos vem dois de pós-graduação, com especialização e doutorado. E o meu desejo é que só depois dos seis anos completos, incluída a defesa de tese, venha o direito de exercer uma profissão realmente delicada e mal compreendida. Aliás, o curso já será um estímulo ao amadurecimento. E afinal, um médico estuda seis anos, não é verdade?”⁵⁰¹.

Aqui é evidente a posição de Nilton Campos: a psicologia precisa ter uma formação controlada, supervisionada e até mesmo comparada à da Medicina. A entrevista termina com uma pergunta sobre quem seria responsável pelo tratamento de eventuais pacientes, e, para Campos, não há dúvidas que deveria ser responsabilidade dos médicos, pois “senão o físico

⁴⁹⁸ LOBO, Flávia da Silveira. *Abaixo o charlatanismo*. Correio da Manhã, 05 de junho de 1953, p. 8.

⁴⁹⁹ *Ibidem*.

⁵⁰⁰ *Ibidem*.

⁵⁰¹ *Ibidem*.

deveria também poder ser fisioterapeuta – e o químico deveria poder receitar drogas. Os campos são diferentes. Não se trata de subordinação, de humilhação, que não é isso: trata-se de dar a César o que é de César.”⁵⁰². Levando-se em consideração que esta entrevista foi realizada em 1953 e que a Lei N° 4.119, que regulamentou a profissão de psicologia, foi assinada em agosto de 1962, é impressionante constatar o quanto a psicologia ainda estava ligada ao saber médico.

Em 1957, nos Boletins do Instituto de Psicologia, é publicado um texto que reflete esta discussão. De autoria de Lourenço Filho e intitulado “A formação de psicologistas e sua regulamentação profissional”⁵⁰³, trata-se de um apanhado das principais posições das instituições e demais intelectuais da época, culminando numa espécie de parecer que começa a direcionar a regulamentação e o modo como os cursos seriam criados nas universidades.

Lourenço Filho abre o texto com uma contundente declaração de Nilton Campos:

“Começam a surgir os falsos psicologistas, com conhecimentos autodidáticos, ou então, supostamente adquiridos em palestras de divulgação, onde se obtém certificados sem nenhuma validade científica para fins profissionais. Reveste-se porém de especial gravidade o exercício da prática terapêutica por alguns mais audaciosos, constituindo uma séria violação legal e moral. Na verdade, é inadmissível permitir-se tal prática sem prévia formação universitária profissional, e sem obediência a indeclináveis imposições de ordem ética.”⁵⁰⁴.

O resto do texto encaminha uma série de deliberações que seriam discutidas junto a outras entidades ligadas à psicologia e eventualmente alteradas de modo que culminariam na aprovação da Lei N° 4.119 de 27 de agosto de 1962⁵⁰⁵, que regulamenta a profissão de psicologia no país. A aprovação desta lei tem um impacto enorme no Instituto de Psicologia, pois pela primeira vez o IP teria uma função de formação de profissionais com amparo legal e delimitações claras de atuação. Ao contrário do instituto que Radecki brevemente geriu, desta vez a existência de uma Lei irá dar o amparo necessário para que um curso seja montado.

Efetivamente, as atribuições do IP da posse de Nilton Campos até a aprovação da Lei N° 4.119 foram apenas auxiliares. Porém, com a aprovação da Lei N° 4.119, o instituto que permanecia publicando trabalhos teóricos em suas cinco ou seis salas do Edifício Nilomex subitamente se viu apto a receber alunos, e a demanda pelo curso de Psicologia era alta. Em especial a Universidade do Brasil foi cotada para abrir um curso porque cumpria todas as exigências. Analisemos a Lei.

⁵⁰² LOBO, Flávia da Silveira. *Abaixo o charlatanismo*. Correio da Manhã, 05 de junho de 1953, p. 8.

⁵⁰³ LOURENÇO FILHO, M. B. A formação de psicologistas e sua regulamentação profissional. In: Boletins do Instituto de Psicologia: Rio de Janeiro, N° 11-12.

⁵⁰⁴ *Ibidem*, p. 1.

⁵⁰⁵ BRASIL. Lei N° 4.119 de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a formação de psicólogo.

Em seu 1º artigo, a Lei Nº 4.119 estabelece que “A formação de psicologia far-se-á nas Faculdades de Filosofia, em cursos de bacharelado, licenciado e psicólogo”⁵⁰⁶. Já com relação às condições necessárias para o funcionamento do curso, os artigos 15 e 16 definem que:

“Art. 15. Os cursos de que trata a presente lei serão autorizados a funcionar em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, mediante decreto do Governo Federal, atendidas as exigências legais do ensino superior.

Parágrafo único. As escolas provarão a possibilidade de manter corpo docente habilitado nas disciplinas dos vários cursos.

Art. 16. As Faculdades que mantiverem curso de Psicólogo deverão organizar Serviços Clínicos e de aplicação à educação e ao trabalho - orientados e dirigidos pelo Conselho dos Professores do curso - abertos ao público, gratuitos ou remunerados.

Parágrafo único. Os estágios e observações práticas dos alunos poderão ser realizados em outras instituições da localidade, a critério dos Professores do curso.”⁵⁰⁷.

Desta forma, no final de 1962, o Conselho Federal de Educação⁵⁰⁸ emite o Parecer Nº 403 de 19 de dezembro⁵⁰⁹. Para sua emissão colaboraram diversos especialistas, dentre eles os já citados Nilton Campos e Lourenço Filho, e estabelecem as diretrizes para a criação do primeiro currículo de psicologia do país. O currículo mínimo ficou então fixado da seguinte forma, e contendo as seguintes disciplinas⁵¹⁰:

<i>Bacharelado/Licenciatura</i>	<i>Diploma de Psicólogo</i>
Fisiologia	Técnicas de Exame e Acompanhamento Psicológico
Estatística	Ética Profissional
Psicologia Geral e Experimental	<i>Mais três das seguintes:</i>
Psicologia do Desenvolvimento	Psicologia do Excepcional / Dinâmica de Grupo e Relações Humanas
Psicologia da Personalidade	Pedagogia Terapêutica / Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem
Psicologia Social	Teorias e Técnicas Psicoterápicas / Seleção e Orientação Profissional
Psicopatologia Geral	Psicologia da Indústria

O curso que confere o diploma de Bacharel ou Licenciado em Psicologia teria apenas as disciplinas da coluna esquerda da tabela acima. Caso o aluno buscasse o Diploma de

⁵⁰⁶ BRASIL. Lei Nº 4.119 de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a formação de psicólogo.

⁵⁰⁷ *Ibidem*.

⁵⁰⁸ À época, entidade do Governo que cumpria as funções do atual Ministério da Educação (MEC).

⁵⁰⁹ CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer Nº 403/62. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Currículos Mínimos dos Cursos de Graduação. Brasília, 1981, 4º Ed. pp. 484-487.

⁵¹⁰ *Ibidem*, pp. 484-486.

Psicólogo, teria de cursar mais cinco disciplinas: obrigatoriamente Técnicas de Exame e Acompanhamento Psicológico e Ética Profissional e mais três das sete listadas na coluna direta da tabela acima.

É em cima deste currículo mínimo que a congregação da Faculdade Nacional de Filosofia irá trabalhar. E, de acordo com o Ofício N° 1.414 de 5 de agosto de 1963⁵¹¹, o diretor da FNF á época, Eremildo Luis Vianna, informa a Comissão de Ensino e Regimento da Congregação daquela unidade:

“Tenho a honra de submeter à apresentação de V. V. Excias. O anexo projeto do currículo do Curso de Psicologia, que esta diretoria pretender fazer funcionar a partir do ano de 1964, se para tanto a Colenda Congregação der sua permissão. Convém salientar que o previsto projeto foi elaborado com a cooperação de membros da Cátedra de Psicologia desta Faculdade, havendo sido ouvido o eminente Prof. Dr. Nilton Campos. O referido projeto é decorrente de imposição legal e nele se procurou obedecer ao currículo mínimo instituído pelo Egrégio Conselho Federal de Educação. Encarando a urgência no exame da matéria submetida a V. V. Excias., espero que possa receber o parecer desta ilustrada comissão a tempo de submetê-lo ao exame da Colenda Congregação e, posteriormente, ao Egrégio Conselho Universitário.’.

O currículo proposto foi dividido em quatro séries, espalhando as disciplinas obrigatórias do bacharelado ou licenciatura em quatro anos, com o acréscimo de um ano extra aos que buscavam obter o diploma de psicólogo. A organização deste primeiro currículo se encontra no Anexo VI desta tese.

Entretanto, muitos problemas antecedem o início do curso. No dia 9 de setembro de 1963, faleceria Nilton Campos, deixando o Instituto sem seu diretor e a Faculdade Nacional de Filosofia sem seu catedrático. Sua morte é anunciada no Jornal do Brasil no dia seguinte⁵¹², e as aulas na Universidade do Brasil são suspensas nos dias 9 e 10 daquele mês.

Há também a questão do desmembramento da *Faculdade Nacional de Filosofia*, que por sua vez estava ligado à Reforma Universitária que aconteceria em 1968. A própria Universidade do Brasil passaria por uma reestruturação, transformando-se em Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1967, alterando completamente sua configuração. Há ainda o início da Ditadura Militar em 1964, que inaugurou um período de tensões e conflitos intensos na Universidade do Brasil que seriam levados para a UFRJ, e o Instituto de Psicologia terá participação forte neste cenário.

⁵¹¹ Ofício N° 1.414: Currículo do Curso de Psicologia de 1964 da Faculdade Nacional de Filosofia. Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES). Fundo Faculdade Nacional de Filosofia, Dossiê 449.

⁵¹² *Suspensas aulas da UB em consequência da morte do Prof. Nilton Campos*. Jornal do Brasil, 10 de setembro de 1963, p. 13

A questão maior que me impede de tratar do início do curso de psicologia é a mudança da sede do Instituto. De acordo com Eliezer Schneider, desde pelo menos 1963 já havia planos para uma mudança de sede, a ser o instituto realocado em um galpão na Praia Vermelha⁵¹³, onde funcionavam diversos cursos da *Universidade do Brasil*. Uma publicação dos Boletins do Instituto de Psicologia de 1965 anuncia então que “Continuam, em ritmo acelerado, as obras do Pavilhão Nilton Campos, na Reitoria da Universidade do Brasil, onde será instalada a nova sede do Instituto de Psicologia que poderá, assim, dispor de acomodações condignas para a realização de largo programa de pesquisa.”⁵¹⁴.

Tratar do surgimento do curso, da reforma universitária, do trânsito administrativo do IP pelas diversas configurações instáveis no período entre a *Universidade do Brasil* terminar e a *Universidade Federal do Rio de Janeiro* começar, das manifestações da época da Ditadura Militar e, principalmente, da mudança de sede, tornariam este capítulo maior do que deve ser. Deixo, então, para o próximo e último capítulo da tese esta miríade de acontecimentos simultâneos, a serem tratados todos detalhadamente em suas complexidades.

De 1937 a 1965: A Psicologia entre a Técnica e a Profissão

O que tentei mostrar com este capítulo é um período na história do Instituto de Psicologia que não se encaixa num único conceito ou um único enquadramento histórico. Se o que marca o primeiro capítulo é a característica de uma psicologia como uma técnica psicológica da Medicina Social e o que marcará o próximo capítulo é o desenvolvimento do curso de psicologia e de modo autônomo e sendo a principal função do Instituto, o que irá marcar este capítulo é estar exatamente entre dois processos completamente distintos.

O maior desafio de narrar o período de 1937 a 1965 é a multitude de acontecimentos e eventos simultâneos que tumultuam qualquer tentativa de uma narrativa coerente, linear e organizada. Enquanto Grabois dá seus cursos de divulgação num instituto de cunho técnico-científico, Ombredane como catedrático de Psicologia da Faculdade Nacional de Filosofia, trazido ao Brasil para auxiliar na formação de quadros do magistério, irá colaborar com a psicotécnica da guerra e no auxílio e investigação do desenvolvimento infantil. Dois personagens ocupando funções quase opostas que não intencionalmente trocaram entre si suas funções esperadas.

O que talvez explique esta enorme confusão de papéis esperados é simplesmente a impossibilidade de se reduzir o período da década de 1930 até a década de 1960 a um conjunto

⁵¹³ SCHNEIDER, Eliezer. Depoimento. In: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992, p. 151.

⁵¹⁴ Noticiário. In: Boletins do Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro, N° 4, p. 25.

de vitórias da consolidação da psicologia. Se seguíssemos a linha do tempo da psicologia no Brasil, por exemplo, eu estaria com enorme dificuldade de explicar como o Instituto de Psicologia, que supostamente deveria representar uma consolidação do saber psicológico autonomizado no Brasil, tinha diversas funções menos a de consolidar uma psicologia autônoma. Como vimos, no caso de Grabois, consolidou, sim, uma psicotécnica como instrumento auxiliar, não autônomo.

Já na etapa em que se fala de Nilton Campos e sua imperiosa gestão dupla como diretor-catedrático, a anexação do instituto pela cátedra apenas revela a distância que a psicologia tinha das universidades, especialmente no caso do IP. O instituto veio herdado de uma configuração universitária que ainda engatinhava e necessitava de auxílio de instituições técnicas que lhe ampliassem suas funções de ensino e extensão; a cátedra veio sob um decreto de um governo autoritário, que tinha todas as intenções de utilizá-la num sentido puramente ideológico de emancipar o país e criar uma elite alinhada ao Estado. A psicologia correu por entre estes intensos jogos, disputas e conflitos, e o Instituto de Psicologia a acompanhou onde ia e era chamada. Ao sabor de grandes mudanças estruturais no país, o saber psicológico parece um personagem coadjuvante seguindo enredo de uma peça muito maior do que ele.

Insisto na posição de estar *entre* do Instituto porque, em muitos casos analisados aqui, era o que se constatava. A primeira metade do capítulo teve uma narrativa *entre* o instituto e a cátedra, e a segunda metade trata de uma transição de uma psicologia como técnica para um arranjo profissional. Não exatamente um meio termo, mas uma entidade que habita algo confortavelmente um interstício de saberes, instituições, personagens, dispositivos legais e interesses político-administrativos.

Há uma última passagem desta curiosa história que serve para indicar o quão intersticial o instituto de psicologia era, e se trata de uma situação que ocorreu no final do ano de 1961, na Faculdade Nacional de Filosofia. À época, existia uma disciplina prevista no curso de Jornalismo daquela instituição que causou uma comoção entre os professores, pois se discutia exatamente qual o curso responsável por ela. Trata-se da disciplina de Psicologia Social.

O professor Costa Pinto então assina um Memorando solicitando que o Diretor da FNF opine sobre qual departamento alocar a disciplina. E então define melhor o problema:

“Vista a questão do ângulo particular e específico em que tem sido colocada a disciplina na nossa estrutura universitária, poder-se-ia dizer que, embora haja muito pouco a invocar no passado em favor de qualquer tese, ou ponto de vista, a verdade é que o pouco de Psicologia Social que já se cultivou na tradição universitária brasileira foi sempre com um caráter de disciplina social. Lecionada pelo saudoso Arthur Ramos, ela surgiu como disciplina autônoma dos nossos currículos na antiga Universidade do Distrito Federal, ministrada portanto, por

autêntico cientista social, como era Arthur Ramos. Quando se criou a Faculdade Nacional de Filosofia a cadeira de Psicologia Social não foi aproveitada no Departamento de Ciências Sociais, nem no currículo da nova Faculdade, passando seu antigo professor a ser o titular da Cadeira de Antropologia.”⁵¹⁵.

O professor evoca a figura de Arthur Ramos e seu passado como cientista social para trazer a disciplina de Psicologia Social para o rol das ciências sociais. Entretanto, esta disciplina só ressurgiria quando o curso de Jornalismo foi efetivamente criado em 1950. Especialmente, ela entra como parte integrante deste curso na sua segunda série, incluída no terceiro grupo de disciplinas informado no artigo 3 do Decreto N° 28.923 de 01 de dezembro de 1950: “Rádio Jornalismo: Introdução à Educação, Psicologia Social, Criminologia e Técnica de Jornal”⁵¹⁶. O professor Costa Pinto prossegue com sua argumentação:

“Ao se criar o curso de Jornalismo na Faculdade Nacional de Filosofia, estabeleceu-se a disciplina em seu currículo que tem tido sorte incerta, oscilando da cadeira obrigatória para cadeira optativa. A Congregação, houve por bem honrar o autor deste parecer, como docente livre. Neste sentido, a escolha da Congregação significa uma antecipação do rumo da decisão que agora deve tomar quanto à localização da disciplina. Há muito reivindicam, professores e alunos do Curso de Ciências Sociais, que neste curso seja ministrada a Psicologia Social. E se essa necessidade sentida é hoje concretizada, não resta a menor dúvida de que seria uma enorme frustração para os que a desejaram vê-la deslocar-se do âmbito do Departamento de Ciências Sociais. Em certo sentido, toda essa argumentação só poderia se justificar se houvesse na Faculdade Nacional de Filosofia, dois departamentos, o de Sociologia e o de Psicologia, tal como acontece noutros países, sobretudo nos Estados Unidos, e se entre esses dois Departamentos se discutisse onde incluir a Psicologia Social.”⁵¹⁷.

É neste momento que surge o problema. Como discuti neste capítulo, o Instituto de Psicologia não constituía um Departamento próprio, sendo um Instituto separado – tanto fisicamente quanto administrativamente – do resto da Faculdade Nacional de Filosofia. Esta, por sua vez, tinha seus Departamentos alinhados com seus cursos. E, conforme vimos, havia um Departamento de Ciências Sociais, onde a disciplina de Psicologia Social em tese deveria estar alocada, sem um catedrático associado a ela, visto que não constituía cátedra. Mas a Cátedra mais próxima, a de Psicologia, estava alocada no Departamento de Filosofia. Desta forma, a discussão não poderia ser como a dos Estados Unidos – cabe a Psicologia Social na

⁵¹⁵ Memorandum sobre a situação da disciplina de Psicologia Social. Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES), Dossiê 709.

⁵¹⁶ BRASIL. Decreto N° 28.923 de 01 de dezembro de 1950. Reestrutura o Curso de jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

⁵¹⁷ Memorandum sobre a situação da disciplina de Psicologia Social. Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES), Dossiê 709.

Psicologia ou na Sociologia? – mas sim uma muito peculiar ao modelo brasileiro. Segue, enfim, terminando o Memorando, o professor Costa Pinto:

“Aqui, na nossa Faculdade, na verdade, a situação está longe de ser essa [dos Estados Unidos], pois os dois Departamentos que se cotejam são um Departamento de *Ciências Sociais* de um lado, e do outro lado um Departamento de *Filosofia*. No primeiro encontram-se a Sociologia, a Antropologia, a Estatística, a Ciência Política, a Etnologia, a Economia etc. No segundo encontram-se a Metafísica, Ética, Filosofia, História da Filosofia, e também, certo ou errado, a Psicologia. Neste caso, o que se poderia discutir seria, talvez, se a própria Psicologia “tout court”, entendida como disciplina científica, não estaria melhor alocada no Departamento de Ciências Sociais... O que não resta a menor dúvida é que, mais uma vez, não podemos deixar a questão se decidir no nível gramatical: do ponto de vista metodológico, o substantivo de denominação da disciplina está no vocábulo “Social” que adjetiva a Psicologia.”⁵¹⁸.

Este talvez seja o melhor exemplo do interstício que habitava o Instituto de Psicologia. Nada podia fazer para clamar para si uma disciplina que, em tese, poderia ser sua. Se evocarmos o Regimento de 1949, veremos que no 47º artigo, sobre as competências da Divisão de Psicologia Aplicada, na alínea d, encontra-se a atribuição de “investigar as aplicações da psicologia no campo da sociologia”⁵¹⁹. Entretanto, não sendo o IP um departamento, nada poderia fazer. A disputa ficaria entre a Filosofia e as Ciências Sociais⁵²⁰.

Este é o tipo de situação que a Reforma Universitária irá reconfigurar quando alocar a responsabilidade das disciplinas nos institutos básicos das universidades, extinguindo o sistema de cátedras e implementando o sistema de disciplinas, departamentos e créditos. São as próximas cenas do capítulo final desta história.

⁵¹⁸ Memorandum sobre a situação da disciplina de Psicologia Social. Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES), Dossiê 709.

⁵¹⁹ INSTITUTO DE PSICOLOGIA. Regimento. Rio de Janeiro, 1949, p. 12.

⁵²⁰ Não consegui encontrar o fim desta disputa entre os arquivos, mas, ao que tudo indica, a disciplina de Psicologia Social permaneceu naquele limbo onde antes estava.

Capítulo 3- De 1965 a 2003: A Psicologia como Profissão

Da mesma forma que o início do capítulo anterior, é preciso seguir a deixa da mudança de estrutura física do instituto como um fio da meada de toda esta narrativa. E, conforme discutido, em 1965 o Instituto de Psicologia deixa as cinco ou seis salas que ocupava no Edifício Nilomex, no Centro do Rio de Janeiro, e é transferido para a Praia Vermelha, na zona sul da cidade. Agora, seguiremos com cuidado esta mudança.

O leitor atento pode perceber que o IP é transferido para a Praia Vermelha, no mesmo lugar onde estava localizado o *Hospício Nacional de Alienados*. O HNA funcionou naquele terreno até que o Ministério da Educação e Saúde foi reestruturado em 1941⁵²¹, resultando no desmonte daquela estrutura, seus pacientes transferidos para as Colônias da cidade ao longo da década de 1940⁵²² e o terreno aproveitado pela *Universidade do Brasil*. Este aproveitamento incorreu também em alguns prédios, entre eles o Palácio, que viria a se tornar a sede da UB, onde ficaria a Reitoria, e em alguns prédios para outras unidades. Sobre esta ocupação, Pedro Calmon, Reitor da UB de 1948 a 1966, descreve como o palácio e posteriormente o terreno se transformaram em campus da *Universidade do Brasil*:

“Extinto o hospício, surgiu o problema do aproveitamento do edifício, que poderia ser demolido, para em seu lugar serem construídos modernos prédios, ou restaurado, tendo-se em vista o que valia e representava para a cultura nacional. Prevaleceu este sentimento. E andou bem avisado o governo da República cedendo-o para as instalações da Universidade do Brasil. Com isto não desertaria o ensino as nobres galerias onde, desde o início, o ensino se associara à luta contra a doença, à reabilitação do espírito humano. E com as galas arquitetônicas do palácio ganharia a nossa principal instituição escolar o adequado realce. Faz honra à administração o destino dado à casa mais imponente que o Império legou à República. A reitoria da universidade assim interpretou as responsabilidades que assumiu com esta doação: e em menos de um ano (entre fevereiro e dezembro de 1949), com as verbas próprias e o auxílio do Ministério da Educação e Saúde, as obras a cargo de sua seção de engenharia, obedecendo, às linhas clássicas da construção, para lhe preservar a autenticidade sem prejuízo das adaptações requeridas pelos novos serviços, pode inaugurar nesse “Palácio Universitário” a sua sede.”⁵²³.

De 1950 em diante, várias unidades da UB ocupariam prédios e espaços no agora campus Praia Vermelha. Por exemplo, a Educação Física ficou com a ala direita do Palácio,

⁵²¹ FACCHINETI, Cristiana. Hospital Nacional de Psicopatas. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (Org.). Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil. Brasília, 2011, p. 252.

⁵²² CALMON, Pedro. O Palácio da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, 2 ed., p. 85.

⁵²³ *Ibidem*, p. 89.

enquanto a Arquitetura e a Farmácia dividiram a ala esquerda⁵²⁴, e o antigo Pavilhão de Observação do HNA se transformaria no Instituto de Psiquiatria (IPUB)⁵²⁵.

Desta forma, quando as primeiras tentativas de mudança de sede do Instituto acontecerem, a Praia Vermelha se tornaria a principal opção. Esta mudança começa a ser indicada pelo menos desde 1961, quando, no *Correio da Manhã* de agosto daquele ano, se publica que “Com a mudança da sede da *Faculdade Nacional de Arquitetura* para a Cidade Universitária, o *Instituto de Psicologia* da U.B. passará para os pavilhões externos que eram ocupados pela Faculdade”⁵²⁶. Os pavilhões mencionados constituem uma edificação nos fundos do terreno, que faz divisa com o *Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas*, e que eram ocupados pela Arquitetura em adição à ala esquerda do palácio. É neste conjunto de pavilhões que o Instituto de Psicologia está até os dias de hoje.

Entretanto, esta mudança, sinalizada em 1961, só se daria em 1965, com muitos problemas e em etapas. Em novembro de 1963 temos o aviso de que, após a morte de Nilton Campos, este daria nome ao pavilhão que tinha sido deixado pela Arquitetura, daquele momento em diante nomeado “Pavilhão Nilton Campos”, por escolha do Conselho Universitário da UB⁵²⁷. O Instituto ainda teria suas atribuições modificadas em face da Lei 4.119 de 1962, que regulamentou a profissão e os cursos de formação de psicólogos, e também pela morte de Campos, que ocasionou na vacância do cargo de catedrático de psicologia. Segundo consta no *Correio da Manhã* de 26 de novembro de 1963, o professor Leme Lopes faz uma proposta ao Conselho Universitário da UB sobre a situação do Instituto:

“O Prof. Leme Lopes, relatando ao Conselho Universitário da Universidade do Brasil, processo sobre a vacância da direção do Inst. De Psicologia e da criação do Curso de Psicólogos instituída pela Lei 4.119, acentuou que a Comissão da Reforma Universitária conceitua no capítulo da Estrutura, os Inst. Básicos e Especializados O Instituto de Psicologia deverá ser enquadrado como básico, pois, existem atualmente 4 cátedras de Psicologia e uma disciplina na UB, sendo 2 da Faculdade Nacional de Filosofia, 1 na Faculdade de Ciências Econômicas, 1 na Escola Nacional de Educação Física e Desportos e a disciplina na Faculdade Nacional de Medicina. A proposta do Prof. Leme Lopes aprovada pelo Conselho de Pesquisas da UB foi no sentido de reunir no Instituto de Psicologia todas as cátedras, para funcionar em regime colegiado, com transferência para a Praia Vermelha de todo o patrimônio, onde seriam ministrados além dos cursos normais os novos cursos de Psicologia.”⁵²⁸.

⁵²⁴ CALMON, Pedro. O Palácio da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, 2 ed., p. 89.

⁵²⁵ FACCHINETTI, Cristiana. Hospital Nacional de Psicopatas. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (Org.). Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil. Brasília, 2011, p. 252

⁵²⁶ *Roteiro Universitário: Instituto de Psicologia*. Correio da Manhã, 01 de agosto de 1961, p. 2, segundo caderno.

⁵²⁷ *Ensino: Notícias e Fatos*. Correio da Manhã, 02 e 03 de novembro de 1963, p. 14, segundo caderno.

⁵²⁸ *Ensino: Instituto de Psicologia*. Correio da Manhã, 26 de novembro de 1963, p. 8, segundo caderno.

Esta passagem destaca uma característica fundamental desta nova e última fase da história do IP: ao contrário das duas fases anteriores, onde o Instituto detinha pouca autonomia e era apenas uma entidade de colaboração com outras unidades de ensino universitárias, a fase do IP pós 1965 seria marcada por uma maior autonomia e por uma razão de ser clara: congregar as atividades de docência em psicologia para toda a *Universidade do Brasil* e posteriormente toda a *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, além de ser a responsável pelo curso de formação de psicólogos da Universidade.

Desta característica, podemos concluir três coisas. A primeira é que, se houve alguma autonomização na prática para a psicologia e suas aplicações na história do IP, esta veio apenas *depois* da Lei N° 4.119, e não *antes*. É possível, sim, vermos alguma autonomia administrativa (num sentido de independência de funcionamento), o que não implicava que a psicologia, como área de conhecimento e como aplicação, estava autonomizada em relação às outras áreas. Para o IP, é só com a lei que regulamenta a profissão de psicólogo que há uma separação que delinea com mais detalhes o que era a psicologia e o que ela não era, autonomizando essa instituição.

A segunda conclusão é a de que é muito difícil atribuir qualquer linearidade ou evolução à história do instituto. A razão de ser de suas principais mudanças – sejam elas administrativas, estruturais, físicas ou de função – dificilmente surgem de um planejamento, de caso pensado ou acúmulo de qualquer tipo de importância. Fez parte da URJ e da UB por força de leis que o conclamavam a colaborar com o arranjo universitário, foi influenciado por amplas reformas universitárias e de ensino, teve posição incerta na *Universidade do Brasil*, dependeu de uma lei para alcançar sua “independência” de outras unidades, teve na morte de seu diretor um dos estopins de sua mudança de sede... Nenhuma destas razões sugere um desenvolvimento institucional estável e linear. Pelo contrário: algumas chegam a beirar o aleatório. O IP é um instituto que “deslizou” em meio a diversas leis, muitos decretos, vários instrumentos e alguns lugares, todos estes acontecendo e se alterando simultaneamente.

Por fim, a terceira conclusão é que, quando se leva em consideração o lugar que ocupava o IP no fim do capítulo anterior – ligado à sua cátedra, mas ainda autônomo administrativamente – observaremos uma inversão ao longo deste capítulo. O Instituto que era apenas um auxiliar de ensino se transformaria num Instituto Básico da estrutura da UFRJ, e as disciplinas e departamentos, que substituiria as cátedras, serão subordinadas a ele. De alguma forma o IP conseguiu sobreviver, aos trancos e barrancos, deslizando por entre jogos de poder, disputas políticas e usos pela universidade, até desembocar numa posição de autonomia e controle maior de suas funções em relação às épocas anteriores.

Continuando nossa história, a instalação da nova sede se deu no fim de 1965, mas apenas de forma parcial. Ocorre que o pavilhão que o IP iria ocupar estava em péssimas condições de uso. Já nos Boletins do Instituto de Psicologia, em noticiário de 1965, avisava-se da necessidade urgente de obras para utilização adequada do espaço: “Os trabalhos de revestimento de pisos e paredes estão adiantados, bem como a pintura e a divisão de novas salas para diretoria, assistentes e pesquisadores”⁵²⁹. A previsão era que o instituto tivesse “[...] pelo menos, seis salas de aula, biblioteca espaçosa, salas para professores, e amplas instalações para laboratórios de psicologia experimental, inclusive de psicologia animal e biotério”⁵³⁰. Aqui, lembremos que o curso de psicologia se iniciou em 1964, ainda ligado à *Faculdade Nacional de Filosofia*, sendo ministrado nas salas apertadas do Nilomex. As primeiras turmas, portanto, passaram pela transição física, o que justificava a esperança de que as novas acomodações fossem de melhor qualidade, como na passagem a seguir:

“A mudança do Instituto deverá ocorrer em breve. Até os meados do ano de 1966 será ocupado, pelo menos, um terço da nova sede, e serão iniciadas as obras complementares que permitirão que o Instituto de Psicologia venha, afinal, a possuir uma sede digna de sua importância e capaz de integrá-lo, em posição de igualdade, no conjunto de Institutos da Universidade do Brasil.”⁵³¹.

Entretanto, já nesta época havia problemas sérios com a estrutura física do IP. Sabe-se que o laboratório de psicologia e seus usos não eram o maior foco dado por Nilton Campos em sua gestão, como discutimos no capítulo anterior. O problema se agrava quando descobrimos que já em 1965 o laboratório estava quase completamente perdido:

“RECUPERAÇÃO DO LABORATÓRIO: Por falta de espaço e de verba, grande parte dos aparelhos que formavam o patrimônio experimental do Instituto de Psicologia está inutilizável para o ensino e pesquisa. Entretanto, diante da perspectiva que se abre com a instalação no Pavilhão Nilton Campos, a nova direção do Instituto já está cuidando de recuperar alguns aparelhos e, ao mesmo tempo, de projetar a construção ou aquisição de novos. Assim, com a colaboração técnica e, inclusive, monetária dos alunos do segundo ano do curso de Psicologia, foi construído um labirinto em T, com braço de 50 cm, para realizar experimentos simples de psicologia da aprendizagem. O labirinto, que poderá servir ao ensino e à pesquisa, é provavelmente o primeiro a ser construído na Universidade do Brasil, em ligação específica com o setor de Psicologia. Foi também recuperado um Psicogalvanômetro, marca Lovett Garceau, adquirido pelo Instituto em 1950. No próximo ano, serão recuperados um pneumógrafo, um quimiógrafo, o taquistoscópio e o eletroencefalógrafo.”⁵³².

⁵²⁹ Noticiário. In: Boletins do Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro, 1965, N° 4, p. 25.

⁵³⁰ *Ibidem*.

⁵³¹ *Ibidem*.

⁵³² *Ibidem*, pp. 25-26.

Levando em consideração esta passagem, é possível afirmar que quase nenhum aparelho da época da Colônia de Alienadas deve ter sobrevivido às duas mudanças de sede⁵³³. Vemos também a precariedade que rondava o IP, que já tinha poucas salas e quase nenhum mobiliário experimental para realizar pesquisas e atividades didáticas. Podemos ter uma noção desta limitação com o discurso de Isabel Maria Vasconcellos de Vieira, aluna da primeira turma a se formar em Psicologia pelo IP e que, em seu discurso de comemoração na ocasião da colação de grau, em 1967, expôs mais detalhes do cotidiano do Instituto:

“Dentre as dificuldades mais marcantes ficou para nós *aquele início de curso terrivelmente complicado*, numa salinha do Ed. Nilomex, com cerca de 10 m² e onde não havia espaço nem para a metade da turma (quem chegasse atrasado assistia a aula do lado de fora), num esforço titânico para entender a palavra dos professores, que era compassada pelo ritmo das batidas cadenciadas da colocação de estacas do edifício do Banco do Estado, que estava sendo construído às nossas costas; *os primórdios no prédio que estamos agora*, conquistado a duras penas e ministrado em precaríssimo estado; sujo, sem móveis, nem quadro-negro, nem lâmpadas, em que, durante esses quatro anos uma insegurança permanente em relação à currículos, horários, professores; *a dificuldade de encontrar os livros especializados*, o preço inacessível de muitos encontrados e a biblioteca do Instituto que não pode ainda emprestar livros para ler em casa e que funciona no horário das aulas.”⁵³⁴.

Esta transição foi, portanto, lenta e complicada. Em matéria do *Jornal do Comércio*, de abril de 1965, podemos ter uma noção da profundidade do problema: conta-se que “apesar do bom índice cultural apresentado no Vestibular (o melhor da FNF), o índice de reprovação em Psicologia Experimental foi de 80%. O motivo foi a falta de acomodações para realização de pesquisas”⁵³⁵. Durante esta transição, em que o Pavilhão Nilton Campos foi parcialmente ocupado, os alunos do curso de Psicologia ainda dividiram as salas de sua futura sede com o Instituto de Microbiologia: “Existem, no Pavilhão Nilton Campos, diversas salas vazias, que o Instituto de Microbiologia só usa em tempo de provas. Algumas do auditório ganharam fechaduras novas para que os alunos não circulem dentro do pavilhão. O fato provocou reclamação até dos professores, pois prejudicou o arejamento do local”⁵³⁶.

⁵³³ Atualmente, em parceria com outros colegas e com a atual gestão do Instituto, iniciamos um projeto de musealização dos poucos instrumentos que ainda estavam guardados em armários espalhados pelo Instituto de Psicologia. O processo de reconhecimento destes aparelhos é demorado, e alguns talvez estejam parcialmente destruídos. Sabemos ainda que há aparelhos com antigos professores do instituto, como por exemplo um dinamômetro que, com sorte, possa ter pertencido ao laboratório da Colônia. Caso haja verba e tudo corra como planejado, em 2020 o Museu do Instituto de Psicologia abrigará este pedaço de sua história.

⁵³⁴ Discurso da Oradora da Turma. In: Boletins do Instituto de Psicologia: Rio de Janeiro, 1967, N° 10-11-12, pp. 11-12.

⁵³⁵ *Falta de Instalações prejudica as aulas do curso de Psicologia: FNF*. *Jornal do Comércio*, 09 de abril de 1965, p. 5.

⁵³⁶ *Ibidem*.

Esta era a configuração inicial da ocupação do IP na Praia Vermelha. Poucas salas, divididos entre uma espremida sede velha e uma abandonada sede nova, em dois locais distintos da cidade e, à duras penas, iniciando o curso de Psicologia. O que talvez explique este arranjo precário seja a própria situação institucional do IP na conjuntura de uma Reforma Universitária. Como veremos adiante, o instituto terá alguma dificuldade de ser encaixado na nova configuração da *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, o que implicará em ser um dos poucos institutos ligados à Nacional de Filosofia a constituir um instituto básico, independente dos demais.

Fim da FNF, criação da UFRJ e posição do IP

Para compreendermos a posição que o Instituto de Psicologia alçou, é preciso primeiro compreendermos também como se deu o processo de desmembramento da *Faculdade Nacional de Filosofia*, que detinha a cátedra de Psicologia Educacional e a de Psicologia, que por sua vez estava ligada ao IP. Colocando de maneira simples, o modelo da FNF começou a ser duramente criticado, tanto por dispositivos legais como pelos próprios professores que a compunham, sendo esta uma das razões para que começasse a se diluir em diferentes instituições.

Com relação aos dispositivos legais, Fávero traz a questão da Lei N° 4024 de 20 de dezembro de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nesta, exclui-se a participação de uma faculdade de filosofia, ciências e letras como necessária para a criação de uma universidade, além do próprio termo “filosofia” ser excluído da lei. Sobre isto, a autora nos diz:

“Apesar da exclusão do termo “filosofia”, ainda assim permanece a exigência daquelas faculdades ministrarem quatro cursos. Como justificativas do “encolhimento” sofrido são apresentadas: de um lado, a deterioração dos próprios cursos e, do outro, as restritas oportunidades profissionais oferecidas aos graduados, bem como a reduzida demanda.”⁵³⁷

Já as críticas que partiam do corpo docente são interessantes porque revelam muitas das dificuldades do cotidiano universitário. Por exemplo, criticava-se o “esquema 3 + 1”, base dos cursos da FNF. Nas palavras de Mônica Ron-Rén, pesquisadora cuja dissertação de mestrado trata do desmembramento da FNF, eis o problema do modelo, que dicotomiza o professor e o pesquisador:

“O aluno interessado em pesquisa recebe o diploma de Bacharel ao concluir a quarta série do seu curso. Já o aluno que objetiva a formação para o magistério secundário deve cursar na quarta série, além das disciplinas comuns a todos os cursos, mais duas disciplinas – ambas poderiam ser da própria especialidade, ou uma da especialidade e outra de caráter pedagógico.

⁵³⁷ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (Org.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Caminhos e descaminhos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989c, p. 37.

Aos professores e alunos interessados em uma formação em pesquisa, resta depararem-se com a falta de condições de trabalho necessárias ao seu desenvolvimento.”⁵³⁸.

Esta posição estranha iria dificultar a pesquisa na FNF, que já era pouca e difícil de ser realizada. Para Fávero, houve uma “ausência de qualquer proposta interdisciplinar entre os cursos”, o que incorre numa “heterogeneidade dos cursos e seus desdobramentos”, tornando-os “um conjunto de cursos estanques ou pseudoarticulados via disciplinas de licenciatura”⁵³⁹. Ron-Rén continua sobre este problema:

“Esse precário espaço acadêmico reforçará a dificuldade de integração entre ensino e pesquisa na FNF. Apesar de ter a Faculdade como uma de suas finalidades “realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, constituidores do seu ensino”, na prática [...] a Faculdade não consegue atender plenamente essa finalidade, por não oferecer o regime de tempo integral aos professores, até o início dos anos 50, não possibilitar novos contratos de assistentes, não oferecer bibliotecas atualizadas, não possuir laboratórios adequados e não conceder bolsas de estudo e pesquisa aos estudantes, a Faculdade Nacional de Filosofia, como instituição, não oferece condições efetivas para o desenvolvimento da pesquisa.”⁵⁴⁰.

Vemos, nesta descrição, um panorama da FNF, e como este panorama se refletia no cotidiano. As queixas dos alunos do IP eram muito parecidas às críticas das pesquisadoras aqui citadas, ficando mais claro o modo precário como a formação funcionava na Nacional de Filosofia como um todo, e em especial no caso do curso de psicologia e do IP. As queixas da oradora da turma de 1967 são uma versão, em escala menor, de um problema que existia em toda a instituição, não apenas no IP.

As críticas à FNF vieram também num contexto de reforma universitária. Desde o início da década de 1960 é possível encontrar uma discussão neste sentido na UB, sendo um esboço das diretrizes de tal reforma sugerido em 1962 e aprovado pelo *Conselho Universitário* em 1963, mas com o golpe militar de 1964 a proposta é postergada, sendo aplicada apenas nos anos vindouros⁵⁴¹. A partir de agora, seguiremos como esta proposta de reforma implica no desmembramento da FNF e como este processo afeta o Instituto de Psicologia.

O progressivo desmembramento da FNF pode ser avaliado através de uma consulta aos Boletins da *Universidade do Brasil*, publicados de 1949 até 1966, quando mudam de nome e a partir de 1967 passam a se chamar Boletins da *Universidade Federal do Rio de Janeiro*.

⁵³⁸ RON-RÉN, Mônica Caminiti. Faculdade Nacional de Filosofia: Das propostas de fragmentação à extinção. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1994, p. 32.

⁵³⁹ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (Org.). Faculdade Nacional de Filosofia: Começando a desenrolar um novelo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989d, p. 31.

⁵⁴⁰ RON-RÉN, Mônica Caminiti. *Op. Cit.*, pp. 33-34.

⁵⁴¹ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade no Brasil: Das Origens à Reforma Universitária de 1968. Revista Educar. Curitiba, 2006 n° 28, p. 31.

Especialmente no Boletim N° 21, de 21 de maio de 1965, encontram-se uma série de resoluções que tornam autônomos os cursos de Física, Matemática e Química, através ou da criação de Institutos para estes cursos (como no caso da Matemática e da Física, que eram departamentos), ou aprovando os regimentos dos Institutos (para a Física, Matemática e Química)⁵⁴². Aqui, podemos observar que a existência de um Instituto será crucial para que este ganhe sua autonomia, visto que os cursos da FNF serão alocados em unidades que possam os receber.

Ainda no mesmo volume, vemos também a Resolução N° 23/64, que trata da Reestruturação da FNF na UB. Tal resolução atenta para o papel da FNF na formação dos quadros de professores, cientistas, profissionais das humanidades e letras, já previsto no Decreto-Lei N° 1.190 de 1939, mas levanta os problemas da estrutura da Nacional de Filosofia até aquele momento:

“Considerando que a enormidade dos encargos administrativos afetos à direção de um estabelecimento desse porte, à vista do extraordinário crescimento e expansão que alcançou com a criação de numerosos cursos novos, está a reclamar a adoção de um critério descentralizador, que atenda ao caráter muito peculiar de cada uma das seções abrangidas em sua atual organização [Filosofia, Letras, Ciências e Educação]; [...]”⁵⁴³.

Em face das considerações acima expostas, e do fato de que vários institutos já possuíam autonomia, o Conselho Universitário junto com os Diretores da FNF e os Departamentos interessados “[.] examinarão a possibilidade dos Institutos recém-criados de Matemática, Física e Química, e eventualmente os de Ciências Sociais e de Psicologia, serem aparelhados prontamente para a realização próxima [...] dos correspondentes cursos, ora a cargo da Faculdade Nacional de Filosofia.”. Há ainda a autorização, caso haja necessidade e interesse, para a criação do Instituto de Filosofia, Instituto de Letras e institutos especializados para a Geografia, História e demais ciências biológicas⁵⁴⁴. Esta resolução é importante para compreendermos como o curso e o instituto de psicologia irão escapar de pertencer a outras unidades e, através do Instituto, firmar-se na Praia Vermelha. Entretanto, entre 1965 e 1972, quando se cristaliza o fim da FNF e a reforma universitária, ambos teriam posição incerta.

Administrativamente, a primeira proposta de desmembramento da FNF, de setembro de 1966, sugere a criação de cinco unidades escolares: uma Faculdade de Filosofia e Letras, uma Faculdade de Ciências, uma Faculdade de Educação, uma Escola de Sociologia e Política e a

⁵⁴² Conselho Universitário. In: Boletins da Universidade do Brasil, N° 21, 21 de maio de 1965, pp. 1-3. As resoluções são as seguintes: N° 21/64, que cria o Instituto de Física; N° 22/64, que cria o Instituto de Matemática; N° 4/65, que aprova o regimento do Instituto de Física; N° 5/65, que aprova o regimento do Instituto de Matemática e N° 6/65, que aprova o regimento do Instituto de Química.

⁵⁴³ Conselho Universitário. In: Boletins da Universidade do Brasil, N° 21, 21 de maio de 1965, p. 4.

⁵⁴⁴ *Ibidem*, p. 5.

Escola de Jornalismo. Segundo o trabalho de Mônica Ron-Rén, o Instituto de Psicologia, por conta do seu curso, estaria ligado, nesta proposta, à Faculdade de Filosofia e Letras, junto com os cursos de Letras, História, Filosofia e Geografia⁵⁴⁵. Já em agosto de 1966, uma segunda proposta surge, desta vez prevendo a criação de cinco Institutos (Matemática, Física, Química, Biologia e Geociências) e três Faculdades (Filosofia e Ciências Humanas, Letras e Educação). O curso de psicologia, neste arranjo, ficaria na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, junto com a Filosofia, a História e as Ciências Sociais⁵⁴⁶.

Enquanto se discutiam os rumos futuros dos cursos e institutos da Nacional de Filosofia, sua estrutura interna da época passava por sérias mudanças. Segundo os Boletins da *Universidade do Brasil* de janeiro de 1967, a FNF foi provisoriamente organizada em cinco seções de ensino: Ciências, Letras, Filosofia e Ciências Sociais, Educação e Jornalismo⁵⁴⁷. Esta configuração é importante porque a Psicologia foi retirada da Filosofia, provavelmente por já constituir curso próprio e não ser apenas uma cátedra de contribuição, e ficou temporariamente alocada na Seção de Educação. Neste arranjo, a FNF teria uma “organização cameral”, onde cada seção constituiria uma “câmara” de deliberação dentro da Faculdade. A Psicologia ficou ligada à câmara de Educação junto com o curso de Pedagogia⁵⁴⁸. Esta separação da Seção de Filosofia, com a qual sempre esteve ligada, será um passo importante no futuro, pois em junho de 1967 publica-se o Processo N° 11.054-67, que trata da transferência de jurisdição das cadeiras de psicologia:

“Transferência, para a jurisdição do Instituto [de Psicologia], dos cursos de Psicologia da Faculdade de Filosofia, e das Cátedras de Psicologia Aplicada da E. E. Física e Desportos, de Psicologia Social e Econômica da Faculdade de Economia e Administração e Psicologia Geral da Faculdade de Filosofia. – Aprovada a transferência, nos termos do parecer favorável da Comissão de Ensino.”⁵⁴⁹.

A partir deste ponto, a Psicologia está oficialmente fora da *Faculdade Nacional de Filosofia*, tendo controle pleno do seu curso e de todas as cadeiras ligadas à psicologia. Este é um efeito da Reforma Universitária, que, voltando à fala de Leme Lopes do início deste capítulo, previu o Instituto de Psicologia como um Instituto Básico. Segundo as diretrizes da Reforma, a Universidade ficaria dividida em “órgãos executivos ou unidades universitárias”, sendo estes Institutos, Faculdades e Escolas de Graduação, Conselho ou Escola de Pós-

⁵⁴⁵ RON-RÉN, Mônica Caminiti. Faculdade Nacional de Filosofia: Das propostas de fragmentação à extinção. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1994, pp. 59-60.

⁵⁴⁶ *Ibidem*, pp. 62-63.

⁵⁴⁷ Unidades Universitárias. In: Boletins da Universidade do Brasil. N° 1, 06 de janeiro de 1967, pp. 14-15.

⁵⁴⁸ *Ibidem*, p 18.

⁵⁴⁹ Processos. In: Boletins da Universidade do Brasil. N° 22, 02 de junho de 1967, pp. 6-7.

Graduação e Órgãos de Extensão Cultural”. Institutos são definidos como “[...] órgãos de finalidade específica, compreendendo o agrupamento de pessoal docente de ensino e pesquisa, pessoal técnico, instalações e equipamentos, segundo o critério de afinidade cultural e sem objetivo imediato de formação profissional”⁵⁵⁰.

Ainda segundo as diretrizes da Reforma, Institutos deveriam ser divididos entre dois tipos: Básicos e Especializados. Enquanto estes “constituem-se tendo em vista a importância assumida por um determinado ramo do conhecimento ou a preeminência reconhecida de um grupo de pesquisadores”, aqueles são definidos como “obrigatória e necessariamente interescolares e pluridisciplinares, subordinados diretamente aos órgãos superiores centrais”⁵⁵¹.

Cabem aos Institutos Básicos:

- a) Cursos de graduação em conhecimentos básicos;
- b) Ministrando cursos do ciclo básico para todos os estudantes da Universidade, a fim de lhes assegurar o preparo intelectual e científico prévio necessário aos cursos de graduação profissionais ou culturais;
- c) Planejar o ensino e a pesquisa, apreciar projetos específicos que lhe sejam submetidos, executar a pesquisa e entregá-la com o ensino;
- d) Ministrando cursos de pós-graduação.”⁵⁵².

Desta forma, Institutos como os de Física, Matemática e Psicologia caem na definição de Institutos Básicos, enquanto o de Psiquiatria, previsto na Lei N° 452 de 1939, seria um Instituto Especializado, visto que prestaria como auxiliar ao curso de Medicina.

Toda esta discussão serve para marcar uma diferença fundamental já apresentada no início do capítulo, mas agora formalmente delineada. A função de um instituto universitário pré-1968 era bem diferente da sua função pós-1968. Uma forma de constatar essa diferença é através de um estudo realizado a pedido do *Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras* em 1968. Este estudo foi uma das bases para a Reforma Universitária realizado em várias universidades brasileiras da época. Numa universidade pré-1968, a divisão das unidades de ensino se dava entre Faculdades e Escolas, responsáveis pelas cátedras e pela formação do alunado, e Institutos Especializados, que colaboravam com aquelas primeiras unidades. É por isto que a *Faculdade Nacional de Filosofia* detinha a cátedra de Psicologia separada do Instituto de Psicologia, que era apenas especializado. Sobre estes, segue a análise:

⁵⁵⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. A Reforma da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1968, p. 21.

⁵⁵¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. A Reforma da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1968,, pp. 21-22.

⁵⁵² *Ibidem*.

“Além dessas unidades de ensino formal [Faculdades e Escolas], muitas universidades contam também com os chamados Institutos. Estes são unidades geralmente independentes das unidades de ensino, e voltados para a pesquisa aplicada. Na maioria das vezes esses institutos nasceram da iniciativa de uns poucos professores interessados em preencher a lacuna deixada pelas Faculdades no campo da pesquisa. Os Institutos não têm representação própria no Conselho Universitário, mas seus programas e orçamento estão sujeitos à deliberação deste.”⁵⁵³.

Aqui, observamos uma descrição bastante fiel à situação do IP entre 1937 e 1965. Com a criação do curso de psicologia, a reestruturação da *Universidade do Brasil*, a morte de Nilton Campos, o fim da FNF e a Reforma Universitária, todos eventos simultâneos e não sequenciais, este cenário mudaria. Mas ainda é preciso estabelecer não apenas a diferença administrativa entre os institutos, mas também a diferença entre as funções didáticas deste pré-1968 e pós-1968. Sobre isto, o relatório continua:

“No que se refere à estrutura didática típica da universidade brasileira pode se assinalar as seguintes regras comuns: a unidade acadêmica básica é a cátedra, ou seja, a cadeira (que às vezes se desdobra em duas ou mais disciplinas). O responsável pela cadeira é o professor catedrático (efetivo ou interino), que é quem elabora o programa das disciplinas que lhe estão afetas, para submetê-las à congregação da respectiva unidade. Cada faculdade conta com tantas cátedras quanto forem as matérias necessárias à composição dos currículos dos cursos que a faculdade oferece. Algumas vezes, cátedras afins, de uma mesma faculdade, são reunidas em um departamento, cuja função é unicamente a de procurar uma certa coordenação de programas de tais cátedras, mas sem o *poder* de *fixar* esses programas, ou mesmo de distribuir as diversas disciplinas entre os professores que compõe o departamento. As prerrogativas do professor catedrático são as mesmas, exista ou não o departamento. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação [de 1962], passaram a ser fixadas pelo Conselho Federal de Educação os currículos mínimos para cada cadeira profissional, o que não impede, é claro, que cada Faculdade estabeleça um certo número de cadeiras a serem atendidas pelo aluno, além daquelas que compõe o currículo mínimo.”⁵⁵⁴.

Nesta passagem, elucida-se a posição da Psicologia na FNF: não sendo a cátedra correlata a um curso próprio, mas voltada a colaborar com outros cursos (inicialmente Filosofia, posteriormente cadeiras para outras formações), ficava sob controle do catedrático, independente da organização departamental. Por isso pode se afirmar que o período de 1948 até 1963, quando Campos foi o catedrático efetivo, foi em sua maioria dedicado à pesquisa teórica, visto que nenhum outro órgão ou arranjo departamental da FNF poderia interferir neste

⁵⁵³ ERGO CONSULTORIA ECONÔMICA E ESTATÍSTICA. Reformulação do Sistema Estatístico das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, 1968, pp. 67-68.

⁵⁵⁴ *Ibidem*, pp. 71-72.

direcionamento. O poder do catedrático era incontestado, e a reforma terminaria com esta configuração.

Outra característica era o isolamento, que tratei no capítulo anterior. Como vimos, institutos eram normalmente especializados e cátedras ficavam sob pleno controle do catedrático. O IP ou cedia suas estruturas e arranjo para cursos técnicos ou de especialização (na gestão Grabois com Ombredane como catedrático), ou colaborava diretamente com as atividades didáticas (na gestão do diretor-catedrático Campos). Logo, havia pouca cooperação do IP com outras unidades da *Universidade do Brasil*, uma característica comum das universidades pré-1968, conforme a seguinte passagem do relatório:

“Desto dessa organização resulta que cada unidade de ensino oferece todas e apenas aquelas cadeiras que habilitem, no entender da congregação e do Conselho Universitário, a obtenção do diploma de formação profissional. Não há necessidade de cooperação ou integração entre as diversas unidades de ensino, e cada um tem a sua vida acadêmica independente. Este é um aspecto muito importante e que estabelece uma diferença fundamental entre essa estrutura universitária e a que será implantada em um futuro próximo.”⁵⁵⁵.

E como seria a próxima organização, pós-reforma? O esforço seria colocado em organizar as Faculdades, Escolas e Institutos organizados sob grandes arranjos que integrassem as unidades mais próximas entre si – os chamados Centros. Para o caso da UFRJ, como veremos adiante, o IP habitará um Centro específico, mas cabe antes a explicação desta nova configuração, segundo o relatório:

“As Faculdades e Institutos deverão se reunir em unidades maiores – os centros ou institutos centrais. É interessante notar que alguns projetos não preveem as unidades intermediárias, sendo os centros constituídos pela reunião de departamentos. Naqueles casos em que permanecem as faculdades, também permanecerão as respectivas congregações, e criar-se-ão, quando não existirem já, os conselhos departamentais como órgãos consultivos. Por seu turno, os centros também contarão com o seu órgão deliberativo, o conselho de centro, presidido pelo diretor ou o decano do centro.”⁵⁵⁶.

Vejam agora como estas orientações se aplicaram no caso da UFRJ. Três dispositivos legais são de grande importância para observarmos este processo: o Decreto-Lei N° 53 de 1966, o Decreto-Lei N° 252 de 1967 e o Decreto N° 60.455-A de 1967. A começar pelo Decreto-Lei N° 53 de 18 de novembro de 1966, esta fixa princípios e normas de organização para as universidades federais, estabelecendo em seu segundo artigo as seguintes regras:

⁵⁵⁵ ERGO CONSULTORIA ECONÔMICA E ESTATÍSTICA. Reformulação do Sistema Estatístico das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, 1968, p. 72.

⁵⁵⁶ *Ibidem*, p. 77.

“I - Cada unidade universitária - Faculdade, Escola ou Instituto - será definida como órgão simultaneamente de ensino e pesquisa no seu campo de estudos.

II - O ensino e a pesquisa básicos serão concentrados em unidades que formarão um sistema comum para toda a Universidade.

III - O ensino de formação profissional e a pesquisa aplicada serão feitos em unidades próprias, sendo uma para cada área ou conjunto de áreas profissionais afins dentre as que se incluam no plano da Universidade.

IV - O ensino e a pesquisa desenvolver-se-ão mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos envolvidos em cada curso ou projeto de pesquisa.

V - As atividades previstas no item anterior, serão supervisionadas por órgãos centrais para o ensino e a pesquisa, situados na administração superior da Universidade.”⁵⁵⁷.

O que observamos neste artigo é o fim da diferença entre institutos especializados e faculdades ou escolas encarregadas da formação profissional. Outra grande diferença que este decreto-lei trará será a abolição das Faculdades de Filosofia. Em seu quarto artigo, parágrafo único, lê-se: “Nas Universidades em que houver Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras esta sofrerá transformação adequada à observância do disposto neste artigo.”⁵⁵⁸. O Decreto Lei Nº 252 de 28 de fevereiro de 1967 seguirá este dispositivo legal com normas complementares, especialmente trazendo a nova organização básica das universidades federais. Seu segundo artigo inteiro é o mais importante para minha análise:

“Art. 2º As unidades universitárias dividir-se-ão em subunidades denominadas departamentos, cujos chefes constituirão, na forma dos Estatutos e Regimentos, o Conselho Departamental a que se refere o art. 78 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

§ 1º O departamento será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição de pessoal.

§ 2º O departamento compreenderá disciplinas afins e congregará professores e pesquisadores para objetivos comuns de ensino e pesquisa, ficando revogadas as disposições contrárias contidas no parágrafo único do art. 3º e no caput do art. 22 e seu § 1º da Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965.

§ 3º Compete ao Departamento elaborar os seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino e pesquisa aos professores e pesquisadores, segundo as especializações.

§ 4º A chefia do Departamento caberá a professor catedrático, a professor titular ou a pesquisador-chefe, na forma do Estatuto ou Regimento, ficando revogado em sua parte final o art. 48 da Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1966.”⁵⁵⁹.

⁵⁵⁷ BRASIL. Decreto-Lei Nº 53 de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências.

⁵⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁵⁹ BRASIL. Decreto-Lei Nº 252 de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei Nº 53 de 18 de novembro de 1966 e dá outras providências.

Temos então uma organização que difere completamente da anterior. Os departamentos, que, como vimos antes, e especialmente no capítulo anterior desta tese, tinham pouca importância nas Faculdades e Escolas, agora são as menores frações da organização universitária, estes responsáveis pelas disciplinas, que substituirão as cátedras.

Cabe agora ver o caso da UFRJ, que teve através do Decreto N° 60.455-A o dispositivo legal responsável pela transformação oficial da *Universidade do Brasil* em *Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Este decreto divide todas as disciplinas da universidade em dois grandes grupos, segundo o 6° artigo: as do Grupo 1, “abrangendo os conhecimentos cujo ensino e pesquisa são comuns aos estudantes da Universidade, candidatos a cursos profissionais para cuja matrícula se exija habilitação ou crédito em um ou mais dos referidos conhecimentos”, e as do Grupo 2, “abrangendo os conhecimentos estritamente vinculados à formação profissional e à pesquisa aplicada”⁵⁶⁰. Nesta divisão, segundo o 9° artigo, o Instituto de Psicologia, ficará alocado no Grupo 1, Setor 1.06, das Ciências Humanas⁵⁶¹, e temos sua definição exata no contexto da UFRJ nos artigos 16 e 17 do decreto:

“Art. 16. Um Instituto é uma unidade de ensino e pesquisa em um setor de conhecimento fundamental, que o qualificará.

Art. 17. Os Institutos terão por finalidades:

- a) ministrar, nas respectivas áreas de conhecimento, o ensino do ciclo básico para toda a Universidade;
- b) ministrar aos portadores de habilitação necessária, cursos de graduação na profissão restrita ao conhecimento em causa expedindo aos aprovados o respectivo diploma;
- c) ministrar, em cooperação com Escolas e Faculdades, o ensino de disciplinas do ciclo profissional dos cursos desses estabelecimentos, pertinentes aos conhecimentos especializados do Instituto, outorgando aos aprovados a respectiva habilitação;
- d) ministrar, aos que já tenham determinadas habilitações especializadas as disciplinas complementares para a graduação na profissão relativa ao conhecimento especializado em causa, expedindo aos aprovados o respectivo diploma;
- e) ministrar as demais modalidades de cursos universitários, mencionados nos parágrafos 2° e 3° do art. 4°;
- f) instituir e desenvolver programas de pesquisa e de aplicação de conhecimentos;
- g) propiciar assistência técnica a Unidade e órgãos da Universidade, - bem como mediante convênio, a entidades públicas e privadas.”⁵⁶².

⁵⁶⁰ BRASIL. Decreto N° 60.455-A de 13 de março de 1967. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁵⁶¹ *Ibidem*.

⁵⁶² *Ibidem*.

É no artigo 19 que encontramos a exata alocação do Instituto de Psicologia. Sendo parte do Setor 1.06, das Ciências Humanas, o instituto compõe tal setor junto com o recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), este último reunindo cursos como a Filosofia, História e Ciências Sociais⁵⁶³. A história do IFCS é também complexa, mas cabe notar que neste desdobramento da FNF e no início da Reforma Universitária, tal instituto mudou de lugar pelo menos duas vezes após sair da Casa d'Itália (lar icônico da FNF), habitando posteriormente um prédio em Botafogo, na rua Marquês de Olinda, e depois se mudando para o antigo prédio da Escola Politécnica, no Largo São Francisco, no Centro do Rio, já no fim de 1967 e início de 1968⁵⁶⁴. É lá que o IFCS permanece, até os dias de hoje.

Os cursos da Escola Politécnica (compreendendo as diversas Engenharias), por sua vez, junto com a Matemática, a Física e a Química, já tinham ido habitar a Cidade Universitária, no Centro de Tecnologia (CT). Até 1972, além do CT, foram surgindo as instalações da *Escola de Educação Física e Desportos*, a *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo*, o *Instituto de Puericultura* e o *Hospital Universitário*⁵⁶⁵.

Sobretudo, do decreto que organiza a UFRJ nos resta examinar a parte que trata da criação dos Centros. No 25º artigo, encontramos a divisão da UFRJ em seis Centros: Ciências Matemáticas e da Natureza, Letras e Artes, Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Jurídicas e Econômicas, Ciências Médicas e de Tecnologia⁵⁶⁶. A Psicologia fica ligada, então, ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), que reúne os Institutos de Psicologia, de Filosofia e Ciências Sociais, as Escolas de Comunicação, de Educação Física e Desportos, de Serviço Social, a Faculdade de Educação e o Colégio Universitário⁵⁶⁷.

Vemos, então, que a existência prévia do instituto rendeu ao curso de Psicologia a possibilidade de associar-se a este. Com o início do desmembramento da FNF, unidade que já estava inflada de cursos e departamentos, a saída da Psicologia para a Praia Vermelha em 1965 fez com que o curso sofresse menos os efeitos do desmembramento, evitando sua ida para o

⁵⁶³ BRASIL. Decreto N° 60.455-A de 13 de março de 1967. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

⁵⁶⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. Ditadura Militar, Universidade e Ensino de História: Da Universidade do Brasil à UFRJ. In: Revista Ciência e Cultura. Vol. 66, N° 4, São Paulo: Out. – Dez. de 2014, p. 35.

⁵⁶⁵ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Cidade Universitária: Um sonho de 37 anos. In: Revista Educação. N° 5, abr. – jun. 1972, pp. 12-14.

⁵⁶⁶ BRASIL. Decreto N° 60.455-A de 13 de março de 1967. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁵⁶⁷ Posteriormente, a Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) seria realocada no Centro de Ciências da Saúde (CCS), que substituiria o Centro de Ciências Médicas previsto nesta lei. Curiosamente, o CFCH habita em peso a Praia Vermelha, existindo fora dele apenas o IFCS e o Colégio Universitário. Além disso, ainda há áreas do campus pertencentes à EEFD, mesmo esta agora estando ligada ao CCS, numa região conhecida como “campinho”, por conta dos gramados que eram dedicados às atividades físicas dos alunos da EEFD.

Fundão e, ao mesmo tempo, sua união com o IFCS. Esta é uma informação importante pois, se analisarmos as outras unidades do CFCH, da qual o IP faz parte até os dias de hoje, encontramos um arranjo interessante.

Os cursos ligados a este Centro da UFRJ que são oriundos da FNF são os de Psicologia, Jornalismo, Pedagogia, História, Ciências Sociais e Filosofia, como vimos no capítulo anterior através dos Departamentos da Nacional de Filosofia. O curso de Jornalismo ligou-se à Escola de Comunicação e a Pedagogia à Faculdade de Educação, e os cursos de Filosofia, Ciências Sociais e História todos foram alocados no IFCS como Departamentos⁵⁶⁸.

Todo este arranjo nos mostra que, do início da década de 1960 até 1971, quando o CFCH é finalmente implantado e ganha regimento próprio⁵⁶⁹, razões distintas deram ao IP a capacidade de “sobreviver” ao desmantelamento da FNF e ganhar um status de Instituto Básico. Não foi um processo simples e tampouco linear, mas o fruto de um jogo de forças muito complexo que, em muitos momentos, e como dito no início do capítulo, foi bastante próximo da aleatoriedade.

Por um lado, o fato de o IP ser um Instituto desde 1937 ligado à UB, por exemplo, garantiu sua ida para a Praia Vermelha antes da mudança de outros cursos e departamentos da FNF, e mesmo cursos mais antigos que a Psicologia – como História, Filosofia e Ciências Sociais – acabaram virando departamentos. Por outro lado, a mudança do significado de um instituto no arranjo universitário fez com que o IP, que era apenas um colaborador para outros cursos e com intenções de especialização, se transformasse numa unidade básica e que uniria as diferentes cadeiras e disciplinas da universidade. Supor, portanto, uma continuidade de intenções entre as duas fases do instituto não é possível: o nome do tipo de unidade pode ter permanecido o mesmo, mas houve uma mudança radical em suas atribuições.

Fica a impressão, em alguns momentos, de que a Psicologia simplesmente esteve ali, sem ter um lugar próprio para habitar, mas existindo em meio à estrutura da universidade. Longe de qualquer evolução ou processo longo de conquista de uma legitimidade da profissão, a Psicologia na UFRJ ganhou um lugar mais por ter “sobrado” em meio a um arranjo caótico do que de fato por ter havido uma luta ou um grande movimento dos profissionais por sua

⁵⁶⁸ Até os dias de hoje, Filosofia e Ciências Sociais são Departamentos, junto com os posteriores cursos de Antropologia e Ciências Políticas. A História, dos cursos originários da FNF, transformou-se em Instituto apenas em 2009 (CÔRTEZ, 2009), mas ainda habita a mesma estrutura física do IFCS, sendo administrativamente um Instituto em meio aos outros departamentos.

⁵⁶⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Regimento. Rio de Janeiro, 1971.

defesa. Sua posição, portanto, é mais efeito da reforma universitária do que qualquer outro motivo.

Instituto de Psicologia e Ditadura Militar: Os anos de chumbo no IP

É preciso fazer uma digressão importante para abordar um dos períodos mais complicados que esta tese irá cobrir, e que não pode ser deixado de lado ou diminuído em sua gravidade em hipótese alguma. Trata-se dos primeiros anos da Ditadura Militar no Brasil e como esta passagem da história do país afetou o Instituto de Psicologia, seu curso e, principalmente, seus alunos. Tendo coberto o período de 1964 a 1985, vemos que o IP teve sua transição exatamente nos primeiros anos da Ditadura.

O clima autoritário foi especialmente brutal com a UFRJ, e o campus Praia Vermelha foi palco tanto de demonstrações de resistência como de ataques do regime militar à expressão e luta estudantis. Um dos mais icônicos envolvendo este campus ficou conhecido como “Massacre da Praia Vermelha”⁵⁷⁰, ocorrido na madrugada do dia 23 de setembro de 1966. Na véspera, uma passeata conclamada pela *União Nacional dos Estudantes* (UNE) foi dissolvida pela polícia, o que ocasionou num contingente de 600 pessoas se abrindo na *Faculdade Nacional de Medicina*, que à época ficava no campus. Na madrugada do dia 23, um destacamento de policiais invade o campus e ataca o prédio de Medicina, pondo para fora os estudantes ali abrigados sob coerção violenta, sendo conduzidos enquanto eram espancados para fora das dependências da universidade.

A situação do Instituto girou em torno do diretor da época, Carlos Sanchez de Queiroz. Após o falecimento de Nilton Campos, no final de 1963, Eliezer Schneider fica interinamente como diretor do IP, até que Queiroz foi nomeado no início de 1965⁵⁷¹. Os problemas começariam quando o clima político se tornaria mais instável e uma série de movimentações e organizações de protestos e reuniões dos estudantes se transformaram em rotina na Praia Vermelha. No ensejo de manifestações e discussões sobre o pagamento de anuidades estudantis, a agressão por parte do reitor da época, Raymundo Moniz de Aragão, a dois estudantes é o estopim de uma série de acontecimentos que levaria, no final da década de 1960, à expulsão e afastamento de três alunos e à nomeação de um interventor para atuar no Instituto de Psicologia.

⁵⁷⁰ PM COMANDA O MASSACRE DA PRAIA VERMELHA. In: Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/timeline/21-anos-de-resistencia-e-luta>. Acesso em: 26 fev. 2020. Trata-se de um museu virtual que contém acervos de fotos e uma linha do tempo dos acontecimentos da ditadura em vários setores da sociedade, contando com uma entrada especial para expor as fotos do “Massacre da Praia Vermelha”.

⁵⁷¹ PENNA, Antônio Gomes. Carlos Sanchez de Queiroz. In: CAMPOS, Regina. Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros. Rio de Janeiro: Imago, 2001, p. 308.

Conta o *Jornal dos Sports* de 19 de outubro de 1967 o seguinte:

“Dois estudantes – o Vice-Presidente do Diretório da FNF e uma universitária – são agredidos pelo Reitor Moniz de Aragão. Tudo começa quando os alunos estão discutindo o problema do pagamento de anuidades e o diretor [Queiroz] tenta impedi-los, com ameaças. Pacificamente, eles se propõem a retirar para o Centro de Estudos, mas o diretor os impede, trancando a porta. Metade dos estudantes – eram mais ou menos 100 – conseguem sair. E prosseguem a discussão. O reitor Moniz de Aragão é chamado pelo diretor Carlos Sanchez de Queiroz. E vem sendo acompanhado de guardas da Polícia Universitária. “Termina, aqui, qualquer manifestação”, são suas palavras aos alunos. Eles tentam explicar que a atitude do Reitor não estava certa para um educador. Ele perde a calma e consuma-se a agressão: “Eu vi o magnífico agredir o nosso colega”, testemunha o estudante Roberto Oswaldo Cruz. Outros alunos afirmaram que uma universitária também sofreu agressão. O reitor foi detido por 3 estudantes.”⁵⁷².

No dia seguinte, o Conselho Universitário expede uma nota que foi parcialmente reproduzida pelo *Jornal do Comércio*. Nesta nota, o conselho se solidariza com o Reitor, votando “por unanimidade, moção de solidariedade e aplauso ao Reitor Moniz de Aragão, *pela atitude enérgica em defesa da ordem e da disciplina dentro da universidade, repelindo insólita agressão.*”⁵⁷³. A chamada indica também que uma comissão de inquérito da universidade foi indicada para apurar os fatos ocorridos. Os alunos do curso de psicologia decretam greve, e conforme publicado no *Correio da Manhã* de 20 de outubro, exigiram as seguintes condições para retorno às aulas:

“1º - Reabertura imediata do Centro de Estudos de Psicologia e garantias para o seu normal funcionamento;

2º - Regularização da situação dos alunos que não pagaram anuidades para que possam fazer provas;

3º - Exigir da direção da Faculdade garantias para todos os alunos que não pagaram anuidades e de que não sofrerão punições pela livre manifestação de opinião, pois há ameaça de punição à diretoria do Centro de Estudos de Psicologia;

4º - Exigir que a Faculdade seja regida por um colegiado conforme determina a lei, e não por um único diretor.”⁵⁷⁴.

Como vemos, os alunos protestavam por conta das anuidades não quitadas que impediam que seus colegas pudessem prestar os exames de época. A universidade apostava na inocência de Moniz de Aragão através de sua “atitude enérgica em defesa da ordem”. Já o aluno

⁵⁷² *Psicologia está em greve porque reitor agrediu dois estudantes*. *Jornal dos Sports*, 19 de outubro de 1967, p. 8.

⁵⁷³ *Conselho está solidário com Muniz Aragão*. *Jornal do Comércio*, 20 de outubro de 1967, p. 9.

⁵⁷⁴ *Psicologia vai à greve e conselho apoia o Reitor*. *Correio da Manhã*, 20 de outubro de 1967, p. 7, primeiro caderno.

agredido, Paulo Rubens da Fonseca, do curso de Psicologia, foi ameaçado de expulsão, conforme o *Jornal dos Sports* do dia 20 de outubro indica⁵⁷⁵. No dia seguinte, os envolvidos têm oportunidade de se pronunciar. Começando por Paulo, este diz:

“Naturalmente, se forem perguntar ao Sr. Moniz de Aragão quem agrediu quem, ele dirá que foi a vítima, o que será difícil ele provar, diante do testemunho de mais de 100 alunos do curso de Psicologia. Mas isto não é o que importa. Ao ver dos estudantes não se trata de uma agressão pessoal; o fato não é episódico mas sintomático. [...] Fui agredido a socos e pontapés pelo “magnífico” Reitor da Universidade que tentava impedir-me de falar em uma assembleia sobre anuidades. Sua demonstração de força, no entanto, não foi senão um contrassenso. Mostrou a fragilidade da assembleia que votou pelo boicote ao pagamento das anuidades, que mais poderia ele fazer senão apelar para sua Polícia e usá-la como argumento, ele que representa, na universidade, a minoria governante.”⁵⁷⁶.

Já Moniz de Aragão não pareceu ter falado diretamente, mas sim se comunicado através da nota previamente citada sobre sua “ação enérgica”. A parte da matéria que cobre sua posição termina de modo lacônico:

“Na administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reitor e diretores de unidades estão e estarão sempre dispostos a ouvir as reivindicações dos estudantes, mas, por igual, estarão sempre decididos a fazer prevalecer as normas de disciplina e de ordem, no apreço da própria dignidade da instituição. E terão, por isso, o integral apoio dos altos colegiados universitários.”⁵⁷⁷.

A Psicologia, entretanto, permanece resoluta na sua posição grevista. E conforme indica o *Correio da Manhã* do dia 21 de outubro, “Os estudantes de psicologia mantiveram-se ontem em assembleia geral permanente à porta do Instituto. Distribuíram uma declaração, afirmando que não recuarão de suas posições [...]”⁵⁷⁸, sendo estas mesmas reivindicadas no dia anterior. Enquanto isso, o diretor do IP, Queiroz, acusava o Diretório da *Faculdade de Ciências Econômicas* de aliar-se com os alunos do instituto para distribuírem cartazes ilegais. Conforme consta no *Jornal do Brasil* do dia 21 de outubro, Queiroz defendeu-se após o ocorrido, o que revela que este também agrediu um aluno do IP:

“O Sr. Sanchez de Queiroz, após reunião com professores do Instituto, salientou que as comissões da sindicância organizaram a lista de alunos que não farão provas e informou que a estudante Berenice, apontada como sua vítima, ameaçava esbofetear o Reitor Moniz de Aragão, sendo impedida de fazê-lo na presença do corpo discente.”⁵⁷⁹.

⁵⁷⁵ *Aluno agredido pelo reitor pode ser expulso e greve geral ameaça parar universidade*. *Jornal dos Sports*, 20 de outubro de 1967, p. 8.

⁵⁷⁶ *Divergência: o diálogo se desmancha*. *Jornal dos Sports*, 21 de outubro de 1967, p. 8.

⁵⁷⁷ *Ibidem*.

⁵⁷⁸ *Psicologia permanece em greve*. *Correio da Manhã*, 21 de outubro de 1967, p. 9, primeiro caderno.

⁵⁷⁹ *Diretor do Instituto de Psicologia diz que aulas serão normais na 2ª Feira*. *Jornal do Brasil*, 21 de outubro de 1967, p. 16, primeiro caderno.

O que se consumou foi uma dupla agressão: durante a agitação na frente do Instituto de Psicologia, Moniz de Aragão agrediu o aluno Paulo Rubens da Fonseca, e Carlos Sanchez de Queiroz agrediu a aluna Berenice Fialho Moreira. O que parece apenas um factóide na longa história do Instituto de Psicologia se revela especialmente dramático quando observamos que este caso ganhou notoriedade no país inteiro, tendo inclusive sido alvo, por exemplo, de uma charge de Henfil no *Jornal dos Sports* do dia 22 de outubro⁵⁸⁰.

A greve dos estudantes não cedeu, mesmo em meio a uma visita ministerial. Os alunos das turmas do 1º, 3º e 4º ano do curso de psicologia abandonaram suas aulas ao receberem a notícia da suspensão dos seus colegas enquanto o inquérito ocorresse. Segundo o *Correio da Manhã* de 24 de outubro:

“RESISTÊNCIA: Após abandonarem as aulas, ao tomarem conhecimento do afastamento dos três colegas, os estudantes do Instituto de Psicologia, através dos representantes de turmas, prepararam um abaixo-assinado ao Conselho Universitário, pedindo a revogação da medida. Entregaram-no ao diretor Carlos Sanchez de Queiroz, para que este o encaminhasse. Enquanto isso, o professor Abelardo de Brito, presidente da comissão de inquérito, afirmou ontem que o afastamento dos três alunos é medida comum em casos dessa natureza, para evitar agitação. APOIO: Na assembleia de quarta-feira, os estudantes vão ratificar as decisões de não entrarem em provas se houver punições por causa dos incidentes com o reitor e o diretor. Da mesma forma, se os alunos que não pagaram anuidades forem impedidos de fazer o exame. O ministro da Educação, sr. Tarso Dutra, esteve ontem com o reitor Moniz de Aragão, na reitoria da Urca. Disse que sua visita tinha “o sentido de integral solidariedade à sua ação contra a anarquia e a desordem”.”⁵⁸¹.

A continuidade da greve solidária também foi anunciada no *Jornal dos Sports* do dia 25 de outubro⁵⁸². Entretanto, ela chegaria ao fim junto com o fim daquele mês, uma semana após os acontecimentos do dia 19. No dia 26 de outubro, o *Jornal do Brasil* publica reportagem indicando o encerramento da greve, mas deixando claro que se não fossem revogadas tanto as suspensões como a necessidade do pagamento das anuidades, 300 dos 371 alunos do Instituto se recusariam a realizar provas e estágios em solidariedade aos seus colegas⁵⁸³. Não foi possível

⁵⁸⁰ *FNF inicia semana com pedido de greve para exigir marcha ré do seu diretor*. *Jornal dos Sports*, 22 de outubro de 1967, p. 9. A charge retrata um policial agredindo um aluno, quando é interrompido por um certo reitor que o ensina a espancar de modo adequado, utilizando-se de conhecimentos anatômicos do corpo humano. Cabe citar que Raymundo Moniz de Aragão, Retiro da UFRJ à época, era médico.

⁵⁸¹ *Psicologia volta à greve solidária com os suspensos*. *Correio da Manhã*, 24 de outubro de 1967, p. 7, primeiro caderno.

⁵⁸² *Greve ameaça universidade se Conselho confirmar punições contra líderes da FND*. *Jornal dos Sports*, 25 de outubro de 1967, p. 8.

⁵⁸³ *Alunos de Psicologia encerram greve*. *Jornal do Brasil*, 26 de outubro de 1967, p. 18, primeiro caderno.

descobrir o fim do caso das anuidades, mas os três alunos suspensos conseguiram impetrar um mandado de segurança que os permitiu assistir às aulas em novembro⁵⁸⁴.

Entretanto, o fim da história não terminaria em 1967. Apenas em 1968 a comissão de inquérito chegaria ao fim, e seu resultado foi publicado nos Boletins da Universidade Federal do Rio de Janeiro, N° 3, em 19 de janeiro de 1968. Lá, consta na primeira página um processo sem número que diz:

“UFRJ – Relatório – Comissão de Inquérito, instituída pelo Conselho Universitário para apuração dos fatos ocorridos no Instituto de Psicologia, no ano passado. Decidiu o Conselho:

- a) Que o estudante Paulo Rubens da Fonseca, seja aplicada a pena de suspensão pelo período de 1 (hum) ano;
- b) Que a aluna Berenice Fialho Moreira, seja aplicada a pena de suspensão pelo período de 90 (noventa) dias;
- c) Que o aluno Luigi Moscatelli, seja aplicada a pena de repreensão pelo Diretor do Instituto de Psicologia.”⁵⁸⁵.

Não foi possível encontrar fontes detalhadas sobre o desenrolar das punições de Paulo Rubens da Fonseca e Luigi Moscatelli, este último especialmente misterioso pelo levantamento realizado em jornais não indicar qual teria sido sua participação na ocasião das agressões na frente do Instituto de Psicologia no dia 18 de outubro. Entretanto, foi possível encontrar o paradeiro de Berenice Fialho Moreira através do seu testemunho, fornecido em 2014, para a *Comissão Nacional da Verdade* (CNV). Sobre o ocorrido naquele dia, Berenice conta que entrou no Instituto para pegar sua bolsa e, quando saiu, a confusão havia começado, com Paulo Rubens da Fonseca sendo atacado por Moniz de Aragão e assistido pelo diretor Carlos Sanchez de Queiroz. E continua:

“O Paulo Rubens tenta sair por debaixo do braço do Reitor e, aí, o Reitor joga o pé em cima dele, dá um chute nele e, imediatamente, o Diretor do Instituto de Psicologia diz: “Aluno agride o Reitor.” Eu, comecei a gritar: “Não, quem agrediu o Reitor, quem agrediu o Paulo Rubens foi o Reitor, o Reitor agrediu o Paulo Rubens.” O Diretor Carlos Sanches Queiroz, sai de trás do Reitor, eu estava no corredor, me pega pelo braço, começa a me sacudir e me joga em cima de uma parede e, aí, vem a guarda universitária, há aquele tumulto, eu estava muito assustada, muito tonta, muito, assim, aparvalhada com o que estava acontecendo, aí as pessoas me pegam e me levam para o, fazer exame de corpo de delito, lá no Instituto de Medicina Legal e, enfim.”⁵⁸⁶.

⁵⁸⁴ *Alunos protestam*. O Jornal, 09 de novembro de 1967, p. 8.

⁵⁸⁵ Conselho Universitário: Processos. In: Boletins da Universidade do Brasil, N° 3, 19 de janeiro de 1968, p. 1.

⁵⁸⁶ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de Testemunho: Berenice Fialho Moreira. In: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: Depoimentos de vítimas civis. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Berenice_Fialho_Moreira.pdf. Acesso em 26 fev. 2020.

Berenice continua seu testemunho indicando que, por ocasião da promulgação do Decreto-Lei N° 477 de 26 de fevereiro de 1969, que define as infrações e correlatas punições para professores, alunos e funcionários de instituições de ensino públicas e privadas, seu envolvimento na confusão com o reitor terminou em sua expulsão do Instituto e da UFRJ⁵⁸⁷, especialmente por conta do 1º artigo, primeiro parágrafo, que diz:

“§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.”⁵⁸⁸.

Este é um exemplo do autoritarismo que permeava o ambiente acadêmico na época. Entretanto, o IP ainda passaria por mais problemas, em especial no ano de 1968, onde se iniciaria um embate contra Carlos Sanchez de Queiroz, tendo os alunos como objetivo sua deposição como diretor.

Logo em abril de 1968 encontramos uma pequena chamada no *Correio da Manhã*, numa coluna intitulada “Denúncias”. Esta informa brevemente que “O Diretor do Instituto de Psicologia da UFRJ [...], está, - segundo o representante do curso na reunião – ameaçando de punição os alunos que ficam conversando no pátio, sob o protesto de que os estudantes ficam organizando mais agitação, passeatas de protesto e subversão.”⁵⁸⁹. O clima piora quando em maio daquele ano os estudantes do IP decidem pelo indicativo de nova greve estudantil, sob ameaças do diretor de se demitir do cargo caso seja consumada a greve⁵⁹⁰. Dentre as demandas estudantis e problemas do Instituto, foram listados o medo de algumas turmas não receberem seus diplomas, a falta de uma clínica de atendimento público para praticarem a testagem psicológica e a necessidade de um novo professor para a disciplina de Estatística.

O problema persistiria em junho, quando novo indicativo de greve estudantil surge pelos mesmos problemas. Uma nota oficial publicada no *Jornal do Brasil* de 04 de junho informa que “no Instituto há falta de laboratórios, clínicas de atendimento e de material de

⁵⁸⁷ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de Testemunho: Berenice Fialho Moreira. In: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: Depoimentos de vítimas civis. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Berenice_Fialho_Moreira.pdf.

Acesso em 26 fev. 2020. No resto do longo testemunho, Berenice indica que, após seu desligamento, mudou-se para São Paulo, mas o clima de tensão no país a levou a um autoexílio no Chile e posteriormente na França. Só teria se religado ao Instituto em 1974 para retomar seus estudos e terminar sua formação.

⁵⁸⁸ BRASIL. Decreto-Lei N° 477 de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

⁵⁸⁹ *Denúncias*. Correio da Manhã, 04 de abril de 1968, p. 9, primeiro caderno.

⁵⁹⁰ *Estudantes recusam diálogo: Impossível*. Correio da Manhã, 04 de maio de 1968, p. 1.

ensino”⁵⁹¹. Os alunos reivindicavam a reversão no corte de verbas por parte do governo, problema que identificavam como causa da falta de material, professores e laboratórios no IP. Esta insatisfação motiva nova nota do coletivo de estudantes, publicada no *Jornal dos Sports*, do dia 05 de junho:

“Os estudantes do Instituto de Psicologia, neste momento em que a crise estudantil atinge seu ápice dentro da Universidade, vem manifestar de público o seu total repúdio à política de desnacionalização e desmoralização da Universidade brasileira. A situação da Universidade é caótica, e isto se manifesta em todos os setores. A falta de verbas, no entanto, não é como o Governo quer fazer crer, devido à burocracia dos órgãos governamentais, mas sim uma manobra do Governo para concluir para a Universidade, a única solução de subsistência é a transformação em fundações de caráter privado. Não aceitamos essa tentativa do Governo porque vemos nela a intenção de readequar a Universidade brasileira ao seu esquema desenvolvimentista antinacional. Exigimos maiores verbas federais para a Universidade e não apenas isso, mas também uma maior autonomia para a Universidade de modo que os estudantes possam ter uma participação efetiva na escolha dos currículos de suas faculdades e que possam participar na distribuição das verbas pelas diversas unidades.”⁵⁹².

A situação do instituto parecia ser pior do que a dos outros cursos. Como vimos na seção deste capítulo que tratou do traslado e instalação do IP na nova sede da Praia Vermelha, a precariedade era regra no cotidiano dos alunos. Em meio a um clima político agitado, em especial no infimo ano de 1968, a briga por melhores condições na universidade aparecia em vários veículos de imprensa. Em julho daquele ano, o jornal *Tribuna da Imprensa* publica uma matéria sobre os motivos dos alunos de diferentes unidades da UFRJ estarem aderindo ao movimento grevista, e a Psicologia tem um destaque especial:

“O Instituto de Psicologia tem problemas mais agudos do que outras escolas. Falta professores para a cadeira de Estatística do Primeiro e Segundo ano, a inexistência de um laboratório prejudica a cadeira de Psicologia Geral e Experimental, não há aula de Fisiologia no Primeiro ano da tarde e não existe uma clínica de atendimento público onde seus estudantes possam aperfeiçoar seus conhecimentos. Finalmente, as instalações elétricas da Escola estão condenadas pelo Corpo de Bombeiros e até hoje não houve nenhuma providência para substituí-las, uma vez que a Escola não dispõe de verba suficiente para empreender tal modificação.”⁵⁹³.

A postura grevista dos alunos se acirra quando o Instituto de Psicologia recebe, no dia 08 de julho, o Congresso do *Diretório Central dos Estudantes* da UFRJ (DCE-UFRJ)⁵⁹⁴, e, na semana seguinte, dia 15 de julho, o Congresso Regional da *União Nacional dos Estudantes*

⁵⁹¹ *Nota Oficial*. Jornal do Brasil, 04 de junho de 1968, p. 7, primeiro caderno.

⁵⁹² *Greve tem apoio de professores*. Jornal dos Sports, 05 de junho de 1968, p. 10.

⁵⁹³ *Por que eles escrevem nas paredes: + verbas*. Tribuna da Imprensa, 03 de julho de 1968, p. 14.

⁵⁹⁴ *Polícia prevenida contra manifestações*. O Jornal, 07 de julho de 1968, p. 9.

(UNE)⁵⁹⁵. O IP, por um curto período de tempo, foi palco de uma série de reuniões do movimento estudantil, tendo por exemplo sido utilizado novamente em agosto para uma assembleia geral dos estudantes do Estado da Guanabara por ocasião da interdição do *Teatro de Arena* do Palácio Universitário⁵⁹⁶. Outro exemplo foi o Instituto como palco de nova reunião do DCE em setembro daquele ano⁵⁹⁷.

Todo este movimento das entidades estudantis angariou a fúria de Moniz de Aragão, que, estando na Reitoria, no Palácio Universitário, ao lado do Instituto de Psicologia, via a agitação no campus crescer dia após dia. Em setembro se inicia uma nova “ação enérgica” do então Reitor, que responde à agitação no campus estacionando dois carros do Batalhão de Choque da Polícia Militar na frente da Reitoria da UFRJ. Segue o relato, segundo *O Jornal*, de 28 de setembro de 1968:

“Dois choques da Polícia Militar estacionaram, ontem, em frente à Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no momento em que o reitor Moniz de Aragão recebia os alunos do Instituto de Psicologia, que reivindicavam salas para a instalação de seus laboratórios. Vendo o aparato policial, os estudantes perguntaram se o reitor não considerava aquilo como uma afronta e o professor Moniz de Aragão limitou-se a sorrir. Mais tarde, souberam que tinha sido ele próprio quem havia chamado os policiais. Depois de algum tempo de conversação com os estudantes, o reitor Moniz de Aragão informou que naquele momento e naquelas condições não podia decidir sobre nada. Pediu aos alunos que organizassem uma comissão e o procurassem depois, em face de ele não poder ficar em pé muito tempo e estar proibido de apanhar sol na cabeça. Alegou também, que numa concentração como aquela, não podia haver nenhum diálogo. [...] O reitor Moniz de Aragão falou que, quando estudante, também fez política, embora fosse sempre derrotado, o que provocou vaias de todos. Os alunos de psicologia disseram que as suas apostilas estão entulhadas numa sala empoeirada, onde os ratos e traças estão destruindo todos os papéis. Após o encerramento do encontro, os policiais que se postavam na calçada embarcaram em suas viaturas, abandonando o local. Enquanto isso, os líderes acharam por bem não realizar a passeata prevista para a manhã de ontem, por não conseguirem arregimentar uma quantidade suficiente. O centro da cidade amanheceu, ontem, ocupado por tropas da Polícia Militar, que estavam encarregadas de impedir qualquer manifestação estudantil. Em cada esquina havia grupos de cinco soldados, atentos a todos os transeuntes.”⁵⁹⁸.

Por algum tempo, após a resposta de Moniz de Aragão, os ânimos do movimento estudantil se acalmaram. Entretanto, os alunos do Instituto de Psicologia voltaram a ter atritos com seu diretor, Carlos Sanchez de Queiroz. Após este voltar de uma breve temporada fora, o

⁵⁹⁵ *Congressos da UNE e UME*. Jornal do Comércio, 16 de julho de 1968, p. 3.

⁵⁹⁶ *Estudantes decidem abrir nova frente*. Tribuna da Imprensa, 23 de agosto de 1968, p. 7.

⁵⁹⁷ *Lideranças estudantis preparam congressos*. Jornal do Comércio, 07 de setembro de 1968, p. 2.

⁵⁹⁸ *Reitor recebe estudantes com a PM perto*. O Jornal, 28 de setembro de 1968, p. 9.

corpo de alunos do IP iniciou um movimento para sua deposição. Em matéria ao *Jornal dos Sports* do dia 02 de outubro de 1968, o Diretório Acadêmico do IP alega que “os alunos do Instituto repudiam a volta de seu antigo diretor, pois ele é a própria repressão dentro da Escola, sendo suas ações por demais conhecidas: suspensão e agressão a alunos, fechamento do Centro de Estudos de Psicologia etc.”⁵⁹⁹. Aqui, o Diretório Acadêmico se referia ao diretor interino, que permitiu a ocupação do Instituto pelo movimento estudantil no mês de agosto, algo que Queiroz, como vimos, era terminantemente contra, por considerar subversão. A matéria termina com um ataque do Diretório, que alega: “Entre outras coisas [...] ele nem é professor do Instituto, mas sim da Escola de Educação Física, onde acreditamos que suas aulas devam ser bem ministradas, devido aos conhecimentos que nos demonstrou ao agredir fisicamente um aluno do Instituto no ano passado.”⁶⁰⁰.

Mais críticas seguiriam no dia seguinte, quando o Diretório Acadêmico do IP publica nota, reproduzida no *Jornal dos Sports* de 03 de outubro de 1968:

“O Prof. Queiroz, a par de sua inépcia administrativa, é, objetivamente, um representante da ditadura dentro do Instituto. O Prof. Queiroz, assim como o Prof. Hélio Gomes, [...], já aplicava o relatório Meira Mattos muito antes de ele ter sido sistematizado. No ano passado foi o responsável pelo fechamento do CEPSi [Centro de Estudos de Psicologia] e pela comissão de inquérito, que culminou com punição para dois estudantes.”⁶⁰¹.

Cabe elucidar que, nesta nota, os estudantes fizeram referência ao temido relatório Meira Matos, que surgiu, segundo Maria de Lourdes Fávero, pelo Decreto N° 62.024 de 1967. Tal dispositivo legal previa uma comissão que seria presidida pelo Coronel Carlos Meira Matos – daí o nome do relatório – e visava, dentro muitos pontos, organizar a Reforma Universitária e coibir a atividade estudantil considerada “subversiva”. Em tal relatório, entregue em meados de 1968, algumas das muitas sugestões eram: diminuir a autonomia universitária, restringir a atividade dos movimentos estudantis e garantir a escolha de diretores de institutos via escolha do Presidente, independente de decisões do colegiado ou listas tríplices⁶⁰².

Esta dura crítica rendeu um momento inusitado, que serviu tanto para consolidar a posição dos alunos e, ao mesmo tempo, diminuir a figura do diretor. Conforme conta o *Jornal dos Sports*, 06 de outubro, o diretor Queiroz “[...] num debate com os estudantes, chegou a afirmar que era um “bom ditador”. Tentou corrigir. Queria dizer diretor, e não ditador. Mas não

⁵⁹⁹ “*Abaixo o diretor*”. *Jornal dos Sports*, 02 de outubro de 1968, p. 11.

⁶⁰⁰ *Ibidem*.

⁶⁰¹ *Psicologia*. *Jornal dos Sports*, 03 de outubro de 1968, p. 11.

⁶⁰² FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. *A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977, pp. 60-64.

houve tempo.”⁶⁰³. Realmente não houve tempo para conter os efeitos deste deslize freudiano, pois conforme conta o *Jornal do Brasil*, também de 06 de outubro, os alunos do IP já se mobilizavam em assembleias no sentido de obter o afastamento de Queiroz do cargo de diretor⁶⁰⁴. A pressão exercida pelos alunos foi realizada também com mais idas à reitoria e a fixação de cartazes pelo campus, especialmente nas paredes externas do Instituto de Psicologia, o que foi o estopim para que Queiroz determinasse o fechamento do IP, no final de novembro daquele ano, em pleno período de provas. Conta a matéria do *Diário de Notícias*, de 28 de novembro:

“PROTESTO. Os alunos do Instituto de Psicologia desenvolviam, desde o início do ano uma intensa campanha pela saída do diretor da Faculdade, professor Carlos Queiroz. Promoveram assembleias, realizaram passeatas, foram por diversas vezes à Reitoria da UFRJ e colocaram faixas em toda a faculdade exigindo a saída do diretor. Como estava na época da escolha de uma nova diretoria, uma lista tríplice foi encaminhada à reitoria, com os nomes colocados na seguinte ordem: 1º Antônio Penna; 2º Eliezer Schneider; 3º Carlos Queiroz. REIVINDICAÇÕES. Os alunos do Instituto de Psicologia estão com uma série de reivindicações ainda não atendidas. Entre elas, encontram-se a atualização da biblioteca, pois o último livro recebido é de 1958; laboratórios de aprendizagem, de personalidade e psicologia experimental, e, principalmente, a instalação do Serviço de Psicologia Aplicada, que funcionava em quatro salas alugadas fora da faculdade. Quando houve um aumento no aluguel destas salas, no início do ano, a faculdade preferiu abandonar o local e o material foi colocado no depósito de alimentação da escola, já estando quase totalmente inutilizado pelos ratos. Os alunos afirmaram que a falta das aulas práticas prejudica essencialmente o quinto ano, que vai formar-se agora, mas não vai encontrar trabalho, por não ter as horas de aula prática exigidas por lei. FECHAMENTO. Na manhã de ontem, o diretor da faculdade mandou retirar todos os cartazes que os alunos haviam afixado. Os jovens protestaram, reivindicando o material. O diretor, alegando que alguns cartazes eram ofensivos a ele e ao corpo docente, manteve a medida. Os estudantes pediram, então, a liberação dos restantes, o que foi prometido para ontem à tarde. Como o diretor não tivesse voltado à faculdade e o material estivesse fechado, os alunos confeccionaram novos cartazes, pregando-os na faculdade. Quando o diretor chegou, mandou retirar todos os cartazes e deu ordens para que todos os alunos saíssem da faculdade, chegando mesmo a retirar alguns pessoalmente, fechando-a a seguir. Apesar do presidente do DA [Diretório Acadêmico] ter pedido explicação, o diretor negou-se a dá-las e os jovens, que estão fazendo provas, não sabem se hoje encontrarão a escola aberta. O caso será levado à congregação amanhã.”⁶⁰⁵.

⁶⁰³ *Ditador honesto*. *Jornal dos Sports*, 06 de outubro de 1968, p. 5.

⁶⁰⁴ *Congresso da UNE e movimentos de rua marcarão a semana estudantil*. *Jornal do Comércio*, 06 de outubro de 1968, p., 2.

⁶⁰⁵ *Nova crise: Fechado o Instituto de Psicologia*. *Diário de Notícias*, 28 de novembro de 1968, p. 13, primeiro caderno.

Tal fechamento resultou numa reunião da congregação do Instituto realizada no dia 29 de novembro. Segundo o *Jornal dos Sports*, de 30 de novembro, após seis horas de deliberação, a congregação decidiu, por seis votos a um, pelo afastamento de Queiroz do cargo de diretor⁶⁰⁶. Em retaliação, o diretor puniu sete alunos por afixarem cartazes com uma suspensão de cinco dias, o que ocasionou numa tensa reunião. Conforme o *Jornal dos Sports* de 04 de dezembro, uma nova reunião da congregação foi realizada no intuito de revogar a punição aos alunos, tendo Queiroz convocado nada menos do que dez policiais da guarda universitária para acompanhar a reunião “para garantir a ordem”⁶⁰⁷.

Todavia, ainda que tenha sido votado seu afastamento, Queiroz não chegou a ser retirado do cargo. A reunião acima descrita terminou num “conchavo”, conforme matéria do *Jornal dos Sports*, de 07 de dezembro. Numa espécie de “anistia coletiva”, tanto as punições que o diretor aplicou aos alunos que afixaram cartazes como seu pedido de afastamento foram revogados simultaneamente, deixando no Instituto um ar de desgosto. A turma que estava prestes a se formar considerou suspender todas as festividades de formatura, e ficou a promessa do Diretório Acadêmico de continuar lutando contra Queiroz, “utilizando as mais variadas formas de luta”⁶⁰⁸.

Não é possível saber se houve luta mais intensa contra o diretor a partir deste ponto. A pesquisa vai de encontro a um grande silêncio para o fim de dezembro de 1968 e os anos posteriores, e os jornais tratam apenas de matérias sobre o vestibular de psicologia. Notícias dos movimentos estudantis, resistências e críticas desaparecem. Trata-se do efeito claro do Ato Institucional N° 5, assinado no dia 13 de dezembro de 1968, que, entre muitos efeitos devastadores para o Brasil, teve como consequência a censura, a perda de direitos políticos e a tortura de dissidentes do Regime Militar.

Segundo Antônio Gomes Penna, o ano de 1969 seria o mais terrível de todos. Se todas as crises anteriores não foram radicais o suficiente, uma nova greve estudantil seria deflagrada pelos alunos do Instituto naquele ano, contra um professor que Penna não nomeia em seu relato. Os efeitos de tal greve se fizeram sentir quando Penna e Eliezer Schneider foram acusados de não punir exemplarmente os grevistas, incorrendo na posição da Reitoria em buscar alguém de fora do Instituto, o que resultou na indicação de Elso Arruda. Nas palavras de Penna, “Objetivamente, consumava-se uma intervenção”⁶⁰⁹. Arruda permaneceria nesta posição do

⁶⁰⁶ *Congregação contra o Diretor*. *Jornal dos Sports*, 30 de novembro de 1968, p. 9.

⁶⁰⁷ *Afastamento para o Diretor Queiroz*. *Jornal dos Sports*, 04 de dezembro de 1968, p. 9.

⁶⁰⁸ *Alunos não aceitam o conchavo*. *Jornal dos Sports*, 07 de dezembro de 1968, p. 9.

⁶⁰⁹ PENNA, Antônio Gomes. *História da Psicologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1992, pp. 151-152.

final de 1969 até 1970, e teria mais uma gestão de quatro anos, de 1971 a 1974, quando deixaria o cargo⁶¹⁰.

Após o ano de 1969, a única fonte de passagens sobre o IP durante a ditadura militar é o brevíssimo relato do professor Penna, que conta de três situações onde o regime autoritário interferiu ou no instituto ou na carreira de seus professores. A primeira delas, quando o vestibular da psicologia foi montado em 1970 por Penna por incumbência de seu diretor, Elso Arruda⁶¹¹, incorreu em uma séria acusação, por parte do Regime Militar, de subversão por parte dos temas contidos na prova. Conta o professor Penna que o tema da redação seria “Para onde caminha a humanidade?”, o que angariou suspeitas e que incorreram num inquérito:

“A título de sugestão, recorreu a Banca ao retrospecto dos anos sessenta, apoiando-se de resto nas publicações da Imprensa e nos temas evocados pelas TVs. Para efeito de se proporcionar uma visão adequada, dessa década excepcionalmente conturbada, foram listadas muitas palavras, indicativas de líderes, outras de movimentos em extremo importantes. Fora estabelecido que todas as Bancas elaborassem as provas nas vésperas de suas realizações visando protegê-las contra a quebra de sigilo. De qualquer modo, a Coordenação do vestibular teve acesso à que seria aplicada sobre língua portuguesa. As consequências da aplicação da prova foram, todavia, desastrosas. Logo se instaurou inquérito para se apurar responsabilidades e o Coordenador dos exames vestibulares sofreu nova punição ainda em termos de advertência. A razão foi a de ter permitido a aplicação de uma prova *na qual aproximadamente 50% das palavras eram subversivas*, na medida em que nela apareciam os nomes de Che Guevara, Luther King, bem como expressões indicativas de movimentos, como o de libertação das colônias da África etc. O argumento era obviamente ridículo.”⁶¹².

O professor Antônio Gomes Penna se envolveria em pelo menos duas outras situações. A primeira, logo após o acontecimento da “redação subversiva”, onde, via uma carta entregue a ele por um funcionário não especificado do Instituto, foi rebaixado do regime de 40 horas para o regime de 24 horas, punição que foi estendida à sua esposa, Marion Merlone dos Santos Penna, também professora do Instituto⁶¹³. O professor conta que, em 1972, sofreu uma tentativa mais severa de punição, que tentou aplicar-lhe a pena de aposentadoria e que foi combatida via uma série de cartas de pessoas que lhe abonassem perante uma “enorme lista de acusações, valendo-se ressaltar que elas procediam de inúmeros órgãos de segurança e se revelaram altamente convergentes”⁶¹⁴. Alguns destes documentos foram reunidos em um livro-

⁶¹⁰ Ver o verbete de Elso Arruda no *Dicionário: Pioneiros* (2001).

⁶¹¹ PENNA, Antônio Gomes. *História da Psicologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1992, p. 153.

⁶¹² *Ibidem*.

⁶¹³ *Ibidem*, pp. 153-154.

⁶¹⁴ *Ibidem*, p. 154.

homenagem ao professor, e revelam várias facetas do regime ditatorial da época. Dentre alunos e funcionários, vários tiveram que depor para defender a figura de Antônio Gomes Penna⁶¹⁵.

Infelizmente, 1972 é tão longe quanto é possível chegar em termos de documentação e relatos. Por força do Ato Institucional 5, baixado no dia 13 de dezembro de 1969, a censura se acirrou e, com ela, veio um grande silenciamento com relação aos desmandos desta época. Afora o relato pessoal do professor Antônio Gomes Penna, muito pouco se detecta em jornais da época ou outras fontes. Cabe indicar que o instituto de psicologia permaneceria recebendo indicações de diretores até que a esposa do professor Penna, Prof.^a Marion, fosse indicada na lista tríplice e eleita democraticamente como primeira diretora do Instituto de Psicologia apenas em 1981.⁶¹⁶

O (breve) desenvolvimento institucional do IP-UFRJ

Rumando para a parte final deste trabalho, é preciso agora analisarmos como o Instituto de Psicologia se estabeleceu e como se desenrolou seu desenvolvimento institucional, visto que desde a década de 1970 até 2003 muitas características da proposta inicial foram alteradas e algumas até abandonadas completamente. O ponto de partida da análise será a comparação entre os regimentos do Instituto, de 1949 e de 1972, em seguida tratando brevemente da estrutura administrativa interna, seus setores e deixando para o fim do capítulo uma análise detalhada dos três currículos do curso de formação de psicólogos de 1967, 1985 e 2002.

De modo que um novo Regimento só foi criado para o Instituto de Psicologia em 1972, após sua alocação do *Centro de Filosofia e Ciências Humanas* da UFRJ, assumirei que sua estrutura administrativa interna permaneceu baseada no já analisado Regimento de 1949. Não foi possível constatar o quanto deste regimento deteve relevância para o funcionamento do IP, especialmente após a mudança da Reforma Universitária, mas se trata do último ponto de partida em termos de estrutura administrativa interna que existe para comparação.

A primeira comparação é no tamanho. Enquanto o Regimento de 1949 possui apenas 16 páginas, o Regimento de 1972 possui 102. O aumento aqui é definitivamente causado pela ampliação de funções do Instituto, já discutidas no início do capítulo, e podemos constatar ao listar suas finalidades, como consta no 2º artigo do Regimento:

“a) Ministrando o ensino básico da psicologia para toda a universidade;

⁶¹⁵ FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PENNA, Marion Merlone dos Santos. Antônio Gomes Penna: Convivências, Histórias e Memórias. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2015, pp. 281-292. Destaque-se o depoimento de Penna a Newton Ribeiro Magalhães, onde Penna admite no depoimento ter realizado a “supressão dos intervalos entre as aulas de modo a que os alunos não saíssem das salas” (p. 290). Tal foi o efeito do já mencionado Decreto-Lei N° 477 de 27 de fevereiro de 1969.

⁶¹⁶ Ver o Apêndice V desta tese, onde há uma entrevista com a professora Marion Merlone dos Santos Penna, que me informou diretamente esta passagem da história do IP.

- b) Formar bacharéis em psicologia e psicólogos, nos termos da Lei N° 4.119/62;
- c) Formar pesquisadores e técnicos especialistas em psicologia e, através da Escola de Educação, formar professores para todos os níveis de ensino da psicologia;
- d) Propiciar assistência técnica às Unidades de Ensino e Pesquisa da Universidade bem como, mediante convênios, a entidades públicas ou particulares;
- e) Cooperar com entidades governamentais e instituições congêneres ou outras, cujos objetivos se relacionem com a psicologia;
- f) Realizar pesquisas para o desenvolvimento da ciência e técnica psicológicas;
- g) Atuar sobre a comunidade através dos seus serviços cooperando para a elevação da posição da psicologia perante a opinião pública e para a solução dos problemas comunitários que exijam equacionamento psicológico;
- h) Contribuir para a solução dos problemas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e da própria Universidade que exijam equacionamento psicológico;
- i) Desenvolver processos de divulgação e documentação da psicologia e assuntos correlatos, colocando-os ao alcance da comunidade;
- j) Divulgar os processos da psicologia em âmbito nacional e internacional;
- l) estabelecer intercâmbio com as instituições congêneres, nacionais e internacionais;
- m) Aprofundar o conhecimento e demonstrar o desenvolvimento da psicologia no meio social, objetivando esclarecer e elevar seu nível cultural e cívico.”⁶¹⁷.

Vemos aqui como a mudança de função dos Institutos pós-Reforma de 1968 repaginou completamente as funções do IP se comparadas com sua época como unidade integrante da *Faculdade Nacional de Filosofia*. A colaboração com outras unidades persiste, mas perde protagonismo frente à finalidade base de ministrar a psicologia para toda universidade. Já a questão da técnica aparece apenas uma vez entre as demais finalidades, porém seu peso não está na estrutura do IP como um todo, mas focada em uma das suas divisões.

Assim como no Regimento de 1949, o IP terá subdivisões internas: uma *Divisão de Ensino de Graduação* (compreendendo a coordenação do ensino de graduação, o expediente escolar e assistência ao estudante diplomado), uma *Divisão de Ensino para Graduação e Pesquisa* (compreendendo a coordenação de ensino para graduados, laboratórios e pesquisas e estudos teóricos) e uma *Divisão de Psicologia Aplicada*⁶¹⁸. A DPA é a única que possui responsabilidade ligada à formação profissional. Retomemos o Artigo 16 da Lei N° 4.119 de 27 de agosto de 1962:

“Art. 16. As Faculdades que mantiverem curso de Psicólogo deverão organizar Serviços Clínicos e de aplicação à educação e ao trabalho - orientados e dirigidos pelo Conselho dos Professores do curso - abertos ao público, gratuitos ou remunerados.

⁶¹⁷ INSTITUTO DE PSICOLOGIA: Regimento. Rio de Janeiro: Serviço Industrial Gráfico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972, pp. 5-6.

⁶¹⁸ *Ibidem*, pp. 6-7.

Parágrafo único. Os estágios e observações práticas dos alunos poderão ser realizados em outras instituições da localidade, a critério dos Professores do curso.”⁶¹⁹.

A Divisão de Psicologia Aplicada (DPA) nada mais é do que a manifestação do Artigo 16 que regulamenta a formação dos psicólogos. Trata-se do reconhecimento, pelos dispositivos legais, de que a psicologia teve, em seu começo no país, uma função eminentemente prática, e que a formação de quadros profissionais não pode existir sem que haja um espaço institucional para que os alunos *pratiquem a psicologia em sua dimensão técnica*. Observemos como esta necessidade se configura no 6º artigo do Regimento de 1972, que trata das atribuições da DPA:

“Art. 6: A Divisão de Psicologia Aplicada compreende:

- 1) Setor de Psicologia do Ajustamento;
- 2) Setor de Psicologia Escolar;
- 3) Setor de Psicologia do Trabalho;
- 4) Setor de testes e instrumentos;
- 5) Setor de coordenação de estágios.

Parágrafo único: Cada setor terá um chefe designado pelo Diretor.”⁶²⁰.

Podemos observar como o começo da psicologia no Brasil se refletiu na estrutura acadêmica que organizou os cursos. No caso da DPA, a importância da testagem, da aplicação e do teor prático se configura em seus diferentes setores, em especial quando observamos que tanto a psicologia aplicada à escola como ao trabalho está presente. Mas surge uma dúvida: do que se trata “Psicologia do Ajustamento”?

Retomemos a discussão com um texto escrito por Antônio Gomes Penna em 1953 e publicado nos Boletins do Instituto de Psicologia, N° 1-2. Intitulado *Notas sobre Psicologia do Ajustamento*, este texto nos fornecerá pistas importantes para compreendermos o que significa esta ramificação da Psicologia. Penna define “ajustamento” da seguinte forma: “Ajustamento é um conceito que tem como equivalente o de adaptação. Teve o seu emprego generalizado no campo da biologia, durante o século dezenove, especialmente, graças aos evolucionistas.”⁶²¹. Em seguida, dá precisão ao termo ajustamento como “expressivo de uma relação satisfatória entre o organismo e o meio”⁶²², e define a questão do grau satisfatório de relação indicando que “a relação entre o organismo e o meio é satisfatória quando ela proporciona a manutenção da vida individual e específica. Igualmente será satisfatória quando ela decorre de uma satisfação

⁶¹⁹ BRASIL. Lei N° 4.119 de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.

⁶²⁰ INSTITUTO DE PSICOLOGIA: Regimento. Rio de Janeiro: Serviço Industrial Gráfico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972, p. 7.

⁶²¹ PENNA, Antônio Gomes. Notas sobre Psicologia do Ajustamento. In: Boletins do Instituto de Psicologia. 1953, N° 1-2, p. 5.

⁶²² *Ibidem*, pp. 5-6.

das exigências orgânicas e culturais que se possam produzir no indivíduo.”⁶²³. Tendo em mente a definição de ajustamento, é possível apresentar uma definição do campo de atuação da Psicologia do Ajustamento:

“Hoje o que chamamos de Psicologia do Ajustamento constitui o campo onde se realizam as mais extensas pesquisas e trabalhos teóricos de quantos se desenvolvem na esfera da Psicologia Geral. É também o setor mais importante da psicologia aplicada, sendo enormes os benefícios que fornece a todos os que lidam com coletividades. Por isso mesmo, na formação de dirigentes industriais e no preparo de professores, as noções de psicologia do ajustamento devem ocupar importante posição. De fato, elas ajudarão a compreender o comportamento em todas as suas manifestações e, assim, serão uma garantia para que os objetivos visados pelo trabalho da empresa ou da escola se possam atingir mais facilmente.”⁶²⁴.

A Psicologia do Ajustamento é, portanto, um ramo da psicologia que se dedica a compreender como os indivíduos ajustam-se (adaptam-se) ou não ao meio social no qual vivem, fornecendo tanto uma explicação para o desajustamento como ferramentas para promover o ajustamento adequado. Temas como frustração, agressividade, conflitos e angústia são tópicos da psicologia do ajustamento, e o psicólogo contribui ao pensar nos *mecanismos de ajustamento*:

“Para o psicologista e especialmente para o especialista em ajustamento, o interesse circunscreve-se a certos mecanismos que garantem a conservação do equilíbrio emocional, prevenindo ou corrigindo todas as consequências dos processos frustrativos. Tais mecanismos desempenham, no campo psicológico, papel semelhante ao realizado pelos mecanismos homeostáticos no setor biológico.”⁶²⁵.

Penna então cita quatro mecanismos comuns de equilíbrio emocional, em sua maioria retirados da literatura psicanalítica: mecanismo de compensação (“um conjunto de esforços que se orientam no sentido de suprir uma deficiência”), mecanismo de racionalização (“esforço realizado no sentido de se construíram explicações vantajosas para os fracassos decorrentes da nossa incapacidade”), mecanismo de projeção (“tendência que leva o indivíduo a atribuir o seu comportamento a circunstâncias alheias ao seu controle”) e mecanismo de regressão (“substituição de certas tendências fundamentais do organismo por outras menos fundamentais”)⁶²⁶.

É importante esta exposição sobre a questão do ajustamento porque não se é capaz de questionar a ligação dos outros setores da DPA com a psicologia. Vimos como, historicamente,

⁶²³ PENNA, Antônio Gomes. Notas sobre Psicologia do Ajustamento. In: Boletins do Instituto de Psicologia. 1953, N° 1-2, p. 6.

⁶²⁴ *Ibidem*, p. 5.

⁶²⁵ *Ibidem*, p. 13.

⁶²⁶ *Ibidem*, pp. 14-15.

o trabalho e a escola eram setores da sociedade onde o psicólogo era chamado a atuar, em especial pela via da psicotécnica, representada pelo setor de testes e instrumentos. Já a psicologia do ajustamento, para a história do Instituto de Psicologia, é um objeto histórico de certo mistério pois teve uma existência num período curto e logo depois sumiu. O que explica este desaparecimento é o fato de que, na realidade, a psicologia do ajustamento era uma forma complexa dos psicólogos de burlarem o veto que sofriam dos psiquiatras no exercício da clínica psicológica, algo que foi objeto de disputa por muito tempo. Vejamos a questão em detalhes.

Conforme discutimos no final do capítulo anterior, Lourenço Filho destacou que um dos motivos da existência de uma lei que regulamentaria a profissão do psicólogo era o de conter o avanço dos psicólogos ou psicologistas que começavam a proliferar na década de 1950. Suas credenciais eram incertas e suas técnicas de atuação mais incertas ainda, em especial quando alguns alegavam exercer uma prática clínica através da psicologia. E, historicamente, a clínica sempre foi uma área da psiquiatria.

Desta forma, houve, logo após a promulgação da Lei N° 4.119, algumas disputas sobre a verdadeira extensão da atuação do psicólogo na clínica, e podemos observar este imbróglio através do caso da disciplina de Teorias e Técnicas Psicoterápicas. Conforme o Anexo VI da tese, é possível consultar que esta disciplina se constituía parte da quinta série do curso de psicologia de 1964, que configurava a formação em psicólogo prevista em lei. Tal disciplina seria questionada em sua legitimidade como parte do currículo profissional da Psicologia, como conta o próprio Antônio Gomes Penna:

“Problema inesperado apresentou-se, já no final de 1967. Organizava-se o currículo do 5o ano e tínhamos a oferecer a disciplina Teoria e Técnicas Psicoterápicas. Inesperadamente vi-me diante de sério impasse. O representante dos docentes-livres no Conselho Universitário, de resto médico-psiquiatra e grande psicanalista, expressando ponto de vista do Professor catedrático de Psiquiatria, então Diretor do Instituto de Psiquiatria, nos recusava o direito de oferecer a citada disciplina. Alegava que a atividade psicoterapêutica era de exclusiva competência médica e não se podia admitir seu ensino em uma unidade não vinculada à Faculdade de Medicina. Mostrei a impossibilidade de se aceitar esse argumento, na medida em que o oferecimento dessa disciplina nos cursos de psicologia decorria de exigência legal. Diante desse argumento, determinou o Reitor que o secretário do Conselho providenciasse o texto e, diante da evidência, concedeu autorização para que a disciplina fosse ministrada no Instituto de Psicologia.”⁶²⁷.

Penna evoca os dispositivos legais que existiam até 1967 que amparavam que a disciplina de Teorias e Técnicas Psicoterápicas fosse lecionada no IP. Em especial, podemos

⁶²⁷ PENNA, Antônio Gomes. Minha Caminhada na Psicologia. In: *Mnemosine*, 2004, Vol. 1N° 0, p. 8.

ver na Lei N° 4.119, em seu 13° artigo, parágrafo único, que constituem funções privativas do psicólogo diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica e solução de problemas de ajustamento⁶²⁸. Já no Decreto N° 53.464 de 21 de janeiro de 1964, que regulamentou detalhes da Lei N° 4.119, encontramos uma expansão do que já havia sido previsto em 1962, ampliando as funções do psicólogo não apenas profissionalmente mas também didática e academicamente:

“Art. 4° São funções do psicólogo:

1) Utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento.

2) Dirigir serviços de psicologia em órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares.

3) Ensinar as cadeiras ou disciplinas de psicologia nos vários níveis de ensino, observadas as demais exigências da legislação em vigor.

4) Supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de psicologia.

5) Assessorar, tecnicamente, órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares.

6) Realizar perícias e emitir pareceres sobre a matéria de psicologia.”⁶²⁹.

Desta forma, observamos que dois dispositivos legais amparavam a existência da disciplina de Teorias e Técnicas Psicoterápicas, e conforme Penna conta, eventualmente o problema foi resolvido. O que as leis não explicam é como a psiquiatria era capaz de exercer um poder tão grande sobre a psicologia de modo a conseguir, ainda que temporariamente, vetar uma das suas disciplinas do currículo mínimo, mesmo prevista em lei.

Podemos buscar no passado da psicologia como uma técnica da psiquiatria um possível eco com este acontecimento. Conforme vimos no primeiro capítulo, o fato da psicologia ter sido praticada amplamente num contexto asilar, sob supervisão dos psiquiatras, e ter sua atuação delimitada pela medicina social, configurou um saber e uma prática da psicologia estreitamente ligada com a psiquiatria. Com a regulamentação da profissão de psicólogo, houve uma cisão algo abrupta desta ligação tão estreita, o que gerou ampla resposta da psiquiatria. É necessário lembrar, também, que se em 1967 os psiquiatras do Instituto de Psiquiatria da UFRJ tentavam impedir a disciplina de ser ministrada no IP, apenas 42 anos antes, em 1925, a

⁶²⁸ BRASIL. Lei N° 4.119 de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.

⁶²⁹ BRASIL. Decreto N° 53.464 de 21 de janeiro de 1964. Regulamenta a Lei N° 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a profissão de psicólogo.

psicologia funcionava como auxiliar dos psiquiatras no laboratório da *Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro*. A reação da medicina, nesse contexto, não é tão estranha se colocarmos em perspectiva o passado o IP. Havia muito pouco tempo, psicólogos jamais sonhariam em atuar na clínica.

Há ainda o forte simbolismo do veto à disciplina ter partido justamente do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, reflexo de uma clara relação de poder entre as disciplinas. Lembremos que este Instituto surgiu como parte do antigo Pavilhão de Observação do *Hospital Nacional de Alienados*, que ficava na Praia Vermelha, agora um campus da UFRJ. O IP, por sua vez, veio do laboratório da Colônia do Engenho de Dentro, que não era senão uma extensão do próprio HNA. Em outras palavras, este veto da psiquiatria à atuação da psicologia é tão simbólico quanto material: trata-se de uma estrutura histórica profunda, enraizada, que liga as duas instituições, e que permaneceu imóvel enquanto outras estruturas e configurações históricas mais superficiais alteravam-se.

É aqui que voltamos à Psicologia do Ajustamento. Segundo a professora Marion Merlone dos Santos Penna, que foi aluna da primeira turma do curso de Psicologia do IP, também professora do curso e esposa do professor Antônio Gomes Penna, a psicologia do ajustamento tratava-se de um “subterfúgio” para que o psicólogo pudesse praticar a clínica sem intervenção dos psiquiatras, dado que quando estas aconteciam, terminavam em imbróglios como o citado por Penna sobre a disciplina de Teorias e Técnicas Psicoterápicas. Estas informações, assim como as próximas referentes à psicologia do ajustamento, foram obtidas via entrevista com a professora Marion, que está na íntegra no Apêndice V desta tese.

Marion conta também que esta questão da atuação da clínica perseguiu o curso de psicologia para além da proibição de uma disciplina. Segundo conta a professora, a maneira encontrada para que se resolvesse a pressão dos médicos foi sugerida pelo professor Penna, que, após reuniões no Conselho Universitário, chegou a uma solução pacífica: todas as disciplinas ligadas à psicologia do ajustamento seriam ministradas pelos professores da Faculdade de Medicina, em especial pelo Instituto de Psiquiatria. Esta solução assegurou uma vitória para os dois lados: a psicologia foi capaz de manter a oferta de suas disciplinas voltadas para a atuação clínica do psicólogo, enquanto os médicos se asseguravam de delimitar um campo de atuação, um claro interesse deles.

Marion conta, ainda, que outro compromisso firmado pelo professor Penna com os professores do Instituto de Psiquiatria foi o de enviar os alunos da psicologia para cursar as disciplinas biológicas básicas do curso junto com as turmas de Medicina na Ilha do Fundão. Conforme consta no Anexo VII da tese, o currículo de bacharelado e licenciatura de 1967

previa, nas duas primeiras séries, as matérias de Fisiologia e Genética. Tais disciplinas, portanto, eram ministradas junto à medicina, como parte do acordo para que a clínica – e a formação de psicólogos em geral – não se distanciasse da Medicina. Cabe informar que esta decisão, tomada no fim da década de 1960, persiste até hoje, sendo uma marca notória do curso de psicologia da UFRJ ter sua sede na Praia Vermelha e suas disciplinas biológicas dos primeiros períodos ministradas no Fundão, assim como as disciplinas de psicopatologia ministradas pelos psiquiatras do Instituto de Psiquiatria da UFRJ⁶³⁰.

Outra forma de detectar a forte presença da psiquiatria no Instituto de Psicologia está nos seus diretores. De 1923 até 1977, todos os diretores do IP foram médicos psiquiatras. Apenas em 1978 que Antônio Gomes Penna, originário da Filosofia e psicólogo da “velha guarda”, anterior à Lei N° 4.119, quebra com o domínio dos médicos. A primeira vez que o IP terá como diretor um psicólogo formado após a lei de 1962 será com a gestão da professora Marion Merlone dos Santos Penna, que dirigiu o IP de 1981 a 1985. Posteriormente, todos os diretores, de 1985 até 2003, serão não apenas psicólogos de formação, mas também ex-alunos do próprio Instituto de Psicologia. São quase sessenta anos sob gestão de psiquiatras contra menos de trinta sob gestão de psicólogos de formação⁶³¹.

Depois desta digressão sobre a configuração do Instituto e suas raízes na persistente presença da psiquiatria em sua história, resta ainda discorrer sobre três grandes temas: sua organização departamental interna, o papel do laboratório de psicologia no Instituto e o surgimento dos Programas de Pós-Graduação.

Na forma prevista pelo Regimento de 1972, são cinco departamentos: Psicologia Geral e Experimental, Psicologia da Personalidade, Psicologia do Ajustamento, Psicologia Social e do Trabalho e Psicometria. Sabe-se que até 1983 esta organização permaneceu a mesma, pois aparece no Catálogo de Cursos de Graduação distribuído aos alunos ingressantes naquele ano.⁶³²

⁶³⁰ Evidentemente, após esta decisão, inúmeros fatores entram nesta conta: questões departamentais, professores responsáveis pelas disciplinas, mudanças de gestão e disponibilidade de salas. Mas esta é, provavelmente, a primeira de uma série de causas que levariam à esta situação e sua futura manutenção. Novamente, uma evidência do simbolismo da relação de poder entre psiquiatria e psicologia.

⁶³¹ Segue a lista de diretores de 1923 até 2003: Waclaw Radecki (1923-1932), José Carneiro Ayrosa (1933-1934), Nilton Campos (1935-1936; 1948-1963), Jayme Grabois (1937-1948), Carlos Sanchez de Queiroz (1965-1969), Elso Arruda (1969-1974), Roberto Bittencourt (1974-1978), Antônio Gomes Penna (1978-1981), Marion Merlone dos Santos Penna (1981-1985), Marcos Jardim Freire (1986-1990), Cílio Ziviani (1990-1992), Nei Calvano (1992-1994), Phrygia Arruda (1994-1995), Maria Inácia D’Ávila Neto (1995-2003). Esta lista foi adaptada do trabalho de Autuori (2010), com a correção da gestão breve de Nilton Campos de 1935 a 1936, previamente desconhecida na literatura e apontada no primeiro capítulo da tese. A informação sobre a formação dos diretores psicólogos foi levantada via consulta ao *Currículo Lattes* destes, disponível online.

⁶³² INSTITUTO DE PSICOLOGIA. Catálogo dos cursos de Graduação. Rio de Janeiro: AM Promoções e Artes Gráficas LTDA, 1983, p. 16.

Entretanto, a partir da década de 1990, a estrutura departamental irá ser alterada. O Departamento de Psicologia do Ajustamento seria extinguido e o de Psicologia da Personalidade daria lugar ao Departamento de Psicologia Clínica, demonstrando que esta especialidade da psicologia, hoje tão inserida no imaginário popular do fazer dos psicólogos, foi uma das últimas especialidades a se firmar na profissão, pelos problemas que foram aqui apresentados anteriormente⁶³³.

Já o laboratório do Instituto é objeto de discussão. Conforme demonstrei anteriormente, desde 1965 se sabe que pouco restou do laboratório da época da Universidade do Brasil por conta da falta de verba para manter os instrumentos, bem como pelo traslado do IP entre sedes, o que contribuiu para a deterioração destes. Menos ainda restou do laboratório do Engenho de Dentro, provavelmente perdido em meio à tantas mudanças.

Em estudo anterior⁶³⁴, demonstrei como o laboratório do Instituto de Psicologia, apesar de perder sua ligação com o seu laboratório inicial, ressurgiu como auxiliar didático. O IP não se marcou por ter forte tradição experimental e nem poderia, visto que as reclamações constantes sobre espaço impediriam quaisquer tentativas de uma pesquisa experimental de laboratório mais robusta. Até existiram algumas pesquisas de cunho experimental publicadas nos Boletins do Instituto de Psicologia, mas uma análise minuciosa destes trabalhos revela um baixo uso por pessoas específicas:

“Não encontramos nenhum indício claro de atividade frequente do laboratório nos 23 anos de Boletins [1951-1973], à exceção de três artigos publicados em 1969, 1971 e 1972, por Ued Maluf, que relatavam estudos sobre percepção em planárias. Há também um artigo publicado por Rolf Preuss em 1972 sobre detecção de radiação ionizante por ratos e um artigo publicado em 1964 por Faria Goés Sobrinho sobre condicionamento e aprendizagem. Temos apenas 5 indícios claros de pesquisa experimental que indicam possível atividade do laboratório em 23 anos de Boletins, o que nos faz crer que seu uso era ou diminuto ou até mesmo nulo.”⁶³⁵.

Conforme relato de professores, o laboratório perdeu função de produção científica e estabilizou-se como auxiliar didático. Ocorreu uma compra de material na década de 1970, mas logo em 1990 seria fechado⁶³⁶. Os poucos instrumentos que restaram foram guardados em

⁶³³ Não foi possível precisar a data em que ocorreu esta mudança. O que consegui levantar foi que esta mudança aconteceu por volta do fim da década de 1980, época em que a professora Marion Merlone dos Santos Penna, iniciou seu processo de aposentadoria. A professora me informou que soube da mudança, mas que já não estava mais envolvida. Portanto, é possível que tenha ocorrido apenas no início da década de 1990.

⁶³⁴ FONSECA, Luiz; FERREIRA, Arthur Arruda Leal. Uma história sociotécnica do laboratório do Instituto de Psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. (Org.). Práticas e Saberes Psi: Os novos desafios à formação do psicólogo. Florianópolis: Edições do Bosque. 2015. pp. 10-27.

⁶³⁵ *Ibidem*, p. 20. Cabe indicar os agradecimentos de Ued Maluf em seus trabalhos ao laboratório de psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), o que sugere que tenha parcialmente utilizado suas dependências para a realização dos experimentos com as planárias.

⁶³⁶ *Ibidem*, p. 24.

diferentes armários pelo Instituto de Psicologia, e, administrativamente, em seu lugar, foi inaugurado um Laboratório de Informática. Com a promessa de substituir o ultrapassado ensino de psicologia experimental, realizada através de atrapalhados instrumentos arcaicos do início do século XX e as caixas de Skinner, que pela década de 1970 saíam de moda com a ascensão do cognitivismo, o laboratório foi nomeado em homenagem a um de seus poucos utilizadores: *Laboratório de Informática Rolf Preuss*, professor do IP, já falecido. Atualmente é utilizado pelos alunos nas disciplinas de Psicometria e em demais cursos onde se demandam análises de dados através de softwares de estatística para psicologia, e é conhecido carinhosamente entre os alunos do IP como LIRP. Consta em uma das suas paredes uma placa comemorativa de sua inauguração, onde se presta homenagem à Rolf Preuss.

Por fim, cabe ainda mencionar brevemente sobre o surgimento dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia. Entretanto, como estes surgem e se desenvolvem na década de 1990, e a datação desta tese se finda em 2003, me deterei apenas nas datas e na organização dos temas de pesquisa, deixando para que outros, no futuro, complementem esta narrativa com os detalhes que ficarem de fora.

O primeiro projeto de programa de pós-graduação do IP surgiu no fim da década de 1970. Conforme conta o professor Antônio Gomes Penna, em período que fora indicado como diretor do IP (1978-1981), tentou-se criar um programa de pós-graduação. Entretanto, este não vigorou. Como conta Penna, “A direção [do instituto] foi exercida sem qualquer problema, instalando-se neste período o primeiro programa de pós-graduação. Infelizmente essa iniciativa não foi nada coroada de êxito diante da quase nula produção científica dos que participaram do mesmo”⁶³⁷. Nenhuma informação sobre temas, ementas ou funcionamento foi encontrada sobre esta pós-graduação de curtíssima duração.

O IP conta, atualmente, com três Programas de Pós-Graduação: Teoria Psicanalítica, Psicologia e Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS). Dos três, a mais antiga é a Teoria Psicanalítica, que foi fundada em 1988 visando a formação, pesquisa e discussão de temas psicanalíticos. Segundo uma avaliação do Instituto de Psicologia realizada pelo CFCH em 1998, a Teoria Psicanalítica constituía de uma “iniciativa pioneira” no Brasil por atender “a demanda observada de formação científica sólida nesta área, privilegiando a pesquisa e os estudos conceituais”⁶³⁸.

⁶³⁷ PENNA, Antônio Gomes. *História da Psicologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1992, p. 155.

⁶³⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Avaliação Institucional do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Relatório Final*. Rio de Janeiro, 1998, p. 134.

O segundo Programa de Pós-Graduação é o de Psicologia, focado em Psicologia Cognitiva e Social e Psicologia da Personalidade. Trata-se de uma pós-graduação que não se originou exatamente no Instituto de Psicologia, tendo sido absorvida pela UFRJ com o fim do *Instituto de Superior de Estudos e Pesquisas em Psicologia*, anteriormente *Instituto de Seleção e Orientação Profissional* (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segue a avaliação institucional sobre esta pós:

“O Programa de Pós-Graduação em Psicologia mantém duas áreas de concentração: Psicologia Cognitiva e Social e da Personalidade. Trata-se do antigo Curso de Pós-Graduação em Psicologia mantido pelo ISOP da Fundação Getúlio Vargas, transferido para a UFRJ a partir de 1991. A filosofia do curso é pluralista, com projetos diversificados nas áreas de psicologia cognitiva e na área de psicologia social e da personalidade. [...] Vale ressaltar que o Programa contribui para a preservação da tradição da Psicologia no Brasil especialmente através do esforço da manutenção da revista mais antiga na área, os Arquivos Brasileiros de Psicologia, publicada desde 1949. Trata-se, sem dúvida, de um patrimônio cultural que está sob a guarda da UFRJ.”⁶³⁹.

A revista *Arquivos Brasileiros de Psicologia* possui este nome desde 1978. Como indicado, foi fundada em 1949, mas na época seu nome era *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*. Em 1969, a revista, ainda no ISOP, é renomeada *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, nome que seria alterado pela última vez em 1978. Já o ISOP, fundado em 1991, terminou por ocasião de uma crise interna⁶⁴⁰, e foi absorvido pela UFRJ em parte por alguns professores de seus quadros também serem professores do IP-UFRJ.

A terceira e última pós-graduação do Instituto de Psicologia é o Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Segundo o site da instituição:

“A primeira turma do Programa de Psicossociologia foi criada, em nível de Mestrado, em 1989. Em 1992, com o nome EICOS – Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, foi formalizada com a aprovação da CAPES em 1993. Com uma proposta pioneira no campo da formação e pesquisa, amparada em uma busca de desenvolvimento teórico-metodológico e de inovação na área da Psicossociologia, o Programa dedicou-se às problemáticas das comunidades e da ecologia social. Em primeiro lugar, por incorporar uma perspectiva interdisciplinar na discussão e problematização de questões psicossociais, em um momento em que esta abordagem ainda era incipiente na área da Psicologia em geral, e da Psicologia Social, em particular”⁶⁴¹.

⁶³⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Avaliação Institucional do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Relatório Final. Rio de Janeiro, 1998, p. 135.

⁶⁴⁰ Ver o verbete do ISOP no *Dicionário: Instituições* (2011).

⁶⁴¹ Disponível em: <http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/pt/home/apresentacao-2/>.

É importante mencionar que, das três pós-graduações do IP, o EICOS é a única que mantinha, até 1998, um convênio com a *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO), na forma da Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Sustentável⁶⁴².

A criação dos programas de pós-graduação foi a última grande mudança didático-administrativa do Instituto de Psicologia entre 1964 e 2003. Entretanto, é preciso retomar a discussão pelo ponto de vista da graduação. De modo que o IP se transformou num instituto básico da UFRJ, sua principal função se tornou, portanto, formar psicólogos. Desta forma, a maior parte de sua estrutura interna – professores, salas de aula, instrumentos de laboratório, funcionários – irá existir em função da graduação. É por este motivo que a parte final deste capítulo e desta tese será dedicada apenas a analisar o desenvolvimento dos currículos da graduação em psicologia na UFRJ. Esta análise irá se focar não nas diferenças entre a psicologia como uma profissão autônoma e a psicologia como técnica psicológica, mas em como os vestígios da atuação psicotécnica persistem nos currículos de formação profissional.

Os currículos de Psicologia da UFRJ: 1967, 1985, 2002

Começamos com já citado Parecer N° 403 de 19 de dezembro de 1962, do Conselho Federal de Educação⁶⁴³. Trata-se do currículo mínimo dos cursos de psicologia, que foi aplicado na *Universidade do Brasil* através do Projeto de Currículo de 1964 (Anexo VI) e na *Universidade Federal do Rio de Janeiro* através do Currículo de Psicologia de 1967 (Anexo VII). A disciplina de Estatística tem sua importância definida tanto para a pesquisa como para a aplicação da psicologia, enquanto a Fisiologia explica-se como “estudo básico para compreensão do comportamento humano e animal que, além disto, proporciona um treinamento metodológico válido em si mesmo”⁶⁴⁴. Justifica-se, em seguida, os ramos da Psicologia Geral e Experimental e da Psicologia do Desenvolvimento como apoios importantes para a Experimentação, A Psicologia da Personalidade é encarada como convergência natural dos ramos anteriores e a Psicologia Social é a mediação entre organismo que se ajusta e meio que dele demanda, terminando com a Psicopatologia Geral norte geral dos distúrbios de ajustamento entre indivíduo e meio⁶⁴⁵. Estas definições de importância das disciplinas cobrem apenas o bacharelado em psicologia.

⁶⁴² UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Avaliação Institucional do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Relatório Final. Rio de Janeiro, 1998, p. 134.

⁶⁴³ CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer N° 403/62. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Currículos Mínimos dos Cursos de Graduação. Brasília, 1981, 4° Ed. pp. 484-487.

⁶⁴⁴ *Ibidem*, pp. 484-485.

⁶⁴⁵ *Ibidem*, p. 485.

A parte importante para meu trabalho está na explicação da escolha de disciplinas e temas para Formação em Psicologia. Observemos, na longa passagem a seguir, como serão evocados os temas de primeira necessidade e os temas secundários:

“A parte destinada a formação do Psicólogo, que se apresenta sobre aquele núcleo comum, compreende duas matérias fixas e uma variável, além de estágio supervisionado. São fixas as Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico e a Ética Profissional. A primeira identifica-se com o trabalho mesmo do Psicólogo, expresso na análise e solução dos problemas individuais e sociais, enquanto a segunda flui da natureza desse trabalho, que tem profundas implicações éticas, por desenvolver-se num plano de relações interpessoais e atingir, não raro, as esferas mais profundas da personalidade. As matérias variáveis em número de três, permitirão ao estabelecimento diversificar, a formação profissional, conforme as suas possibilidades e as necessidades do meio, para atender às características próprias da atividade do Psicólogo na escola, na empresa, na clínica e onde quer que a sua presença seja reclamada. Daí a lista apresentada para escolha, em que se incluem Psicologia do Excepcional, Dinâmica de Grupo e Relações Humanas, Pedagogia Terapêutica, Psicologia Escolar e Problemas da Aprendizagem, Teorias e Técnicas Psicoterápicas, Seleção e Orientação Profissional e Psicologia da Indústria.”⁶⁴⁶.

A matéria intitulada Técnicas de Exame e Acompanhamento Psicológico (TEAP) fala por si só. Seu nome é uma das reverberações que fazem parte da longa ligação do Instituto de Psicologia com um passado ligado à Medicina e à Psiquiatria. Indicado como “o trabalho mesmo do psicólogo”, o estudo das técnicas de exame não é senão o que a psicologia amplamente representava para a sociedade na primeira metade do século XX: uma área de saber que se dedica a examinar, mediante técnicas próprias e específicas, os indivíduos que dela necessitem ou que dela sejam alvo, de modo a produzir através deste exame e segundo tais técnicas uma compreensão de seu lugar naquele arranjo social.

Não surpreende, entretanto, que a Ética Profissional seja a segunda matéria fixa. Conforme vimos, a psicologia tem um passado repleto de práticas de teor questionável mediante a moral de certas épocas, e à medida que se afasta de seu passado nos laboratórios das instituições asilares, percebeu-se que as técnicas psicológicas constituíam um objeto que inspirava cuidados. É a partir deste ponto que se estabelece uma sutil tensão entre um currículo que manifesta este passado técnico e, ao mesmo tempo, luta para balancear esta presença com mecanismos de contraponto.

⁶⁴⁶ CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer N° 403/62. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Currículos Mínimos dos Cursos de Graduação. Brasília, 1981, 4° Ed, p. 485.

Em 1978, um estudo para revisão curricular feito a pedido do *Conselho Federal de Educação* é realizado por Nair Fortes Abu-Mehry. A questão da formação profissional é revisitada na seguinte passagem:

“Embora julgemos que a Ética Profissional deva expressar-se através de todas as demais matérias profissionais, parece-nos importante a matéria Ética Profissional, para corporificar princípios e normas que devem presidir ao relacionamento do Psicólogo com o seu meio profissional, matéria essa privativa do Psicólogo. Na formação do Psicólogo, consideramos as três áreas tradicionalmente aceitas: A Clínica, a do Trabalho e a Escolar. Podem, porém, ser previstas outras áreas. Daí porque sugerimos as seguintes matérias: Psicologia Social das Organizações e do Trabalho, Testes Psicológicos, Aconselhamento e Desenvolvimento da Personalidade, Problemas de Ajustamento, Teorias e Técnicas Psicoterápicas, Diagnóstico Psicológico e Ética Profissional.”⁶⁴⁷.

Aqui, a importância da ética profissional é reforçada para ser discutida em todas as matérias, reiterando o grau de preocupação com a aplicação da psicologia em suas diversas áreas. Reforça-se também as raízes da atuação da psicologia no Brasil através da tríade clínica-trabalho-escola, referentes às atuações da psicologia com a Psiquiatria, a Organização do Trabalho e com a Pedagogia. Este passado tem um efeito tão marcante que até os dias de hoje podemos observar que os cursos de formação permanecem, de um modo ou outro, reeditando esta tríade.

Sobre o currículo de 1967, disponível para consulta no Anexo VII, cabe informar que este era diferente, caracterizado como do tipo seriado. Isto significa que o curso tinha um número fixo de matérias por cada ano, e cada ano compreenderia uma série. Logo, o curso levava quatro anos para ser terminado e se obter o diploma de bacharel, e ainda rendia ao interessado a possibilidade obter também o diploma de licenciatura. Este currículo, de 1967, só teve a adesão formal de uma quinta série a partir de 1968, conforme consta petição para tal nos Boletins da Universidade do Federal do Rio de Janeiro.

Na publicação dos Boletins de 02 de fevereiro de 1968, surge a “Proposta de criação da 5ª série do Curso de Psicólogo – Aprovada a criação da 5ª Série do Curso de Formação de Psicólogos”⁶⁴⁸. É importante frisar que o Conselho Universitário permite a criação desta quinta série apenas mediante exclusão da Psicologia Clínica. Como vimos anteriormente, o curso de psicologia foi objeto de disputa, e mais uma vez a medicina surge exercendo seu poder.

⁶⁴⁷ ABU-MEHRY, Nair Fortes. Estudo para Revisão Curricular para o curso de Psicologia. 1978. Disponível em: <http://abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1978-estudopararevisaocurricularparaocursodepsicologia.pdf>. Acesso em 26 fev. 2020.

⁶⁴⁸ CONSELHO UNIVERSITÁRIO. In: Boletins da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1968, N° 5, 02 de fevereiro de 1968, p. 1.

Cabe citar também que este currículo tem ainda uma clara influência da *Faculdade Nacional de Filosofia*. Ocorre que os currículos seriados eram um tipo de arranjo didático daquela instituição, conforme observamos tanto nos Anexos IV e V, ambos de cátedras da FNF. Segundo Fávero, muitos cursos da década de 1960 oriundos da Nacional de Filosofia, ainda que estivessem já na época de organização por sistema de créditos, mantiveram suas estruturas alinhadas à seriação⁶⁴⁹.

Passemos para o currículo do IP-UFRJ de 1985, tendo em vista o estudo feito a pedido do *Conselho Federal de Educação*. De acordo este, vários cursos do Brasil foram analisados, incluindo o da UFRJ, o que sugere que suas indicações foram acatadas no currículo de 1985. Tal currículo pode ser encontrado no Anexo VIII da tese. Este curso possui, ao contrário do de 1967, uma previsão em horas, que totaliza 3240 para o bacharelado em psicologia, 4470 para a formação e 3585 para a licenciatura em psicologia. Note-se que é necessário ter o bacharelado para seguir para a formação ou para a licenciatura, e que pode se obter os três diplomas (bacharelado, formação e em seguida licenciatura), o que totalizaria 4815 horas totais de estudos em pelo menos 5 anos. A partir deste ponto, o currículo já aderiu plenamente ao sistema de créditos previsto na Reforma Universitária de 1968.

As principais disciplinas da Formação em Psicólogo deste currículo são as de Dinâmicas de Grupo e Relações Humanas, Teorias e Técnicas Psicoterápicas (I e II), Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem, Técnicas de Exame e Acompanhamento Psicológico (TEAP) (I e II), Psicologia Industrial, Psicologia do Excepcional e Pedagogia Terapêutica. Observamos mais uma vez que a formação profissional gira em torno das aplicações técnicas tanto na clínica como no mundo do trabalho e no setor escolar. Examinemos brevemente a ementa de TEAP, disciplina que se repete em relação ao currículo anterior, como fixa:

“Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico I:

Diagnóstico e prognóstico psicológico, fundamentos teóricos e epistemológicos, métodos, tipos de exame, diagnóstico da inteligência segundo critérios globais, fatoriais, perfectivos, evolutivos e informacionais. Diagnóstico da memória, da vigilância, das aptidões psicofisiológicas (perceptuais e psicomotoras). Planejamento e execução de exame, diagnóstico e aconselhamento psicológico.

Técnicas e Exame e Aconselhamento Psicológico II:

Fundamentos Epistemológicos do Diagnóstico Psicológico em termos de explicação e compreensão, determinismo, liberdade e significação da determinação e no prognóstico da conduta. Diagnóstico da personalidade, métodos, técnicas e aspectos relevantes: higidez –

⁶⁴⁹ FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (Org.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Começando a desenrolar um novo.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989d, p. 30.

aspectos estruturais – emotividade – afetividade – defesas – tendências – relacionamento – motivos – interesses – controles e normal – aspectos cognitivos da personalidade – planejamento e execução de exame, diagnóstico e aconselhamento psicológico.”⁶⁵⁰.

É possível, aqui, observar uma semelhança enorme entre o que constitui a matéria de TEAP e o que era a prática de exame na Colônia de Alienadas. Até mesmo o termo *higidez* surge, um claro reminescente da noção de higiene mental defendida nos primórdios da aplicação da psicologia. A noção do exame psicológico em busca de traços importantes na memória, personalidade, vigilância e motivos também é muito parecida com o modo como Radecki defendia ser realizado o exame nos pacientes através de seus psicogramas.

Também é possível observar a ampliação do escopo do curso. Enquanto o currículo de 1967 continha apenas 21 disciplinas, mais a Formação (outras cinco disciplinas, duas fixas e três à escolha do aluno), o currículo de 1985 para a Formação possui 53 disciplinas obrigatórias (totalizando 3480 horas) e 19 eletivas (totalizando 990 horas). Há um aumento evidente no tempo necessário para se formar em psicologia, e este aumento é decorrente da preocupação com a formação de um profissional adequado.

Este currículo também é marcado pela existência de algumas curiosas disciplinas. Em primeiro lugar, temos a disciplina de “Educação Física Desportiva”, que só aparece nesta versão do currículo. Ocorre que, pela Resolução 8/90 do *Conselho de Ensino e Graduação* (CEG), foi deliberada a extinção da obrigatoriedade desta disciplina, que se amparava na necessidade das universidades em manterem espaços para a prática de esportes. A resolução em questão entende que se trata de uma questão de autonomia das universidades, e prevê que tais matérias sejam removidas em termos de créditos obrigatórios, e apenas aproveitar os créditos dos alunos que já as cursaram⁶⁵¹. O mesmo vale para a disciplina “Estudos de Problemas Brasileiros”, prevista em disciplinas I e II. Por Resolução 3/90 da CEG, estas também são extintas, nos mesmos moldes que “Educação Física Desportiva”: extintas dos currículos como obrigatórias e acrescidas apenas aos currículos daqueles que já as terminaram⁶⁵².

Por fim, analisemos o currículo de 2002. Tendo sido aprovado em 1990, tal currículo pode ser consultado no Anexo IX da tese. Observamos que o bacharelado necessita de 41 disciplinas obrigatórias e 11 eletivas (52 no total), enquanto a formação precisa de 48 obrigatórias e 14 eletivas (62 no total), além de 500 horas de estágio e uma monografia de

⁶⁵⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Catálogo dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço Industrial Gráfico da UFRJ. 1985-1986, p. 424.

⁶⁵¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. CEG: Resoluções de 1962 a 1992. Rio de Janeiro, 1992, pp. 141-142.

⁶⁵² *Ibidem*, pp. 131-132.

conclusão de curso. O bacharelado mais a formação constituem 4280 horas de estudo, sendo a psicologia um dos cursos mais longos de toda a UFRJ até 2002⁶⁵³.

Observamos uma pequena mudança nas obrigatórias da Formação, entretanto. Uma atualização abandona temas antigos e que caíram em desuso, como Pedagogia Terapêutica e Psicologia do Excepcional, optando-se por 7 matérias obrigatórias, sem variação: Teorias e Técnicas Psicoterápicas, Dinâmica de Grupo e Relações Humanas, Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico I e II, Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem, Psicologia do Trabalho e Ética Profissional. Atualizam-se temas como a Psicologia Industrial, visto que o psicólogo contemporâneo não atua mais em fábricas, mas nos departamentos de recursos humanos de empresas prestadoras de serviços.

O que se pode perceber é que de 1964 até 2002, um período de quase quarenta anos, discutiu-se bastante sobre o que constituía a formação básica da psicologia. Mais ou menos biologia, matemática ou filosofia, e a comparação entre os currículos revela alguns destes movimentos. Notemos, por exemplo, que a Matemática básica perde espaço, tendo seu pico de disciplinas no currículo de 1985 (Matemática Complementar I, Estatística I e Estatística II e uma eletiva de Estatística III). No currículo de 2002, Restringe-se apenas a Estatística I e II. Já a Biologia básica cresce bastante de apenas Genética e Fisiologia no currículo de 1967 para ter Anatomia, Genética, Embriologia e Histologia, além de Fisiologia I e II, tanto no currículo de 1985 como no de 2002.

Alteram-se também o nome de muitas disciplinas. Psicologia Geral e Experimental, por exemplo, existe apenas no currículo de 1967, dando lugar para Teorias e Sistemas de Psicologia (I, II e III) em 1985 e, em 2002, surgindo a divisão por temas (Percepção, Inteligência, Aprendizagem, Motivação e Emoção etc). O currículo de 2002 também vê o surgimento com força das disciplinas de psicanálise, provavelmente por efeito da criação do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, que a partir de 1988 passou a fazer parte do Instituto.

Todas estas mudanças são interessantes, mas o central do curso de psicologia não se altera. O que garante a formação profissional não é o tanto de biologia ou matemática que se estuda, ou se há mais ou menos disciplinas filosóficas ou antropológicas. Define-se a formação profissional por um grupo de cinco matérias que, mudando de nome algumas vezes, permanecem as mesmas desde 1967: Técnicas de Exame e Acompanhamento Psicológico e Teorias e Técnicas Psicoterápicas, ambas ligadas à aplicação da psicologia como clínica; Dinâmica de Grupos e Relações Humanas e Psicologia da Indústria ou Trabalho, ambas ligadas

⁶⁵³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Catálogo dos cursos de graduação. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2002, pp. 382-390.

ao mundo do trabalho e seleção e orientação de pessoal qualificado; Psicologia da Aprendizagem, tendo ou não a ver com a Escola ou com Problemas de Aprendizagem, evocando a pedagogia e a atuação nas escolas. Estas cinco matérias são exatamente os três grupos de atuação da psicologia no início do século XX: a tríade clínica-trabalho-escola.

Desta forma, o que se pode propor entre os três currículos analisados não é tanto uma descontinuidade, mas um certo acúmulo de disciplinas que foram, em distintos momentos, julgadas importantes. Certas disciplinas pulverizam-se em outras, como nos casos das disciplinas de “Psicologia Geral e Experimental” dos currículos de 1967 e 1985, que ressurgem no de 2002 com vários nomes: Psicologia da Percepção, Psicologia do Pensamento, Psicologia da Motivação e Emoção e Psicologia da Aprendizagem.

Podemos também, por fim, notar este crescimento de currículos quando comparamos a quantidades de disciplinas complementares entre os cursos de 1985 e 2002. Para 1985, são oferecidas 26 complementares para bacharelado e licenciatura e 34 para a formação. Já no ano de 2002, são oferecidas 68 complementares para o bacharelado e 60 para a formação. Nota-se tanto um aumento no número quanto um aumento na variedade. Uma consulta aos nomes nos faz perceber que, com o dobro de disciplinas complementares entre 1985 e 2002, a psicologia incrementa gradualmente seu curso.

Tal incremento leva a uma situação algo peculiar. Se levarmos em consideração o Catálogo de Cursos de Graduação da UFRJ de 2002, é possível calcular o número de horas necessário para formar-se em psicologia em tal instituição. É possível, também, fazer uma comparação geral com todos os outros cursos ofertados à época e cuja organização estão listadas no Catálogo. O curso de psicologia, se realizado com bacharelado, mais a formação e a licenciatura, soma 4880 horas totais, o que significa que, até 2002, era o segundo maior curso em número de horas de toda UFRJ, ficando apenas atrás do curso de Medicina.

Considerações finais

Chegando ao final deste trabalho, gostaria de fazer uma breve recapitulação. Iniciei minha narrativa no século XIX, onde tratei do surgimento de uma forma muito específica de atuação da Medicina – a Medicina Social. Esta, por sua vez, ensejou uma mudança radical nos perímetros urbanos, levando ao projeto asilar do final do século XIX que perdurou até meados do século XX, posteriormente perdendo força.

É no seio deste movimento que inseri o laboratório de psicologia do qual surgiu o Instituto de Psicologia. Um laboratório no seio de uma instituição asilar auxiliar ao maior centro de internação e tratamento dos loucos do Distrito Federal. Como vimos, tratava-se de uma psicologia também auxiliar, coadjuvante, em meio a uma rede de associações extremamente complexas que, ao mesmo tempo que a evocavam como participante de um processo complexo de exame de pacientes, a relegava a uma posição secundária. Ali, a psicologia não exercia nada além do que os psiquiatras dela exigissem.

A este período eu chamei de psicologia como *técnica psicológica*, pois a compreensão do laboratório em seu pleno funcionamento é altamente importante para a compreensão de um *modus operandi* da época. Não se podia pensar numa psicologia autonomizada, conforme a literatura argumenta, justamente porque ela era auxiliar. Talvez em outros contextos e outras redes de associações pudéssemos encontrar uma psicologia que tivesse conquistado seu lugar como disciplina autônoma, mas no caso do laboratório, antepassado do IP, não se aplica esta interpretação.

Já no segundo período que avaliei, indiquei que se tratava de um período intersticial: uma psicologia *entre a técnica e a profissão*. Vimos como este estar-entre da psicologia inseriu o Instituto de Psicologia da UB numa posição muito curiosa: ao mesmo tempo que tinha função de Instituto apenas auxiliar, teve um diretor que promovia o conhecimento psicotécnico através de cursos, com intenção claramente didática; enquanto isso, um catedrático de psicologia que teve relevantes atuações técnicas na sociedade brasileira, inclusive publicando tratados de psicologia médica.

Nesta segunda fase, o que salta aos olhos é o início de um lento processo de separação. Entre o final da década de 1930 e meados da década de 1960, uma série de movimentos surgem na direção da criação de uma lei que regulamentaria o fazer destes novos profissionais, entre um fazer puramente técnico e auxiliar e uma profissão que necessitava de autorregulação.

Enquanto isso, o Instituto de Psicologia, que em tese deveria experimentar sua fase de consolidação da psicologia, regride academicamente ao ocupar um papel de pura prestação de

auxílio didático à Filosofia, tendo como um diretor-catedrático a figura de um médico que acreditava na psicologia apenas enquanto fosse subordinada ao saber dos médicos. Afinal de contas, sempre tinha sido desta forma.

Por fim, na terceira fase, onde trato da psicologia como uma profissão, indico a miríade de processos pelos quais o Instituto passou para se emancipar academicamente e transformar-se, deixando de ser um mero auxiliar e se tornando um Instituto Básico. Não apenas uma transformação administrativa, mas também uma física, deixando de ocupar cinco ou seis salas e ganhando maior projeção, ocupando um pavilhão inteiro no campus que outrora tinha sido o *Hospital Nacional dos Alienados* – historicamente a instituição a qual o IP enquanto laboratório era subordinado. Observamos também o surgimento dos cursos de psicologia e como estes progridem de um simples curso seriado com pouco mais de vinte disciplinas para um currículo enorme, exigindo dos interessados a se tornarem psicólogos quase cinco mil horas de estudos, estágios e pesquisas.

Se compararmos a primeira e a última fase – laboratório auxiliar e instituto de formação – surge a pergunta: como elaborar um fio condutor entre estas duas partes de uma mesma coisa? Tentemos pelo inicial: os instrumentos. Estes, como vimos, foram lentamente se perdendo com o tempo. Apesar de muitas vezes a continuidade com o laboratório ter reaparecido na própria identidade do instituto – através de seus ex-diretores assistentes dele, por exemplo – pouco podemos encontrar nesta continuidade. Vemos, sim, uma ruptura.

Pensemos pelos personagens. As pessoas envolvidas na história do Instituto de Psicologia são variadas, e pode se dizer que pela tradição de diretores-médicos, haveria uma espécie de continuidade. Entretanto, a hegemonia dos diretores-médicos se perde quando os primeiros psicólogos começam a habitar a direção do IP. Curiosamente, como vimos, a única pessoa que representou uma transição foi Antônio Gomes Penna, filósofo e economista de formação, e por um curtíssimo período de tempo. Desta vez, uma brusca ruptura.

Podemos embarcar num certo positivismo histórico e pensar nas leis, decretos e dispositivos jurídicos que constituíram o Instituto. Mesmo elas não ajudam muito, pois ao mesmo tempo que nos conduziram a momentos onde parecemos ter autonomia, logo após veio instabilidade. Os mesmos dispositivos que criam, no papel, um Instituto, lhe encerram meses depois. As mesmas leis que convocam o Instituto a fazer parte da estrutura universitária o relegam a ser apenas uma instituição de cooperação. Difícil ver aí uma sequência estável de fatos ou uma sucessão tranquila de eventos.

Há ainda a possibilidade de pensar as instituições maiores que abrigaram o IP. Se considerássemos apenas as versões dele como um Instituto, teremos uma história quase que em

sua totalidade universitária: de 1932 até 2003, através da *Universidade do Rio de Janeiro*, *Universidade do Brasil* e *Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Entretanto, excluiríamos o laboratório como uma espécie de pré-história, e, como vimos, este passado é tão importante na história do Instituto – e da psicologia no Brasil – que muitas vezes a Medicina agiu sobre o IP mesmo após este ter uma lei que regulamentava sua atuação. Trinta anos depois da fase do Instituto como parte de uma Instituição asilar, na década de 1930, médicos psiquiatras retornam na década de 1960 para garantir que psicólogos não invadam seu espaço de atuação.

O que encontramos, portanto, é um problema complexo. Supor uma continuidade é difícil. Mais ainda se tornaria difícil caso tentássemos, conforme discuti no início desta tese, encaixar a história do IP numa certa periodização rígida, que supõe com a precisão de anos entre décadas como a psicologia se portou, em quais instituições e de quais modos. Piora este desencaixe se considerarmos que uma parte considerável dos “pioneiros” da psicologia brasileira passou pelo IP.

Porém, tal periodização e abordagem via pioneiros e instituições não deixa de supor certas rupturas sutis. Vejamos, por exemplo, o caso da eugenia. Em minha tese, insisti na relação do IP com este saber tão importante para os médicos do início do século. Entretanto, a eugenia não surge nestas periodizações como elemento atuante ou que causou impacto. Pouco se discute o papel da psicologia em sua promoção, e mesmo assim figuras como Gustavo Riedel – eugenista convicto – são tidos como pioneiros da psicologia no Brasil.

O que ocorre é um problema historiográfico em primeiro lugar. Conforme a discussão da introdução, me esforcei em tentar criar uma narrativa que não buscasse um objeto final a ser explicado, mas que desembocasse neste objeto através de perguntas que partiram do presente: O que um laboratório de psicologia no início do século XX teria em relação a um Instituto de Psicologia? Seriam as primeiras configurações da psicologia nas universidades parecidas com as atuais? Há como comparar a psicologia ensinada em cursos e conferências na primeira metade do século XX com a psicologia universitária da segunda metade?

As (tentativas de) respostas para estas perguntas estão nos capítulos anteriores. Mais do que dar conta do desenvolvimento histórico da psicologia de um modo sequencial, esta tese foi um esforço de dar à psicologia brasileira uma proposta de ser desencaminhada. Não se trata de abandonar ou vetar o uso de periodizações sequenciais, mas de perceber que os objetos históricos muitas vezes possuem uma certa peculiaridade que, no limite, vem a se perder quando buscamos encaixar algo tão mutável – no caso deste trabalho, o Instituto de Psicologia – em algo tão imutável – uma periodização precisa e com características cumulativas.

A questão da cumulatividade é essencial pois passa despercebida em periodizações como as que envolvem supor uma autonomização, uma consolidação, uma fase heroica profissional e uma estabilização posterior desta. Simplesmente assumimos que há uma acumulação do início do século XX até os dias atuais, e, tal qual uma espécie de processo de datação geológica, basta extrair uma seção vertical de um pedaço de terra e analisar, camada por camada, uma sedimentação da psicologia ao longo de todo o século XX.

Proponho aqui que o Instituto de Psicologia é não exatamente uma contraprova, como se conseguisse provar uma hipótese de nulidade da periodização que critiquei. O IP serve como um exemplo em paralelo que, se seguido em seus descaminhos, pode ajudar a lançar luz nos descaminhos da própria psicologia. Voltando à analogia geológica, as camadas que teriam se sedimentado não fariam sentido: primeiro laboratório auxiliar, depois instituto universitário de vida brevíssima, retroage para uma subordinação à filosofia, subitamente se autonomiza via leis, decretos, arranjos universitários e eventos quase aleatórios. Seria como encontrar tempos geológicos não contínuos sedimentados um em cima do outro, o que certamente seria uma dor de cabeça para qualquer geólogo.

O IP serve como um exemplo contra uma certa tendência globalizante e totalizante das narrativas, que insistem em buscar certos modos de contar uma história que criam uma superexplicação de todos os eventos. Aquilo que não cabe basta ser investigado o suficiente. Entretanto, autores contemporâneos indicam uma certa necessidade de evitar este tipo de superexplicação. Aqui, trago as palavras de Michel De Certeau novamente, ao tratar dos métodos da história mais recente:

“Seus métodos, com efeito, não consistem mais em conseguir objetos “autênticos” para o conhecimento; seu papel social não é mais (a não ser na literatura especulativa dita de vulgarização) prover a sociedade de representações globais de sua gênese. A história não ocupa mais, como no século XIX, esse lugar *central* organizado por uma epistemologia que, perdendo a realidade como substância ontológica, procurava encontrá-la como força histórica, *zeitgeist* e devir oculto na interioridade do corpo social. Não possui mais a função totalizante que consistia em revezar com a filosofia o seu papel de dizer o sentido.”⁶⁵⁴.

Se critico a função totalizante, o que posso oferecer em troca? Pois bem, há sempre a possibilidade de uma história como uma experimentação: uma tentativa de traçar modelos e “testá-los”. Podemos considerar este trabalho como um grande ensaio de laboratório: meu texto, um “tubo de ensaio”; o IP, a substância a ser testada; a história como um “laboratório”. E o que tiramos deste “experimento”? Concluimos que não só a periodização não serve a todos os casos

⁶⁵⁴ DE CERTEAU, Michel. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (Orgs). História: Novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1988, p. 35.

como também concluímos que os desvios possíveis destas periodizações muitas vezes são tão interessantes – e algumas vezes até mais – do que grandes explicações totais.

Mais uma vez chamo ao meu texto De Certeau:

“A história intervém sob a forma de uma experimentação crítica dos modelos sociológicos, econômicos, psicológicos ou culturais. Diz-se que ela se utiliza de um “instrumental de empréstimo” [...]. É verdade. Contudo, mais precisamente, ela o *experimenta* através de uma transferência desse instrumental para terrenos diferentes, tal como se “experimenta” um automóvel de turismo fazendo-o funcionar em pistas de corrida com velocidades e em condições que *excedem* suas normas. A história torna-se um lugar de “controle”. Aí, é exercida uma “função de falsificação”. Aí podem ser colocados em evidência os limites de significabilidade relativos aos “modelos” que sucessivamente são “ensaiados” pela história em campos estrangeiros àquele de sua elaboração.”⁶⁵⁵.

A história do Instituto de Psicologia, eu aqui proponho, é uma forma de testar os limites da significabilidade do que temos, atualmente, como literatura básica da história da psicologia no Brasil. Menos linearidades, mais um passeio pelos descaminhos da psicologia. Como técnica auxiliar da psiquiatria, como especialidade restrita, como auxiliar da filosofia em plena época de profissionalização... Há tantos desvios quanto possíveis. Nada nos impede de sair um pouco da periodização existente e passear por estes desvios para ver onde vamos dar. Talvez, se meu trabalho tiver sido satisfatoriamente realizado, eu possa ter oferecido ao leitor uma amostra destes descaminhos.

⁶⁵⁵ DE CERTEAU, Michel. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (Orgs). História: Novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1988, p. 36.

Referências Bibliográficas

1- Jornais e Revistas

1923 – 1936

A abertura dos cursos do Instituto de Psychologia. **A Noite**, 20 mai. 1932, p. 4.

A extinção do Instituto de Psychologia da Colonia do Engenho de Dentro: O gabinete do Ministerio de Educação ordenou a interdição daquele estabelecimento. **O Jornal**, 06 nov. 1932, p. 5.

A psychologia e as múltiplas vantagens de sua aplicação. **Correio da Manhã**, 06 mai. 1924, p. 5.

A visita ao Laboratorio de Psychologia da Colonia de Psychopatas do Engenho de Dentro. **A Noite**, 20 fev. 1932, p. 7.

As conferências do Prof. Kohler em São Paulo. **Diário de Notícias**, 28 out. 1930. Página de Educação, p. 4.

Academia Brasileira de Sciencias. **O Jornal**, 29 mai. 1925, p. 2.

Academias e Escolas. **Correio da Manhã**, 31 mai. 1933, p. 11.

Academias e Escolas. **Correio da Manhã**, 06 jun. 1933, p. 11.

Academias e Escolas. **Correio da Manhã**, 20 jul. 1933, p. 8.

Academias e Escolas. **Correio da Manhã**, 22 set. 1933, p. 9.

Actos do chefe do Governo Provisório. **Correio da Manhã**, 20 mar. 1932, p. 2.

Accumulações remuneradas. **Correio da Manhã**, 23 jun. 1932, p. 4.

Accumulações remuneradas: O que declara o Gabinete de Educação. **Correio da Manhã**, 24 jun. 1932, p. 3.

AMOROSO LIMA, Alceu. O Instituto Oficial de Psicologia. **Revista A Ordem**. Rio de Janeiro, N° 28, junho de 1932, pp. 401-407.

BULHÕES PEDREIRA, Antonio. Sciencia, Moda, Theoria, Pratica. **O Paiz**, 25-26 jan. 1926, p. 1.

Candidatos à Inscrição no X Congresso Internacional de Psychologia. **Correio da Manhã**, 20 jul. 1932, p. 7.

Colonia de Alienadas: A reunião de seu corpo clínico. **O Paiz**, 12 dez. 1925, p. 4.

Colonia de Alienadas: A reunião mensal de seu corpo clínico. **O Jornal**, 12 ago. 1925, p. 7.

Conferencias. **O Paiz**, 06 jul. 1923. Vida Social, p 5.

Conferencias. **A Rua**, 10 jul. 1923. Notas da Sociedade, p. 2.

- Curso de Psychologia Experimental. **Jornal do Commercio**, 17 jul. 1931, p. 6.
- Curso de Psychologia na Associação Christã de Moços. **Diário de Notícias**, 20 jan. 1932, p. 11.
- Decretos Assignados. **Diário de Notícias**, 20 mar. 1932, p. 4.
- Evitemos as doenças nervosas: A Liga Brasileira de Hygiene Mental inicia um serviço de Medicina Preventiva. **O Jornal**, 18 nov. 1925, p. 5.
- Gazetilha: Decretos Assignados. **Jornal do Commercio**, 20 mar. 1932, p. 4.
- GRABOIS, Jayme. A Polêmica Central da Psychologia. **Diário de Notícias**, 05 nov. 1933, pp. 19-22.
- Há cerca de dois dias... **Correio da Manhã**, 04 set. 1925, p. 4.
- Hygiene Mental: Fala-nos sobre esta importante questão o Dr. Ernani Lopes. **Jornal do Brasil**, 02 set. 1925, p. 12.
- Impressões de Leitura. **O Paiz**, 29 mai. 1926, p. 2.
- Instituto de Psychologia. **Diário de Notícias**, 24 mai. 1932, p. 6.
- Instituto de Psychologia. **Correio da Manhã**, 11 dez. 1932, p. 9.
- Instituto de Psychologia. **Correio da Manhã**, 17 dez. 1932, p. 10.
- Instituto de Psychologia: Abertura dos Cursos. **Diário de Notícias**, 21 mai. 1932, p. 5.
- Instituto de Psychologia da Assistência a Psychopatas. **Revista da Semana**, 19 out. 1935, p. 2.
- Instituto de Psychologia do Ministerio de Educação e Saúde Pública: Abertas as inscrições para os cursos. **A Noite**, 28 jul. 1932, p. 3.
- Instituto de Psychologia da Colonia do Engenho de Dentro: Foi interdictado aquele estabelecimento por ordem do Gabinete do Ministério da Educação. **Diário da Noite**, 05 nov. 1932, p. 2.
- Instituto de Psychologia: Sua instalação hontem. **Jornal do Commercio**, 12 mai. 1932, p. 4.
- Levantando as cortinas da sciencia experimental da alma. **Correio da Manhã**, 12 mai. 1932, p. 3.
- Liga Brasileira de Hygiene Mental: O encerramento do curso de psychologia do Professor Radeki. **O Jornal**, 27 out. 1925, p. 2.
- MEDEIROS E ALBUQUERQUE. Notas Literarias. **Jornal do Commercio**, 26 fev. 1928, p. 3.
- MEDEIROS E ALBUQUERQUE. Notas Literarias. **Jornal do Commercio**, 30 set. 1928, p. 3.

Professor Radecki. **Correio da Manhã**, 30 mar. 1924, p. 2.

O Brasil nas Olympiadas. **O Jornal**, 15 mar. 1932, p. 12.

O Caso do Instituto de Psychologia: Assistentes do estabelecimento em defesa de sua organização. **Correio da Manhã**, 26 jun. 1932, p. 3.

O Caso do Instituto de Psychologia: Uma explicação do Professor W. Radecki. **Correio da Manhã**, 28 jun. 1932, p. 5.

O curso de Psychologia da Faculdade de Medicina. **À Esquerda**, 24 abr. 1928, p. 5.

O Ensino da Psychologia no Brasil. **Diário Carioca**, 09 out. 1936, p. 1.

O Instituto de Psychologia do Engenho de Dentro. **A Noite**, 12 mai. 1932, p. 5.

O primeiro medico brasileiro que se dedica a' sciencia da psychologia. **O Jornal**, 17 dez. 1927, p. 5.

O que pensam e sentemos homens moços do Brasil. **O Paiz**, 09 jun. 1924, p. 1.

O inicio do curso dobre psychologia infantil. **O Imparcial**, 17 set. 1926. Associação Brasileira de Educação, p.1.

Os estudos de psychologia experimental. **A Noite**, 21 mai. 1932, pp, 1-3.

Os representantes do Brasil no X Congresso Internacional de Psychologia. **A Noite**, 26 jun. 1932, p. 4.

Os rumos scientificos do ensino no Brasil. **A Noite**, 23 set. 1935, p. 2.

PEDREIRA, Mário. Paixão e Delicto. **Revista Ilustração Brasileira**, Jan. 1930.

Universidade do Rio de Janeiro: Cursos de extensão universitária, de aperfeiçoamento e de especialização. **Jornal do Brasil**, 24 mai. 1933, p. 7.

Universidade do Rio de Janeiro: Cursos de extensão universitária, de aperfeiçoamento e de especialização. **Diário de Notícias**, mai. 1933, p. 8.

Universitários em visita ao Instituto de Psychologia. **O Jornal**, 09 out. 1936, p. 6.

Várias notícias. **Jornal do Commercio**, 13 mar. 1932, p. 7.

Vícios Antigos. **Correio da Manhã**, 25 jun. 1932, p. 4.

1937 – 1965

A contribuição do professorado francês no ensino de filosofia. **Jornal do Brasil**, 18 jan. 1940, p. 6.

A Psychologia e a Administração Scientifica. **Revista da Semana**, 30 set. 1939, p. 31.

A seleção psicológica nas Forças Expedicionárias. **A Manhã**, 04 mar. 1944, p. 3.

Accionada a União por um ex-diretor do Instituto de Psicologia. **Diário de Notícias**, 06 out. 1948, p. 2.

- Alunos da Faculdade de Direito visitaram o Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil. **A Manhã**, 31 ago. 1941, p. 8.
- Curso de Especialização do Instituto de Psicologia. **Jornal do Brasil**, 24 set. 1941, p. 10.
- Curso do Instituto de Psychologia da Universidade do Brasil. **O Jornal**, 16 nov. 1937, p. 2.
- Curso de Psicologia. **Diário de Notícias**, 17 jun. 1944, p. 6.
- Cursos de Psicologia na Universidade. **Diário Carioca**, 13 mar. 1948, p. 2.
- Desenvolvendo a nossa cultura. **Jornal do Brasil**, 20 abr. 1938, p. 11.
- Em visita ao Serviço de Assistência a Menores. **O Jornal**, 29 jan. 1942, p. 10.
- Escola Técnica de Serviço Social. **Jornal do Brasil**, 04 jan. 1941, p. 10.
- Exercia somente funções administrativas. **Diário da Noite**, 19 out. 1948, p. 7.
- Faculdade Nacional de Filosofia. **Diário de Notícias**, 16 mai. 1948, Segundo Caderno, p. 8
- Instituto Nacional de Surdos-Mudos. **Diário de Notícias**, 07 mar.1940, p. 11.
- Instituto de Psicologia. **Jornal do Brasil**, 12 fev. 1939, p. 5.
- Instituto de Psicologia. **Jornal do Brasil**, 08 abr. 1938, p. 12.
- Instituto de Psicologia. **Jornal do Brasil**, 20 abr. 1939, p. 12.
- Instituto de Psicologia. **Jornal do Brasil**, 21 jul. 1939, p. 5.
- Instituto de Psicologia. **Jornal do Comércio**, 28 jul. 1939, p. 6.
- Instituto de Psicologia. **Jornal do Brasil**, 28 jul. 1939, p. 6.
- Instituto de Psicologia. **Jornal do Brasil**, 29 out. 1939, p. 5.
- Instituto de Psychologia da Universidade do Brasil. **Gazeta de Notícias**, 21 dez. 1938, p. 4.
- Instituição Inaproveitada. **Jornal do Brasil**, 21 set. 1941, p. 5.
- Instituição Inaproveitada. **Jornal do Brasil**, 24 set. 1941, p. 6.
- LOBO, Flávia da Silveira. Abaixo o charlatanismo. **Correio da Manhã**, 05 jun. 1953, p. 8.
- Maior assistência às crianças anormais do Brasil. **O Jornal**, 01 dez. 1939, pp. 5-7.
- No Instituto de Psicologia: O curso do professor Grabois. **A Noite**, 07 mai. 1943, p. 2.
- Noticiário: Curso de Psicologia. **Correio da Manhã**, 27 mai. 1945, p. 3.
- Noticiário: Curso de Psicologia. **Correio da Manhã**, 05 ago. 1947, p. 10.
- Novas experiências para avaliar a capacidade mental dos surdos-mudos. **Diário de Notícias**, 17 mar. 1940, p. 2.

O Instituto de Psicologia e a Faculdade Nacional de Filosofia. **Diário de Notícias**, 11 jan. 1948, p. 2.

O Judiciário julgará um recurso inédito. **Diário Carioca**, 01 out. 1948, p. 1.

O médico não conseguiu ser reintegrado. **Correio da Manhã**, 21 out. 1948, p. 3

PÁDUA DE ALMEIDA. Oedipos do Século XX... Revista da Semana, 19 jun. 1943, p. 10.

Pela cultura nacional. **Jornal do Brasil**, 31 mar. 1938, p. 5.

PINTO, Ricardo. Seleção Psicotécnica. **Diário de Notícias**, 14 mai. 1940, p. 7.

Psicologia: A arma com que os técnicos militares lançam a “guerra dos nervos”. **A Manhã**, 25 abr. 1942, p. 3.

Psicologia no Aprimoramento das Faculdades Individuais. **Gazeta de Notícias**, 30 nov. 1944, p. 4.

Reitor recebe estudantes com a PM perto. **O Jornal**, 28 set. 1968, p. 9.

Seleção profissional. **Jornal do Brasil**, 10 jul. 1941, p. 5.

Sociedade: Conferências. **Gazeta de Notícias**, 22 ago. 1947, p. 3.

Vai estudar a psicologia das crianças abandonadas e delinquentes. **Diário da Noite**, 31 jan. 1942, p. 8.

Urgente a regulamentação da profissão de psicologista. **A Noite**, 13 abr. 1954, p. 6.

1965 – 2003

“Abaixo o diretor”. **Jornal dos Sports**, 02 out. 1968, p. 11.

Afastamento para o Diretor Queiroz. **Jornal dos Sports**, 04 dez. 1968, p. 9.

Aluno agredido pelo reitor pode ser expulso e greve geral ameaça parar universidade. **Jornal dos Sports**, 20 out. 1967, p. 8.

Alunos de Psicologia encerram greve. **Jornal do Brasil**, 26 out. 1967. Primeiro Caderno, p. 18.

Alunos não aceitam o conchavo. **Jornal dos Sports**, 07 dez. 1968, p. 9.

Alunos protestam. **O Jornal**, 09 nov. 1967, p. 8.

Congregação contra o Diretor. **Jornal dos Sports**, 30 nov. 1968, p. 9.

Congresso da UNE e movimentos de rua marcarão a semana estudantil. **Jornal do Comércio**, 06 out. 1968, p., 2.

Congressos da UNE e UME. **Jornal do Comércio**, 16 de jun. 1968, p. 3.

Conselho está solidário com Muniz Aragão. **Jornal do Comércio**, 20 out. 1967, p. 9.

Diretor do Instituto de Psicologia diz que aulas serão normais na 2ª Feira. **Jornal do Brasil**, 21 out. 1967. Primeiro Caderno, p. 16.

Ditador honesto. **Jornal dos Sports**, 06 out. 1968, p. 5.

Divergência: o diálogo se desmancha. **Jornal dos Sports**, 21 out. 1967, p. 8.

Ensino: Notícias e Fatos. **Correio da Manhã**, 02-03 nov. 1963. Segundo Caderno, p.14.

Ensino: Instituto de Psicologia. **Correio da Manhã**, 26 nov. 1963. Segundo Caderno, p.8.

Estudantes decidem abrir nova frente. **Tribuna da Imprensa**, 23 ago. 1968, p. 7.

Falta de Instalações prejudica as aulas do curso de Psicologia: FNF. **Jornal do Comércio**, 09 abr. 1965, p. 5.

FNF inicia semana com pedido de greve para exigir marcha ré do seu diretor. **Jornal dos Sports**, 22 out. 1967, p. 9.

Greve ameaça universidade se Conselho confirmar punições contra líderes da FND. **Jornal dos Sports**, 25 out. 1967, p. 8.

Greve tem apoio de professores. **Jornal dos Sports**, 05 jun. 1968, p. 10.

Lideranças estudantis preparam congressos. **Jornal do Comércio**, 07 set. 1968, p. 2.

Nota Oficial. **Jornal do Brasil**, 04 jun. 1968. Primeiro Caderno, p. 7.

Nova crise: Fechado o Instituto de Psicologia. **Diário de Notícias**, 28 nov. 1968, p. 13, primeiro caderno.

Roteiro Universitário: Instituto de Psicologia. **Correio da Manhã**, 01 ago. 1961. Segundo Caderno, p. 2.

Polícia prevenida contra manifestações. **O Jornal**, 07 jun. 1968, p. 9.

Por que eles escrevem nas paredes: + verbas. **Tribuna da Imprensa**, 03 jun. 1968, p. 14.

Psicologia. **Jornal dos Sports**, 03 out. 1968, p. 11.

Psicologia está em greve porque reitor agrediu dois estudantes. **Jornal dos Sports**, 19 out. 1967, p. 8.

Psicologia permanece em greve. **Correio da Manhã**, 21 out. 1967. Primeiro Caderno, p. 9.

Psicologia vai à greve e conselho apoia o Reitor. **Correio da Manhã**, 20 out. 1967. Primeiro Caderno, p. 7.

Psicologia volta à greve solidária com os suspensos. **Correio da Manhã**, 24 out. 1967. Primeiro Caderno, p. 7.

2- Documentos de Arquivos

Cátedras e Atividades: Ofício interno da FNF assinado por Raul Leitão da Cunha. **Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES)**. Fundo Faculdade Nacional de Filosofia, Dossiê 709.

Memorandum sobre a situação da disciplina de Psicologia Social. **Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES)**. Fundo Faculdade Nacional de Filosofia, Dossiê 709.

Ofício N° 1.414: Currículo do Curso de Psicologia de 1964 da Faculdade Nacional de Filosofia. **Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES)**. Fundo Faculdade Nacional de Filosofia, Dossiê 449.

3- Periódicos Médicos

ACTA da 15° Sessão Ordinária Realizada em 11 de setembro de 1919. In: **Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria**, Ano I, 4° Trimestre, 1919, pp. 428-437.

A INAUGURAÇÃO do Ambulatório Rivadávia Correa. In: **Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria, Psiquiatria e Medicina Legal**. Ano II, 2° Trimestre, 1920, pp. 188-195.

BIBLIOGRAPHIA: Annaes da Colonia de Psychopatas. In: **Brazil-Medico**, N° 32, agosto de 1928, pp. 907-908.

BIBLIOGRAPHIA: Annaes da Colonia de Psychopatas. **Brazil-Medico**, N° 34, agosto de 1929, p. 1028

BRETAS, Arauld. Observação sobre um segmento (parte sensorial) do perfil psicologico do aviador. In: **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, pp. 317-353.

BULHÕES PEDREIRA, Antonio. Contribuição experimental a' psychologia da fixação mnemônica subconsciente. In: **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, pp. 167-216.

ASSISTÊNCIA A ALIENADOS. **Ambulatório Rivadávia Correa**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira, 1920, 36 p.

CAMPOS, Nilton. Relatório de uma viagem realizada a' Europa para estudos psicologicos. In: **Anais da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 361-386.

CAMPOS, Nilton; RADECKI, Waclaw. Pesquisas experimentaes da influencia do material mnemônico esquecido sobre a associação voluntaria. **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 361-386.

DOVICCHI, Olinto; QUINTELA, Glória. Considerações sobre a preocupação sexual na adolescência. In: **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Volume III, dezembro de 1943, pp. 7-42.

FERREIRA PINTO, Octávio. Hipertireoses e seu Tratamento. In: **Annaes da Colonia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Livraria e Papelaria Gomes Pereira, 1936, pp. 119-128

GUIMARÃES, Oswaldo. O Laboratório de Psicologia. In: **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 387-415.

GOULART, Zopyro, CAMPOS, Nilton. Contribuição ao estudo da etiopatogenia do eczema. In: **Annaes da Colonia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira, 1929, pp. 71-76.

LOPES, Ernani. La Higiene Mental y La Psicologia em el Brasil. In: **Archivos Brasileiros de Higiene Mental**. N° 2, Out-Dez de 1932, pp. 137-148.

MARQUES, Hugo. Tratamento medico das crianças annormaes. In: **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, pp. 107-124.

MOORE, Alberto. Contribuição ao estudo psychotechnico dos automatismos. In: **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, pp. 381-392.

MOSES, Arthur. Tecnica e modificações da reação de Wasserman. In: **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. 1913, N° 1, Vol. 5. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/mioc/v5n1/tomo05\(f1\)_78-97.pdf](http://www.scielo.br/pdf/mioc/v5n1/tomo05(f1)_78-97.pdf). Acesso em: 26 fev. 2020.

OLINTO, Plínio. Ensaio sobre Orientação Profissional. In: **Annaes da Colonia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira, 1928, pp. 35-38.

OLINTO, Plínio. Terapeutica Ocupacional e Seleção Profissional. In: **Annaes da Colonia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira, 1929, pp. 7-18.

PROFESSOR Radecki. **Brazil-Médico**, 1924, Vol. 1, N° 15, p. 212.

RADECKA, Halina; RADECKI, Waclaw. Pesquisas experimentaes da influencia do material mnemônico esquecido sobre a associação livre. **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 195-217.

RADECKI, Waclaw. A criação de hábitos sadios nas crianças. **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 297-305.

RADECKI, Waclaw. O estado actual da psychotechnica e meios práticos de applica-la. **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 307-322.

RADECKI, Waclaw. Test de Intelligencia para Adultos. **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 323-346.

RADECKI, Waclaw. Contribuição ao estudo da sugestão e suas aplicações. In: **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, pp. 285-293.

RADECKI, Waclaw. Contribuição ao estudo psicologico da psychoanalise. In: **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, pp. 295-315.

RADECKI, Waclaw. Problemas e metodos da psychologia individual (diferencial). In: **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, pp. 217-241.

RADECKI, Waclaw. A´margem de dois psychogrammas: Algumas observações a respeito da utilização, na psiquiatria, dos exames psicologicos do doentes.. In: **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, pp. 243-283.

RADECKI, Waclaw; REZENDE, Gustavo. Contribuição psicologica ao estudo da demência precoce. In: **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, pp. 427-457.

REZENDE, Gustavo. Um caso interessante de estupor catatonico. **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 347-359.

RIEDEL, Gustavo. O organismo psiquiatrico moderno: A biologia e a psycho-fisiologia associadas na moderna concepção de assistência a psychopatas. In: **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 15-30.

ROCHA, Ubirajara. Estudo de atenção nos aviadores. In: **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, pp. 355-380.

ROCHA, Ubirajara; BRETAS, Arauld. Contribuição ao estudo dos psychogrammas. In: **I Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, 1929, pp. 205-223.

SCHIRCH, Paulo. Conceito de saúde e doença em face da biologia theorica. In: **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1929, pp. 163-166.

TAVARES, Lucília; RADECKI, Waclaw. Contribuição experimental ´a Psychologia dos Juizos. **Annaes da Colônia de Psychopatas**. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 245-295.

A Universidade Popular: Sua significação e alcance. In: **Revista da Universidade do Rio de Janeiro**, N° 1, Série II, junho de 1932, pp. 160-162.

Conselho Universitário. In: **Boletins da Universidade do Brasil**, N° 21, 21 de maio de 1965, pp. 1-3.

Conselho Universitário: Processos. In: **Boletins da Universidade do Brasil**, N° 3, 19 de janeiro de 1968, p. 1.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. In: **Boletins da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 1968, N° 5, 02 de fevereiro de 1968, p. 1.

Curso de Psicologia. In: **Revista da Universidade do Rio de Janeiro**, N° 3, Série II, junho de 1933, p. 353.

Discurso da Oradora da Turma. In: **Boletins do Instituto de Psicologia**: Rio de Janeiro, 1967, N° 10-11-12, pp. 11-20.

Extensão Universitária: Sua origem e finalidade. In: In: **Revista da Universidade do Rio de Janeiro**, N° 1, Série II, junho de 1932, p. 157.

GRABOIS, Jayme. À Margem da Psicologia: Resumo da aula inaugural do curso de Psicologia. In: **Revista da Universidade do Rio de Janeiro**, N° 4-5, Série II, junho de 1934, pp. 273-278.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA. **Regimento**. Rio de Janeiro, 1949, 16 p.

Noticiário. In: **Boletins do Instituto de Psicologia**. Rio de Janeiro, 1965, N° 4, pp. 25-26.

Prefácio. In: **Revista da Universidade do Rio de Janeiro**, N° 7, Série II, janeiro de 1937, pp. 7-19.

Regimento Interno da Universidade do Rio de Janeiro. In: **Revista da Universidade do Rio de Janeiro**, N° 1, Série II, junho de 1932, pp. 171-196.

Relatório apresentado pelo Reitor Prof. Fernando Magalhães, ao Conselho Universitário, em 31 de dezembro de 1932. In: **Revista da Universidade do Rio de Janeiro**, N° 2, Série II, dezembro de 1932, pp. 9-13.

Noticiário da Faculdade. In: **Revista da Faculdade Nacional de Filosofia**. Rio de Janeiro, 1949, N° 1, pp. 107-118

Notícias dos Departamentos. **Boletim**: Órgão Informativo da Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, N° 7, julho de 1951.

PENNA, Antônio Gomes. Notas sobre Psicologia do Ajustamento. In: **Boletins do Instituto de Psicologia**. 1953, N° 1-2, pp. 4-15.

Processos. In: **Boletins da Universidade do Brasil**. N° 22, 02 de junho de 1967, pp. 6-7.

Unidades Universitárias. In: **Boletins da Universidade do Brasil**. N° 1, 06 de janeiro de 1967, pp. 14-15.

5- Dispositivos Legais: Leis, Decretos, Pareceres

BRASIL. Decreto N° 142-A de 11 de janeiro de 1890. Desannexa do hospital da Santa Casada da Misericórdia o Hospício Pedro II, que passa a denominar-se Hospital Nacional de Alienados. Sala de Sessões do Governo Provisório, 11 de janeiro de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-142-a-11-janeiro-1890-513198-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto N° 206-A de 15 de fevereiro de 1890. Approva as instruccões a que se refere o decreto n. 142 A, de 11 de janeiro ultimo, e crêa a assistencia medica e legal de alienados. Rio de Janeiro, 15 fev. 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-206-a-15-fevereiro-1890-517493-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto N° 8.834 de 11 de julho de 1911. Reorganiza a Assistencia a Alienados. Rio de Janeiro, 11 de julho de 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8834-11-julho-1911-507693-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto N° 14.343 de 7 de setembro de 1920. Institue a Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 07 de setembro de 1920. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. Acesso em 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto N° 16782-A de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providencias. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1925. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782a.htm. Acesso em 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto N° 5.148-A de 10 de janeiro de 1927. Reorganiza a Assistencia a Psychopatas no Districto Federal. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5148-a-10-janeiro-1927-563139-publicacaooriginal-87269-pl.html>. Acesso em 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto N° 17.805 de 23 de maio de 1927. Approva o regulamento para execução dos serviços da Assistencia a Psychopatas no Districto Federal. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17805-23-maio-1927-499073-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto N° 19.851 de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto N° 19.852 de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto N° 21.173 de 19 de março de 1932. Converte o atual Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, em Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro, 19 de março de 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21173-19-marco-1932-515745-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto N° 21.999 de 24 de outubro de 1932. Extingue o Instituto de Psicologia, anexando os respectivos serviços, sem aumento de despesa, à Assistência a Psicopatas. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21999-24-outubro-1932-508977-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Lei N° 452 de 5 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 05 de julho de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0452.htm. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei N° 1.190 de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, 04 de abril de 1939. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del1190.htm. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei N° 8393 de 17 de dezembro de 1945. Concede autonomia, administrativa financeira, didática e disciplinar, à Universidade do Brasil, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8393-17-dezembro-1945-458284-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto N° 21.321 de 18 de junho de 1946. Aprova o Estatuto da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21321-18-junho-1946-326230-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto N° 28.923 de 01 de dezembro de 1950. Reestrutura o Curso de jornalismo da Faculdade de Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 1950. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28923-1-dezembro-1950-329269-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Lei N° 4.119 de 27 ago. 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a formação de psicólogo. Brasília, 27 de agosto de 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei N° 53 de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Brasília, 18 de novembro de 1966. Disponível em : <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei N° 252 de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei N° 53 de 18 de novembro de 1966 e dá outras providências. Brasília, 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0252.htm. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto N° 60.455-A de 13 de março de 1967. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Brasília, 13 de março de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60455-a-13-marco-1967-401280-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei N° 477 de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, 26 de fevereiro de 1969. Disponível

em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto N° 53.464 de 21 de janeiro de 1964. Regulamenta a Lei N° 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a profissão de psicólogo. Brasília, 21 de janeiro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D53464.htm. Acesso em: 26 fev. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer N° 403/62. In: **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA: Currículos Mínimos dos Cursos de Graduação**. Brasília, 1981, 4° Ed. pp. 484-487.

6- Bibliografia

ABU-MEHRY, Nair Fortes. Estudo para Revisão Curricular para o curso de Psicologia. 1978. Disponível em: <http://abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1978-estudopararevisaocurricularparaocursodepsicologia.pdf>. Acesso em 26 fev. 2020.

AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. **Psiquiatria Social e Colônias de Alienados no Brasil (1830-1920)**. Mestrado em Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1982, 160p.

ANTUNES, Mitsuko. Psicologia e História: Uma relação possível?: Ou Psicologia e história: Uma relação Necessária. **Psicologia e Sociedade**: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social, [S. l.], v. IV, n. 7, p. 30 - 36, Setembro 1989.

ANTUNES, Mitsuko (Org). **História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaio**s. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 228p.

_____. **A Psicologia no Brasil**: Leitura histórica de sua constituição. São Paulo: Ed Educ. 2001. 136p.

_____. **História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaio**s. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 228p.

_____. A consolidação da psicologia no Brasil (1930 - 1962): Sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. In: **Psicologia da Educação**, São Paulo, 22, 1° sem. de 2006, pp. 79-94.

_____. A Psicologia no Brasil: Um Ensaio Sobre Suas Contradições. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. l.], n. 32, ed. Número Especial, p. 44 - 65, 2012.

AUTUORI, Marina. **Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro**: Encontrando os caminhos de sua história. Mestrado em Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2010, 94 p.

BATISTA, Marisa Todescan Dias da Silva. A Regulamentação da Profissão Psicologia: Documentos que explicam o processo histórico. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 30, n. esp. pp. 170-191.

BERTOLINO, Osvaldo. **Maurício Grabois: Uma vida de combates**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois. 2012, 580 p.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. 289 p.

BRETAS, Arauld. **Psychologia das Sensações**. Rio de Janeiro: Graphica Editora, 1930.

CALMON, Pedro. **O Palácio da Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, 2 ed., 114 p.

CAMPOS, Francisco. Exposição de motivos do Ministro Francisco Campos sobre a Reforma do Ensino Superior. In: FÁVERO, Maria de Lourdes. **Universidade e Poder**. 2ª Ed. Brasília: Editora Plano. 2000, pp. 121-158.

CAMPOS, Nilton. **Psychologia da Vida Afectiva: Ensaio crítico e analytico baseado no sistema do Discriminacionismo Afectivo de Radecki**. Rio de Janeiro: 1930, 113 p.

CAMPOS, Regina (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2001, 461p.

CENTOFANTI, Rogério. Radecki e a Psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). **História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaio**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2004. pp. 177-208.

_____. **O discriminacionismo afetivo de Radecki**. Memorandum, v. 5, pp. 94 – 104. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos05/centofanti01.htm>. Acesso em: 13 fev. 2016.

_____. **Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro**. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (Org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Brasília, 2011, pp. 355-356).

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Tomada de Testemunho: Berenice Fialho Moreira. In: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: Depoimentos de vítimas civis. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Berenice_Fialho_Moreira.pdf. Acesso em 26 fev. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Linha do Tempo da Psicologia no Brasil**. [S. l.], 2012. Disponível em: <http://www.crpssp.org.br/linha/default.aspx>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartaz "100 anos de Psicologia no Brasil"**. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/03/100anos.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Exposição "50 anos da Psicologia no Brasil"**. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://www.crsp.org/fotos/pdf-2015-10-06-12-34-36.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Linha do Tempo da Psicologia no Brasil**. [S. l.], 2016. Disponível em: <http://linha.crsp.org.br/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CÔRTEZ, Normas. Setenta anos de História da UFRJ. In: **PHOÏNIX**, Rio de Janeiro, 2009, Vol 15, N° 2, pp. 13-28.

DA SILVA, Carina Neves Alves. **Colônia de Alienados do Engenho de Dentro**. Comunicação ao XXIX Simpósio Nacional de História. 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502848703_ARQUIVO_CarineNevesAlves_Coloniaversaofinalem1508.pdf. Acesso em 26 fev. 2020.

DE CERTEAU, M. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (Orgs). **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1988, p. 17 – 48.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os Delírios da Razão: Médicos Loucos e Hospícios**. Rio de Janeiro (1830-1930): Editora Fiocruz, 2001. 352 p.

ERGO CONSULTORIA ECONÔMICA E ESTATÍSTICA. **Reformulação do Sistema Estatístico das Universidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, 1968, 252 p.

FACCHINETI, Cristiana. Hospital Nacional de Psicopatas. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (Org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Brasília, 2011, pp. 250-252.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977, 102 p.

_____. A Universidade no Brasil: Das Origens à Reforma Universitária de 1968. **Revista Educar**. Curitiba, 2006 n° 28, p. 22.

_____. A Universidade Federal do Rio de Janeiro: Origens e Construção (1920 a 1965). In: DE OLIVEIRA, Antônio José Barbosa. **A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2007, pp. 13-42.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque (Org.). **Faculdade Nacional de Filosofia: Projeto ou trama universitária?** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989a. 100 p.

_____. **Faculdade Nacional de Filosofia: Matizes de uma proposta autoritária.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989b, 136 p.

_____. **Faculdade Nacional de Filosofia: Caminhos e descaminhos.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989c, 85 p.

_____. **Faculdade Nacional de Filosofia: Começando a desenrolar um novelo.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989d, 79 p.

FÁVERO, Maria de Loures Albuquerque, PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda, DA SILVA, Ana Elisa Gerbasi. Professores Estrangeiros na Faculdade Nacional de Filosofia, RJ (1939-1951). In: **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, N° 78, agosto de 1991, pp. 59-71.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ). In: JACÓ-VILELLA, Ana Maria (Org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil.** Rio de Janeiro: Imago. 2011. pp. 317-319.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Ditadura Militar, Universidade e Ensino de História: Da Universidade do Brasil á UFRJ. In: **Revista Ciência e Cultura.** Vol. 66, N° 4, São Paulo: Out. – Dez. de 2014, pp. 32-37.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PENNA, Marion Merlone dos Santos. **Antônio Gomes Penna: Convivências, Histórias e Memórias.** Rio de Janeiro: Editora Nau, 2015, 342 p..

FONSECA, Luiz Eduardo Prado. Waclaw Radecki: Propondo uma nova narrativa a um velho personagem. **Revista de Psicologia,** Chile, v. 27, n. 2, p. 1 - 12, 2018.

FONSECA, Luiz; FERREIRA, Arthur Arruda Leal. Uma história sociotécnica do laboratório do Instituto de Psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. (Org.). **Práticas e Saberes Psi: Os novos desafios à formação do psicólogo.** Florianópolis: Edições do Bosque. 2015. pp. 10-27.

FONSECA, Luiz; DA ROSA, Hugo Leonardo Rocha Silva; FERREIRA, Arthur Arruda Leal. Yes, nós temos Wundt: Radecki e a psicologia no Brasil. **Revista Thesis,** Chile, v. 11, n. 1, p. 16-51. 2016

FONSECA, Luiz Eduardo Prado; DA ROSA, Hugo Leonardo Rocha Silva; FERREIRA, Arthur Arruda Leal. O nascimento de um pioneiro: As transformações de Waclaw Radecki como personagem relevante em textos históricos da psicologia brasileira. In: DUARTE, Adriana Otoni Silva; CASSEMIRO, Maria de Fátima Pio; CAMPOS, Regina Helena Freitas. **Psicologia, educação e o debate ambiental: Questões históricas e contemporâneas.** Belo Horizonte: CDPHA, 2017. p. 359 - 374.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA. **Regimento**. Rio de Janeiro: Serviço Industrial Gráfico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972, 96 p.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA. **Catálogo dos cursos de Graduação**. Rio de Janeiro: AM Promoções e Artes Gráficas LTDA, 1983, 65 p.

JACÓ-VILELLA, Ana Maria (Org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago. 2011. 546 p.

ROTHEN, José Carlos. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira De História Da Educação**, 2012, Vol. 8, N° 2, pp. 141-160.

LE GOFF, Jacques. **A História Deve ser Dividida em Pedacos?** São Paulo: Editora Unesp, 2014. 149 p.

LOURENÇO FILHO, M. B. A Psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). **História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaio**s. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2004, pp. 71-108.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 560 p.

MASSIMI, Marina (org.). **História da Psicologia no Brasil do Século XX**. São Paulo: EPU, 2004. 232 p.

MASSIMI, Marina. **História da psicologia brasileira: Da época colonial até 1934**. São Paulo: Ed. Epu. 1990. 84p.

_____. A construção da psicologia (saberes e ciências psicológicas) na cultura brasileira: uma perspectiva histórica. In: LOURENÇO, Érika; ASSIS, Raquel Martins; CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Orgs.). **História da psicologia e contexto sociocultural: Pesquisas contemporâneas, novas abordagens**. Belo Horizonte: PUC Minas. 2012. pp. 55-70.

_____. **História dos Saberes Psicológicos**. São Paulo: Paulus, 2016a. 368 p.

_____. **Saberes Psicológicos no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2016b. 340 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Cidade Universitária: Um sonho de 37 anos. In: **Revista Educação**. N° 5, abr. – jun. 1972, pp. 4-31.

PENNA, Antônio Gomes. **História da Psicologia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. 160p.

PENNA, Antônio Gomes. Carlos Sanchez de Queiroz. In: CAMPOS, Regina. **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2001, pp. 307-308.

PESSOTI, Isaías. Dados para uma história da psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). **História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaios**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2004a. pp. 121-136.

PESSOTI, Isaías. Notas para uma história da psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). **História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaios**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2004b, pp. 209-226.

PM COMANDA O MASSACRE DA PRAIA VERMELHA. In: Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/timeline/21-anos-de-resistencia-e-luta>. Acesso em: 26 fev. 2020.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2002, 150p.

OLINTO, Plínio. A Psicologia Experimental no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko. (Org.). **História da Psicologia no Brasil: Primeiros Ensaios**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2004, pp. 25-31.

OMBREDANE, André. **Études de Psychologie Médicale: Perception et Langage**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora. 1944a, 189 p.

_____. **Études de Psychologie Médicale: Geste et Action**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora. 1944b, 129 p.

_____. **Études de Psychologie Médicale: Troubles du Caractère et Délires**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 1944c, 211 p.

RON-RÉN, Mônica Caminiti. **Faculdade Nacional de Filosofia: Das propostas de fragmentação à extinção**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1994, 83 p.

RADECKI, Waclaw. **Resumo do curso de Psychologia**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1928

RADECKI, Waclaw. **Tratado de Psychologia (Resumido)**. Rio de Janeiro: 1929, 447 p.

RADECKA, Halina. **Exame Psicológico da Criança: Ensaio de aplicação prática do sistema do discriminacionismo afetivo de Radecki**. Rio de Janeiro, 1930.

SCHNEIDER, Eliezer. Depoimento de Eliezer Schneider. In: FÁVERO, Maria de Lourdes Aluquerque. **Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1992. p. 131 - 159.

SMITH, Roger. **A história da psicologia tem um objeto?** In: ARAÚJO, Saulo (Org.). **História e Filosofia da Psicologia: Perspectivas contemporâneas**. Editora UFJF: 2012, pp. 15-56.

TAVARES, Lucília. **Psicologia do Pensamento**: Ensaio crítico e analítico baseado no sistema do discriminacionismo afetivo de Waclaw Radecki. Rio de Janeiro: Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas. 1930.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **A Reforma da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 1968, 136 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas**: Regimento. Rio de Janeiro, 1971, 19 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Catálogo dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Serviço Industrial Gráfico da UFRJ. 1985-1986, 492 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **CEG**: Resoluções de 1962 a 1992. Rio de Janeiro, 1992, 142 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Avaliação Institucional do Centro de Filosofia e Ciências Humanas**: Relatório Final. Rio de Janeiro, 1998, 151 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Catálogo dos cursos de graduação**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2002, 390 p.

APÊNDICE I – Lista de Instituições de Psicologia Brasileiras anteriores a 1923

Neste anexo, serão listadas as instituições de psicologia anteriores ao ano de 1923, com base no *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. As instituições serão listadas em ordem alfabética e, no caso de uma instituição mudar de nome, os títulos anteriores aparecerão na linha abaixo deslocados para a direita, de modo a aninhar as entradas e indicar ao leitor sua filiação.

Fonte: JACÓ-VILELA, Ana Maria (Org.). **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2011.

- Asilo Provisório de Alienados da Cidade de São Paulo: 1852 – 1898;
- Assistência a Psicopatas: 1927 – 1941;
 - Assistência a Alienados: 1903 – 1927;
 - Assistência Médico-Legal aos Alienados: 1890 – 1903;
- Asylo de Sant’Anna (ASA) – 1889 – 1928;
 - Hospital dos Valoriosos (HV) – 1878 – 1889;
 - Colégio dos Artífices: [s.d.];
- Atheneu Norte-Rio-grandense: 1858 - ;
- Casa de Saúde Dr. Eiras – 19?? – 2004;
 - Casa de Convalescença Dr. Eiras – 1865 - 19??.;
- Centro Dom Vidal: 1922 - ;
- Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena: 1977 - ;
 - Hospital Colônia de Barbacena: 1934 – 1977;
 - Azylo Colônia – 1922 – 1934;
 - Assistência a Alienados em Minas Geraes: 1903 – 1922;
- Colégio Abílio: 1871 – 1911;
- Colégio Estadual da Bahia (Central): 1837 - ;
- Complexo Hospitalar do Juquery: 2006 - ;
 - Hospital de Juqueri: 1923 – 2006;
 - Hospício de Colônias de Juquery: 1898 – 1923;
- Escola Doméstica de Natal: 1914 - ;
- Escola Normal de São Paulo: 1846 – 1934;
- Escola Normal Modelo: 1906 – 1946;
- Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro: 1965 - ;

- Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil: 1937 – 1965;
 Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro: 1920 – 1937;
 Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro: 1891 – 1901;
 Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: 1832 – 1891;
- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP): 1969 - ;
 Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo: 1945 – 1969;
 Escola de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo: 1938 – 1945;
 Escola de Higiene e Saúde Pública: 1931 – 1938;
 Instituto de Higiene de São Paulo: 1925 – 1931;
 Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo: 1919 – 1925;
 Laboratório de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo: 1918 – 1919;
 - Hospício de Visitação Santa Isabel: 1864 – 1883;
 - Hospício de Diamantina: 1889 – 1906;
 - Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux: 1935 - ;
 Santa Casa de Misericórdia de Nossa Senhora de Azambuja: 1902 – 1935;
 - Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho: 1986 - ;
 Manicômio Judiciário Heitor Carrilho: 1954 – 1986;
 Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro: 1921 – 1954;
 - Hospital Escolha Portugal Ramalho (HEPR): 2000 - ;
 Hospital-Colônia Portugal Ramalho: 1951/1956 – 2000;
 Asilo Santa Leopoldina: 1891 – 1951/1956;
 Asylo de Loucos: 1887 – 1891;
 - Hospital Juliano Moreira: 1936 - ;
 Asilo de Alienados (Hospício S. João de Deus): 1874 – 1936;
 - Hospital Nacional de Psicopatas: 1927 – 1943
 Hospital Nacional de Alienados (HNA): 1911 – 1927;
 Hospício Nacional de Alienados (HNA): 1890 – 1911;
 Hospício de Pedro II (HPII): 1852 – 1890;
 - Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP): 196? - ;
 Hospital São Pedro: 1925 – 1962;
 Hospício São Pedro: 1884 – 1925;

- Hospital Ulysses Pernambucano (Tamarineira): 1981 - ;
Hospital de Doenças Nervosas e Mentais: 1924 – 1981;
Hospital de Alienados: 1883 – 1924;
- Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA): 1968 - ;
Escola Normal da Bahia: 1836 – 1968;
- Instituto de Educação Geral Flores da Cunha (IE): 1959 - ;
Escola Normal de Porto Alegre: 1869 – 1959;
- Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabelo: 1979 - ;
Escola Estadual Professor Fernando Duarte Rabelo: 1971 – 1979;
Escola Normal Pedro II: 1892 – 1971;
- Instituto de Educação Rui Barbosa (IERB): 1946 - ;
Escola Normal Rui Barbosa: 1923 – 1946;
Escola Normal: 1870 – 1923;
- Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy: 2002 - ;
Instituto de Educação Presidente Kennedy: 1961 – 2002;
Escola Normal de Natal: 1908 – 1961;
- Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI): 1899 – 1944;
- Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira: 2000 - ;
Centro Psiquiátrico Pedro II (CPPII): 1965 – 2000;
Centro Psiquiátrico Nacional: 1938 – 1965;
Colônia Gustavo Riedel: 1937 – 1938;
Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro: 1923(?) – 1937;
Colônia de Alienados do Engenho de Dentro: 1911 – 1923(?);
- Instituto Raul Soares (IRS): 1924 - ;
Instituto Neuropsiquiátrico: 1922 – 1924;
- Instituto Superior de Educação Antonino Freire (ISEAF): 2004 - ;
Instituto de Educação Antonino Freire (IEAF): 1973 – 2004;
Escola Normal Antonino Freire (ENAF): 1947 – 1973;
Escola Normal Oficial: 1910 – 1947;
- Laboratório de Psicologia da Escola Normal Secundária de São Paulo: 1912 – 1930;
- Pedagogium: 1890 – 1919;
- Serviço de Orientação Vocacional do Colégio Santa Teresa (SOE): 1894 - ;
- Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal: 1907 – 1957(?);
Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins: 1905 – 1907;

APÊNDICE II – LISTA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA
LIGADOS AO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Esta lista indica que profissionais são considerados pioneiros da psicologia brasileira (*conforme o Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros*) e que fizeram parte do desenvolvimento institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fonte: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago Ed; Brasília, DF: CFP, 2001. 464 pp.

- ADRADOS, Isabel. (1919 -);
 ARRUDA, Elzo. (1916 – 1995);
 ASSUMPÇÃO-SEMINÉRIO, Maria Luiza. (1930 -);
 CAMPOS, Nilton. (1898 – 1963);
 CANNABRAVA, Euryalo. (1908 – 1978);
 GRABOIS, Jayme. (1908 – 1990);
 LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. (1897 – 1970);
 NICK, Eva. (1927 – 1990);
 OMBREDANE, André. (1898 – 1958);
 PENNA, Antônio Gomes. (1917 – 2011);
 QUEIROZ, Carlos Sanchez. (1907 - ?);
 RADECKA, Halina. (? – 1980);
 RADECKI, Wacław. (1887 – 1953);
 SCHEFFER, Ruth Nobre. (1923 -);
 SCHNEIDER, Eliezer. (1916 – 1998);
 SEMINÉRIO, Franco Lo Presti. (1923 -);

APÊNDICE III – Lista de publicações dos Boletins do Instituto de Psicologia (1951 – 1973).

OBJETIVO

Compilação de trabalhos publicados no Boletim do Instituto de Psicologia, publicação corrente da instituição entre os anos de 1951 e 1973, fundada pelo professor Nilton Campos e levada adiante por diversos professores do Instituto e colaboradores. Não constam os trabalhos completos nesta lista, apenas os títulos e os autores, bem como as datas que os trabalhos foram publicados e em qual fascículo do Boletim estão presentes.

As publicações tinham caráter, em análise preliminar, bastante filosófica e reflexiva, não sendo maioria estudos experimentais e práticas de laboratório. Os autores publicavam em suas áreas de interesse, sendo estas bastante diversas. As publicações sofreram uma mudança de diagramação a partir de 1960, ganhando um índice que antecedia cada fascículo, que antes encontrava-se ao final das publicações.

A pesquisa para consulta dos periódicos foi realizada, num primeiro momento, na Biblioteca da UFRJ, no Anexo do CFCH. Constavam lá as publicações de 1952 até 1973, sendo ausentes neste acervo o volume de 1951 e alguns fascículos dos últimos anos (entre 65 e 70). Num segundo momento, a Biblioteca do IPUB foi consultada, onde foi localizada parte das publicações de 1951 (compreendendo o fascículo 4, referente às produções do quarto trimestre daquele ano), num volume encadernado dos 5 primeiros anos (1951 – 1955). O resgate de parte da primeira edição só foi possível devido à reedição parcial do Boletim de 1951, realizada em 1960 pelos próprios organizadores do periódico.

Será necessária consulta posterior ao acervo do IPUB no intuito de investigar os fascículos faltosos de 65 a 70. Há também a ausência do último volume (Nº 24) do Boletim do Instituto de Psicologia, edição especial realizada em 1988 em caráter único e em duas partes, que constava na base de dados da UFRJ (Minerva) como estando na Biblioteca do IPUB. Porém, a consulta ao acervo mostrou que a edição em questão não constava nos arquivos, tendo sido provavelmente perdida ou extraviada.

A organização das publicações variava de ano em ano, de acordo com o volume das publicações e, provavelmente, a disponibilidade da editora em imprimir o material. Porém, a estrutural geral concentra-se em três, quatro ou seis boletins, contendo trabalhos dos professores produzidos neste período, geralmente correspondentes a grupos de meses do ano (bimestres, trimestres etc).

A natureza dos trabalhos oscilava entre investigações de caráter filosófico, pesquisas históricas de grandes temas, correntes e sistemas da psicologia, análise e debate de problemas do campo psicológico, traduções de publicações estrangeiras ou obras clássicas e, por fim, pesquisas de caráter experimental com instrumentos psicológicos e técnicas terapêuticas. Havia também a presença de noticiários sobre congressos, encontros e publicações, bem como necrológicos para grandes nomes da Psicologia no Brasil e homenagens, em especial ao falecimento do Prof. Nilton Campos, fundador do periódico, em 1963.

Por fim, é importante frisar que parte do material foi perdido, o que suscita nesta lista um recorte inevitavelmente parcial das publicações e de sua natureza. Fica o problema da parcialidade como motivação para investigações posteriores em busca do material perdido e resgate histórico com os personagens que fizeram parte desta história.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A investigação do Boletim do Instituto de Psicologia da UFRJ se deu devido a pesquisas envolvendo a história do Instituto, mais precisamente do seu antigo laboratório. Ao se investigar a produção daquela época, é preciso elucidar primeiro o contexto das publicações e, segundo o contexto das pesquisas que culminaram nesta consulta.

Entre os anos de 1951 e 1973, período que compreende o grosso das publicações do Boletim, o Instituto de Psicologia se encontrava no que seria sua segunda fase. Tendo seus primórdios como instituto de Psicologia fundado a partir dos esforços de Waclaw Radecki, psicólogo polonês que capitaneava o Laboratório da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro de 1924, foi fundado em 1931 e teve breve vida de apenas sete meses, sendo fechado pelas mesmas forças que contribuíram para seu surgimento (alianças políticas e decretos de lei).

Seis anos depois, entram em cena as mesmas forças que influenciaram a abertura e o fechamento do Instituto de Radecki, porém dessa vez no contexto da Universidade do Brasil. Ao se organizar a Universidade, criou-se o Instituto de Psicologia, com fins claros de Pesquisa já declarados em seu nome, e este herdou o cabedal de instrumentos do antigo Instituto, que se encontravam sob posse da secretaria municipal de saúde. Este segundo Instituto tinha por sede um prédio no Centro da cidade, e colaborava com a Universidade do Brasil com cátedras na Faculdade de Filosofia, na Faculdade de Educação e na Faculdade de Economia.

É nesta época que o Boletim do Instituto de Psicologia se encontra. Com o Instituto fundado em 1937, em 1951 começam as publicações do Boletim. Em 1960, o Instituto se muda para o Campus da Praia Vermelha, e as publicações do Boletim permanecem ativas até 1973. Nesse período, observamos três fatores importantes: a transformação da Universidade do Brasil em Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1967, a regulamentação da profissão de

Psicólogo em 1962 (e criação do primeiro curso de Psicologia em 1964) e a incorporação das cátedras de Psicologia ao IP, que agora ganha ares de Ensino e Pesquisa. Neste momento, inaugura-se a terceira fase do Instituto de Psicologia, que perdura até os dias de hoje.

Podemos perceber que o Boletim do Instituto de Psicologia atravessou duas fases da história do IP, a segunda e a terceira, tendo seu fim nos primeiros anos da terceira fase. É neste momento que entra o contexto da pesquisa que nos conduziu à consulta de tais periódicos. O encontro com estes materiais tem a ver com a situação do objeto da pesquisa em questão: o Laboratório do IP.

O laboratório foi fundado por Radecki, na Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, em 1924, existindo até 1931 em provável atividade, quando virou parte do Instituto de Psicologia fundado e fechado ainda naquele ano. Para esta fase, temos acesso a algumas fontes primárias e secundárias da produção e atividade do laboratório. Este continuou na terceira fase da história do IP, sendo usado para fins provavelmente didáticos, fins que temos acesso a partir de relatos de antigos professores e alunos. Fica, portanto, a segunda fase do laboratório acessível a nós através do Boletim do Instituto de Psicologia, por sua natureza de compilar as produções do Instituto na época.

ESTRUTURA DA LISTA

Volume: Refere-se a qual dos vinte e três volumes a lista se refere.

Ano de publicação: Em que ano a leva de trabalhos em questão foi publicada.

Boletim: Refere-se a qual leva de publicações se refere.

Lista de Publicações: Os trabalhos publicados e seus respectivos autores.

Nota: Em alguns volumes, não aparecem apenas trabalhos, mas também noticiários, informativos e outras publicações de diversas naturezas.

Boletins atualmente em falta:

Volume 18: Boletim 1 (Janeiro – Maio)

Volume 21: Boletins 2, 4 (Janeiro – Maio, Julho, Outubro – Dezembro)

Volume 24: Não consta no IPUB ou no CFCH.

VOLUME: 1

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1951

BOLETIM: 1 (Volume único)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- Colaboração do Prof. Nilton Campos:

- 1- O modelo mecanicista do behaviorismo de Watson
- 2- A Teoria das Estruturas Isomórficas na Psicologia Fisiológica Gestaltista
- 3- A Teoria Binária da Percepção
- 4- O problema das relações entre a Psicologia e a Neurologia
- 5- A influência do pensamento de Dilthey na evolução da Psicologia como ciência autônoma

- Colaboração do Prof. Lourenço Filho:

- 1- Objeto e conteúdo da Psicologia Educacional
- 2- A Psicologia Educacional e seus Cursos

- Colaboração do Instrutor Antônio Gomes Penna:

- 1- O Neo-Behaviorismo de Clarck L. Hull
- 2- Os níveis de aspiração e a eficiência da conduta
- 3- A motivação e o incentivo na aprendizagem
- 4- A descontinuidade no condicionamento cultural e seus efeitos
- 5- Condicionamento e aprendizagem
- 6- O Behaviorismo Mocar de E. C. Tolman
- 7- Temas de Psicologia da aprendizagem
 - I- Importância da Psicologia da Aprendizagem
 - II- Conceito de Aprendizagem
 - III- Formas de aprendizagem, aprendizagem principal e concomitante
 - IV- Teorias da aprendizagem
 - V- O problema da motivação
 - VI- O papel do interesse na aprendizagem
 - VII- A aprendizagem na adolescência e no adulto
 - VIII- A interferência em aprendizagem
 - IX- A transferência em aprendizagem
 - X- A noção de disciplina escolar

- Colaboração do assistente Eliezer Schneider:

- 1- As unidades analítico-quantitativas e as unidades de campo na psicologia teórica
- 2- A evolução dos conceitos de personalidade segundo o condutismo metodológico
- 3- A atividade e a motivação na conduta
- 4- O problema psicológico da motivação
- 5- Psicologia da personalidade e do ajustamento
- 6- Temas atuais da Psicologia Social

VOLUME: 2

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1952

BOLETIM: 1 e 2 (Janeiro – Fevereiro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A evolução da psicologia moderna e o advento do behaviorismo – Antônio Gomes Penna
- 2- A psicologia como Ciência Social – Eliezer Schneider

BOLETIM: 3 e 4 (Março – Abril)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A energética do comportamento humano – Lourenço Filho
- 2- O problema da unidade da psicologia – Antônio Gomes Penna
- 3- Temas da psicologia da aprendizagem – Antônio Gomes Penna
- 4- Programa de psicologia social e econômica da F.N.C. Econômicas – Nilton Campos

BOLETIM: 5 e 6 (Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Esboço de algumas idéias sobre a função do psicólogo, do psiquiatra e do assistente social nos Estados Unidos – Wilson H. Guertin, Ph. D. (Beauty Memorial Hospital), Westville, Indiana
- 2- A inteligência dos epiléticos – Homer B. Reed (J. Genet. Psychol. 1951, 78, 145-152)
- 3- Considerações sobre a evolução histórica da psicologia – Eliezer Schneider
- 4- Estudo longitudinal sobre seis protocolos do teste de Rorschach de uma criança de três anos de idade – Robert M. Allen (Child Develop. 22, 1951, 1, 61-69)
- 5- J. P. Sartre – Esquisse D'Une Théorie des Émotions, Paris, 2^a Ed. Actualités Scientifiques et industrielles. 1948 – Marília Macedo

BOLETIM: 7 e 8 (Julho – Agosto)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- O problema da existência da realidade transfenomenal – Nilton Campos
- 2- 6 temas de Filosofia Científica – Djacir de Menezes
- 3- As críticas ao Behaviorismo clássico – Antônio Gomes Penna
- 4- O problema psicológico da frustração e da egressão – Eliezer Schneider

BOLETIM: 9 e 10 (Setembro – Outubro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A motivação social na aprendizagem – Antônio Gomes Penna
- 2- Considerações sobre a evolução histórica da psicologia – Eliezer Schneider
- 3- Clark Leonard Hull – 1884 – 1952 – Tradução e condensação do necrológico de C. I. Hovland por E. Schneider
- 4- Programa de Psicologia Educacional do Prof. Lourenço Filho

BOLETIM: 11 e 12 (Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- O problema da antinomia dos conceitos de comportamento e personalidade na pesquisa psicológica atual – Nilton Campos
- 2- Estudo e avaliação dos níveis de maturação – M. B. Lourenço Filho
- 3- Temais psicológicos atuais sobre a formação da personalidade – Eliezer Schneider
- 4- Fixário de Temas

VOLUME 3

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1953

BOLETIM: 1 e 2 (Janeiro – Fevereiro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Notas psicológicas (Necrológio de Waclaw Radecki) – Nilton Campos
- 2- Notas sobre Psicologia do ajustamento – Antônio Gomes Penna
- 3- Temais psicológicos atuais sobre a formação da personalidade – Eliezer Schneider
- 4- O problema da causalidade – Ilza da Cunha Pereira
- 5- O Desenvolvimento de pré-escolares na compreensão do tempo e do relógio - Resumo de Revistas

BOLETIM: 3 e 4 (Março – Abril)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Notas psicológicas – Nilton Campos
- 2- O problema conceitual da Emoção na psicologia contemporânea – Eliezer Schneider
- 3- Estado atual da psicologia da motivação – Lourenço Filho

BOLETIM: 5 e 6 (Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Psicologia aplicada às forças armadas – Antônio Gomes Penna
- 2- Modelos científicos e moral humana – Jayme Duarte
- 3- Índice das matérias publicadas em 1952

BOLETIM: 7 e 8 (Julho – Agosto)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Natureza dos construtos hipotéticos neurológicos utilizados na psicologia científica – Nilton Campos
- 2- Colocação do problema da Causalidade – Eduardo de Mendonça
- 3- Psicologia aplicada às forças armadas – Camouflage e Organização do Campo Perceptivo – Antônio Gomes Penna
- 4- Psicologia aplicada às forças armadas – “O problema da classificação e seleção de pessoal” – Antônio Gomes Penna
- 5- Índice das matérias publicadas em 1952
- 6- Índice das matérias publicadas em 1953

BOLETIM: 9 e 10 (Setembro – Outubro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A Expressão da Personalidade de Werner Wolff – Ilza da Cunha Pereira
- 2- Efeitos da Lobotomia Pré-Frontal, sobre a função intelectual da esquizofrenia crônica – Pauline B. A. Struckett
- 3- O Movimento de Reação contra o Elementarismo Associacionista e o advento do Gestaltismo – Antônio Gomes Penna
- 4- Índice das matérias publicadas em 1952
- 5- Índice das matérias publicadas em 1953

BOLETIM: 11 e 12 (Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Comunicação ao 1º Congresso Brasileiro de Psicologia – Nilton Campos
- 2- Algumas críticas ao movimento operacionista – Antônio Gomes Penna
- 3- Questões Sorteadas nas Provas Parciais da Cadeira de Psicologia
- 4- Faculdade Nacional de Filosofia – Curso de Filosofia – Programa – Nilton Campos
- 5- Índice das matérias publicadas em 1952
- 6- Índice das matérias publicadas em 1953

VOLUME: 4

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1954

BOLETIM: 1 e 2 (Janeiro – Fevereiro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Tratado da Alma (Texto de Aristóteles) (versão antiga) – Trad. de Luiz Alves de Mattos
- 2- O movimento gestaltista e suas variedades – Antônio Gomes Penna
- 3- Resumos de revistas
- 4- Índice das matérias publicadas em 1953

BOLETIM: 3 e 4 (Março – Abril)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Antecedentes filosóficos do Isomorfismo gestaltista – Nilton Campos
- 2- Tratado da Alma (Texto de Aristóteles) (versão antiga), 2ª parte – Trad. de Luiz Alves de Mattos
- 3- Resumos de revistas
- 4- Índice das matérias publicadas em 1953

BOLETIM: 5 e 6 (Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Notas de introdução histórica ao estudo de psicologia – Antônio Gomes Penna
- 2- Tratado da Alma (Texto de Aristóteles) (versão antiga), 3ª parte – Trad. de Luiz Alves de Mattos
- 3- Índice das matérias publicadas em 1954

BOLETIM: 7 e 8 (Julho – Agosto)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Origem e evolução da escola de Berlim – Antônio Gomes Penna
- 2- O problema do preconceito – Ilza da Cunha Pereira
- 3- O desenvolvimento da linguagem e seus distúrbios: considerações sobre a gagueira – Roberto de Souza Bittencourt
- 4- Noticiário
- 5- Índice das matérias publicadas em 1954

BOLETIM: 9 e 10 (Setembro – Outubro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Problemas de distância social – Ilza da Cunha Pereira
- 2- Tratado da Alma (Texto de Aristóteles) (versão antiga), 4ª parte – Trad. de Luiz Alves de Mattos
- 3- Análise da imagem radiológica diante da natureza do processo perceptivo – Henrique Basilio
- 4- Noticiário
- 5- Índice das matérias publicadas em 1954

BOLETIM: 11 e 12 (Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Psicologia aplicada às forças armadas – Antônio Gomes Penna
- 2- Tratado da Alma (Texto de Aristóteles) (versão antiga), 5ª parte – Trad. de Luiz Alves de Mattos
- 3- Behaviorismo Operacional e a Variável Interveniente – Resumo
- 4- Índice das matérias publicadas em 1954

VOLUME: 5

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1955

BOLETIM: 1 e 2 (Janeiro – Fevereiro)

LISTA DE PUBLICAÇÃO:

- 1- Limitações das teorias naturalistas da Personalidade humana – Nilton Campos
- 2- O tema da aprendizagem na psicologia moderna – Antônio Gomes Penna
- 3- As tendências do ensino de psicologia social em nível universitário – Carlos Sanchez de Queiróz
- 4- Tratado da Alma (Texto de Aristóteles) (versão antiga), 6ª parte – Trad. de Luiz Alvez de Mattos
- 5- Análise de artigos de revistas
- 6- Noticiário

BOLETIM: 3 e 4 (Março – Abril)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A dinâmica nervosa da aprendizagem – J. Faria Góes Sobrinho
- 2- Contribuições do gestaltismo ao estudo do pensamento – Antônio Gomes Penna
- 3- Formação das escolas de distância social – Ilza da Cunha Pereira
- 4- Resumo de revistas

BOLETIM: 5 e 6 (Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Algumas notas sobre os fundamentos da teoria gestaltista da aprendizagem – Antônio Gomes Penna
- 2- Psicologia e Psicotécnica – Eliezer Schneider
- 3- Notas sobre a dinâmica da motivação do comportamento – C. Vianna Guerra

BOLETIM: 7 e 8 (Julho – Agosto)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A estrutura orgânica da aprendizagem – J. Faria Góes Sobrinho
- 2- Aplicação do método estatístico em psicologia e educação – Jacyr Maia
- 3- Resumo de revistas
- 4- Noticiário

BOLETIM: 9 e 10 (Setembro - Outubro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Algumas considerações sobre a psicologia científica do pensamento – Nilton Campos
- 2- O método dos testes na psicologia aplicada contemporânea – Eliezer Schneider
- 3- Resumos de revistas

BOLETIM: 11 e 12 (Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- As críticas de Piaget ao gestaltismo – Antônio Gomes Penna
- 2- O positivismo lógico e a filosofia da análise lingüística – Octávio Soares Leite
- 3- Resumos de revistas
- 4- Noticiário

VOLUME 6

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1956

BOLETIM: 1 e 2 (Janeiro – Fevereiro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Psicologia aplicada às forças armadas – Antônio Gomes Penna
- 2- A nova concepção de inteligência – Eliezer Schneider
- 3- Linguagem e Pensamento – Antônio Gomes Penna
- 4- Resumo de revistas
- 5- Resumo de livros
- 6- Índice das matérias publicadas em 1955

BOLETIM 3 e 4 (Março – Abril)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A crescente validade em função da decrescente amplitude diagnóstica dos testes projetivos – Eliezer Schneider

- 2- Psicologia aplicada às forças armadas – 1 – Os fundamentos da guerra psicológica – Antônio Gomes Penna
- 3- Algumas críticas à noção de inconsciente – Octávio Soares Leite
- 4- Resumo de livros
- 5- Noticiário

BOLETIM: 5 e 6 (Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Sigmund Freud – 1856 – 1939 – Nilton Campos
- 2- Teoria motivacional da emoção – Eliezer Schneider
- 3- Fatores lingüísticos do preconceito – Ilza da Cunha Pereira
- 4- Resumo de revistas

BOLETIM: 7 e 8 (Julho – Agosto)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- O problema psicológico da formação da personalidade – Eliezer Schneider
- 2- Desenvolvimento da inteligência e influência do meio ambiente – Ilza da Cunha Pereira
- 3- Resumos de revistas
- 4- Resumos de livros
- 5- Noticiário

BOLETIM: 9 e 10 (Setembro – Outubro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- O pensamento produtivo e a obra de Karl Duncker – Antônio Gomes Penna
- 2- Formação da personalidade e disciplina – Eliezer Schneider
- 3- Leibniz e o gestaltismo – Antônio Gomes Penna
- 4- Resumo de revistas
- 5- Noticiário

BOLETIM: 11 e 12 (Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES

- 1- Notas para o estudo da psicologia descritiva e analítica de Dilthey – Antônio Gomes Penna
- 2- O problema do conceito de personalidade psicopática – Roberto de Souza Bittencourt
- 3- O conceito do nível de aspiração da psicologia moderna – Ilza da Cunha Pereira
- 4- Parapsicologia – Uma nova Ciência – Alair Oliveira Gomes
- 5- Resumos de livros
- 6- Resumos de revistas
- 7- Faculdade Nacional de Filosofia – Questionário das Provas Parciais
- 8- Noticiário

VOLUME 7

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1957

BOLETIM: 1 e 2 (Janeiro – Fevereiro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A natureza da personalidade e as contribuições da escola gestaltista – Antônio Gomes Penna
- 2- Alguns aspectos do desenvolvimento motor do lactente – C. Vianna Guerra
- 3- A Parapsicologia e um problema clássico de Ciência e Filosofia – Alair de Oliveira Gomes
- 4- Resumo de livros
- 5- Resumo de revistas
- 6- Noticiário

BOLETIM: 3 e 4 (Março – Abril)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Auto-Agressividade: fenômeno individual e social – Eliezer Schneider
- 2- Notas para um curso de psicologia do ajustamento – Ilza da Cunha Pereira
- 3- Resumo de revistas – Nilton Campos
- 4- Noticiário

BOLETIM: 5 e 6

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Fundamentos teóricos da auto-agressividade – Eliezer Schneider
- 2- Notas de psicologia social aplicada à educação – Antônio Gomes Penna
- 3- Frustração e desajustamento – C. Vianna Guerra
- 4- Os problemas dos conceitos de inteligência e oligofrenia – Roberto de Souza Bittencourt
- 5- Resumo de revistas – Octávio Soares Leite
- 6- Noticiário

BOLETIM: 7 e 8 (Julho – Agosto)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- O conceito de auto-agressividade e a psicologia científica – Eliezer Schneider
- 2- As relações entre a lógica e a psicologia segundo Kantor – Octávio Soares Leite
- 3- Mecanismos de ajustamentos – C. Vianna Guerra
- 4- Resumos de livros – Ilza Cunha Pereira

BOLETIM: 9 e 10 (Setembro – Outubro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- O princípio de sincronicidade acausal de C. G. Jung – Octávio Soares Leite
- 2- A falácia clínica na psicologia contemporânea – Eliezer Schneider
- 3- Notas sobre a agressividade – C. Vianna Guerra
- 4- Resumo de revistas – Ilza Cunha Pereira
- 5- Noticiário

BOLETIM: 11 e 12 (Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A formação de psicologistas e sua formação profissional – Prof. Emérito Lourenço Filho
- 2- Evolução do conceito de temperamento – Roberto Souza Bittencourt
- 3- Linguagem, psicoterapia e o estudo da personalidade – Eliezer Schneider
- 4- Resumo de livros – Octávio Soares Leite
- 5- Análise de revistas – Nilton Campos
- 6- Noticiário

VOLUME: 8

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1958

BOLETIM: 1 e 2 (Janeiro – Fevereiro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Necrológio – Ilza da Cunha Pereira – 1921 – 1958 – Antônio Gomes Penna
- 2- Revalidação do conceito de instinto – Octávio Soares Leite
- 3- O comportamento inteligente e a noção de “Insight” – Antônio Gomes Penna
- 4- O desenvolvimento da psicologia como profissão nos Estados Unidos – Wilson H. Guertin – Trad. De Eliezer Schneider
- 5- Timidez – (Atitude de Inferioridade) – C. Vianna Guerra
- 6- Noticiário
- 7- Índice das Matérias publicadas em 1957

BOLETIM: 3 e 4 (Março – Abril)

LISTA DE PUBLICAÇÕES

- 1- Aula Inaugural – Prof. Dr. Nilton Campos
- 2- Fundamentos do Behaviorismo lógico – Octávio Soares Leite
- 3- As respostas de 3 – 8 anos ao Psicodiagnóstico de Rorschach – C. Vianna Guerra
- 4- Processos evolutivos da dinâmica da personalidade à luz da psicologia nosística – Roberto de Souza Bittencourt
- 5- Noticiário

BOLETIM: 5 e 6 (Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A noção de anormalidade: conceito psico-social e conceito clínico – Eliezer Schneider
- 2- O critério neo-positivista de significado e alguns problemas que suscita – Octávio Soares Leite
- 3- A exaltação egoística da sociedade contemporânea – Roberto de Souza Bittencourt
- 4- Análise de revistas – Octávio Soares Leite
- 5- Noticiário
- 6- Índice das Matérias publicadas em 1958

BOLETIM: 7 e 8 (Julho – Agosto)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Importância e significado da análise qualitativa fenomenológica no estudo das ciências sociais – Nilton Campos
- 2- O problema psicológico da opinião e da atitude – Eliezer Schneider
- 3- A natureza da “mente” e do “mental” segundo Bertrando Russel – Octávio Soares Leite
- 4- A privação do amor protetor entre as causas do sentimento de inferioridade – Roberto de Souza Bittencourt
- 5- Regressão – C. Vianna Guerra
- 6- Análise de revistas – Octávio Soares Leite
- 7- Índice das Matérias publicadas em 1958

BOLETIM: 9 e 10 (Setembro – Outubro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A epistemologia genética e as relações entre a lógica, a linguagem e a ação – Octávio Soares Leite
- 2- Dos processos psicoterápicos à logoterapia – Roberto de Souza Bittencourt
- 3- Os modelos clássicos educacional e clínico e as tendências atuais do exame psicológico – Eliezer Schneider
- 4- A natureza da personalidade segundo H. A. Murray e Clyde Kluckhohn – Antônio Gomes Penna
- 5- Análise de revistas – Nilton Campos
- 6- Índice das Matérias publicadas em 1958

BOLETIM: 11 e 12 (Novembro - Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Um caso de auto-análise biográfica: comentário de psicologia profunda – Roberto de Souza Bittencourt
- 2- “Compreensão, Explicação e Medida na Psicologia Atual” – Eliezer Schneider

VOLUME: 9

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1959

BOLETIM: 1 e 2 (Janeiro – Fevereiro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Filosofia e Ciência positiva – Nilton Campos
- 2- A teoria científica – Octávio Soares Leite
- 3- Análise de livros – Nilton Campos
- 4- Análise de revistas – Antônio Gomes Penna

BOLETIM: 3 e 4 (Março – Abril)

- 1- A teoria da memória em Santo Agostinho – Antônio Gomes Penna
- 2- Conceito e investigação de subnormalidade psicológica – Roberto de Souza Bittencourt
- 3- O sentido ontológico de “lógico” – Ued Maluf
- 4- Resumo de artigos (revistas) – Eliezer Schneider
- 5- Noticiário

BOLETIM: 5 e 6 (Maio – Junho)

- 1- A opinião e a linguagem como expressões da personalidade – Eliezer Schneider
- 2- A explicação científica – Octávio Soares Leite
- 3- Fundamentos ontológicos da psicoterapia – Ued Maluf
- 4- Análise de revistas – Nilton Campos
- 5- Resumo de revistas – Roberto de Souza Bittencourt
- 6- Índice das Matérias publicadas em 1959

BOLETIM: 7 e 8 (Julho – Agosto)

- 1- Aspectos psico-sociais dos problemas da produtividade – Nilton Campos
- 2- Fundamentos empíricos, lógicos e experimentais do conceito sociogênico de personalidade anormal – Eliezer Schneider
- 3- Distinções fundamentais entre os grandes grupos de anormalidades da conduta – Roberto de Souza Bittencourt
- 4- Análise de revistas – Octávio Soares Leite

BOLETIM: 9 e 10 (Setembro – Outubro) (IPUB)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- O teste psicológico no estudo da anormalidade – Eliezer Schneider
- 2- A natureza tautológica da explicação na teoria científica – Octávio Soares Leite
- 3- Ensaio de uma fenomenologia da personalidade – Ued Maluf
- 4- Análise de revistas – Eliezer Schneider

BOLETIM: 11 e 12 (Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Filosofia e método científico – Octávio Soares Leite
- 2- Análise fenomenológico-existencial de um esquizofrênico catatônico – Roberto de Souza Bittencourt
- 3- Análise de revistas – Nilton Campos
- 4- Necrológico – Professor Emérito Lourenço Filho

VOLUME: 10

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1960

BOLETIM: 1 (Janeiro – Fevereiro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Educação, desenvolvimento e psicoterapia – Eliezer Schneider
- 2- Notas sobre as técnicas projetivas na investigação psicológica – Ued Maluf
- 3- A procura do método sociológico – João Afonso de Resende
- 4- Noticiário
- 5- Resumo de revistas – Octávio Soares Leite

BOLETIM: 2 (Março – Abril)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A educação e o problema psicológico do medo e da angústia – Eliezer Schneider
- 2- O princípio de causalidade e a ciência moderna – Octávio Soares Leite

- 3- Rituais obsessivos de uma neurose coletiva familiar – Um estudo de interpsicologia – Roberto de Souza Bittencourt
- 4- Análise de um caso de mutismo reativo, numa situação frustrativa persistente – Ued Maluf
- 5- Resumos didáticos – Eliezer Schneider
- 6- Resumos de revistas – Nilton Campos

BOLETIM: 3 (Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A teoria da aprendizagem de Guthrie – C. Vianna Guerra
- 2- Dinâmica de grupos e grupos “T” – Trad. de Roberto de Souza Bittencourt
- 3- Análise de revistas – Nilton Campos
- 4- Análise de livro – Eliezer Schneider

BOLETIM: 4 (Julho – Agosto)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A ética através dos tempos – Nilton Campos
- 2- Origens dos testes psicológicos – Eliezer Schneider
- 3- As críticas de Eysenck à Psicanálise – Octávio Soares Leite
- 4- Análise de revista

BOLETIM: 5 (Setembro – Outubro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Teorias da personalidade: do organismo à personalidade social – Eliezer Schneider
- 2- Alguns aspectos dos conflitos humanos – C. Vianna Guerra
- 3- A posição atual da psicologia como ciência positiva – Octávio Soares Leite

BOLETIM: 6 (Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES

- 1- Discurso de paraninfo – Nilton Campos
- 2- Educação do caráter e personalidade autoritária – Eliezer Schneider
- 3- Técnicas projetivas e expressivas – Ued Maluf
- 4- Noticiário

VOLUME: 11

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1961

BOLETIM: 1 (Janeiro – Fevereiro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES

- 1- Alguns aspectos da frustração – C. Vianna Guerra
- 2- A importância do estudo da adolescência na formação da personalidade – Roberto de Souza Bittencourt
- 3- A dinâmica da entrevista psicológica – Ued Maluf
- 4- Considerações sobre a teoria de Eysenck a respeito da natureza e hereditariedade da dimensão introversão-extroversão – Octávio Soares Leite

5- Noticiário

BOLETIM: 2 (Março – Abril)

LISTA DE PUBLICAÇÕES

- 1- Notas sobre a ansiedade – C. Vianna Guerra
- 2- Metodologia psicológica: Experimental, Diferencial e “Clínica” – Eliezer Schneider
- 3- Análise de revistas

BOLETIM: 3 (Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A Propósito do artigo anterior sobre “Dinâmica da entrevista psicológica” – Ued Maluf
- 2- A teoria gestaltista de Koehler e as relações entre a psicologia e o evolucionismo – Nilton Campos
- 3- As anomalias da personalidade e o conceito de doença mental – Eliezer Schneider
- 4- Conceito de ajustamento – C. Vianna Guerra

BOLETIM: 4 (Julho – Agosto)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Inquérito sobre o conhecimento de 175 palavras da língua portuguesa aplicado a 3189 pessoas – C. Vianna Guerra
- 2- Psicologia social dos grupos: Observações sobre “Liderança” – Ued Maluf
- 3- Máquinas, organismos e modelos – Octávio Soares Leite
- 4- Análise de revistas

BOLETIM: 5 (Setembro – Outubro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES

- 1- Discurso de posse de membro titular da Academia Nacional de Medicina – Nilton Campos
- 2- A Ciência e o Método – João Afonso de Resende
- 3- Psicologia e Anti-Psicologismo nas teorias sociais clássicas – Eliezer Schneider

BOLETIM: 6 (Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES

- 1- Construção de duas escalas de vocabulário – C. Vianna Guerra
- 2- O estudo científico do comportamento social – Eliezer Schneider
- 3- O pitagorismo e a ciência moderna – Sérgio Augusto Duarte Pinto

VOLUME: 12

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1962

BOLETIM:1 (Janeiro – Fevereiro) (IPUB)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Doença, aprendizagem e tendência no ato criminoso – Eliezer Schneider
- 2- Uma escala de vocabulário – C. Vianna Guerra

3- Valor científico do teste de Rorschach – Octávio Soares Leite

BOLETIM: 2 (Março – Abril)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Importância das teorias físicas na construção da psicologia científica – Nilton Campos
- 2- Duas escalas de vocabulário – C. Vianna Guerra
- 3- O determinismo científico – João Afonso de Resende – Aluno do curso de Filosofia da F.N.F.

BOLETIM: 3 (Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Ensino, aprendizagem e diferenças individuais – Eliezer Schneider
- 2- Condutoterapia: Um novo método em Psicoterapia – Ued Maluf
- 3- Notas sobre a depressão normal – C. Vianna Guerra
- 4- Análise de revista – Luiz Carlos de Mello Coimbra

BOLETIM: 4 (Julho – Agosto)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Extroversão-Introversão: Um conceito controvertido – Octávio Soares Leite
- 2- Alguns aspectos relevantes da Psiquiatria: O valor dos testes psicológicos – Nilton Campos
- 3- Análise de revistas – Luiz Carlos de Mello Coimbra

BOLETIM: 5 (Setembro – Outubro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES

- 1- A solução de problemas e a estrutura de comportamento produtivo – Antônio Gomes Penna
- 2- Condutoterapia: Um novo método em Psicoterapia II – Ued Maluf
- 3- Análise Fatorial – Eva Nick

BOLETIM: 6 (Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Comunicação e Aprendizagem – Antônio Gomes Penna
- 2- Teorias sobre a motivação do comportamento – C. Vianna Guerra
- 3- Noticiário

VOLUME: 13

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1963

BOLETIM: 1 (Janeiro – Fevereiro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Conceito de aprendizagem – C. Vianna Guerra
- 2- Breves notas para o estudo da motivação – Antônio Gomes Penna

BOLETIM: 2 (Março – Abril)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Condutoterapia: Um novo método em Psicoterapia III – A etiologia das neuroses – Ued Maluf
- 2- Correlação entre a prova de Raven e uma escala de vocabulário – C. Vianna Guerra

BOLETIM: 3 (Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Psicologia, Ciência nomotética ou ideográfica? – Octávio Soares Leite
- 2- Harry F. Harlow e a “Drive-reduction Theory” – Antônio Gomes Penna

BOLETIM: 4 (Julho – Agosto)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- O estudo científico da personalidade na observação sistemática da psicanálise e da “psicoterapia” não dirigida – Eliezer Schneider
- 2- Transferência e Interferência na aprendizagem – Antônio Gomes Penna

BOLETIM: 5 (Setembro – Outubro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Retrato de um homem – Antônio Gomes Penna
- 2- Ad majorem humanitatis gloriam – Carlos Sanchez de Queiroz
- 3- Honra ao mérito
- 4- Instituto de Psicologia Nilton Campos – Eliezer Schneider
- 5- Discursos por ocasião de posse do professor Nilton Campos na cadeira de Psicologia da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil
- 6- Curriculum vitae do Prof. Nilton Campos

BOLETIM: 6 (Novembro – Dezembro)

- 1- Psicologia do Desenvolvimento – Eliezer Schneider
- 2- Valor e expressão – O Valor como dado perceptivo – Antônio Gomes Penna
- 3- Biologia e Psicologia – Adriano Taunay L. Guimarães
- 4- Noticiário

VOLUME 14

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1964

BOLETIM: 1 (Janeiro – Fevereiro – Março)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- O problema teórico da liderança e atmosfera de grupo – Eliezer Schneider
- 2- Forma e função – Antônio Gomes Penna
- 3- Análise fatorial de uma bateria de testes de seleção – Ued Maluf
- 4- Teste de Rorschach – C. Vianna Guerra

BOLETIM: 2 (Abril – Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Teoria dos sistemas: Descrição e previsão – Paulo Alcoforado
- 2- Atividade nervosa superior – Adriano Taunay Leite Guimarães
- 3- Aleatoriedade dos testes psicológicos – Hélio Gopfert
- 4- Resumos didáticos – A Psicologia do Desenvolvimento no quadro geral da ciência psicológica – Eliezer Schneider

BOLETIM: 3 (Julho – Agosto – Setembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Professor Nilton Campos
- 2- O problema da existência e da realidade transfenomenal – Nilton Campos
- 3- O problema da antinomia dos conceitos de comportamento e de personalidade na pesquisa psicológica atual 0 Nilton Campos
- 4- Variações estruturais citoplasmáticas no condicionamento nervoso da aprendizagem – Faria Góes Sobrinho
- 5- Um experimento relevante para a teoria de Eysenck sobre a natureza da Extroversão – Octávio Soares Leite
- 6- Classificação e Diagnose: Problema fundamental em Psicologia Anormal – Ued Maluf
- 7- Resumos Didáticos – Os conceitos de desenvolvimento nas doutrinas psicológicas modernas – Eliezer Schneider
- 8- Noticiário

BOLETIM: 4 (Outubro – Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Reedição parcial do Anuário do Instituto de Psicologia de 1951
- 2- O modelo mecanicista do behaviorismo de Watson – Nilton Campos
- 3- A teoria das estruturas isomórficas na psicologia fisiológica gestaltista – Nilton Campos
- 4- A teoria binária da percepção – Nilton Campos
- 5- O problema das relações entre a psicologia e a neurologia – Nilton Campos
- 6- A influência do pensamento de Wilhelm Dilthey na evolução da psicologia como ciência autônoma – Nilton Campos
- 7- A atividade e a motivação da conduta – Eliezer Schneider
- 8- A evolução dos conceitos de personalidade segundo o condutismo metodológico – Eliezer Schneider
- 9- As unidades analítico-quantitativas e as unidades de “campo” na psicologia teórica – Eliezer Schneider
- 10- Temas atuais da psicologia social – Eliezer Schneider
- 11- Noticiário

VOLUME: 15

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1965

BOLETIM: 1 (Janeiro – Fevereiro – Março)

LISTA DE PUBLICAÇÃO:

- 1- Herança nervosa e aprendizagem – Faria Góes Sobrinho
- 2- Teoria da angústia de Mowrer – C. Vianna Guerra
- 3- Nota a respeito da não-aleatoriedade do questionário fatorial de personalidade (Q.F.P.) – Ued Maluf
- 4- Professores do curso de formação de psicólogos da F.N.F.
- 5- The theoretical problem of Leadership and group atmosphere – Eliezer Schneider

BOLETIM: 2 (Abril – Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Natureza do conhecimento científico – Kenneth W. Spence
- 2- Problemas teóricos no modelo da extroversão – Octávio Soares Leite

BOLETIM: 3 (Julho – Agosto – Setembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Concurso à cátedra de psicologia geral e experimental da F. N. F.
- 2- Resultado das 308 aplicações do M. M. Q. (“Maudsley Medical Questionnaire”) de Eysenck – C. Vianna Guerra
- 3- Conceito de Desenvolvimento – Eliezer Schneider

BOLETIM: 4 (Outubro – Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES

- 1- O conceito de comportamento, decorrências e tendências convergentes – Eliezer Schneider
- 2- Experiência sobre frustração e conflito – C. Vianna Guerra
- 3- Noticiário
- 4- Índice geral das matérias publicadas em 1965

VOLUME 16

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1966

BOLETIM: 1 (Janeiro – Fevereiro – Março)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Cattell redescobre o Id, Ego e Superego – Octávio Soares Leite
- 2- A investigação científica da personalidade – Ued Maluf

BOLETIM: 2 (Abril – Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Apresentação
- 2- Papel do psicólogo escolar – Um aspecto escolar – Prof^ª Marion Merlone dos Santos
- 3- O campo da orientação educacional – Prof^ª Yonne Reis
- 4- O papel do orientador educacional – Prof^ª Esther Kullock
- 5- O campo da psicologia escolar – Prof. Eliezer Schneider
- 6- A contribuição do Prof. Lourenço Filho

BOLETIM: 3 (Julho – Agosto – Setembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- O desenvolvimento emocional na adolescência – Dinah M. de Souza Campos
- 2- A margem da concepção de personalidade de R. B. Cattell – C. Vianna Guerra

BOLETIM: 4 (Outubro – Novembro – Dezembro)

LISTA DE REPRODUÇÃO:

- 1- A coalescência de fenômenos neuro-psicológicos e seu significado heurístico em educação física – Carlos Sanchez de Queiroz
- 2- O controle hormonal do comportamento sexual – Geraldo da Costa Lanna

VOLUME: 17

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1967

BOLETIM: 1 (Janeiro – Fevereiro – Março)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Teoria dos sistemas formais – Paulo Alcoforado
- 2- Drogas anti-tuberculosas e perturbações mentais – Roberto de Souza Bittencourt

BOLETIM: 2 (Abril – Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Temas atuais da psicologia social – Novas considerações – Eliezer Schneider
- 2- I – Apreciação Histórica
- 3- II – Os fenômenos sociais segundo as concepções mecanicista, vitalista e organicista
- 4- III – Temas liberais utópicos e o problema psicológico da liderança escolar
- 5- O comportamento social dos macacos – Eda Lúcia Damásio, Ney Calvano Gonçalves

BOLETIM: 3 (Julho – Agosto – Setembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Agressão, furto e crime sob o prisma da Psicologia Social – Eliezer Schneider
- 2- O teste do desenho como instrumento de diagnóstico – Dinah M. de Souza Campos

BOLETIM: 4 (Outubro – Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Nota do editor
- 2- Alunos de concluíram a 4ª série em 1967
- 3- Oração do Paraninfo – Eliezer Schneider
- 4- Discurso de Oradora da Turma – Izabel Maria Vasconcellos de Vieira
- 5- Relações Humanas: psicanalistas e psicólogos e professores e alunos

VOLUME: 18

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1968

BOLETIM: 2 (Julho – Agosto – Setembro – Outubro – Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- A Fenomenologia da linguagem em Merleau-Ponty
- 2- Crítica de livros – última parte – Miriam Lemle

Faltam: Boletim 1 (Janeiro – Maio).

VOLUME: 19

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1969

BOLETIM: 1 (Janeiro – Fevereiro – Março – Abril – Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Observações preliminares sobre o ritmo lunar e o comportamento de orientação especial da *Dugesia tigrina* – Ued Maluf
- 2- Pequeno inquérito sobre o conhecimento de 100 palavras da língua portuguesa aplicado a 361 estudantes – C. Vianna Guerra
- 3- Novos critérios no estudo experimental da liderança – Eliezer Schneider

BOLETIM: 2 (Julho – Agosto – Setembro – Outubro – Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Nota Prévia: Análise fatorial do questionário Fatorial de personalidade (Q.F.P.) – Ued Maluf
- 2- Algumas correlações entre testes – C. Vianna Guerra

VOLUME: 20

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1970

BOLETIM: 1 (Janeiro – Fevereiro – Março – Abril – Maio – Junho) (IPUB)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- O problema do reducionismo em Pavlov – Luiz Alfredo Garcia-Roza
- 2- A formação e as atribuições profissionais do psicólogo – Eliezer Schneider

BOLETIM: 2 (Julho – Agosto – Setembro – Outubro – Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- O emprego dos métodos não-paramétricos na pesquisa psicológica – Eva Nick
- 2- O efeito do stress no comportamento sexual – Octávio Soares Leite

VOLUME: 21

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1971

BOLETIM: 1 (Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Apresentação

- 2- Ata da instalação do conselho departamental
- 3- Atas da 2º sessão do conselho departamental
- 4- Notas sobre o Serviço de Psicologia Aplicada e a Biblioteca
- 5- Trabalhos originais
 - a. A angústia e o “Nada” – Elso Arruda
 - b. A personalidade e a sua representação por meio de computadores – Eva Nick
 - c. Dinâmica de grupo e Relações Sociais – Eliezer Schneider
- 6- Nota prévia
 - a. Resposta da planária *Dugesia dorotocephala* a campos magnéticos horizontais e estáticos – Ued Maluf

7- Noticiário

BOLETIM: ? (?)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Ordem de serviço nº 4/71
- 2- Atas das 8ª e 9ª sessões de congregação
- 3- Atas da 4ª e 5ª sessões do conselho departamental
- 4- Decreto nº 66 315/70 (Participação do estudante em trabalhos do magistério)
- 5- Resolução nº 6/70 do conselho superior de coordenação executiva
- 6- Pensamentos e conceitos a respeito da vivência do tempo
- 7- Trabalhos originais
 - a. O teste de Koch – Elso Arruda
- 8- Noticiário

BOLETIM: 3 (Agosto)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Parecer nº 402/71 do Conselho Federal de Educação
- 2- Vestibular Unificado da UFRJ
- 3- Calendário escolar de 1971
- 4- Atas da congregação
- 5- Atas do conselho departamental
- 6- Trabalho original
 - a. O teste de estrutura da inteligência – C. Vianna Guerra
- 7- Noticiário

BOLETIM: ? (Setembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Teste de Koch – Elso Arruda
 - a. Pastes 3, 4, 5 e 6
- 2- Regulamentação dos cursos de aperfeiçoamento, especialização, treinamento profissional e profissionalização

Faltam: 2 (?), Meses de: Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Julho, Outubro, Novembro, Dezembro

VOLUME: 22

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1972

BOLETIM: 1 (Janeiro – Fevereiro – Março – Abril – Maio)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Teste de Pender – Elso Arruda
- 2- A aquisição da sintaxe pela criança – Antônio Gomes Penna
- 3- Teoria do Drive – Antônio Gomes Penna
- 4- Respostas da Planária *Dugesia dorotocephala* a campos magnéticos horizontais e estáticos – Nota prévia II – Ued Maluf

BOLETIM: 2 (Junho – Julho – Agosto – Setembro – Outubro – Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Equipes multidisciplinares na educação e reabilitação dos excepcionais – Elso Arruda
- 2- Alguns aspectos da Psicologia e Psicopatologia do Pensamento – Elso Arruda
- 3- Linguística e Etnologia – Antônio Gomes Penna
- 4- O Teste de Rorschach na seleção de juízes – Isabel Adrados
- 5- Detecção da radiação ionizante pelo sistema olfativo do Rato – Rolf Preuss
- 6- Noticiário

VOLUME: 23

ANO DE PUBLICAÇÃO: 1973

BOLETIM: 1 (Janeiro – Fevereiro – Março – Abril – Maio – Junho)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Progresso da Psicologia – Elso Arruda
- 2- Anti-diagnóstico e Anti-psiquiatria – Elso Arruda
- 3- Tendências internacionais da Psicologia atual – M. H. Novaes
- 4- Evolução do auxiliar psiquiátrico
- 5- Livros e revistas
- 6- Noticiário – Formatura

BOLETIM: 2 (Julho – Agosto – Setembro – Outubro – Novembro – Dezembro)

LISTA DE PUBLICAÇÕES:

- 1- Modelo médico e valores humanos em psicoterapia – Elso Arruda
- 2- Neurose infantil: uma abordagem psicanalítica – Isabel Maria de Carvalho Vieira
- 3- Auxiliar psiquiátrico: O contato pessoal na assistência ao doente mental – Sara Roizenblit, Francisco de Assis Araújo, Márcio Amaral
- 4- A psicologia e o desafio do final do século XX – Aroldo Rodrigues

APÊNDICE IV – Lista de publicações das Monografias Psicológicas
(1948 – 1958)

- 1- CAMPOS, Nilton. **Fundamentals of the phenomenological attitude in modern psychology**. Rio de Janeiro: Dezembro de 1948.
- 2- SCHNEIDER, Eliezer. **Teorias emergentistas da Personalidade**. Rio de Janeiro: Dezembro de 1948.
- 3- VIANNA GUERRA, C. **Sífilis inata e inteligência: Estudo baseado em 211 casos**. Rio de Janeiro: Dezembro de 1948.
- 4- SCHNEIDER, Eliezer. **Orientação, seleção e formação profissional no Brasil**. Rio de Janeiro; Dezembro de 1949.
- 5- VIANNA GUERRA, C. **Aspectos do desenvolvimento de lactentes de berçário**. Rio de Janeiro: 1949.
- 6- PENNA, Antônio Gomes. **Notas sobre o Behaviorismo**. Rio de Janeiro: 1949.
- 7- GARCIA, Alves J. **A utilidade e a nocividade das emoções: Ensaio de uma teoria biológica dos estados afetivos**. Rio de Janeiro: Dezembro de 1949.
- 8- **Comunicações ao XIII Congresso Internacional de Psicologia** (Estocolmo: Suécia). Rio de Janeiro: 1951.
- 9- SCHNEIDER, Eliezer. **The disease conception of the notion of psychical abnormality in psychology of personality**. Rio de Janeiro: 1958.

Apêndice V – Entrevista à Professora Marion Merlone dos Santos Penna

FEITA POR: LUIZ FONSECA (1:26:49)

TRANSCRIÇÃO FEITA POR: AMANDA ARAUJO (05/01/2020)

L. Então, seguindo aqui a ideia professora... Primeiro, boa tarde, né? O que seria aqui a primeira pergunta; é para a senhora se apresentar, mas antes um geral para entender.

Meu doutorado é em história das ciências das técnicas e epistemologia, lá no Fundão. É uma pós-graduação transdisciplinar, e a ideia é trabalhar um pouco a história do instituto, não só como uma instituição de psicologia, mas também como um lugar que fala muito do desenvolvimento da psicologia no Brasil.

Porque é uma instituição que começa em mil novecentos e vinte e três, como a senhora bem sabe. Com o laboratório, na colônia de alienados do Engenho de Dentro, e inclusive, amanhã eu vou lá terminar umas partes da pesquisa; fotografando algumas partes dos primeiros anais das colônias.

Então a ideia é perguntar para a senhora especialmente a partir da década de sessenta em diante, porque eu consegui levantar bastante documentação de mil novecentos e vinte e três, década de trinta, quarenta, cinquenta. Então, o geral da minha intenção em entrevistá-la é perguntar especialmente da virada da universidade do Brasil para a UFRJ; a mudança do curso para a praia vermelha, porque uma parte que realmente é difícil da gente pegar, e como o curso funcionava. A senhora foi aluna da primeira turma, teve seu nome na placa, na entrada do instituto.

M. Ainda tem aquela placa lá?

L. Tem, tem. E a senhora também foi diretora, então meu interesse é nisso. Para a senhora falar bastante. Então eu só queria que a senhora se apresentasse brevemente, seu nome.

M. Bom, eu sou Marion Merlone, de família, né? Da irmã da minha mãe que é toda uma formação francesa. Santos, do meu pai, tradição portuguesa. E meu marido, Antônio Gomes Penna, que foi professor da universidade.

Fomos casados. Estaríamos fazendo sessenta anos esse ano, de casamento, se ele tivesse vivo. Estivemos cinquenta e três anos casados. Um companheirismo muito grande, de trabalho,

porque, o nosso casamento (é claro que era nossa vida privada), mas isso foi muito compartilhado com o nosso trabalho. Porque eu sempre trabalhei com ele.

Antes do instituto de psicologia aplicar o curso de psicologia ou ter sido criado o curso de psicologia, eu trabalhava já na Universidade do Brasil dando aulas de psicologia, no curso de filosofia. Isso é uma breve introdução que tem muito a ver com a nossa história. A minha história, né? Eu trabalhei lá.

Aliás, alunos brilhantíssimos que nós tínhamos. Uma turma muito pequena, e eu trabalhei lá até que foi criado o curso de psicologia, após a morte do professor que antecedeu o Penna, né? Então, essa fase foi assim uma fase bastante anterior. Interessa mais a vocês o curso de psicologia quando ele foi fundado, como ele se desenvolveu e a minha participação nesse curso, não é isso?

L. Sim, especialmente o início, na Faculdade Nacional de Filosofia, que eu entendo que algum tempo ele funcionou lá, e depois a mudança para a praia vermelha. Essa transição é a parte mais importante em diante.

M. Quando eu dei aulas na Faculdade Nacional de Filosofia, o curso de filosofia funcionava na antiga casa d'Itália. Que com a guerra, a Itália entrou para o eixo, e o Brasil se apossou do espaço da embaixada da França, que aqui era a capital, né? E ali eu participei, vivi um pouco ali. E o curso de psicologia realmente começou a funcionar na Avenida Antônio Carlos, onde eu já vinha dando aulas no curso de filosofia.

Quando houve a reforma e o instituto de psicologia, que era uma instituição apenas de pesquisa, passou a ser uma instituição de ensino, o curso de psicologia passou a ser ministrado no instituto de psicologia. Já na então Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando houve a mudança. Eu ali já tinha um curso superior, já era psicóloga. Porque quem tinha estudado psicologia num curso superior na época da lei, pode obter o registro de psicóloga. Tanto que no meu número de registro é um número baixinho, porque eu pude ter o registro de psicóloga.

Contudo, eu quis fazer o curso, por duas razões: uma para enriquecer o meu currículo, e também, o Penna me pediu para que eu fizesse o curso. Nós conversamos; não foi assim um pedido, mas uma conversa, e que nós iríamos ver a evolução do curso. E eu estaria vivenciando o curso, conhecendo os professores, colegas, enfim. Foi uma coisa assim, bastante interessante essa minha vivência como aluna.

O curso foi fundado, inicialmente, com uma turma de sessenta alunos. Depois, o próprio presidente na época, duplicou o número de vagas. Então nós ficamos com duas turmas, uma turma à tarde e uma turma de manhã. Eu fiquei, eu dava aulas numa turma e assistia aulas na outra, enfim. Foi uma fase assim, híbrida da minha vivência ali como aluna e como professora.

Depois eu terminei as matérias e tal. O curso evoluiu e eu fui crescendo junto com o curso, e fui crescendo mais então, como professora. Participando, então, das reuniões do conselho departamental, né? Porque o instituto nessa fase era dividido em cinco departamentos.

Esses cinco departamentos; tinha o departamento de psicologia geral e experimental que o Penna era titular, e eu trabalhei enquanto professora na cadeira de pensamento. Porque a cadeira do Penna era psicologia geral, porque eram várias maneiras de apresentar a psicologia geral. E eu me filiei porque era o que eu gostava mais; eu gostava de ler; eu gostei de estudar muito e fiquei dando a parte de psicologia do pensamento, dentro das cadeiras de psicologia geral.

A cadeira de percepção era, assim, a cadeira preferida do Penna, porque é um assunto que ele desenvolveu muito, que ele estudou muito, ele fez um trabalho maravilhoso nessa área da percepção. E eu fiquei dando aulas de psicologia do pensamento, na época. Isso nós ainda trabalhávamos no instituto de psicologia, ali no edifício Nilomex.

Era uma sala, depois eles conseguiram uma outra sala e a coisa ficou por ali. Com a reforma, o curso veio para a praia vermelha, onde está até hoje e ali eu continuei trabalhando, dando aulas de psicologia geral dando pensamento, mas eu fiquei com a disciplina em que eu fui responsável por essa disciplina. Aí já não era mais ligada à disciplina do Penna, mas eu tinha uma disciplina sob a minha direção. Essa disciplina era psicologia do desenvolvimento.

Um assunto que eu sempre gostei muito, porque eu enquanto estudei pedagogia; nós estudamos muito psicologia do desenvolvimento. E eu tive um professor brilhantíssimo no meu curso de pedagogia, que era o professor Lourenço Filho. Era um grande titular de psicologia, sabe? Ele morou nos Estados Unidos, depois veio para o Brasil, fez aqui muita coisa, fez muita pesquisa. E eu era muito ligada ao professor Lourenço Filho, desde a época que eu fui aluna dele naquela época de faculdade. Depois com a reforma, aquela faculdade passou a pertencer à UERJ. E eu até continuei dando aulas na UERJ. Eu dei aula na UERJ e dei aula no Instituto de Psicologia. Mas agora nós temos que nos concentrar no instituto de psicologia da UFRJ, não é isso?

L. Isso, sim, e eu aproveitei então para fazer uma pergunta: a senhora disse que o instituto funcionava na casa d'Itália, na Avenida Antônio Carlos. Mas a senhora também comentou do prédio da Nilomex, da Nilo Peçanha com a Avenida México. Aí eu queria saber o seguinte: eles são dois prédios diferentes da Faculdade Nacional de Filosofia? E que o instituto ficava onde? Ou por acaso o instituto alugou uma sala, conseguiu?

M. Eram dois prédios pertencentes à Universidade do Brasil. O instituto de psicologia funcionava no edifício Nilomex, ali na esquina da Avenida México com a Nilo Peçanha, né? E

ali funcionava apenas um serviço de pesquisa em psicologia. Fazia parte desse grupo o professor Eliezer Schneider, que era um excelente professor, né? Um grande professor, que teve uma formação nos Estados Unidos e trouxe para cá essa formação de pesquisa. Ele trabalhou lá; ele era o único que tinha pós-graduação cursada porque ele fez o curso e se formou em Mastor Art, nos Estados Unidos, e ele veio com essa bagagem de pesquisa. Ele já trabalhava como pesquisador ali no edifício Nilomex, no instituto de psicologia que era apenas um órgão de pesquisa. A partir da criação do curso de psicologia passou a ser administrado ali um curso acadêmico. O curso de psicologia passou a ser administrado ali, no edifício Nilomex.

L. Sim. E a Casa d'Italia?...

M. Na Casa d'Itália funcionou o Instituto de Filosofia que ficou por lá. Quer dizer, nós não tivemos mais, enquanto curso de psicologia, mais acesso à Casa d'Itália. O que é uma pena porque era uma sala grande, boa; tinha uns projetores assim, que a gente podia projetar filmes. Eu fiquei ali, eu gostava muito da instituição enquanto Casa d'Itália.

L. Faculdade Nacional de Filosofia.

M. Faculdade Nacional de Filosofia, funcionando ali. E o curso de filosofia funcionava ali. E eu dei essas aulas de psicologia porque nessa fase o Penna já estava muito... Ele, com o Schneider e o Otávio estavam muito empenhados na organização do curso de psicologia. Eu não vou me deter aos detalhes assim, do porquê o curso de psicologia se retardou um pouco, porque acho que isso vocês já sabem, né?

São situações assim, até bastante constrangedoras, mas o curso começou a funcionar, então, em sessenta e quatro. Não foi? Quer dizer, eles criaram o curso, viram as disciplinas, enfim. Mas as aulas mesmo começaram a serem dadas em mil novecentos e sessenta e quatro, com o currículo de cinco disciplinas. E eu já era aluna; eu já era professora, e eu fui trabalhar em uma cadeira de um outro departamento, que era o departamento de personalidade, onde havia a cadeira psicologia do desenvolvimento.

Essa cadeira ficou vinculada ao departamento de psicologia do desenvolvimento. Não, era psicologia da personalidade. E a minha cadeira, que fiquei responsável por ela, era psicologia do desenvolvimento. Tinha desenvolvimento um, dois, três, quatro. Era psicologia pré-natal, psicologia da primeira infância, da segunda infância e da adolescência. Eu dava essa disciplina e eu tinha assim, um grupo de alunos brilhantes. Eles faziam parte de seminários. Que hoje são grandes professores, né? Virgínia foi... Como era o nome daquele cargo? Eles ficavam assim, assessorando o professor.

L. Monitor?

M. Monitor. Acho que não era esse nome na época. Vamos supor que seja monitor. Eu tive brilhantes monitores e todos se tornaram professores depois. Virgínia que foi uma brilhante aluna, que hoje é uma brilhante professora. Virginia Kastrup. Angélica Rachid. Alguns outros que eu não estou me lembrando. Alguns outros que trabalharam muito junto comigo. A gente selecionava os textos; nós nos encontrávamos, selecionávamos os textos, discutíamos o seminário que ia ser montado em cima daqueles textos. Eles faziam os seminários e eu dava as aulas teóricas. Foi assim o início do curso de psicologia e que foi assim, muito bom. Estava todo mundo com aquela garra de estudar, com aquele interesse em buscar material. Era tudo muito difícil. Era difícil conseguir os textos, era difícil reproduzir os textos.

Nós não tínhamos uma maneira de reproduzir. Nosso primeiro reprodutor de texto era um mimeógrafo a álcool, que aquilo ficava tudo manchado de roxo, enfim. Aquilo foi o início assim, mas a gente tinha tanto apego ao curso, tanta vontade de que desse certo, e tivemos duas turmas que se formaram. Depois o pessoal foi se... Nós fomos perdendo alunos, que foram estudar fora, foram fazer outros, enfim.

L. No meio da graduação ou após a graduação?

M. No meio da graduação. Antes da formatura, porque não se formaram cento e vinte alunos. Se vocês olharem a primeira turma não tem cento e vinte formandos.

L. Tem oitenta.

M. É, acho que é oitenta e quatro, né?

L. Sim.

M. Essa turma de sessenta e quatro, ela se formou em que ano?

L. Sessenta e sete.

M. A graduação? Ou já psicologia?

L. Acho que já era psicologia porque era curso de formação.

M. Não era o quinto ano não, era? O quinto ano não foi em sessenta e oito?

L. É porque, o que acontece? É uma questão de data, mas é ajustável porque em 1964, nos boletins da Universidade do Brasil, eu encontrei a informação de que o Penna, o Schneider e o Otávio foram escalados como a comissão para fazer o curso. No boletim de 1964 do Instituto de Psicologia diz que eles submeteram a proposta do curso, para ser iniciada no ano seguinte. Ou seja, muito provavelmente o curso começou, no papel, em sessenta e quatro; em sessenta e cinco, sessenta e seis e sessenta e sete, são os três anos.

M. É que em sessenta e quatro a gente teve um fator adventício que foi a revolução, né?

L. Sim.

M. Na revolução, aquilo ficou bastante comprometido. Os professores começaram a ser investigados, enfim. Teve um sopro, assim, político que interferiu um pouco, né? Na vivência dos professores, enfim, né? E na própria organização do curso. Mas o curso se organizou e eu acho que formou-se em sessenta e sete a primeira turma, de psicólogos, em sessenta e oito.

L. Entre sessenta e sete e sessenta e oito. Porque também tem os trâmites legais, a questão da formação...

M. É, porque eu me lembro muito bem da formatura de sessenta e oito.

L. É, como o pessoal terminou em sessenta e sete, só em sessenta e oito pode ser a formatura.

M. É, mas a formatura foi uma formatura, assim. Foi um ato muito bonito, porque já tinha havido todo um comprometimento político porque já há bastante documentação desse material. Mas na formatura da turma de sessenta e oito o Penna fez o discurso mais bonito que ele fez na vida dele. Foi muito bonito esse discurso do Penna. Porque nós já tínhamos perdido vários alunos. Perdidos por questões políticas até, né? Alguns alunos sumiram. Tivemos uma aluna brilhante que ninguém sabe onde ela foi parar, enfim.

E essa formatura foi uma formatura assim, muito emocional. O Penna falando assim, muito emotivo. Foi um evento assim, muito bonito, que fez parte da minha história como professora ter assistido aquela cena toda. Isso daí foi a primeira turma, foi a instalação do curso, enfim, né? O início da história. Depois você tinha alguma outra pergunta?

L. Sim, a pergunta então, pegando essa deixa, é: como eram, se a senhora lembra brevemente, as instalações da Universidade do Brasil e como foi o traslado para a praia vermelha? A senhora lembra brevemente como eram as salas? Porque o que eu encontrei na pesquisa era um problema com relação a aluguel e tamanho de sala. Era um curso que se diz ser muito pequeno, (isso na Universidade do Brasil ainda), na Faculdade Nacional de Filosofia. Era um curso muito pequeno e que a ida para a praia vermelha abriu o instituto tanto como as possibilidades que viriam adiante como pelo espaço. Então eu queria que a senhora falasse como eram as antigas instalações e como ficou o instituto.

M. Eu acho que isso foi importante sim, porque houve uma mudança, inclusive, na natureza do curso quando a gente teve mais espaço. Na natureza eu vou dizer por quê. O Penna sempre foi muito teórico, né? Muito teórico. E as pesquisas foram feitas já por um aluno, que era o Rolf Preuss que tinha uma formação muito boa em pesquisa, e ele começou a fazer um trabalho de pesquisas na área da psicologia. Já pesquisas mais formalizadas, dentro de critérios cientificamente definidos.

Foi um início assim, de dar ao curso uma natureza assim, mais científica, no sentido de comprovação científica, de uma metodologia científica mais rigorosa. Porque na época o Otávio já tinha até se afastado do curso. Quando veio do centro da cidade para a praia vermelha; dali da Nilomex para a praia vermelha, eu acho que o Otávio já estava saindo do curso já, né? Mas ele ainda fez ali um trabalho de psicologia experimental que foi bom, mas que depois foi se perdendo, o Rolf morreu. Não é? Não houve uma continuidade muito grande e nem o interesse em se criar esses trabalhos experimentais, ligados à cadeira de psicologia geral e experimental. Você tinha uma outra pergunta?

L. É, então a mudança, aproveitando, no caso ainda é a minha terceira pergunta. Então a senhora diria que a ida para a praia vermelha ela aumentou muito o mais o tamanho do curso, né? Por exemplo.

M. Sim, o espaço ficou maior, não foi o curso que ficou maior. Foi o espaço que ficou maior e pode-se fazer realmente um trabalho mais delineado dentro de cada área. A minha área era psicologia; eu tinha uma cadeira de psicologia do desenvolvimento; a gente já tinha as salas especiais para trabalhar com psicologia do desenvolvimento. Essa cadeira recebeu um professor de fora, que não era da nossa carreira; ele era médico, não era nem professor. Ele veio trabalhar.

A cadeira de psicologia do desenvolvimento ficou sob a orientação dele. Quer dizer, dentro do departamento dele. Mas ele foi até assim, muito respeitoso, e deixou que eu desse a natureza do curso do jeito que eu achei que seria importante. A congregação obviamente sempre aprovava, né? Nós tínhamos o conselho departamental, não é? E tínhamos a congregação. A congregação já estava instalada, que foi um grande passo. Porque nós não tínhamos congregação no início.

A organização da congregação foi assim, uma conquista, de nós termos já tudo bem estruturado, né? Nós tínhamos o conselho departamental; as coisas eram discutidas no conselho departamental; trabalhava na agenda o que ia ser apresentado para a congregação discutir; discutir as disciplinas, discutir os professores. E foi um início assim, que a gente sentiu que ele foi tendo um caráter mais acadêmico, mais universidade, com os pesquisadores trabalhando, com os titulares das disciplinas trabalhando. Houve uma grande organização quando o curso saiu do Nilomex e veio para a praia vermelha. Eu acho que o curso passou a ser mais estruturado, mais organizado. Foi uma conquista a nossa vinda para ali.

L. Eu imagino porque se no Nilomex era parte de pesquisa, algumas aulas na Casa d'Itália, e essa coisa realmente, essa disjunção entre o que era o instituto, né? Inclusive o instituto já foi para lá com o nome de Nilton Campos, de acordo com o que eu encontrei nos boletins.

M. É, o prédio era pavilhão Nilton Campos, não era?

L. Sim. Em sessenta e cinco já tinha previsto a ida do instituto como homenagem, por conta do falecimento do professor Nilton Campos, dois anos antes.

M. Foi isso mesmo, é. Isso aí está perfeito, é.

L. Exatamente. Então continuando, a senhora disse agora há pouco sobre sua participação como professora, e aí, já falou também um pouco sobre o curso. Eu ia fazer uma pergunta sobre como era aquele curso inicial, a senhora já falou alguma coisa breve. Eu gostaria de acrescentar alguma coisa sobre como foi o primeiro ano, os primeiros anos do curso.

M. Os primeiros anos foram assim, muito conflitivos até sob alguns pontos de vista. Nós tínhamos uns alunos que eram muito polêmicos. Que até saíram, se perderam, porque foram fazer outra coisa. Foram até para jornal para criticar o curso, para criticar a instalação do curso, dos professores. Dava uma crítica assim, até negativa.

Mas isso passou, as pessoas saíram e o curso desenvolveu e foi cada vez se concentrando mais, sabe? Em trabalhos de pesquisa, em trabalhos teóricos já mais fundamentados. O curso evoluiu e eu acredito que assim, em um sentido de cada vez ficar melhor, sabe? Apesar de ter havido críticas, assim. Mas o curso evoluiu muito bem.

Até a primeira turma que se formou e depois a primeira turma já com o curso de formação em psicólogo, porque naquela época era separado, né? Tinha uma formação na graduação e depois quem fizesse o quinto ano tinha então o curso de formação em psicólogo já com a formação já profissional de psicólogo. E aí então já se criou o SPA, o serviço de psicologia aplicada, né? Que foi criado nessa fase por mim.

L. Em mil novecentos e sessenta e sete? Ali no iníciozinho?

M. No início. Sim.

L. É, eu só vou pedir para a senhora guardar para depois porque eu tenho uma pergunta perto do final só, sobre a divisão de psicologia aplicada. Aí eu queria que a gente só continuasse e depois a gente volta para esse assunto, mas, é... Por conta disso, a senhora falou das críticas. Uma coisa que eu descobri na pesquisa era uma disputa sobre o nome da profissão: o psicólogo ou o psicologista. A senhora atribuiria essas críticas à essa tensão sobre qual era a natureza da psicologia? Ou era algum tipo de outra natureza?

M. Não. Acho que era uma discussão mais. Vamos dizer... Mais de linguística, do que de natureza da psicologia. Isso foi uma discussão. Mas não foi uma coisa longa, foi uma coisa breve, que logo se determinou que seria psicólogo. Havia muita política acadêmica, não é? Porque alguns professores achavam que o psicólogo não poderia (e a nossa lei era clara), que

nós tínhamos que ter as cadeiras, não é? Que iriam nos dar uma formação para que pudéssemos trabalhar como psicólogos.

Mas alguns professores da faculdade de medicina, do instituto de psiquiatria, achavam que o psicólogo não tinha condições. Que ele teria que fazer medicina para poder fazer psicologia, e para poder ser psicólogo clínico, né? Para poder fazer psicologia clínica. Mas isso foi se resolvendo nas reuniões do conselho da universidade. O Penna participava, enquanto era diretor, ele participou dessas reuniões do conselho. E isso também ficou mais ou menos resolvido e não houve assim, um maior problema.

O psicólogo acabou tendo que fazer realmente a formação em psicologia clínica. E o Penna deu uma solução muito hábil, (porque o Penna tinha uma habilidade assim, para lidar com pessoas e com situações conflitivas muito grande). Ele trouxe os professores do instituto de psiquiatria para dar as aulas no curso de psicologia e dar a formação. Isso, de certa forma, foi uma manobra assim, muito inteligente e muito, vamos dizer... conciliadora. Na medida em que quem deu, na minha turma, por exemplo, né? Quem deu as cadeiras de psicologia clínica, de psicologia do ajustamento, de psicoterapia, foram os professores do instituto de psiquiatria.

Então isso criou um clima melhor, de conciliação, e ficou sempre tudo muito bem. Durante muito tempo eram professores que vinham do instituto de psiquiatria porque dentro da própria natureza da formação universitária nós tivemos disciplinas que eram dadas na medicina, né? Aquelas cadeiras de biologia e de fisiologia eram dadas junto com a turma de medicina, lá no Fundão. É claro que eles faziam questionamentos, assim: mas quem serão os professores? Será que eles vão mandar os melhores professores para dar aula aqui? Enfim, né? Mas acabou se conciliando isso; os alunos foram ter aulas lá no Fundão, enfim.

Eu acho que o curso evoluiu muito para melhor. Com noções assim, de dar um caráter conciliador de conflitos. E esses conflitos foram se resolvendo, e acho que o curso ficou com uma formação muito boa, muito homogênea, dando uma formação excelente para os alunos que depois brilharam fazendo concursos e trabalhando até em outras universidades privadas, né? Que foram beber nesse curso de psicologia e ofereceram oportunidade de trabalho. Muitos foram trabalhar fora dali, né? Complementando carga horária. Né? Porque nós tínhamos quarenta horas.

Eu não tinha quarenta horas nessa fase. Nessa fase houve uma espécie assim, de uma punição, e eu passei de quarenta horas para vinte. Eu fiquei com vinte horas. Não me incomodei não, porque a partir daí eu desenvolvi mais o meu consultório, enfim, né? Não atrapalhou muito não. Mas depois eu acabei fazendo concurso, né? Interno, e acabei ficando com as quarenta horas mesmo, né? Aí eu reduzi mais o meu consultório e fiquei trabalhando as quarenta horas.

Trabalhando concursada porque houve concurso para assistente. E aí eu achei que eu tinha obrigação de fazer o concurso para assistente. Aí eu estudei muito, muito. E fiz o concurso para assistente; fiquei em primeiro lugar e fiquei como assistente. Depois fiz concurso para adjunto, que também, concurso para adjunto foi interno.

Concurso para assistente foi um concurso público, vieram outros candidatos de fora, mas eu também; era uma vaga só, eu tirei primeiro lugar e eu fiquei. Foi assim, uma coisa assim, boa, na minha carreira. E eu acho que a própria estrutura do instituto que depois sempre usou isso como critério, de submeter os candidatos à concurso público. E todos depois fizeram. Houve uma fase em que ofereceram vagas que não precisava fazer concurso. E foi até na minha gestão como diretora. E alguns professores entraram, mas logo fizeram pós-graduação, entraram assim, já com uma qualificação muito boa. Não houve assim, problema nenhum.

L. Aproveitando então... A senhora comentou sobre a sua gestão como diretora, e seria a próxima pergunta. A senhora foi diretora entre 1981 e 1985. E consta lá no nosso hall de diretores do instituto de psicologia. A senhora teria alguma coisa para falar sobre a sua época como diretora?

M. Olha, até a própria eleição foi um momento assim de. Como é que eu posso dizer? de abertura, né? Porque abriram vagas para reitor e abriram vagas para diretor. Foi eleito na época o reitor Horácio Macedo. Eu fui eleita diretora do instituto e ele foi eleito reitor. Horácio Macedo foi um grande reitor. Um homem correto, íntegro. Não é que antes não fosse assim. Ele era uma pessoa, como ele foi o primeiro eleito, ele manteve assim, um caráter de objetividade, de avaliação de titulação das pessoas. Foi um trabalho muito bom dele como reitor, e nas próprias instituições houve assim, um critério mais justo e mais exigência na eleição dos diretores. E eu fui eleita. Eu fui a primeira diretora eleita pela comunidade.

Nessa eleição eram três votantes: eram os alunos, os professores e os funcionários. Eu tive o voto (olha, isso foi uma das coisas que mais me emocionou na universidade), foi eu ter o voto de cem por cento dos funcionários. Eu sempre me dei muito bem com funcionário, com porteiro, com as pessoas que trabalhavam na fase assim, de coordenação, sabe? E eu tive cem por cento dos votos. Eu acho que foi muito bom. A eleição indicava uma lista tríplice e coube então... Era o ministro da educação; acho que foi o ministro que escolheu lá uma pessoa.

L. Da lista tríplice?

M. Da lista tríplice eu fui a escolhida, e eu fui, portanto, a primeira diretora eleita. E foi bom. Para mim foi uma experiência boa, sabe? Eu guardo lembranças boas dessa fase em que os alunos eram muito participantes, a organização, os departamentos também. Uma coisa assim, muito boa. Os chefes de departamento também eram eleitos dentro de cada departamento. Foi

uma fase assim muito boa. Eu fui diretora, e depois como diretora já tinha idade, porque eu já estava com mais de setenta anos, e eu aí me aposentei.

L. Perfeito.

M. Foi a minha trajetória assim, né? Eu fechei a minha trajetória acadêmica como diretora e vim para casa, trabalhar em casa.

L. Pegando desse ponto então, professora. A senhora tinha comentado sobre a estrutura departamental e eram cinco departamentos. Os únicos que mantiveram o nome até hoje são os de psicologia geral e experimental e a psicometria. Os outros três ou acabaram, no caso da psicologia do ajustamento, e os outros dois mudaram de nome; a psicologia do trabalho e social ficou apenas social, às vezes só trabalho, mas depois social e a psicologia da personalidade virou psicologia clínica.

Eu queria saber como era essa estrutura departamental, especialmente se a senhora tem informação sobre essa troca de nome, mas o mais importante é: como era o departamento de psicologia do ajustamento, que é o departamento que não existe mais, e se a senhora tem informações sobre esse fechamento.

M. É, depois disso eu já estava já saindo do instituto, né? Eu não tive muita participação nessa fase não. A psicologia do ajustamento era, na verdade, um subterfúgio para que não se chamasse psicologia clínica. Que era exatamente para manter-se um clima mais ligado à psicologia, sabe? E que a clínica fosse a disciplina; ela era dada com aquele conteúdo.

A minha impressão, uma visão muito minha... Eles depois acabaram tirando o nome de psicologia do ajustamento. Mas, na verdade, eram as disciplinas clínicas, que eram dadas do departamento de ajustamento. Eu não sei hoje como é que aquilo ficou, porque eu não participei mais das outras reformas. Mas naquele momento era assim que a coisa funcionava.

L. É, me lembrando agora das disciplinas faz todo sentido pensar o que seria uma espécie de clínica ali. Então a gente poderia dizer, ainda sob sua opinião, (não precisa ser uma coisa exata), então a senhora diria mesmo, a gente poderia dizer que o ajustamento e a personalidade acabaram virando uma coisa só que é a psicologia clínica?

M. É. Psicologia clínica.

L. Perfeito.

M. O fato do psicólogo fazer psicologia clínica foi uma coisa muito questionada sempre, porque é como se o psicólogo tivesse competindo na área médica. Mas isso a gente trabalhava de mão dada, isso aí não tinha sentido, essa competição. Na verdade houve porque o mercado de trabalho cresceu e o psicólogo entrou nesse mercado de trabalho muito preparado, né? Porque a nossa universidade preparou muito bem. E esse aluno, quando foi psicólogo formado

foi fazer concurso público e muitos passaram, sabe? Em primeiro lugar e ficaram com os empregos.

O nosso aluno, eu acho que sempre foi muito bem preparado. E a qualidade já era determinada pela própria natureza da seleção do aluno. O aluno, ele participou sempre de uma seleção do vestibular que fez com que o nosso aluno sempre fosse os primeiros lugares de uma seleção. É claro que os primeiros foram para medicina e alguns não quiseram nem fazer medicina, foram direto fazer psicologia, e tiveram que passar por um vestibular muito severo.

Então os nossos alunos sempre foram alunos, assim, muito selecionados, muito estudiosos, muito preocupados com a qualidade do curso. E quantos deles foram aproveitados depois como professores do instituto, né? Eu acho que isso foi a excelência do nosso curso. Eu acho que se deve exatamente à excelência da seleção. Os alunos já eram alunos muito selecionados, né?

L. Então, eu também queria fazer uma pergunta um pouco da entrevista, mas também um pouco pessoal. Quando eu dou aula agora lá no instituto (eu sou substituto do DPGE), eu dou aula do que seria equivalente à psicologia da aprendizagem. Hoje é processos cognitivos III. Também dou história da psicologia, uma disciplina que foi dada pelo Penna, pelo Arthur, agora por mim. Inclusive isso é um motivo muito de orgulho, passo texto do professor Penna e do professor Arthur para eles.

M. Ah, que bom.

L. E eu discuto muito com eles sobre essa questão da psicologia clínica no Brasil que é uma (não no sentido pejorativo, mas no sentido positivo), uma jabuticaba nossa, né? Uma coisa que o brasileiro tem. Em comparação com os Estados Unidos e com a Europa, eles têm que fazer aquilo que as críticas dos médicos exigiam: uma formação, um Masters ou PhD. para poder exercer.

Então, nesse sentido eu queria perguntar para a senhora: a senhora lembra de uma discussão da época da formação da profissão? No sentido que a gente poderia fazer. Por exemplo, o Lourenço Filho tem um texto publicado, dos boletins, em que ele fala sobre a formação dos psicologistas. E o termo psicologista, tem alguns autores que reivindicam que seria uma formação mais estrita; o psicólogo seria mais ampla e haveria ainda uma terceira formação, ainda mais estrita, que seriam os psicotécnicos. E aí seria nesse eixo de formação do psicotécnico para o psicologista, para o psicólogo, e que a gente fazendo clínica está aqui. A senhora sente alguma coisa da época?

M. Mas nós não tivemos. Isso foi uma coisa teórica. Nós não tivemos o psicologista e o psicotécnico. Nós não tivemos isso. Nós tivemos uma evolução de conhecimento. E não de

especialidades. Foi o conhecimento que se formulou dando a formação do psicólogo clínico. Com as disciplinas que faziam parte do conteúdo de formação do psicólogo clínico.

Eu acho que o psicólogo clínico tem um espaço de trabalho sim e ele não vai concorrer com um médico. Né? Não vai concorrer. E ele tem o seu trabalho, ele tem a sua formação e ele vai trabalhar no mercado que está aberto aí, tanto para o psicólogo quanto para o médico. Ficou psicólogo clínico porque não pegou psicologista nem psicotécnico. Pegou só o psicólogo clínico.

L. Sim, foi por força da lei de 1962, inclusive que definiu o nosso nome.

M. E alguns foram fazer formação psicanalítica e tal, sei lá o quê. Mas o psicólogo clínico tem o seu espaço de trabalho; ele tem a sua formação, ele tem as ferramentas para trabalhar como psicólogo clínico. E trabalho com muito sucesso. Eu encontro com muitas pessoas com que os filhos tiveram essa formação, foram alunos e foram assistidos por psicólogos clínicos, né? Até hoje eu vejo isso. Até hoje eu sou chamada, às vezes, para indicar alguém como psicólogo.

Porque como eu trabalhei com psicologia do desenvolvimento, eles sempre acham que eu tenho assim, um contato com pessoas que lidam com crianças. E às vezes tenho por que alguns ex-alunos do instituto me procuram, me procuraram até para supervisão particular durante um tempo. Durante um grande tempo eu dei supervisão em psicologia clínica, em psicologia do desenvolvimento, psicologia clínica, sobretudo. Mas depois eu acabei não dando mais supervisão não.

L. Perfeito. Uma pergunta então, e essa é uma dificuldade que eu tenho, da pesquisa. A questão da psicanálise no instituto de psicologia. Hoje em dia, ele é conhecido por ser uma força muito grande em produzir, tanto psicanalistas, de renome. A gente tem pessoas muito famosas, só pra citar um deles, o Joel Birman, mas tem por exemplo, hoje em dia, a professora Fernanda Costa Moura; tem inúmeros psicanalistas de respeito no IP. Nós tivemos o Luiz Alfredo Garcia Roza, e outros. O importante é o seguinte: eu não encontro a psicanálise ligada ao instituto de psicologia até a década de 1970. Desde a época do Radecki, na colônia de psicopatas, passando pela Universidade do Brasil, na saída da Universidade do Brasil para a praia vermelha, não é que ela não existe, mas ela tem sempre uma função ou um espaço menor. Entretanto de setenta em diante a gente vê um fluxo de psicanalistas e o IP vira quase que um sinônimo de uma formação em psicanálise. Eu queria que a senhora comentasse sobre.

M. Isso aí é um tema assim, bastante intrigante, interessante. Até para você continuar pesquisando esse tema, porque desde o início em que se achava que o aluno (se fosse fazer psicologia), não poderia estudar psicologia clínica, isso foi uma atitude que se manteve ao longo

do tempo. Essa visão de que o psicólogo não pode estudar psicanálise. Por que não? É uma disciplina que ele pode estudar sim. Ele pode estudar, ele pode ter a formação.

O que entra aí em um conflito muito grande é que os psicanalistas são “psicanalisados”, né? Para eles exercerem a função de psicanalista, na área médica, eles têm que ser analisados para depois fazer a formação e depois então começar a trabalharem como analistas. E na nossa psicologia eu acho que não há nenhuma exigência de que o professor de psicanálise ou o que vai trabalhar dentro de uma orientação teórica psicanalítica que ele seja analisado. Isso aí eu não tenho certeza, mas acho que não há essa exigência.

L. Atualmente não. A única que há é de ter um CRP ativo.

M. Ter um CRP ativo sim. Isso aí, claro, para qualquer especialidade. Porque tem que ter CRP ativo.

L. A senhora acredita que a pós-graduação da psicanálise ajudou a trazer esses psicanalistas para dentro do instituto? Ou a senhora acredita que foi por outros motivos? Porque o que me parece é que é muito difícil você perceber isso antes da década de setenta. A pós-graduação só chega em por volta de 1980. Na década de 1980 ela surge, e ela formou um grupo muito forte. Foi formadora de muitos psicanalistas. Nesse meio tempo não tenho muitas informações sobre, mas a minha suspeita é de que a formação de uma pós-graduação em psicanálise em um instituto de psicologia com formação profissional ajudou a trazer essa força da psicanálise.

M. Sim, claro. Com certeza. Eu acho que você tem toda razão. Trouxe sim, trouxe. E nós tivemos grandes psicanalistas dando aula no instituto. Não é? Muitos.

L. Então aproveitando esse assunto da psicanálise, e agora voltando para aquela pergunta sobre a Divisão de Psicologia Aplicada, que eu tinha dito para a gente postergar um pouco. A senhora comentou. Eu ia perguntar sobre o surgimento dela. Ela é prevista no regimento de 1972, no instituto de psicologia, mas ela não tem nome. Ela ainda não tinha a homenagem à professora Isabel Adrados.

M. E ela já funcionava. Desde a primeira turma que se formou; essa turma fez estágio ali. Tinha um estágio interno; tinha um estágio interno que era feito ali, e que eu trabalhava nessa parte. Eu dei muito; uma parte assim, de psicoterapia para criança. Dei material, comprei material para funcionar; aquelas cadeirinhas pequeninhas para as crianças.

L. Então a DPA funciona ali no final da formação da primeira turma, por conta obrigação de eles terem um estágio de psicologia, por conta da lei de mil novecentos e setenta e dois. Então em 1972 aparece ela no regimento. Então o funcionamento da DPA sempre esteve

junto com o instituto de psicologia, como um anexo para obrigação de estágio, a partir do quinto período.

M. Estágio interno, né?

L. Sim. Exatamente.

M. Os alunos faziam um pouco de estágio externo, né? Faziam psicologia escolar, para quem fosse interessante fazer psicologia escolar, mas quem se interessou em fazer psicologia clínica fez ali, né? Fez formação ali mesmo.

L. Professora, acho que é só isso. Eu queria reforçar o agradecimento. Muito obrigado pela nossa conversa. A única preocupação, agora mais metodológica é: eu vou fazer uma transcrição. Eu vou pagar uma pessoa profissional para fazer isso, porque, até pela questão do tempo. Eu farei uma mediação prévia, então eu só queria saber: envio para a senhora dar o “ok” para colocar na tese. Isso é muito importante.

M. Tá bom. Eu dou uma olhada sim, com certeza.

ANEXO I – Lista de Instrumentos do Laboratório de Psicologia (1928)

Fonte: GUIMARÃES, Oswaldo. O Laboratório de Psychologia. In: Annaes da Colonia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 387-415.

LISTA DOS APPARELHOS

I Antropometria

- | | |
|---------------------------------|---------|
| 1) Balança | 4090 B. |
| 2) Toesa | 4091 B. |
| 3) Compasso de thorax (Demenil) | 3689 B. |
| 4) Ampliometro (Foy) | 3701 B. |

II Tacto

- | | |
|------------------------------------------------------------|----------|
| 1) Varas de osso | |
| 2) Esthesiometro simples de cabelo (Frey) | |
| 3) Esthesiometro simples a peso (Rupp) | 221 M.M. |
| 4) Haphi-esthesiometro simples (Toulouse e Vaschide) | 4312 B. |
| 5) Haphi-esthesiometro duplo (Toulouse, Piéron) | 4315 B. |
| 6) Esthesiometro duplo (Michotte) | 4295 B. |
| 7) Esthesiometro duplo dynamometrico (Verdin) | 4290 B. |
| 8) Stereoesthesiometro tactil estático (Toulouse Vaschide) | 4350 B. |
| 9) Stereoesthesiometro tactil dynamico (Toulouse Piéron) | 4351 B. |
| 10) Cartões para contacto cheio e vasio | |

III Sensações musculares

- | | |
|--------------------------------------------|--------------|
| 1) Duas caixas de pesos | 313,335 M.M. |
| 2) Myosthesiometro (Toulouse e Vaschide) | 4356 B. |
| 3) Pesoavaliador (Gallus-Rupp) | 223 M.M. |
| 4) Ergographo (Mosso) | 4105 B. |
| 5) Ergographo (Dubois) | 224 M.M. |
| 6) Tres dynamometros (Collin) 3-4075 B. | 1-315 M.M. |
| 7) Dispositivo para tracção horizontal | 4078 B. |
| 8) Dispositivo para tracção vertical | 4079 B. |
| 9) Dynamometro inscriptor (Chéron, Verdin) | 4087 B. |
| 10) Dynamometro totalizador (Henry) | 4096 B. |

IV Sensações estáticas e kinestheticas

- | | |
|--------------------------------------------------------------------|----------|
| 1) Schesiesthesiometro (Toulouse Piéron) | 4383 B. |
| 2) Medidor dos movimentos das mãos (Rupp)
(Fuhlstreckenapparat) | 226 M.M. |
| 3) Mesa pencil (Sandford) | |
| 4) Medidor dos tremores passivos (Verdin) | 4171 B. |
| 5) Medidor das oscillações da cabeça (Viérordt) | 88 M.M. |
| 6) Tremometro | 328 M.M. |
| 7) Medidor dos movimentos inconscientes dos dedos (Delabarre) | 4181 B. |
| 8) Medidor dos movimentos syntheticos das duas mãos | 327 M.M. |

V Reflexos

- | | |
|------------------------------------|---------|
| 1) Martello (Babinski) | 4211 B. |
| 2) Reflexometro simples (Toulouse) | 4238 B. |
| 3) Reflexometro (Toulouse) | 4243 B. |

VI Dôr

- | | |
|------------------------------------|---------|
| 1) Algesimetro (Toulouse e Piéron) | 4328 B. |
|------------------------------------|---------|

VII Sensações thermicas

- | | |
|---------------------------------------------|---------|
| 1) Thermo esthesiometro (Toulouse e Piéron) | 4378 B. |
| 2) Provetes | |
| 3) Panella electrica | |

VIII Auxiliares para primeiros 7 grupos

- | | |
|------------------------|--|
| 1) Seis bolas de vidro | |
| 2) Regua | |

IX Olfacto

- | | |
|----------------------------------|---------|
| 1) Osmi-esthesiometro (Toulouse) | 4359 B. |
|----------------------------------|---------|

X Gosto

- | | |
|----------------------------------|---------|
| 1) Geusiesthesiometro (Toulouse) | 4362 B. |
|----------------------------------|---------|

XI Audição

1) Acusiesthesiometro (Toulouse e Piéron)	4386 B.
2) Inductor acumetrico	3800 B.
3) Apparelho para localização (Münsterberg)	
4) Apparelho para localização biauricular (Meyers)	214 M.M.
5) Dois diapasões	329 M.M.
6) Metalophone (Stumpf)	171 M.M.
7) Tonometro (Hornsborsten)	312 M.M.
8) Resonador variavel (Rupp)	199 M.M.
9) Metronomo	308 M.M.
10) Apparelho para segurar cabeça (aux. do n. 4)	215 M.M.
11) Duas campainhas de 4"	
12) Quatro campainhas de 2"	
13) Seis cigarras elect.	

XII Visão

1) Modelo dos olhos (Rupp)	14 M.M.
2) Apparelho para demonstração do horopter (Hering Hillebrand)	12 M.M.
3) Medidor da congruência (Rupp)	1 M.M.
4) Medidor das divisões (Rupp)	4 M.M.
5) Medidor da sensib. visual para angulos (Rupp)	6a M.M.
6) Idem (pequeno modelo)	6a M.M.
7) Medidor de sensib. visual angulos e linhas (Rupp)	6a M.M.
8) Cartões para inves. da macula lutea	
9) Cartões para exp. de Bergmann	
10) Duas taboas para invest. da acuidade visual	
11) Perimetro (Rupp)	83 M.M.
12) Appar. para invest. da visão de profundidade e do horopter (Rupp)	15 M.M.

13) Dispositivo para invest. dos critérios da profundidade (Rupp-Henry)	26 M.M.
14) App. para invest. da visão dos bordos (Hillebrand-Rupp)	39, 39, 41, 42,43, M.
15) App. para querdisparação (Rupp)	28 M.M.
16) Tropoestereoscópio (Ludwig)	29 M.M.
17) Universal estereoscópio (Titchener-Rupp)	34 M.M.
18) Estroboscópio	80 M.M.
19) Tubo com diaphragma “Iris”	306 M.M.
20) Medidor da distancia das pupilas (Rupp)	89 M.M.
21) Medidor da visão na escuridão	332 M.M.
22) App. para visão dos angulos na 3ª dimensão (Rupp)	337 M.M.
23) App. para invest. a visão do volume (Rupp)	338 M.M.
24) Tubo forrado de preto	146 M.M.
25) Medidor dos movimentos oculares (Schackwitz)	298 M.M.
26) Papeis de côres	156 M.M.
27) Vidros de côres	
28) Gelatina de côres	
29) Lampadas de côres	
30) Lampada electrica de bolso	
31) Caixas com amostras de cores	136, 142 M.M.
32) Caixa com as côres neutras	139 M.M.
33) Misturador de côres (Helmholz)	141 M.M.
34) Variador da saturação e gradação (Hering-Rupp)	135 M.M.

35) Chromatoesthesiometro (Toulouse Piéron)	4389 B.
36) App. para sombras coradas (Rupp)	145 M.M.
37) Discos de Hering	115, 116 M.M.
38) Diversos discos	117, 125 M.M.
39) App. para medir angulos (Jacobson)	125 M.M.
40) App. para discos (Hering)	126 M.M.
41) App. para cortar discos (Rupp)	128, 129 M.M.
42) Ferramentas para discos	131, 132 e 133 M.M.
43) Folhas de illusões opticas	
44) Lente	

XIII Apparellhos expositivos e registradores geraes

1) Kimographião universal (Pirard e Coeurdevache)	4419 B.
2) Kimographião com mech. de relógio (Zimmermann)	305 M.M.
3) Tachistoscopio (Rupp)	229 M.M.
4) Tachistoscopio (Michotte)	
5) Taboa conjunctiva	234 M.M.
6) Kim. duplo (Bourdon)	309 M.M.
7) Dois contadores para o n. 6	325 M.M.
8) Dois ecrans com diafragmas (Syst. plano)	
9) App. expositivo universal	342 M.M.
10) Mnemometro (Rupp)	232 M.M.
11) Mnemometro (Ranschburg)	
12) Trocador de cartões (Ach)	

XIV Attenção, associação, discriminação, memória, pensamento e diversos

- 1) Desenhos de interpretação dupla
- 2) Cadernos de Kräpelin
- 3) Folhas para riscar letras (Bourdon)
- 4) Folhas para completar palavras (Ebbinghaus)
- 5) Cartões de Heilbronner
- 6) Cartões de David
- 7) Taboas para cartões
- 8) Folhas para associações livres
- 9) Tests de Binet
- 10) Collecção dos excita. syllabicos e verbaes (Muller-Schumann) 250-260 M.M.
- 11) Caneta electrica (Kräpelin) 245 M.M.
- 12) Collecções de diversos tests psychologicos

XV Relogios

- 1) App. para tempos das reacções sensoriaes (Beyne e Behagne)
- 2) Chronographo – kymographião (Rupp) 280 M.M.
- 3) Chronographo a fita 280 M.M.
- 4) Chronometro a guilhotina (Rupp) 326 M.M.
- 5) Chronometro electrico (D'Arsonval)
- 6) Chronographo (Jacquet) 449 B.
- 7) Chronographo (Jacquet) 317 M.M.
- 8) Dois chronometros de bolso 314 M.M.
- 9) Um chronometro de bolso 454 B.
- 10) Electrodiapásão de 10 v. D. 332 B.
- 11) Electrodiapásão de 100v. D. 330 B.
- 12) App. para tempos de escrever, desenhar, etc. (Minnemann) 293 M.M.
- 13) Chave bucal
- 14) Chave para onde vocal.

XVI Processos affectivos, reacções orgânicas physiologicas

- 1) Polygrapho (Bouillite mod. B) B.
- 2) Cardiographo (Pachon) 3597 B.

3) Pneumographo (Marey)	3638 B.
4) Pneumometro (Pachon)	3683 B.
5) Mascara (Pech)	213 B.
6) Espirometro (Verdin)	3675 B.
7) Oscillometro (Pachon)	3730 B.
8) Esphygmomanometro oscult. (Korotkow)	B.
9) App. para medir a pressão do liquido cephalorach. (H. Claude)	B.
10) Viscosimetro (Hess)	2188 B.
11) Myographo (Mergier)	4158 B.
12) Explorador dos musculos (Verdin)	4153 B.
13) Plethysmographo (Hallion e Comte)	3557 B.
14) Explorador jugular (Manensio)	3062 B.
15) Esthetoscopio binauricular	3897 B.
16) Phonendoscopio (Bazzi-Bianchi)	3922 B.
17) Galvanometro com dispositivo (Veraguth)	

XVII Suggestão. Psychotechnica. Varia

1) Forno (Golgi)	
2) Tests para suggestibilidade	
3) Roda de chauuffeurs	340 M.M.
4) Martello (Rupp)	344 M.M.
5) Penna automatica (Rupp)	343 M.M.
6) Penna automatica no estativo	345 M.M.
7) Martello visador (Rupp)	330 M.M.
8) Tests (diversos)	
9) Medidor de rapidez e habilidade de acção voluntaria	

XVIII Auxiliares technicos

1) 19 estativas	316 M.M.
2) 14 estativas	
3) 6 grampos	323 M.M.
4) 10 grampos simples	323 M.M.

- 5) 2 grampos de madeira 341 M.M.
- 6) 6 pinças
- 7) 6 grampos
- 8) 6 fivellas universaes 319 M.M.
- 9) 6 fivellas para juntar paus 318,322 M.M.
- 10) 6 bastões nickelados de 0,5 mt 321 M.M.
- 11) 6 bastões nickelados de 1 mt. 320 M.M.
- 12) 4 bastões com parafusos
- 13) 2 eixos com blocos de transmissão
- 14) 4 blocos de transmissão .
- 15) 1 estativo para transcrição vertical
- 16) Nivel de bolso
- 17) Apparelho para immobilizar a cabeça 95 M.M.
- 18) Pennas de aluminium
- 19) Ferramentas de marceneiro
- 20) Jogo de typos de borracha
- 21) Um espelho
- 22) Collecção de figuras stereometricas de madeira
- 23) Caixa com compassos
- 24) Lampadas de diversa força
- 25) Tubo metallico de gaz 311 M.M.
- 26) Um bico de Bunsen

- 27) Duas lampadas de mesa
- 28) Voltmetro
- 29) Ampermetro
- 30) Tres reostatos para pequena voltagem
- 31) Seis commutadores bipolares
- 32) Quatro chaves telegraphicas primitivas
- 33) Chave telegraphica Ervald 249 M.M,
- 34) Chave labial manual 247 M.M.
- 35) Chave labial 246 M.M.
- 36) Tambor de Marey 310 M.M.
- 37) Signal Deprez 310 M.M.
- 38) Fios para corrente electrica
- 39) 25 clips duplos
- 40) Motor isocronico
- 41) Duas pinças 343 M.M.

ANEXO II – Ficha Psicológica do Laboratório de Psicologia (1928)

Fonte: GUIMARÃES, Oswaldo. O Laboratório de Psychologia. In: Annaes da Colonia de Psychopatas. Rio de Janeiro: Papelaria e Livraria Gomes Pereira. 1928, pp. 387-415.

Typo de ficha

Nome.....
 Dia.....
 Idade..... Hora.....
 Côr.....
 Anamnese.....
 Diagnose.....
 Observações.....

SENSIBILIDADE SENSORIAL

a) Visão:

- 1) acuidade (myopia, hypermetropia, astigmatismo, etc);
- 2) sensibilidade para côres (daltonismo);
- 3) sensibilidade para linhas e formas;
- 4) campo visual (perimetria).

b) Audição:

- 1) acuidade;
- 2) sensibilidade para altura;
- 3) memoria absoluta;
- 4) memoria relativa;
- 5) localização.

c) Tacto:

- 1) sensibilidade esthesiometrica (simples e dupla);
- 2) sensibilidade para a forma;
- 3) sensibilidade para a temperatura.

d) Sensações musculares e motrizes:

- 1) sensibilidade para o peso;
- 2) sensibilidade para as formas (stereognostica);
- 3) sensibilidade para as posições passivas dos membros e geral;

- 4) sensibilidade para movimentos passivos;
 - 5) sensibilidade para movimentos activos;
 - 6) reflexos cutaneos e tendinosos;
 - 7) fatigabilidade.
-
- e) Sensações olfactivas
 - f) Sensações gustativas
 - g) Typo sensorial
 - h) Tempo de reacção.

ATENÇÃO

- 1) gráo de concentração prevalente (at. concentrada, dispersada);
- 2) possibilidade de abranger praticamente dois ou mais objectos na acção;
- 3) caracter prevalente interno ou externo;
- 4) adaptabilidade.

DISCRIMINAÇÃO E IMAGINAÇÃO

- 1) orientação imediata (noções do tempo, ambiente)
- 2) dominios os mais desenvolvidos;
- 3) illusões e allucinações;
- 4) direcções dos delirios;
- 5) rapidez de corrente representativa, fuga das ideias, rigidez);
- 6) riqueza das associações.

MEMORIA

- 1) durabilidade;
- 2) capacidade;
- 3) exactidão;
- 4) caracter da fixação, da conservação e da reprodução (facil, tenaz, prompta);
- 5) modificações pathologicas, (regressão);
- 6) testemunho.

PENSAMENTO

- 1) gráo de criticismo;
- 2) possibilidade de raciocinar;
- 3) dominios do raciocinio;
- 4) formas do raciocinio (analogia, deducção, inducção);

VIDA AFFECTIVA

- 1) gráo da sensibilidade (relativamente ao numero das direcções e relativamente á intensidade do processo affectivo);
- 2) direcções representativas da sensibilidade mais pronunciada (complexos);
- 3) modos das manifestações affectivas (explosivos calmos);
- 4) gráo da coordenação nos processos affectivos (emotividade);
- 5) durabilidade;
- 6) caracter prevalente activo ou passivo (sympathia-antipathia ou alegria-tristeza);
- 7) timidez;
- 8) expansibilidade verbal dos sentimentos;
- 9) temperamento;
- 10) Sentimentos pessoases característicos – familiares, sociaes, patrioticos, eroticos, etc.);

VONTADE

- 1) gráo de actividade;
- 2) instinctos;
- 3) disposições a construir projectos das acções futuras;
- 4) modo de avaliar os projectos (avaliação impulsiva moral, esthetica, economica, etc.);
- 5) suggestibilidade;
- 6) rapidez da decisão;
- 7) resistencia aos impedimentos durante a execução (força de vontade, resistencia, teimosia, etc);
- 8) dominios de actividade.

ANEXO III – Curso de Psicotécnica de Jayme Grabois (1940)

Fonte: GRABOIS, Jayme. Curso de Psicotécnica. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. 3 p.

CURSO DE PSICOTÉCNICA (1940)

Prof. Dr. Jayme Grabois

Diretor do Instituto de Psicologia

PROGRAMA

- 1) Fins e meios de orientação e seleção profissional. Fundamentos econômicos e sociais.
- 2) A organização racional do trabalho. Ponto de vista empírico e ponto de vista científico na orientação e seleção profissional.
- 3) A técnica de orientação e seleção profissional e suas bases científicas. Conceito amplo e específico de seleção. A seleção negativa: sanidade física e mental.
- 4) O conhecimento da profissão e o conhecimento do indivíduo. Professiografia e classificação das profissões.
- 5) Psicologia, psicologia aplicada, psicologia profissional. Psicologia aplicada á atividade prática.
- 6) Psicotécnica, seu conceito e evolução. A seleção psicotécnica dos trabalhadores e estudo psicotécnico do trabalho.
- 7) O problema das diferenças individuais e o problema das aptidões. Sua determinação; métodos analíticos e sintéticos.
- 8) O problema das aptidões. As grandes funções psíquicas e suas variações. Métodos de psicologia diferencial. A psicografia. Perfis psicológicos e sua utilização.
- 9) O problema das aptidões. A biotipologia e a sua importância; o biotipologismo e sua crítica.
- 10) O problema das aptidões. O nível mental; o nível mental do adulto. Ritmo do desenvolvimento psíquico.
- 11) O problema das aptidões. A inteligência. Os sistemas psicológicos e sua influência explícita e implícita na análise da inteligência e seu reflexo na prática. A concepção associacionista, a funcionalista, a behaviorista e a configuracionista da inteligência. O nosso modo de ver o conceito OPERATÓRIO da inteligência. As variações qualitativas e quantitativas da inteligência. Tipos de inteligência.

12) A estrutura das aptidões. A noção de inteligência geral e dos “fatores gerais” de Spearman. O desenvolvimento da análise fatorial.

13) A margem do desenvolvimento das aptidões e a aprendizagem; método de aprendizagem racional; a formação e o aperfeiçoamento profissional. Influência da idade, sexo e meio sobre o desenvolvimento das aptidões.

14) Importância dos fatores afetivos na orientação e seleção profissional.

15) Ritmo do rendimento no trabalho. A fadiga e seu aspecto psicofisiológico. Influências das condições do meio sobre o trabalho.

16) Níveis de rendimento no trabalho. A qualidade, a quantidade e a velocidade. O treinamento profissional; transferência de treinamento. Método racional de trabalho.

17) Metodologia psicométrica, seus aspectos fundamentais. Tesdade e a velocidade. O treinamento profissional; transferensificação. Validade dos testes e sua verificação; os trabalhos ingleses e americanos.

18) Os aparelhos de psicologia e o laboratório psicotécnico; sua importância e significação.

19) O desenvolvimento psicotécnico na Europa e na América; o Brasil e o movimento psicotécnico. A pesquisa psicotécnica.

TRABALHOS PRÁTICOS

a) Provas aplicadas correspondentes às funções psíquicas.

b) Psicometria e testes.

ANEXO IV – Programa da Cátedra de Psicologia Social e Econômica da
FNCE

FONTE: CAMPOS, Nilton. Programa de Psicologia Social e Econômica da F.N.C.
Econômicas. In: **Boletins do Instituto de Psicologia**. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da
Universidade do Brasil. N° 1-2, 1952, pp. 21-23

PROGRAMA DE PSICOLOGIA SOCIAL E ECONÔMICA DA F.N.C
ECONÔMICAS

Elaborado pelo Professor Catedrático:
NILTON CAMPOS

- 1 – Psicologia social; conceito e relações com as ciências que estudam o homem e a sociedade.
- 2 – Objeto da psicologia social e a distinção entre ciência natural e ciência cultural.
- 3 – Natureza dos fenômenos psico-sociais segundo as doutrinas do mecanicismo, vitalismo e organimismo; a crítica do reducionismo mecanicista.
- 4 – Fases de desenvolvimento da psicologia social e os problemas fundamentais da influência dos fatores psicológicos nos fenômenos econômicos.
- 5 – Métodos de pesquisa em relação às novas correntes psicológicas: behaviorismo, gestaltismo e psicanálise; necessidade de distinguir os métodos e as doutrinas.
- 6 – Possibilidade e limitações de pesquisa experimental; diversidade das técnicas utilizadas; a relatividade das mensurações na investigação dos fenômenos psico-sociais.
- 7 – Natureza das relações entre o indivíduo e a sociedade; princípio da convergência.
- 8 – Fenômenos de interação; processos de adaptação e seus aspectos ecológicos; interpretações, segundo a teoria do campo, da condição de membro dentro do grupo.
- 9 – Isolamento social e sua influência no desenvolvimento mental dos indivíduos.
- 10 – Identidade de natureza humana e a diversidade de culturas: cultura de folk e cultura de civilização; Lei dos três estados: coexistência de concepções primitivistas no pensamento do homem civilizado; sobrevivência da magia e suas consequências psico-sociais.
- 11 – Natureza da percepção e da cognição e seus fatores estruturais e funcionais.
- 12 – Cultura e personalidade; camadas estruturais e a profundidade da natureza humana; personalidade básica; natureza do “social role”.

13 – Fatores endógenos e exógenos da formação e integração da personalidade; importância do estudo das diferenças individuais e as novas orientações da tipologia e caracteriologia.

14 – Natureza dos instintos, impulsos, desejos e tendências; fatores intrínsecos da motivação do comportamento, fundamentos das atitudes humanas.

15 – Evolução e desenvolvimento de crenças e atitudes; Modificações na distância social.

16 – Particularidades do grupo social e sua influência nas funções psíquicas dos indivíduos componentes; efeitos das situações no comportamento individual.

17 – Problema das relações inter-humanas; natureza dos conflitos; fenômenos de frustração e de agressividade; repressão e derivação das reações afetivas e seus efeitos anti-sociais.

18 – Importância do estudo das tensões sociais; repercussão econômica das frustrações e das reivindicações.

19 – Problema da criminalidade e a infância abandonada; seus aspectos econômicos-sociais.

20 – Natureza psicológica dos fenômenos de sugestibilidade, imitação, simpatia e antipatia, sua significação no estudo do comportamento da multidão; reações emocionais de entusiasmo e de revolta; submissão aos ídolos populares.

21 – Fundamentos psicológicos da ação da propaganda; técnicas de infiltração de idéias e de influência na opinião pública; exploração psicológica dos recursos de publicidade.

22 – Problema psico-sociológico do aproveitamento dos leaders; condições de prestígio e causas de declínio da liderança.

23 – Contribuição da psicologia social na organização científica do trabalho; necessidade de estudo psicológico do fator humano para o ajustamento dos trabalhadores nas respectivas profissões. As novas tendências da psicologia do trabalho; crítica da psicotécnica.

24 – Investigação das causas de desajustamento no trabalho; interesse econômico da profilaxia mental e da prevenção dos acidentes profissionais; diretrizes ético-sociais na moderna seleção profissional diante do respeito à pessoa humana.

25 – Influência de transformação de costumes e da moda na ordem econômica da produção e do mercado.

26 – Perspectivas de progresso nas investigações da psicologia social e econômica; suas consequências na reorganização mundial.

27 – Apreciação das fontes bibliográficas e sua aplicação nos estudos monográficos.

ANEXO V – Programa da Cátedra de Psicologia da FNF

FONTE: CAMPOS, Nilton. Cátedra de Psicologia. In: **Boletins Do Instituto de Psicologia**. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. N° 11-12, 1953, pp. 10-20.

FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA

CURSO DE FILOSOFIA

CÁTEDRA DE PSICOLOGIA

Prof. Dr. Nilton Campos

PROGRAMA

1ª SÉRIE

A. INTRODUÇÃO FILOSÓFICA E CIENTÍFICA AO ESTUDO DA PSICOLOGIA

1. Pensamento primitivo e suas crenças sobre a natureza da alma e suas manifestações; entidades anímicas do mundo físico.
2. Naturalismo filosófico; concepções do hilozoísmo grego sobre a natureza da alma e suas funções sensitivas e intelectivas. O significado das concepções eleáticas e heraclíticas.
3. Materialismo atomista grego e suas concepções sobre a estrutura da alma e seu funcionamento.
4. Dualismo filosófico de Pitágoras, Sócrates e Platão e a natureza imaterial da alma; suas divisões; sua união acidental com o corpo; separação de suas funções sensitivas e intelectivas.
5. Reação de Aristóteles oposta às concepções de seus antecessores; filosofia naturalista e a natureza biológica da alma; sua diferenciação funcional na série dos seres vivos.
6. Aristóteles e a solução hilemorfista da união entre corpo e alma.
7. Aristóteles e a teoria do ato e potência; aplicação aos processos sensitivos e intelectivos; relação entre objeto e função.
8. Aristóteles e a explicação da natureza e funcionamento dos processos afetivos e volitivos.
9. Importância do naturalismo de Aristóteles no estudo das revelações entre a psicologia animal e a psicologia humana.
10. Filosofia medieval e seus estudos psicológicos: Sto. Agostinho e a divisão da alma em faculdades específicas; importância de sua análise sobre a natureza da memória, imaginação e vontade. Sto. Tomás de Aquino e a investigação integral da unidade psico-somática; hierarquia das funções vegetativas, sensitivas e intelectivas e suas correlações; natureza intencional dos processos da consciência e o modo diverso da existência dos objetos na relação cognitiva.

11. Influência da revolução renascentista no estudo do mundo físico e a explicação mecânica dos fenômenos naturais: Reação contra o animismo filosófico; extensão das teorias mecanicistas ao conhecimento das funções biológicas.
12. Conseqüências do dualismo substancial de Descartes para a separação radical entre a fisiologia e a psicologia; mecanicismo e espiritualismo na explicação do corpo e da alma isolados.
13. Psicologia como ciência exclusivamente humana; estudo da consciência fundado no método introspectivo.
14. Teoria cartesiana do funcionamento automático da atividade dos animais; natureza reflexa dos processos sensitivos-motores e a circulação mecânica dos espíritos-animais.
15. Solução cartesiana do problema das relações entre corpo e alma; a explicação neurológica da inter-ação psico-somática.
16. Teoria cartesiana das relações psico-fisiológicas dos processos afetivos e emocionais.
17. Leibniz e a natureza dinâmica da alma; importância da sua distinção entre percepção e apercepção; o plano consciente e o plano inconsciente da profundidade da alma; sua continuidade dinâmica.
18. Solução de Leibniz e Spinoza para o problema das relações corpo e alma; influência nas explicações paralelistas.
19. Empirismo filosófico inglês e o advento da psicologia associacionista; reação fenomenista contra o substancialismo no estudo da natureza da estrutura mental.
20. Analogias atomísticas adotadas pela psicologia associacionista; influência das teorias e métodos das ciências físicas nas explicações associacionistas. Posição da Escola Escosseza.
21. Análise dos elementos da estrutura mental e as principais leis associacionistas de sua ordenação.
22. Positivismo de A. Comte e a eliminação da psicologia do conjunto das ciências autônomas; defesa de Stuart Mill de sua existência científica e das bases lógicas da investigação psicológica.
23. Kant e a impossibilidade da psicologia ser uma ciência propriamente dita; importância de sua posição fenomenalista na caracterização do objeto da psicologia e da concepção da natureza sintética da consciência; sua contribuição fundamental estabelecendo a tríplice divisão das funções mentais: intelecto, afetividade e vontade. Evolução do pensamento idealista.
24. Herbart e a legitimidade científica da psicologia fundada em concepções matemáticas; sua oposição à Kant, negação radical da psicologia das faculdades.
25. Teorias evolucionistas; sua influência nos novos fundamentos da psicologia zoológica e antropológica; metodologia genética e comparativa; relações entre hereditariedade e meio; conceito de adaptação; os níveis de maturação e as variações de comportamento.
26. Concepções evolucionistas atuais; emergentismo e holismo; teoria organismal e suas proposições fundamentais; superação da antítese mecanicismo e vitalismo;

novos aspectos da interpretação teleológica; oposição ao reducionismo epifênomenista; o nível irreduzível dos fenômenos psíquicos.

27. Natureza dinâmica dos processos psico-somáticos e o conceito de homeostase; diferença entre estrutura molecular e estrutura molar nas concepções científicas contemporâneas.
28. Filiação filosófica e científica dos princípios teóricos dos diversos sistemas psicológicos contemporâneos: behaviorismo, reflexologismo, gestaltismo, purposivismo e psicoanálise.

2ª SÉRIE

B. LÓGICA E METODOLOGIA DA PSICOLOGIA CIENTÍFICA

1. Bifurcação do mental e do físico; suas consequências na oposição entre consciência e comportamento nas diversas definições do objeto da psicologia.
2. Distinção entre experiência imediata e experiência mediata como fundamento da diferença do objeto da psicologia em relação ao das outras ciências naturais; improcedência dessa diversidade diante da afirmação empiricista de que a matéria-prima de todas as ciências provém da experiência imediata.
3. Necessidade da distinção entre “datum” e “constructum” na caracterização da psicologia como ciência objetiva; diferença entre a linguagem subjetiva dos dados da experiência imediata e a linguagem universal dos constructos teóricos.
4. Exigência positivista da observabilidade e confirmação pública das proposições científicas; recusa da validade científica do método introspectivo.
5. Imposição positivista da psicologia ser um conhecimento de eventos publicamente observáveis.
6. Aceitação positivista do relato verbal admitido como resposta discriminativa de estímulos e sinalização de eventos.
7. Garantia da objetividade da psicologia na relação S-R, asseguradora da observabilidade e comprovação pública da presença de estímulos e respectivas respostas na verificação do comportamento; desinteresse pela investigação dos eventos centrais intra-organismais.
8. Psicologia heterodoxa do comportamento e a sua preocupação com os processos intra-organismais considerados sob a forma de “variáveis intervenientes” e de “constructos hipotéticos”.
9. Empiricismo lógico e o meio de eliminar o problema ontológico das atividades mentais pela aplicação do operacionismo na psicologia; sinonímia dos constructos com as próprias operações concretas da investigação psicológica.
10. Método fenomenológico e o interesse pela descrição qualitativa da experiência imediata livre de teorias pré-concebidas.
11. Diferença entre a inspeção fenomenológica subjetiva e o método introspectivo lógico-analítico da psicologia atomística.
12. Método fenomenológico e a possibilidade da experiência imediata da unidade e fluxo da consciência em seus diversos atos perceptivos, cognitivos, afetivos e volitivos.

13. Importância da análise fenomenológica descritiva como fase inicial da investigação psicológica despreocupada com teorias explicativas.
14. Fundamentos lógicos das leis formuladas pela psicologia científica; leis idiogênicas e leis alogenéticas; teorias híbridas; fisiologismo e sociologismo nas explicações psicológicas; método indutivo e hipotético-dedutivo; teorias de ordem inicial predominantemente empiricista e teorias de alto nível lógico de generalidade abstrata.
15. Leis dinâmicas unívocas no domínio da psicologia; teorias de campo aplicadas na explicação dos processos psicológicos; eventos como resultantes da interdependência funcional de múltiplos fatores variáveis.
16. Posição anti-reducionista no estudo das relações de coalescência da psicologia e da neuro-fisiologia; investigações atuais do problema das localizações cerebrais.
17. Teoria holística do funcionamento do sistema nervoso; hierarquia dos níveis neuro-anatômicos e sua dinâmica; contribuição da neuro-cirurgia experimental e a descoberta de ação-de-massa e de equipotencialidade cerebral na pesquisa da interdependência funcional, psico-neural.
18. Ideal matemático da análise quantitativa em psicologia científica; possibilidades e limitações da medida dos fenômenos psicológicos.
19. Princípio de indeterminação e relações de incerteza de Heisenberg aplicado na análise da experimentação e mensurabilidade dos fenômenos psicológicos; os próprios instrumentos técnicos como fatores impeditivos da exatidão absoluta dos resultados; lei dos grandes números e probabilismo estatístico na previsão dos eventos.

C. DESENVOLVIMENTO DOS DIVERSOS SISTEMAS PSICOLÓGICOS MODERNOS

20. Antecedentes científicos da psico-física e da psico-fisiologia; descobertas de Bell e Magendie no campo da anatomia e fisiologia do sistema nervoso; mecanismo neurológico do arco-reflexo.
21. Johannes Müller e a teoria da energia específica dos órgãos sensoriais.
22. Weber e as investigações sobre os limiares de intensidade diferencial dos excitantes sensoriais; importância das verificações no setor da sensibilidade tátil no desenvolvimento do método experimental.
23. Fechner e o problema das correlações quantitativas entre o físico e o psíquico; a fórmula logarítmica psico-física.
24. Wundt e a divisão da psicologia em dois domínios diversos: fisiológico e etnológico; aplicação do método experimental das ciências físicas na psicologia fisiológica e os limites de sua utilização científica; princípios filosóficos de Wundt inspiradores das construções teóricas de seu sistema psicológico; defesa da autonomia científica da psicologia; posição doutrinária diante do atomismo psicológico clássico.

25. Advento da oposição aos sistemas psicológicos fundados segundo o modelo das ciências físicas; reação contra o atomismo associacionista clássico; concepções de William James e Henri Bergson sobre a unidade dinâmica da atividade psíquica.
26. Bergson e suas idéias sobre as relações entre a matéria e o espírito; suas concepções sobre a natureza duracional da memória.
27. Princípios da psicologia de William James; influência das ciências biológicas no desenvolvimento do funcionalismo psicológico e sua aliança com filosofia pragmatista.
28. Bifurcação das ciências naturais e das ciências culturais e a classificação da psicologia como ciência espiritual; concepções de Wilhelm Dilthey sobre a diferença entre ciência descritiva e ciência explicativa na caracterização da psicologia.
29. Franz Brentano e os fundamentos fenomenológicos da psicologia empírica; distinção dos conteúdos e atos psíquicos; intencionalidade das funções da consciência; tríplice direção intencional irreduzível dos atos de representação, de juízo e de afetividade; psicologia definida como ciência dos fenômenos psíquicos. Binet e as investigações correlatas da escola de Paris.
30. Influência da psicologia de Brentano no desenvolvimento da escola de Würzburg; idéias renovadoras de Külpe em relação ao emprego do método experimental no estudo dos fenômenos do pensamento e da vontade; conflito com os princípios experimentais estabelecidos por Wundt.
31. Fundamentos fenomenológicos das investigações da escola de Graz; renovação do estudo da natureza dos processos perceptivos; importância da contribuição de Ehrenfels, Meinong, Benussi e Witasek para advento da psicologia gestaltista.

3ª SÉRIE

D. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS PSICOLÓGICOS CONTEMPORÂNEOS

1. Novas concepções das ciências físicas, biológicas e antropológicas e sua influência nas teorias psicológicas contemporâneas.
2. Pesquisas da neurofisiologia precursoras da reflexologia de Pavlov; método experimental e produção dos fenômenos de condicionamento de reflexos; leis reflexológicas; significação do fenômeno de caducidade das conexões associativas adquiridas; razões da intromissão da reflexologia na psicologia científica.
3. Antecedentes da reação contra a psicologia como ciência da consciência; a revolução de Watson instituindo o behaviorismo doutrinário; transformação do conceito metodológico de comportamento em teoria psicológica radical anti-mentalista; redução do objeto da psicologia à fórmula S-R; modelo mecanicista do néo-associacionismo periférico; eliminação do estudo dos fenômenos intra-organismais.
4. Evolução do behaviorismo e suas renovações doutrinárias; caracterização do purposivismo de Tolman; superação do mecanicismo associacionista; distinção entre

- comportamento molecular e comportamento molar como *emergente*; oposição de Tolman contra a psicologia fundada na experiência imediata e privativa; introdução do conceito de *variável interveniente*; comportamento explicado como função de variáveis situacionais e intra-organismais; reconhecimento do papel da cognição no estudo do comportamento; posição epistemológica do behaviorismo de Tolman; sua semelhança parcial com o gestaltismo de Berlim e a psicologia hórmica de MacDougall.
5. Metodologia dedutivo-hipotética do behaviorismo de Clark Hull; psicologia científica fundada em um sistema de postulados; verificabilidade experimental; operacionismo; importância das variáveis intervenientes como entidades lógicas na pesquisa psicológica; diferença apenas relativa entre o plano molecular-microscópico e o plano molar-macroscópico; negação do teleologismo, emergentismo e subjetivismo antropomórfico no campo da psicologia; significado da hipótese do “goal-gradient” no estudo do comportamento.
 6. Importância das verificações realizadas pela escola de Graz; pesquisas experimentais de Rubin e Katz, inspiradas no método fenomenológico; seu desenvolvimento sistemático iniciado por Wertheimer e prosseguido por Kohler e Koffka, constituindo-se a chamada escola gestaltista de Berlim; princípios fundamentais do gestaltismo contra o associacionismo atomístico e mecanicista; aceitação da experiência direta privativa com objeto de interesse científico; refutação do radicalismo behaviorista; razões da crítica contra o método introspectivo clássico; sistema teórico explicativo inspirado nas novas concepções físico-químicas; leis universais das estruturas dinâmicas físicas e químicas; significação filosófica e científica do isomorfismo; naturalismo gestaltista e a superação do dilema mecanicismo-vitalismo e empirismo-nativismo; conceito de “saciação” nas novas pesquisas de Kohler sobre “figural after-effects” e a importância da união da pesquisa fenomenológica descritiva com a explicação neuro-fisiológica e físico-química transfenomenal.
 7. Kurt Lewin e seu sistema teórico modelado na geometria topológica; campo psicológico como espécie de *constructo espacial*; ordenação vectorial das forças do comportamento em direção para um fim; caracterização topológica da formação das regiões dinâmicas; delimitação e surgimento de barreiras de permeabilidade variável; relatividade locomotora; valência positiva e negativa dos objetos; fenômenos de atração e repulsão; coexistência do passado e do futuro no campo psicológico em dado tempo presente; nível de realidade e níveis diversos de irrealidade; diferenciação gradual dos níveis de aspiração no alcance de fins visados.

E. ESTUDO DA PROFUNDIDADE PSÍQUICA INCONSCIENTE

8. Concepções filosóficas de Schopenhauer e de Nietzsche sobre o dinamismo vital profundo e contribuições científicas dos psicopatologistas franceses como precursores modernos da psicanálise.
9. Freud, e a renovação metodológica e teórica da investigação psicológica da profundidade inconsciente; significado da reação contra a patologia mental fundada nas explicações neuro-anatômicas; posição naturalista da psicanálise e a relevância da

- teoria dos instintos básicos; determinismo psicológico e a motivação inconsciente; dinâmica dos processos oníricos; diferenciação da estrutura psíquica em três zonas: Id, Ego e SuperEgo; suas relações de interdependência; conflito entre o princípio do prazer e o princípio da realidade; razões do drama parental edipiano; agressividade inata da natureza humana; mecanismo dos fenômenos de fixação, regressão; resistência e repressão; racionalização e sublimação; frustração e agressão; identificação e projeção.
10. Dissidência provocada por Jung e Adler e as modificações heterodoxas introduzidas na psicanálise.
 11. Diretrizes da psicanálise contemporânea influenciada pelo culturalismo; contribuições renovadoras de Fromm e Karen Horney.

F. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO DA PERSONALIDADE

12. Concepções filosóficas espiritualistas, naturalistas e culturalistas da personalidade humana.
13. Determinantes intrínsecos da personalidade; fundamentos biológicos e hereditários; constituição morfológica e temperamento.
14. Origem das doutrinas do temperamento; significado da classificação de Hipócrates.
15. Diversidade das tipologias segundo seus diferentes critérios classificativos somáticos, psicológicos e culturalistas; tipos de Kretschmer; irmãos Jaensch, Sheldon, Jung, Rorschach, Spranger.
16. Caracteriologia libidinal de Freud segundo as fases evolutivas da sexualidade.
17. Novas concepções holísticas da personalidade e sua oposição contra as explicações atomístico-associacionistas do behaviorismo fundado na teoria da aprendizagem.
18. Teoria personalística de Stern e sua influência nas concepções de Gordon Allport sobre a interpretação, psicológica da personalidade.
19. Fundamentos da personologia de Murray e Kluchhohn; personalidade como organização temporal de processos cerebrais.
20. Teorias antropológicas da personalidade; investigações de Margaret Mead e Ruth Benedict; Kardiner e sua teoria culturalista da personalidade básica.
21. Teoria da organização dos traços da personalidade e os fundamentos da análise factorial; investigações de Spearman e seus continuadores.

DIRETRIZES DO ENSINO DE FORMAÇÃO PRÁTICA E EXPERIMENTAL EM SUAS INDICAÇÕES GERAIS

- A. Regras do método experimental; necessidade do conhecimento das bases teóricas da experimentação psicológica para a validade científica das pesquisas.
 1. Aparelhagem empregada em psicologia; sua variedade; aparelhos de apresentação de estímulos através dos diversos setôres sensoriais; instrumentos produtores de excitações

particulares; aparelhos de registro de reações; aparelhos de execução psicomotora; aparelhos de medida e registro gráfico do tempo; indicação do seu emprêgo e técnica de funcionamento.

2. Aparelhos de investigação específica de reações psico-fisiológicas; técnica de funcionamento e leitura dos registros.
3. Testes psicológicos; sua construção e aplicação; critérios de apuração e interpretação dos resultados.
4. Método de questionários e inventários; sua construção e aplicação; critérios de apuração e interpretação dos resultados.
5. Testes projetivos; suas modalidades; campo de aplicação; critérios de apuração e interpretação dos resultados.

B. INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL DOS PROCESSOS PSICOLÓGICOS SEGUINTE:

6. Percepção
7. Memória
8. Sentimentos, emoções; motivos e atitudes
9. Pensamento e expressão
10. Inteligência.

C. Exame psicológico de personalidade; métodos e técnicas de diagnósticos; análise de determinantes organismais e situacionais da natureza e desenvolvimento da pessoa humana.

ANEXO VI – Currículo do Curso de Psicologia de 1964

FONTE: Ofício N° 1.414: Currículo do Curso de Psicologia de 1964 da Faculdade Nacional de Filosofia. **Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES)**. Fundo Faculdade Nacional de Filosofia, Dossiê 449.

PROJETO DE CURRÍCULO PARA O CURSO DE PSICOLOGIA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

1º Ano:

1. Psicologia.
2. Complementos de Matemática.
3. Psicologia Geral e Experimental.
4. Psicologia do Desenvolvimento.
5. Metodologia e Planejamento Experimental.

2º Ano:

1. Estatística.
2. Psicologia Geral e Experimental.
3. Psicologia do Desenvolvimento.
4. Psicologia Social.
5. Psicometria.

3º Ano:

1. Estatística.
2. Psicologia Geral e Experimental.
3. Psicologia da Personalidade.
4. Psicopatologia Geral.
5. Psicometria.

4º Ano:

1. Psicologia da Personalidade.
2. Psicopatologia Geral.
3. Psicologia da Aprendizagem.
4. Sistemas de Psicologia.

E, em conformidade com o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução do CFE, para a obtenção do diploma de Psicólogo exigem-se, além das matérias listadas nos itens dos n°s 1 a 7 deste artigo, mais cinco (5) outras assim discriminadas:

1. Técnicas de Exame e Acompanhamento Psicológico.
2. Dinâmica de Grupo e Relações Humanas.
3. Psicologia Escolas e Problemas de Aprendizagem.
4. Teorias e Técnicas Psicoterápicas.
5. Psicologia da Indústria.

São ainda obrigatórias:

1. Para obtenção de diploma que habilite ao exercício do magistério aos cursos de nível médio, as matérias pedagógicas fixadas em resolução especial, de acordo com o parecer n° 292/62, das quais se exclui a Psicologia da Educação.
2. Para obtenção do diploma de Psicólogo, um período de treinamento prático sob a forma de estágio supervisionado.

ANEXO VII – Currículo do Curso de Psicologia de 1967

FONTE: BOLETINS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

1967, N° 1, 06 de janeiro de 1967, pp.

CURRÍCULO DO CURSO DE PSICOLOGIA (BACHARELADO E LICENCIATURA)

1º Série:

6. Psicologia Geral e Experimental.
7. Fisiologia.
8. Genética
9. Estatística.
10. Metodologia e Planejamento Experimental.
11. Psicologia do Desenvolvimento.

2º Série:

6. Psicologia Geral e Experimental.
7. Fisiologia.
8. Genética.
9. Estatística.
10. Psicologia do Desenvolvimento.
11. Psicologia da Aprendizagem.

3º Série:

6. Psicologia Geral e Experimental.
7. Psicologia da Personalidade.
8. Psicologia Social.
9. Psicopatologia Geral.
10. Psicometria.
11. Sistemas Psicológicos.

4º Série:

5. Psicologia Geral e Experimental.
6. Psicologia Social.
7. Psicopatologia Geral.
8. Psicometria.
9. Sistemas de Psicologia.

Observação: Para a licenciatura se acrescentem:

a) Matérias pedagógicas; b) Prática de ensino.

ANEXO VIII – Currículo de Psicologia de 1985-1986.

FONTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Catálogo dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro:** Serviço Industrial Gráfico da UFRJ. 1985-1986, 492p.

Unidade: Instituto de Psicologia / Curso: Bacharelado em Psicologia

Primeiro Período

- 1 Psicologia I CB
- 2 Filosofia I
- 3 Sociologia Geral
- 4 Matemática Complementar
- 5 Genética para Psicologia
- 6 Histologia
- 7 Anatomia
- 8 Embriologia
- 9 Educação Física Desportiva

Segundo Período

- 1 Sistemas Psic Contemporâneos I
- 2 Filosofia II
- 3 Estatística Aplicada I
- 4 Antropologia Cultural
- 5 Economia
- 6 Fisiologia
- 7 Estudo de Prob Brasileiros I
- 8 Educação Física Desportiva II

Terceiro Período

- 1 Sist Psic Contemporâneos II
- 2 Psicologia Geral e Experim I
- 3 Psicol Geral e Exper I (Lab)
- 4 Estatística Aplicada II

- 5 Psicol Desenvolvimento I
- 6 Tec de Pesquisa em Psicol I
- 7 Fisiologia P II
- 8 Disciplinas Complementares

Quarto Período

- 1 Sist Psicol Contemporâneos III
- 2 Psicologia Geral e Experim II
- 3 Psicol Geral e Exper II (Lab)
- 4 Psicol Desenvolvimento II
- 5 Psicometria I
- 6 Tec. Pesquisa em Psicologia II
- 7 Disciplinas Complementares
- 8 Disciplinas Complementares

Quinto Período

- 1 Psicologia Social I
- 2 Psicologia Geral e Experim III
- 3 Psicol Geral e Exper III (Lab)
- 4 Psicol da Personalidade I
- 5 Testes Psicológicos I
- 6 Psicometria II
- 7 Disciplinas Complementares
- 8 Disciplinas Complementares

Sexto Período

- 1 Psicologia Social II
- 2 Psicologia Geral e Experim IV
- 3 Psicol Geral e Exper IV (Lab)
- 4 Psicol da Personalidade II
- 5 Testes Psicológicos II
- 6 Psicopatologia Geral
- 7 Disciplinas Complementares
- 8 Disciplinas Complementares

Sétimo Período

- 1 Psicopatologia Especial I
- 2 Testes Psicológicos III
- 3 Disciplinas Complementares
- 4 Disciplinas Complementares

Oitavo Período

- 1 Estudo de Prob Brasileiros II
- 2 Disciplinas Complementares
- 3 Disciplinas Complementares
- 4 Disciplinas Complementares

Disciplinas Complementares

- 1 Aprendizagem e Ajustamento
- 2 Top Esp Psicologia Ajustamento
- 3 Distúrbios de Conduta
- 4 Psicologia Geral e Experim V
- 5 Psicologia Comparada
- 6 Psicolinguística I
- 7 Psicolinguística II
- 8 História da Psicologia
- 9 Tópicos Esp em Psicologia Experim
- 10 Psicofisiologia I
- 11 Psicofisiologia
- 12 Psicol Geral e Exper V
- 13 Top Especiais em Psicometria
- 14 Testes Psicológicos
- 15 Psicometria III
- 16 Construção Testes Psicológicos
- 17 Tec de Pesq em Psicologia III
- 18 Top Esp Psicol Personalidade
- 19 Psicol da Personalidade III
- 20 Psicologia Diferencial

- 21 Psicologia Desenvolvim III
- 22 Top Esp em Psicologia Social
- 23 Psicologia Social III
- 24 Estatística Aplicada III
- 25 Psicofarmacologia
- 26 Psicopatologia Especial II

Para fazer jus ao grau e diploma o aluno deverá cumprir no mínimo:

Cred. Hrs.

Disciplinas obrigatórias: 134,0 2.445

Disciplinas complementares: 42,0 630

Número mínimo de horas (CFE): 3240

Unidade: Instituto de Psicologia

Curso: Formação de psicólogo

Primeiro Período

- 1 Psicologia I CB
- 2 Filosofia I
- 3 Sociologia Geral
- 4 Matemática Complementar
- 5 Genética para Psicologia
- 6 Histologia
- 7 Anatomia
- 8 Embriologia
- 9 Educação Física Desportiva

Segundo Período

- 1 Sistemas Psic Contemporâneos I
- 2 Filosofia II
- 3 Estatística Aplicada I
- 4 Antropologia Cultural
- 5 Economia

- 6 Fisiologia
- 7 Estudo de Prob Brasileiros I
- 8 Educação Física Desportiva II

Terceiro Período

- 1 Sist Psic Contemporâneos II
- 2 Psicologia Geral e Experim I
- 3 Psicol Geral e Exper I (Lab)
- 4 Estatística Aplicada II
- 5 Psicol Desenvolvimento I
- 6 Tec de Pesquisa em Psicol I
- 7 Fisiologia P II
- 8 Disciplinas Complementares

Quarto Período

- 1 Sist Psicol Contemporâneos III
- 2 Psicologia Geral e Experim II
- 3 Psicol Geral e Exper II (Lab)
- 4 Psicol Desenvolvimento II
- 5 Psicometria I
- 6 Tec. Pesquisa em Psicologia II
- 7 Disciplinas Complementares
- 8 Disciplinas Complementares

Quinto Período

- 1 Psicologia Social I
- 2 Psicologia Geral e Experim III
- 3 Psicol Geral e Exper III (Lab)
- 4 Psicol da Personalidade I
- 5 Testes Psicológicos I
- 6 Psicometria II
- 7 Disciplinas Complementares
- 8 Disciplinas Complementares

Sexto Período

- 1 Psicologia Social II
- 2 Psicologia Geral e Experim IV
- 3 Psicol Geral e Exper IV (Lab)
- 4 Psicol da Personalidade II
- 5 Testes Psicológicos II
- 6 Psicopatologia Geral
- 7 Disciplinas Complementares
- 8 Disciplinas Complementares

Sétimo Período

- 1 Psicopatologia Especial I
- 2 Testes Psicológicos III
- 3 Disciplinas Complementares
- 4 Disciplinas Complementares

Oitavo Período

- 1 Estágio 5,0
- 2 Din Grupo Relações Humanas I
- 3 Estudo de Prob Brasileiros II
- 4 Disciplinas Complementares
- 5 Disciplinas Complementares
- 6 Disciplinas Complementares

Nono Período

- 1 Estágio II
- 2 Teo Tec Psicoterápicas I
- 3 Psicol Escolar e Probl Aprend
- 4 Tec Exame e Acons Psicol I
- 5 Psicologia Industrial
- 6 Disciplinas Complementares
- 7 Disciplinas Complementares
- 8 Disciplinas Complementares

Décimo Período

- 1 Monografia
- 2 Teo Tec Psicoterápicos II
- 3 Tec Ex e Acons Psicológico II
- 4 Ética Profissional
- 5 Disciplinas Complementares
- 6 Disciplinas Complementares
- 7 Disciplinas Complementares
- 8 Disciplinas Complementares

Disciplinas Complementares

- 1 Aprendizagem e Ajustamento
- 2 Top Esp Psicologia Ajustamento
- 3 Distúrbios de Conduta
- 4 Psicologia do Excepcional
- 5 Pedagogia Terapêutica
- 6 Psicologia Geral e Experim V
- 7 Psicologia Comparada
- 8 Psicolinguística I
- 9 Psicolinguística II
- 10 História da Psicologia
- 11 Top. Especiais em Psicologia
- 12 Tópicos Esp em Psicologia Experim
- 13 Psicofisiologia I
- 14 Psicofisiologia II
- 15 Psicol Geral e Exper V (Lab)
- 16 Top Especiais em Psicometria
- 17 Testes Psicológicos IV
- 18 Psicometria III
- 19 Construção Testes Psicológicos
- 20 Tec de Pesq em Psicologia III
- 21 Top Esp Psicol Personalidade
- 22 Psicol da Personalidade III
- 23 Psicologia Diferencial
- 24 Psicologia Desenvolvim III

- 25 Tec de Acons não diretivas
- 26 Psicodiagnóstico
- 27 Top Esp em Psicologia Social
- 28 Psicologia Social III
- 29 Din Grupo Relações Humanas II
- 30 Psicologia Organizacional
- 31 Seleção e Orient Profissional
- 32 Estatística Aplicada III
- 33 Psicofarmacologia
- 34 Psicopatologia Especial II

Para fazer jus ao grau e diploma o aluno deverá cumprir no mínimo:

	Cred.	Hrs.
Disciplinas obrigatórias:	175,0	3.480
Disciplinas complementares:	66,0	990
Requisitos curriculares suplementares:	0,0	0
Total:	241,0	4.470
Número mínimo de horas (CFE):		4050

Unidade: Instituto de Psicologia

Curso: Licenciatura em Psicologia

Primeiro Período

- 1 Psicologia I CB
- 2 Filosofia I
- 3 Sociologia Geral
- 4 Matemática Complementar
- 5 Genética para Psicologia
- 6 Histologia
- 7 Anatomia
- 8 Embriologia
- 9 Educação Física Desportiva

Segundo Período

- 1 Sistemas Psic Contemporâneos I

- 2 Filosofia II
- 3 Estatística Aplicada I
- 4 Antropologia Cultural
- 5 Economia
- 6 Fisiologia
- 7 Estudo de Prob Brasileiros I
- 8 Educação Física Desportiva II

Terceiro Período

- 1 Sist Psic Contemporâneos II
- 2 Psicologia Geral e Experim I
- 3 Psicol Geral e Exper I (Lab)
- 4 Estatística Aplicada II
- 5 Psicol Desenvolvimento I
- 6 Tec de Pesquisa em Psicol I
- 7 Fisiologia P II
- 8 Disciplinas Complementares

Quarto Período

- 1 Sist Psicol Contemporâneos III
- 2 Psicologia Geral e Experim II
- 3 Psicol Geral e Exper II (Lab)
- 4 Psicol Desenvolvimento II
- 5 Psicometria I
- 6 Tec. Pesquisa em Psicologia II
- 7 Disciplinas Complementares
- 8 Disciplinas Complementares

Quinto Período

- 1 Psicologia Social I
- 2 Psicologia Geral e Experim III
- 3 Psicol Geral e Exper III (Lab)
- 4 Psicol da Personalidade I
- 5 Testes Psicológicos I

- 6 Psicometria II
- 7 Disciplinas Complementares
- 8 Disciplinas Complementares

Sexto Período

- 1 Psicologia Social II
- 2 Psicologia Geral e Experim IV
- 3 Psicol Geral e Exper IV (Lab)
- 4 Psicol da Personalidade II
- 5 Testes Psicológicos II
- 6 Psicopatologia Geral
- 7 Disciplinas Complementares
- 8 Disciplinas Complementares

Sétimo Período

- 1 Psicopatologia Especial I
- 2 Testes Psicológicos III
- 3 Disciplinas Complementares
- 4 Disciplinas Complementares

Oitavo Período

- 1 Estudo de Prob Brasileiros II
- 2 Disciplinas Complementares
- 3 Disciplinas Complementares
- 4 Disciplinas Complementares

Nono Período

- 1 Didática Geral
- 2 Psicologia da Educação I
- 3 P Ens Psicologia I
- 4 Fund Filosóficos da Educaç

Décimo Período

- 1 Psicologia da Educação II

2	Estr e Func do Ens de 1 e 2 Gr	
3	Ens Psicologia II	
4	Fund Filosóficos da Educaç C P	3,0

Disciplinas Complementares

1	Aprendizagem e Ajustamento
2	Top Esp Psicologia Ajustamento
3	Distúrbios de Conduta
4	Psicologia Geral e Experim V
5	Psicologia Comparada
6	Psicolinguística I
7	Psicolinguística II
8	História da Psicologia
9	Tópicos Esp em Psicologia Experim
10	Psicofisiologia I
11	Psicofisiologia II
12	Psicol Geral e Exper V (Lab)
13	Top Especiais em Psicometria
14	Testes Psicológicos IV
15	Psicometria III
16	Construção Testes Psicológicos
17	Tec de Pesq em Psicologia III
18	Top Esp Psicol Personalidade
19	Psicol da Personalidade III
20	Psicologia Diferencial
21	Psicologia Desenvolvim III
22	Top Esp em Psicologia Social
23	Psicologia Social III
24	Estatística Aplicada III
25	Psicofarmacologia
26	Psicopatologia Especial II

Para fazer jus ao grau e diploma o aluno deverá cumprir no mínimo:

Cred. Hrs.

Disciplinas obrigatórias:	160,0	2.955
Disciplinas complementares:	42,0	630
Requisitos curriculares suplementares:	0,0	0
Total:	202,0	3.585

ANEXO IX – Currículo do Curso de Psicologia de 2002

FONTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Catálogo dos cursos de graduação**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2002, 390 p.

Currículo do Curso de Psicologia de 2002

Bacharelado

1º Série:

1. Anatomia P
2. Histologia P
3. Embriologia P
4. Sociologia Geral
5. Filosofia I
6. Genética para Psicologia
7. Psicologia I CB
8. Introdução à Metodologia Científica Psicologia

Total de créditos: 22

2º Série:

1. Fisiologia P
2. Antropologia Cultural
3. Filosofia II
4. Economia
5. Behaviorismo
6. Estatística Aplicada I

Total de créditos: 23

3º Série:

1. Fisiologia P II
2. Psicologia da Percepção
3. Gestaltismo
4. Prática de Pesquisa em Percepção
5. Elaboração Medidas em Psicologia I
6. Planejamento de Pesquisa em Psicologia
7. Psicologia do Desenvolvimento I
8. Estatística Aplicada II

Total de créditos: 26

4º Série:

1. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
2. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
3. Psicologia do Pensamento
4. Psicanálise
5. Prática de Pesquisa em Pensamento
6. Elaboração Medidas em Psicologia II
7. Análise de Pesquisa em Psicologia
8. Psicologia do Desenvolvimento II

Total de créditos: 27

5º Série:

1. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
2. Psicologia da Motivação e Emoção
3. Prática Pesquisa Motivação e Emoção
4. Testes Objetivos
5. Psicologia da Personalidade I
6. Psicologia Social I

Total de créditos: 21

6º Série:

1. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
2. Psicopatologia Geral
3. Psicologia da Aprendizagem
4. Prática Pesquisa Aprendizagem
5. Técnicas Projetivas e Expressivas I
6. Psicologia da Personalidade II
7. Psicologia Social II

Total de créditos: 24

7º Série:

1. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
2. Disciplina Complementar de Livre Escolha
3. Disciplina Complementar de Livre Escolha

4. Disciplina Complementar de Livre Escolha
5. Psicopatologia Especial I
6. Técnicas Projetivas e Expressivas II

Total de créditos: 23

8º Série:

1. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
2. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
3. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada

Total de créditos: 22

Disciplinas Complementares (Condicionada):

1. Psicofarmacologia
2. Psicopatologia Especial II
3. Aprendizagem e Ajustamento
4. Tópicos Especiais Psicologia Ajustamento
5. Distúrbios de Conduta
6. Psicologia do Excepcional
7. Pedagogia Terapêutica
8. Terapia Psicanalítica
9. Psicologia da Memória
10. Epistemologia Genética
11. Psicobiologia
12. Psicolinguística I
13. Psicolinguística II
14. História da Psicologia
15. Teoria Psicanalítica
16. Tópicos Especiais em Psicologia
17. Tópicos Especiais em Psicologia Experimental
18. Psicofisiologia I
19. Psicofisiologia II
20. Psicofísica
21. Teoria Psicanalítica A
22. Teoria Psicanalítica B
23. Teoria Psicanalítica C

24. Teoria Psicanalítica D
25. Teoria Psicanalítica E
26. Teoria Psicanalítica F
27. Teoria Psicanalítica G
28. Teoria Psicanalítica H
29. Prática de Pesquisa em Memória
30. Psicoterapia Breve
31. Tópicos Especiais em Psicometria
32. Técnicas de Avaliação Psicológica da Criança
33. Técnicas de Entrevista
34. Rorschach no Diagnóstico Diferencial
35. Pesquisa não Experimental em Psicologia
36. Técnica Análise Multivariada Psicologia
37. Abordagens Qualitativas Pesquisa Psicologia
38. Psicologia Humanista Existencial
39. Tópicos Especiais em Psicologia da Personalidade
40. Psicologia da Personalidade III
41. Psicologia do Desenvolvimento III
42. Psicologia do Envelhecimento
43. Sexualidade (Teoria Psicanalítica)
44. Tanatologia
45. Terapia Centrada na Pessoa
46. Psicodiagnóstico Casal e Família
47. Psicoterapia Infantil
48. Gestalt-terapia
49. Ecologia Social e Comunidades
50. Laboratório C
51. Psicologia Social da Família
52. Psicossociologia e Socialização
53. Psicologia Social e Clínica
54. Práticas e Políticas de Saúde
55. Tópicos Especiais em Psicologia Social
56. Laboratório A
57. Psicologia Social III

- 58. Semiologia Prática Institucional
- 59. Psicologia Política
- 60. Psicologia Criminal
- 61. Dinâmica Grupo Relações Humanas II
- 62. Laboratório B
- 63. Psicologia Organizacional
- 64. Psicologia da Orientação Vocacional
- 65. Treinamento e Desenvolvimento Recursos Humanos
- 66. Psicologia Institucional
- 67. Aspectos Psicológicos na Ergonomia
- 68. Recrutamento e Seleção Psicológica

Total de créditos a ser cumprido: 56

Para fazer jus ao grau e diploma, o aluno deverá cumprir, no mínimo:

	Créditos	Mínimo de Horas
Disciplinas	157	2790,0
Obrigatórias		
Requisitos	0	500,0
Curriculares Suplementares		
Disciplina	56	840
Complementar Escolha		
Condicionada		
Disciplina	10	150,0
Complementar Livre Escolha		

Formação de Psicólogo

1º Série:

- 1. Anatomia P
- 2. Histologia P
- 3. Embriologia P
- 4. Sociologia Geral
- 5. Filosofia I

6. Genética para Psicologia
7. Psicologia I CB
8. Introdução à Metodologia Científica Psicologia

Total de créditos: 22

2º Série:

1. Fisiologia P
2. Antropologia Cultural
3. Filosofia II
4. Economia
5. Behaviorismo
6. Estatística Aplicada I

Total de créditos: 23

3º Série:

1. Fisiologia P II
2. Psicologia da Percepção
3. Gestaltismo
4. Prática de Pesquisa em Percepção
5. Elaboração Medidas em Psicologia I
6. Planejamento de Pesquisa em Psicologia
7. Psicologia do Desenvolvimento I
8. Estatística Aplicada II

Total de créditos: 26

4º Série:

1. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
2. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
3. Psicologia do Pensamento
4. Psicanálise
5. Prática de Pesquisa em Pensamento
6. Elaboração Medidas em Psicologia II
7. Análise de Pesquisa em Psicologia
8. Psicologia do Desenvolvimento II

Total de créditos: 27

5º Série:

1. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
2. Psicologia da Motivação e Emoção
3. Prática Pesquisa Motivação e Emoção
4. Testes Objetivos
5. Psicologia da Personalidade I
6. Psicologia Social I
7. Estágio Supervisionado em Psicologia

6º Série:

1. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
2. Psicopatologia Geral
3. Psicologia da Aprendizagem
4. Prática Pesquisa Aprendizagem
5. Técnicas Projetivas e Expressivas I
6. Psicologia da Personalidade II
7. Psicologia Social II

Total de créditos: 24

7º Série:

1. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
2. Disciplina Complementar de Livre Escolha
3. Disciplina Complementar de Livre Escolha
4. Disciplina Complementar de Livre Escolha
5. Psicopatologia Especial I
6. Técnicas Projetivas e Expressivas II
7. Monografia

Total de créditos: 23

8º Série:

1. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
2. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
3. Teoria e Técnicas Psicoterápicas
4. Dinâmica Grupo Relações Humanas I

Total de créditos: 17

9º Série:

1. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
2. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
3. Técnica Exame e Aconselhamento Psicológico I
4. Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem
5. Psicologia do Trabalho

Total de créditos: 19

10º Série:

1. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
2. Disciplina Complementar de Escolha Condicionada
3. Técnica Exame e Aconselhamento Psicológico II
4. Ética Profissional

Disciplinas Complementares (Condicionada):

1. Psicofarmacologia
2. Psicopatologia Especial II
3. Aprendizagem e Ajustamento
4. Tópicos Especiais Psicologia Ajustamento
5. Distúrbios de Conduta
6. Psicologia do Excepcional
7. Pedagogia Terapêutica
8. Terapia Psicanalítica
9. Psicologia da Memória
10. Epistemologia Genética
11. Psicobiologia
12. Psicolinguística I
13. Psicolinguística II
14. História da Psicologia
15. Teoria Psicanalítica
16. Tópicos Especiais em Psicologia
17. Tópicos Especiais em Psicologia Experimental
18. Psicofisiologia I
19. Psicofisiologia II
20. Psicofísica

21. Teoria Psicanalítica A
22. Teoria Psicanalítica B
23. Teoria Psicanalítica C
24. Teoria Psicanalítica D
25. Teoria Psicanalítica E
26. Teoria Psicanalítica F
27. Teoria Psicanalítica G
28. Teoria Psicanalítica H
29. Prática de Pesquisa em Memória
30. Psicoterapia Breve
31. Tópicos Especiais em Psicometria
32. Técnicas de Avaliação Psicológica da Criança
33. Técnicas de Entrevista
34. Rorschach no Diagnóstico Diferencial
35. Pesquisa não Experimental em Psicologia
36. Técnica Análise Multivariada Psicologia
37. Abordagens Qualitativas Pesquisa Psicologia
38. Psicologia Humanista Existencial
39. Tópicos Especiais em Psicologia da Personalidade
40. Psicologia da Personalidade III
41. Psicologia do Desenvolvimento III
42. Psicologia do Envelhecimento
43. Sexualidade (Teoria Psicanalítica)
44. Tanatologia
45. Terapia Centrada na Pessoa
46. Psicodiagnóstico Casal e Família
47. Psicoterapia Infantil
48. Gestalt-terapia
49. Tópicos Especiais em Psicologia Social
50. Psicologia Social III
51. Semiologia Prática Institucional
52. Psicologia Política
53. Psicologia Criminal
54. Dinâmica Grupo Relações Humanas II

- 55. Psicologia Organizacional
- 56. Psicologia da Orientação Vocacional
- 57. Treinamento e Desenvolvimento Recursos Humanos
- 58. Psicologia Institucional
- 59. Aspectos Psicológicos na Ergonomia
- 60. Recrutamento e Seleção Psicológica

Total de créditos a ser cumprido: 56

Para fazer jus ao grau e diploma, o aluno deverá cumprir, no mínimo:

	Créditos	Mínimo de Horas
Disciplinas	157	2790,0
Obrigatórias		
Requisitos	0	500,0
Curriculares Suplementares		
Disciplina	56	840
Complementar Escolha		
Condicionada		
Disciplina	10	150,0
Complementar Livre Escolha		

Licenciatura:

Para fazer jus ao grau e diploma, o aluno deverá cumprir, no mínimo:

	Créditos	Mínimo de Horas
Disciplinas	18	300,0
Obrigatórias		
Requisitos	4	300,0
Curriculares Suplementares		